

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

PAULO TÁCIO AIRES FERREIRA

**“Nós vamos *hackear* o turismo!” Entre roteiros, “quebradas” e resistências na  
cidade de São Paulo**

(Versão corrigida)

São Paulo

2022

PAULO TÁCIO AIRES FERREIRA

**“Nós vamos *hackear* o turismo!” Entre roteiros, “quebradas” e resistências na cidade de São Paulo**

Versão corrigida

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como parte de requisitos para o título de Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Linha de Pesquisa: Conhecimentos e Tendências

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,  
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)  
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Ferreira, Paulo Tácio Aires  
''Nós vamos hackear o turismo!'' Entre roteiros,  
''quebradas'' e resistências na cidade de São Paulo  
/ Paulo Tácio Aires Ferreira; orientador, Reinaldo  
Tadeu Boscolo Pacheco. -- São Paulo, 2022.  
270 p: il.

Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-  
Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e  
Humanidades, Universidade de São Paulo, 2022.  
Versão corrigida

1. Turismo. 2. lazer. 3. movimentos sociais. 4.  
patrimônio cultural. 5. cidade. I. Pacheco, Reinaldo  
Tadeu Boscolo, orient. II. Título.

Nome: FERREIRA, Paulo Tácio Aires

Título: “Nós vamos *hackear* o turismo!” Entre roteiros, “quebradas” e resistências na cidade de São Paulo

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como parte de requisitos para o título de Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Linha de Pesquisa: Conhecimentos e Tendências  
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Aprovado em:16/12/2022

Prof. Dr. Prof. Dr. Reinaldo T. B. Pacheco (presidente)

Instituição: EACH – USP - SP

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr Prof. Dr. José G. Cantor Magnani

Instituição: FFLCH – USP - SP

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr Profa. Dra. Simone Scifoni –

Instituição: FFLCH – USP - SP

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Profa. Dra. Marcela do N. Padilha

Instituição: UERJ – DTUR - RJ

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Instituição: EACH – USP - SP

Julgamento: Aprovado Assinatura: \_\_\_\_\_

*Às (e aos) militantes que lutam por um mundo sem barreiras de classe, gênero e  
raça!*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que me apoiaram e ajudaram. Posso correr o risco de esquecer algum nome que tenha dado ao menos uma ajuda simples. Mas, vamos direto ao ponto!

Agradeço, em primeiro lugar a minha companheira de tudo na vida, Ana Paula Vieira Freire, na militância, nas festas, nas discussões teóricas, no gás lacrimogênio na Avenida Paulista, muitas lutas e comemorações.

Minha mãe Antônia e pai Francisco, enfim, acredito que consegui completar essa carreira com muita luta, e sem o apoio colossal de vocês, não seria possível, obrigado por tudo.

Minha irmã Diane, sogra Sueli, sogro Antônio Carlos, cunhado querido, Ricardo. Obrigado!

Esta pesquisa não existiria sem os coletivos culturais e ativistas da Rede Paulista de Educação Patrimonial, a Agência Queixadas e o Grupo Ururay. Assim, vale um agradecimento especial à Regina, Mário, Beto, Anaclara, Ana Solda, Thaís, Sandra, João, Carlos, Ana, Raiane, Mariana, Igor, Inês, Bruna. Um agradecimento especial à Mariana Kimie pelas leituras, críticas e sugestões.

Às incríveis pessoas Camila, Raul, Cleiton Fofão, Fran Sotero, a toda Comunidade Cultural Quilombaque! Vocês são potência pura! É tudo nosso!

Aos militantes da Zona Leste Maurício, Patrícia e Júlio. Agradeço pelas leituras, diálogos e pelas parcerias em eventos culturais. Foram anos difíceis, mas incríveis!

À Mônica Mantovani pelas conexões com o Grupo Ururay.

À grande parceira Alessandra Martins.

Ao amigo Ederon Marques.

Aos meus amigos do Instituto Bixiga que esbanjam conhecimento, musicalidade, teatralidade e simpatia!

Ao coletivo História da Disputa e Disputa da História.

Agradeço ao meu orientador, um grande parceiro, Reinaldo Pacheco, um ícone da USP Leste, obviamente, querido por uma imensidão de estudantes. Ao, igualmente, querido professor Sidnei Raimundo que foi meu primeiro orientador, quando de meu ingresso no PPGTUR.

Às professoras Simone Scifoni, Marcela Padilha, e os Professores José Guilherme Cantor Magnani, Alexandre Panosso e Thiago Allis pelas contribuições na qualificação e na defesa. São referências teóricas e da prática, essenciais para mim.

Ao professor Marcelo Vilela pelos diálogos no PAE e em congressos.

Aos professores Enrico Spaggiari e Eneilda de Almeida.

Às professoras e professores do PPGTUR.

Ao amigo Filipe pelas muitas ajudas e dicas em textos e mapas.

Agradeço demais às contribuições e leituras de Milena Manhães.

À Bethânia Mendes e o Fausi Kalaoum, por dicas, desabafos e risos.

Ao meu grupo de pesquisa Políticas, Lazer e Parques, amigas e amigos queridos, em especial a Nathalia, Laura, João, Carlos, Rosângela, Eduardo, Endrigo, Iranilda. Letícia, Lucas, Eduardo, Carol, Daniele Ribeiro, Daniela, Vagner, Rosângela, Carlos Martins e todas e todos do grupo.

Aos discentes do PPGTUR, em especial Filipe, Denise, Bel Santos Mayer, Maurício, Igor, Rita, Adriano, Ana Rosa, Ana Carolina Machado, Gabriela, Gris Guedes.

Aos amigos do PROMUSPP Renato e Daniella Marcondes por bons papos acadêmicos.

Aos amigos do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

Aos amigos da Bem Comum, Clésio e Carol.

Ao Navegando nas Artes, Franz Thomas e Laís.

Ao grande parceiro Adriano Sampaio, um dos grandes ativistas ambientais do país.

Às amigas e aos amigos da Mesoperiferia.

Ao Lucas, Tiarajú Pablo, Philippe, professores zonaslestinos.

Aos parceiros de trabalho no Museu de Santo André, principalmente à Elaine Morais por abrir portas no NAU. Mas, não posso também de deixar de agradecer as dicas da Suzana. Agradeço também à Margarete, Celina, Leonice, Mayra, Fátima, Débora, Juliana, Estela, Rita, Agnaldo, Belmiro, Mônica, David, Gilberto, Sílvia, Ivan, Renato, Roberta, Anderson, Karina.

Aos amigos de Prefeitura Paulo, Nathalia, Matheus e William.

Agradeço aos amigos do *punk rock* e do *skateboard*, pessoas e movimentos que me salvam também todos os dias.

Aos amigos de sempre, avante!

*“As ruas dos primeiros dias  
A história que ficou  
Pra sempre marcada na memória  
Fez de mim quem eu sou  
O campo, a quadra, o bar da esquina  
Hoje não existem mais  
Hoje só ouço o silêncio  
A falta que você me faz”*

FLICTS. Meu bairro, minha rua, 2013.



## RESUMO

FERREIRA, Paulo Tácio Aires. “**Nós vamos hackear o turismo!**” Entre roteiros, “quebradas” e resistências na cidade de São Paulo. Número total de folhas: 270. Tese (Doutorado em Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Versão corrigida.

A relação entre turismo e movimentos sociais possui algumas décadas de estudos envolvendo diversas disciplinas e campos do saber. Entretanto, na área do turismo o tratamento investigativo deste tema ainda é incipiente. Esta tese averigua estes dois elementos especificamente na cidade de São Paulo. Os coletivos culturais, como normalmente se autodenominam, não são novidades na cidade, tal como os movimentos sociais. Ações coletivas com pautas de moradia, educação, saúde, creche, cultura, lazer, contra a carestia já possuem extensa bibliografia. Ao que cabe aqui detenho-me especificamente sobre coletivos que têm trabalhado em prol da memória, patrimônio cultural e referências culturais de seus territórios. Estes são os fios que nos levam a tentar entender por que e como muitos coletivos culturais têm acionado o turismo, para além de um instrumento de desenvolvimento local, como também por uma miríade de possibilidades. É preciso, impreterivelmente, apontar que no ano de 2020 a cidade (e todo contexto planetário) viveu a incidência da pandemia da COVID-19, a qual provocou uma crise sanitária sem precedentes afetando também profundamente o espaço público e as atividades de turismo. Neste sentido, e diante deste contexto, esta pesquisa tem como principal objetivo analisar as narrativas construídas por movimentos sociais, coletivos e ativistas a respeito da cidade, e como estes grupos têm *agenciado* o turismo em seus discursos e práticas. Assim, foram observadas suas experiências produzidas antes da Pandemia, bem como o que se têm feito no atual momento, incluindo o que se têm discutido e produzido via redes sociais e retomada do espaço público. Esta pesquisa se estruturou como um trabalho exploratório, descritivo e interpretativo aos moldes etnográficos acompanhando bem próximo as ações dos sujeitos pesquisados. Partindo dessas conjecturas pode se inferir que estes coletivos, por meio da construção dialógica entre suas narrativas e práticas, vêm reposicionando a temática de patrimônio cultural no turismo, cuja ação não se prende a percepções tradicionais e estanques desta temática. Diante de uma diversidade de experiências e práticas provocam-nos a repensar as percepções normativas, institucionais e acadêmicas, principalmente do que se reflete hegemonicamente sobre o tema patrimônio cultural na área de turismo. Assim, a partir destas experiências estes coletivos contribuem para a construção de conhecimento em aspectos teóricos e práticos do turismo e do lazer.

Palavras-chave: Turismo; lazer; movimentos sociais; patrimônio cultural; cidade.

## ABSTRACT

FERREIRA, Paulo Tacio Aires. **“We are going to hack tourism!”** Between tourist itineraries, “quebradas” and resistances in the city of São Paulo. Total number of pages: 270. Thesis (Doctorate in Tourism) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2022. Corrected version.

The relationship between tourism and social movements has some decades of studies involving different disciplines and fields of knowledge. However, in the area of tourism, the investigative treatment of this topic is still incipient. This thesis examines these two elements specifically in the city of São Paulo. Cultural collectives, as they usually call themselves, are nothing new in the city, as are social movements. Collective actions with housing, education, health, day care, culture, leisure, against famine already have an extensive bibliography. For what it is, I focus specifically on collectives that have worked in favor of memory, cultural heritage and cultural references of their territories. These are the threads that lead us to try to understand why and how many cultural collectives have activated tourism, in addition to being an instrument of local development, but also for a myriad of possibilities. It is imperative to point out that in 2020 the city (and the entire planetary context) experienced the incidence of the COVID-19 pandemic, which caused an unprecedented health crisis, also profoundly affecting public space and tourism activities. In this sense, and in this context, this research has as main objective to analyze the narratives built by social movements, collectives and activists about the city, and how these groups have managed tourism in their discourses and practices. Thus, their experiences produced before the Pandemic were observed, as well as what has been done at the current moment, including what has been discussed and produced via social networks and resumption of public space. This research was structured as an exploratory, descriptive and interpretive work in the ethnographic ways, closely following the actions of the researched subjects. Based on these conjectures, it can be inferred that these collectives, through the dialogic construction between their narratives and practices, have been repositioning the theme of cultural heritage in tourism, whose action is not tied to traditional and watertight perceptions of this theme. Faced with a diversity of experiences and practices, they provoke us to rethink normative, institutional and academic perceptions, especially of what is hegemonically reflected on the topic of cultural heritage in the area of tourism. Thus, from these experiences these groups contribute to the construction of knowledge in theoretical and practical aspects of tourism and leisure.

Keywords: Tourism; leisure; social movements; cultural heritage; City.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de São Paulo. ....	32
Figura 2 - Modelo simplificado para investigação qualitativa .....	39
Figura 3 - Chegada de turistas internacionais entre 2017 a 2019 .....	45
Figura 4 - Chegada de turistas internacionais entre 2020 a 2022 .....	45
Figura 5 - Mapa da cidade de São Paulo com a divisão de subprefeituras.....	94
Figura 6 - Mapa de São Paulo intitulado de ""São Paulo: territórios desiguais e diversos" (MARINO, 2017) .....	101
Figura 7 - Imagem de divulgação da Live "Turismo Movimentos Sociais e Patrimônio Cultural.....	166
Figura 8 - Mapa de atuação dos participantes da Pré-conferência em distritos.....	176
Figura 9 - Cartaz de Divulgação Pré-Conferência de Patrimônio Cultural. ....	177
Figura 10 - Cartaz de Divulgação do MCCSP.....	180

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ação Educativa da Repep no Bairro do Brás em maio de 2018. ....	126
Imagem 2 - Trabalho em gabinete no curso Inventariado participativo de referências culturais ministrado pela Repep no CPF SESC em São Paulo em 2018. ....	127
Imagem 3 - 17ª Festa do Rosário dos Homens Pretos na Penha no Bairro da Penha em junho de 2018.....	128
Imagem 4 - Jornada do Patrimônio em agosto de 2019 com o Grupo Ururay. ....	130
Imagem 5 - Instituto Bixiga: “RolêSP Territórios Negros no Bixiga: o Quilombo Urbano Saracura”.....	135
Imagem 6 - Intervenção Urbana do Coletivo Rios e Ruas. ....	138
Imagem 7 - Festa Junina organizada pelo MSTC. ....	139
Imagem 8 - Grafite de liderança Queixada, João Breno, na Sede da Comunidade Quilombaque.....	146
Imagem 9 – O Coletivo Caminhada das Quebradas na Semana do Caminhar promovida pela Ong Sampapé.....	154
Imagem 10 - Primeiras orientações do roteiro.....	188
Imagem 11 - Abordagens sobre a história da Basílica Nossa Senhora de Penha de França. ....	190
Imagem 12 - Finalização do roteiro. ....	192
Imagem 13 - Pesquisadores da EACH e moradores fotografam grafites locais.....	200
Imagem 14 - Diálogo de estudantes e professores com integrantes da Agência Queixadas. ....	201
Imagem 15 - Caminhada pelo bairro de Perus com destaque para grafite que homenageia a personalidade José Soró. ....	202
Imagem 16 - Coordenadora da Agência Queixadas mediando visita nas dependências da Fábrica de Cimento Portland.....	203
Imagem 17 - Fábrica de Cimento Portland. ....	204
Imagem 18 -Samba na laje da Agências Queixadas. ....	205

Imagem 19 - Moradores assistindo ao documentário “Turismo de Resistência”.....	206
Imagem 20 - Ação Educativa no Mirante da Freguesia do Ó.....	209
Imagem 21 - Panfletos e colagens do ato. ....	210

.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área de atuação.....	174
---------------------------------	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADASTUR - Cadastro de prestadores de serviços turísticos

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CPC-USP - Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo

CPDOC Guaianás - Centro de Pesquisa e Documentação Guaianás

CPF-SESC - Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio

DOPS - Departamento Estadual Ordem Política e Social de São Paulo

DPH - Departamento de Patrimônio Histórico

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FCZL - Fórum de Cultura da Zona Leste

HDDH - História da Disputa e Disputa da História

IB - Instituto Bixiga

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexualidade e mais

MCCSP - Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo

MCP - Movimento Cultural das Periferias

MSTC - Movimento Sem-Teto do Centro

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTur - Ministério do Turismo

NAU-FFLCH-USP - Núcleo de Antropologia Urbana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

OMS - Organização Mundial da Saúde

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PMC - Plano Municipal de Cultura

REPEP - Rede Paulista de Educação Patrimonial

SESC - Serviço Social do Comércio

SPTuris - São Paulo Turismo

TBC - Turismo de Base Comunitária

TC - Turismo Comunitário

TICP - Território de Interesse da Cultura e da Paisagem



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: DAS TRAVESSIAS AO INÍCIO DA TESE.....</b>	<b>18</b>
Delimitações: Coletivos culturais, turismo e primeiras conexões .....	22
Questionamento da tese.....	26
Questões teóricas e de método: escolhas e trajetos de pesquisa .....	29
Protocolo de pesquisa.....	31
Códigos, categorias e teorias .....	38
Como o trabalho está dividido .....	39
<b>PARTE 1 .....</b>	<b>41</b>
Referencial Teórico .....	41
<b>CAPÍTULO 1 – TURISMO: PANORAMAS, POLÍTICAS E DISPUTAS TEÓRICAS</b>	<b>42</b>
1.1 Políticas, instabilidades e disputas no Turismo.....	48
1.2 Turismo: tem teoria (s)? .....	51
1.3 Pensando algumas fronteiras da definição de turismo .....	55
1.4 Turismo, ciências sociais, antropologia e novos paradigmas.....	61
<b>CAPÍTULO 2 – TURISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS .....</b>	<b>69</b>
2.1. Turismo como direito.....	72
2.2. Trabalhadores se unem .....	74
2.3. Comunidades e coletividades reagem .....	76
2.4. Caminhos que unem movimentos sociais ao turismo.....	81
2.5. Patrimônio cultural como um fio entre turismo e movimentos sociais.....	82
2.6. Mobilizando paradigmas: do patrimônio cultural ao turismo .....	86
<b>PARTE 2 .....</b>	<b>91</b>
<b>DESVENDANDO CENÁRIO, ATORES/AUTORES E REGRAS .....</b>	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO 3 – SÃO PAULO: CENÁRIO DE LUTAS, CULTURA, LAZER E TURISMO.....</b>	<b>93</b>
3.1. Padrões de crescimento, segregação e especulação.....	97
3.2. Turismo urbano e patrimônio cultural na cidade de negócios .....	103
3.3. São Paulo: a cidade que resiste.....	106
3.4. Movimentos culturais: patrimônio cultural em São Paulo.....	108
<b>CAPÍTULO 4 – ATORES/AUTORES E REGRAS: DE PERTO E DE DENTRO DAS AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>111</b>

4.1. Movimentos sociais, ativismos ou coletivos? .....	113
4.2. Cidades: de olhares amplos aos mais concentrados .....	117
4.3. Olhares compartilhados: os coletivos Repep e Grupo Ururay .....	123
4.4. <i>Trajetos</i> e <i>circuitos</i> de ativismo em São Paulo .....	132
4.5. Das pautas de cultura ao <i>hackeamento</i> do turismo.....	142
4.6. Resistências, negociações e conflitos .....	155
<b>CAPÍTULO 5 – EIS UMA PANDEMIA: DO ESPAÇO PÚBLICO AO CONFINAMENTO</b> .....	<b>159</b>
5.1. Turismo imobilizado? .....	160
5.2. Movimentos sociais: mobilizando na imobilidade .....	162
5.3. Idas e vindas: ainda as ondas .....	168
5.4. Plataformas, aplicativos, redes sociais.....	183
5.5. Retomada do espaço público: transitando entre o <i>online</i> e <i>offline</i> .....	186
<b>CAPÍTULO 6 – REFLEXÕES SOBRE <i>CIRCUITOS</i>, <i>TRAJETOS</i>, “<i>QUEBRADAS</i>” E RESISTÊNCIAS dos COLETIVOS CULTURAIS .....</b>	<b>214</b>
6.1. Desafios para um turismólogo na sua própria cidade .....	217
6.2. Dar substâncias e adjetivar palavras ao que mais interessa: os verbos ..	221
6.3. A composição de um <i>circuito</i> de turismo de quebradas e resistências ...	226
6.4. Repensando a relação entre turismo e patrimônio cultural .....	232
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>244</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>249</b>

## **INTRODUÇÃO: DAS TRAVESSIAS AO INÍCIO DA TESE**

A tarefa de escrever uma tese possui indubitavelmente seus momentos de solidão. Mas a pesquisa como um todo, em todas as suas concepções e fases é uma construção coletiva. Do ponto de vista temporal, mesmo nos momentos mais longínquos deste trabalho, nas reminiscências da minha infância, desde sempre, as ações coletivas sempre estiveram presentes em minha vida e foram de extrema importância para a minha formação. Assim, dedico-me a apontar nesta introdução, ainda que sucintamente, essa relação presente em minha vida, cujos fatos me são muito caros e ajudaram a construir esta pesquisa.

Este trabalho trata de turismo, lazer, patrimônio cultural e movimentos sociais. Senti-me desafiado a estudar estas questões que atravessam minha vida. Minha família, migrantes nordestinos, aportaram na Zona Leste de São Paulo em meados dos anos de 1970. Na minha infância no início da década de 1980, lembro-me claramente de ver muitos dos meus parentes acampados sob lonas em diversos terrenos, principalmente no bairro de São Miguel Paulista, local em que morei. Estas ocupações eram coordenadas por movimentos locais os quais reivindicavam moradias populares. Ainda que minha família não fosse militante de tais movimentos, esse período me foi marcante.

Logo em seguida, fomos morar na Cohab 1, Arthur Alvim (à época Itaquera), bairro representativo em lutas sociais, cujos moradores reclamavam a carência de infraestrutura. Muitas figuras emblemáticas marcam a memória do bairro, caso do Padre Joe, líder da Igreja Católica São Francisco de Assis dos Pequeninos, reverenciado por moradores locais até hoje, devido às suas ações sociais. Também me toca pensar na construção de espaços que se tornariam simbólicos no bairro, como a Praça Dilva Gomes. A praça recebera tal nome em homenagem a uma militante que fora atropelada na década de 1980.

Ainda nos anos de 1980, meu pai trabalhava como metalúrgico e tinha sido bastante afetado pelos discursos e verve sindicalista da época. Nunca foi filiado a partidos, mas sempre foi intenso defensor das causas trabalhistas. Apesar da pouca educação, acabou desenvolvendo uma capacidade muito interessante de dialogar com seus pares, e isso proporcionou-me uma importante referência política, a qual iria me dar conta somente em um futuro, mas não muito distante.

Saltando em anos para outro período, os tempos que me marcariam como mais afeito às discussões nos movimentos sociais remetem-me a minha tardia empreitada de entrar na universidade. Entre o final dos anos de 1990 e início dos 2000 tive contato com diversos amigos que militavam nas mais distintas bandeiras, de movimentos antiglobalização, anarquistas, ambientalistas radicais, às pautas mais territoriais, como os saraus liderados por jovens periféricos. As conversas, ações, entre outras eram voltadas ao fracasso neoliberal que jogou muitos dos jovens a toda sorte de dilemas sociais da época, entre elas o desemprego.

Nesta época conheci um movimento periférico da Zona Norte, articulado por diversos jovens, poetas “marginais”, que se chamava Mesoperiferia. O início dos anos 2000 marca o surgimento de diversos espaços culturais articulados por militantes periféricos, entre eles muitos saraus realizados em bibliotecas, livrarias e até mesmo em bares. Da influência destes espaços, de lá para cá muita coisa mudou e vem mudando.

O tempo seguiu e eis que nos deparamos com o ainda enigmático ano de 2013. Sem entrar no mérito de discutir tal ano, uma vez que já tem sido assunto de teses e livros, é interessante notar os desdobramentos que ocorreram. Ainda que nessa esteira seja importante dizer que diversos movimentos ou “contramovimentos” estejam ligados às pautas conservadoras e ultraliberais, mas que também roubaram a cena.

Os anos se passaram desde a minha formação em Turismo em 2006 e claramente me identificava muito mais com as questões culturais, sociais e políticas que atravessam o Turismo. E assim me deparei com formas e expressões de turismo que me despertam interesse, como o turismo social, turismo de base comunitária, entre outros. Comecei a me interessar profundamente pelas relações entre estes formatos de turismo, quiçá contra-hegemônicos, com os movimentos sociais. Embora, ainda cause estranhamento pensar nessa possível relação. Mais intrigante ainda no caso de São Paulo, onde o turismo notoriamente se associa ao viés econômico do setor de negócios.

E dessa combinação com o fim de meu mestrado foi surgindo a ideia de escrever uma tese. Embora no meu mestrado (finalizado em 2015) eu tenha estudado as possibilidades de desenvolvimento do turismo de base comunitária em uma comunidade caiçara, Peruíbe, São Paulo; voltei, agora, as atenções à cidade em que

moro. Do mestrado ficou uma observação apontada pela Professora Dra. Teresa Mendonça da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sobre a possibilidade de ver o turismo de base comunitária (TBC) como um movimento político e social. Tendo em vista que geralmente muitas das ações no TBC crescem conjuntamente às mobilizações coletivas.

Outro ponto crucial que me impulsionou a debruçar na construção de meu projeto de pesquisa foi um episódio recente em minha vida também. Pensando sobre este aspecto designei-me a tentar entender tal questão, ou começar a fazer isso. Refiro-me a um encontro que tive no final de 2017 com integrantes de um grupo espanhol chamado Baladre, composto por coletivos, principalmente, da Península Ibérica, norte da África e simpatizantes da América do Sul, tendo como objetivo comum o combate à desigualdade, o empobrecimento e a exclusão em todas as suas formas.

O encontro foi a pedido de um amigo de infância, residente da cidade de Guarapuava, Paraná, e professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná). Tal amigo havia os conhecido quando de sua estada na Espanha para realização de pesquisa de pós-doutoramento. Assim, este meu amigo me pediu que eu os apresentasse a alguns movimentos sociais e ações coletivas em São Paulo.

Os integrantes eram duas moças e um rapaz que tinham experiências com discussões sobre feminismo, demandas sindicais, entre outras, obviamente de seu país de origem. Vieram ao Brasil com objetivo de conhecer os movimentos sociais daqui. No Paraná tiveram contato, sobretudo, com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Já em São Paulo recepcionei-os, e decidi levá-los para conhecer, inicialmente, um projeto de umas amigas que trabalham com agroecologia e turismo no bairro do Bixiga. Tal espaço realiza atividades socioambientais: feiras e oficinas com trabalhadores ligados à agricultura familiar ou economia solidária.

No dia seguinte, a minha companheira, que há pouco tempo havia defendido o seu mestrado sobre “mulheres e economia solidária” convidou os ativistas espanhóis para ir a uma feira feminista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Neste mesmo dia o grupo também conheceu um garoto (que é um amigo comum meu e de minha companheira), o qual trabalhava em uma Organização não governamental de Educação, e desenvolvia (desenvolve ainda hoje)

paralelamente uma atividade social no Grajaú, extremo Sul da capital de São Paulo, com navegação à vela na Represa Billings.

Por fim, no último dia, o grupo conheceu um integrante de um movimento literário e ativista cultural da periferia da Zona Norte, o Mesoperiferia. Após este primeiro encontro do dia fomos juntos, tanto os baladrinos (como se autodenominam), como o integrante da Mesoperiferia conhecer a Aldeia *Itakupe* dos Guaranis, localizada no bairro do Jaraguá (Zona Oeste de São Paulo). O intuito foi de participar de um festival promovido pelos indígenas e também por um ativista socioambiental que lidera um movimento chamado “Existe Água em SP”.

Desse encontro surgiram-me diversas inquietações e indagações. Este grupo tinha um objetivo claro. Todavia, para além da viagem planejada e com claras finalidades, são diversos pontos que aludem a uma experiência atípica de turismo na cidade de São Paulo, diferente do que é proposto institucionalmente, seja por órgãos oficiais de turismo, ou por instituições privadas, como agências de turismo.

É evidente que a experiência supracitada não deixa de ser turismo, do ponto de vista econômico, a despeito do objetivo de o grupo contestar veementemente a lógica de mercado. Como forma de reduzir os custos da viagem, os baladrinos se alojaram em um apartamento de uma pessoa de São Paulo, conhecida de uma integrante do grupo. Entretanto, eles se deslocaram pelos distintos modais paulistanos: por metrô, ônibus e carro; despenderam custos na cidade, principalmente em bares e restaurantes, até mesmo, no entremeio, foram a um bar administrado por palestinos, o qual possui uma envergadura bem politizada, ligado aos “novos imigrantes”, recém-chegados na cidade, o *Al Janiah*<sup>1</sup>. Entretanto, devido aos encontros programados fizeram suas refeições em residências de visitantes - inclusive participaram de um almoço comunitário na Aldeia.

Não estou propondo discutir um agenciamento de viagens a militantes ou ativistas que queiram conhecer os movimentos sociais da capital paulistana. Na verdade, tal encontro despertou-me a refletir sobre outras possibilidades de se fazer turismo na cidade de São Paulo. Refiro-me a pensar outras formas de se fazer turismo,

---

<sup>1</sup> Sobre a experiência da viagem em São Paulo na perspectiva do grupo Baladre, esta pode ser lida aqui: <http://coordinacionbaladre.org/noticia/cronica-17-sao-paulo-resistir-en-la-megaciudad> e <http://coordinacionbaladre.org/noticia/cronica-18-trabajo-comunitario-y-lucha-guarani-en-sao-paulo>. Acesso em 09 out 2022.

a outra *agência*, que adiante tentarei explicar. É preciso pensar não apenas sobre suas áreas consolidadas do mercado de viagens, mas quem sabe pensar o turismo e o lazer a partir dos olhares e conhecimentos construídos de tais grupos, coletivos, movimentos sociais.

Parte substancial dos grupos visitados, anfitriões dos baladrinos têm nos alertado para as muitas adversidades urbanas: da exclusão completa para a inclusão pífia; do descaso ambiental; preconceitos sociais e culturais; mas, em contraponto, também para formas de sociabilidades mais saudáveis. Não estariam nas demandas das pessoas citadas neste breve relato, nos grupos que o Baladre visitou, os quais indagam acerca dos direitos culturais, da luta por justiça ambiental, participação social, direito ao lazer, algumas pistas para se repensar a ideia corrente que se tem de turismo na cidade? Diante deste ponto é que inicia a minha empreitada em escrever uma tese.

### **Delimitações: Coletivos culturais, turismo e primeiras conexões**

No ano de 2018 integrantes da Comunidade Cultural Quilombaque, coletivo que atua desde o ano de 2005 no bairro de Perus (QUILOMBAQUE, 2009), localizado na Zona Noroeste da cidade de São Paulo, recebeu o 15º Congresso Mundial de Lazer. Neste encontro o coletivo foi anfitrião de estudantes provenientes de diversos continentes onde realizariam o programa *International Field School* ligado ao Congresso. A Comunidade Quilombaque, conhecida no bairro e também pela cidade de São Paulo, já realizava diversas atividades culturais em seu território, e diante do encontro no congresso, que também contou com parcerias com instituições como o Senac, Sesc e a Universidade de São Paulo, decidiu, assim, abrir uma agência de turismo, a Agência de Desenvolvimento Eco Cultural Queixadas (VIEIRA JÚNIOR et al 2020; BELMONTE, SILVESTRE, 2018).

O nome Queixadas refere-se a um movimento que liderou uma das maiores greves da história brasileira, iniciada no ano de 1962 na Fábrica de Cimento Portland de Perus, a qual perdurou por sete anos. Tal fábrica, hoje fechada, faz parte da memória dos moradores do bairro e é um dos elementos que compõem um museu

territorial que a agência de turismo batizou pelo nome de Museu *Tekoa Jopo*<sup>2</sup>. As trilhas realizadas pela a agência no museu territorial são articuladas junto a outros tantos coletivos do bairro, e dizem respeito aos espaços públicos que têm sido ocupados e ressignificados, à memória da fábrica, e também das muitas lutas passadas, algumas delas durante a última ditadura militar brasileira.

Para além do território, integrantes da Comunidade Cultural Quilombaque fazem parte do Movimento Cultural das Periferias (MCP), movimento este que surgiu no ano de 2013 a partir da união de diversos coletivos, fóruns e redes espalhadas pela cidade de São Paulo (QUEIROZ, 2020). O propósito principal do MCP, além da construção de políticas públicas, tem sido disputar o orçamento público municipal destinado à área da cultura (RAIMUNDO, 2017). Uma das muitas verbalizações icônicas que escutamos informalmente por militantes deste movimento diz respeito ao termo “*hackear*”, seja a política, a cultura, orçamento, ou até mesmo um evento<sup>3</sup>. Para além de apenas entender o significado desta sentença, é preciso compreender os processos materiais e as disputas simbólicas presentes nestas ações e nestes movimentos.

Uma das redes que compõe o MCP é o Fórum de Cultura da Zona Leste, que por sua vez é também um “coletivo de coletivos” como dizem os próprios integrantes. A região da Zona Leste de São Paulo que abriga a maior parte da população da cidade tem uma profunda história de embates sociais. Muitos deles relacionados à área da cultura. O Movimento Cultural Penha, que tem sede no bairro da Penha iniciou formalmente suas atividades no ano de 2001, mas suas origens como movimento popular remontam à década de 1980<sup>4</sup>. Em 2014, integrantes do movimento fundaram o Grupo Ururay e ampliaram o escopo de suas ações para outros bairros da Zona Leste estabelecendo parcerias com muitos atores locais e outros coletivos. Atualmente o coletivo dedica-se a trabalhos envolvendo discussões sobre a memória e patrimônio cultural do bairro, e inclusive captam recursos públicos por meio de políticas públicas, como a lei de Fomento à Cultura da Periferia, que fora encampada pelo MCP. Passaram inclusive a estabelecer parcerias com instituições como o Sesc

---

<sup>2</sup> Ver: <https://museutekoajopoi.com.br/territorio/>. Acesso em 09 out 2022.

<sup>3</sup> No livro “Nenhum passo atrás” elaborado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste (2019), ativistas citam o “*hackeamento*” de um evento promovido pela Secretaria de Cultura do município de São Paulo para denunciar a desigualdade porque passam tais coletividades culturais periféricas.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/movimento-cultural-penha-151568>. Acesso em 09 out 2022.



para realizar atividades de turismo social e também começaram a se interessar pelo turismo de base comunitária. Ainda que o Grupo Ururay não trabalhe formalmente com o turismo, não possui uma agência, embora alguns de seus integrantes tenham formação de guia de turismo, assim incorporaram em suas narrativas, como pode ser visto em suas falas, ou em seu site, e igualmente em suas práticas.

Destarte, as temáticas de memória, patrimônio cultural e referências culturais são linhas de conexões que tecem uma imensa rede unindo coletivos pela cidade de São Paulo. Entretanto, há outros fios que também têm ajudado a tecer outros possíveis vínculos: uma dessas linhas é o turismo. Por meio dessas ligações, é possível notar que a temática do turismo tem criado amarrações entre atividades, práticas e narrativas de ativistas, coletivos e movimentos sociais pela cidade.

Em termos de ativismo e turismo, os exemplos não se resumem apenas a estes dois coletivos, mas sim têm aparecido de diversas formas e em muitas práticas de movimentos sociais, cujos grupos, em maioria, atuam informalmente (ainda que isso seja passível de problematização) pela cidade. Tais falas não dizem apenas a respeito de fazer uso da atividade para desenvolvimento local e econômico, para gerar renda, ou seja, narrativas economicistas, inclusive, muito comum nas percepções de profissionais da área, da academia e até mesmo militantes de temáticas de turismo chamadas de contra-hegemônicas. O turismo tem sido observado por estas pessoas sob uma profusão de possibilidades: como estratégia, tática, um elemento ativador, um disparador para debates, como forma de emancipação cultural e financeira, um mecanismo difusor de atividades culturais. Ou seja, ele corre na boca destes ativistas por meio de narrativas plurais.

Entre tantas linguagens da área cultural, o patrimônio cultural certamente é um tema de muito interesse da área do turismo. Geralmente, o patrimônio cultural é tratado como um “atrativo” pelo turismo, ou seja, como uma mercadoria, novamente, por profissionais da área, bem como na maioria dos estudos, artigos científicos, teses e dissertações de turismo. Além disso, em questões simbólicas, o turismo é também um difusor do patrimônio, mas geralmente, tal difusão é sempre do “típico” e do “tradicional”, em termos de cultura (NIGRO, 2001), optando por uma postura conservadora e elitista. E, assim, muitos estudos da área do turismo têm demonstrado pouca atenção às mudanças destacadas por muitas coletividades na sociedade.

Entretanto, podemos notar deslocamentos conceituais do patrimônio cultural em áreas de estudo como na geografia urbana, ou sociologia e antropologia<sup>5</sup>.

Como tem observado Scifoni (2019, 2013), desde meados da década de 1970 movimentos sociais têm pressionado instituições públicas a tomarem novas posturas diante do tratamento do patrimônio cultural. Assim, pesquisadores têm sido estimulados a entender as mudanças necessárias em ver o patrimônio cultural, e promovendo novos debates teóricos do tema. E de lá para cá percepções mais populares de patrimônio cultural têm ganhado espaço (SCIFONI, 2013).

E quando olhamos para as ações destes coletivos mencionados, pensando na interface de turismo e patrimônio cultural, podemos notar uma produção extensa de questionamentos envolvendo as duas atividades. Tentando fugir de mediações e difusão do patrimônio cultural pautado no senso comum, de forma alienada; coletivos têm buscado a potencialidade de se usar atividades como o turismo, por outra via, que ressalte suas referências culturais<sup>6</sup> e não apenas o patrimônio tutelado pelo o Estado. Não raro, o turismo tem se tornado centro de debate pelos coletivos, tendo em vista a característica majoritariamente mercantilista, e também seu caráter de difundir estereótipos, sobretudo preconceituosos, assim como simbolismos elitistas.

Concorda-se com Allis, Moraes e Sheller (2020), cujos autores apontam que não é mais tão interessante, estudos que privilegiem dicotomias entre turistas ou moradores locais. E é por este caminho mais complexo, envolvendo as inúmeras interações de sujeitos e coletividades, que pretendo delinear esta tese. Outrossim, para investigar como se dá a conexão entre patrimônio cultural e turismo em coletivos culturais, não se pretende abaixo concentrar-se em um caso específico. Assim, nota-se ser muito profícuo estudar a profundidade destas conexões e o que elas dizem sobre o turismo. Por meio destes questionamentos almeja-se, adiante, compreender e descrever as narrativas referentes a temas como turismo e patrimônio cultural na cidade de São Paulo a partir das estratégias dos grupos sociais aventados nesta

---

<sup>5</sup> Para corroborar com essa afirmação, para além da constatação da autora Nigro (2001), ver os estudos difundidos na área de turismo de Carlos (2016); também de Hintze (2013) sobre espetáculos e invisibilidades em diversos campos de turismo; e recentemente a dissertação de mestrado de Rodrigues (2021) sobre o apagamento das referências culturais negras por instituições oficiais de turismo na cidade de São Paulo.

<sup>6</sup> Segundo Nito e Scifoni (2017, p. 40) a noção de referências culturais se “originou dentro do campo de atuação do patrimônio cultural, nos anos 1970, e foi atualizada a partir da formulação da Política Nacional do Patrimônio Imaterial, concretizada no decreto federal no 3.551/2000, com os Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC)”.

pesquisa. Para Eckert e Rocha (2010, p.122) “os habitantes da cidade são narradores em potencial de suas experiências vividas no contexto urbano”. Para dar conta de entender tal processo, as mesmas autoras destacam que o pesquisador em campo na cidade deve partir “de uma perspectiva metodológica interpretativa específica para configurar um grupo de interesse de estudo” (ECKERT, ROCHA, 2010, p.122). Neste sentido, tentaremos estabelecer relações entre as atividades e ações destes grupos com o turismo em espaços urbanos.

### **Questionamento da tese**

Tendo em vista o contexto descrito acima, estabelecemos um questionamento base desta pesquisa: **qual o papel dos coletivos culturais urbanos na formação do turismo na cidade?** Especificando, podemos desdobrar em mais dois questionamentos: baseando na indagação proposta por Allis (2016) cujo artigo nos estimula a inquirir o quanto de turismo há nas narrativas destes movimentos, pergunta-se aqui **como o turismo permeia as narrativas e práticas destes grupos?** E pretendendo demonstrar como estes atores criam, estabelecem regras, negociam a atividade de turismo, seja para questioná-la ou para usufruí-la a partir de seus olhares e conhecimentos, indago: **como estes movimentos *agenciam* o turismo na cidade de São Paulo?**

Face ao que foi descrito, o **objetivo** principal desta pesquisa é analisar as narrativas de ação política construídas por ativistas e movimentos sociais os quais têm se interessado pelo turismo, antes e durante a pandemia, observando a importância destas experiências com vistas a construir contribuições teóricas e práticas para pensar criticamente o turismo e lazer na cidade de São Paulo.

Assim pretende-se, como **objetivos específicos** mapear os grupos culturais que desenvolvem atividades de turismo; delimitar quais movimentos e coletivos serão analisados, considerando os que colocam no eixo de suas discussões o patrimônio cultural; pesquisar acerca de ações coletivas produzidas por estes grupos, entre os anos de 2014<sup>7</sup> até o presente momento, tendo em vista a produção de documentos,

---

<sup>7</sup> A escolha deste ano se justifica tendo em vista que os principais coletivos aqui discutidos foram fundados neste ano, ou mesmo foi um ano crucial para seus prosseguimentos, conforme será observado adiante.

atas, boletins, livros, dossiês, participação política, atividades em redes sociais e plataformas digitais destes coletivos em tal período; descrever as ações políticas, culturais e de turismo dos grupos realizadas durante a pandemia; analisar os significados e o universo simbólico de suas experiências de sociabilidade por meio de conexões e ações políticas; analisar as possibilidades de pensar o turismo e lazer na cidade a partir das experiências e ações dos coletivos, dos movimentos sociais e dos ativistas estudados.

Não obstante, durante a realização desta pesquisa, ocorreram fatores externos que a impactaram profundamente. Um deles foi a rápida disseminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma Pandemia no ano de 2020, provocando uma crise sanitária global sem precedentes, obrigando governos, em escala planetária, a adotar diversas medidas para restringir a circulação de pessoas em espaços públicos. O turismo foi uma das primeiras atividades econômicas afetadas pela Pandemia, e o seu desdobramento ainda é motivo de muitos debates. Tal fato influenciou diretamente o curso desta pesquisa, impondo novos desafios, uma vez que os caminhos metodológicos exigem a circulação do pesquisador pela cidade, e em determinado momento tal fato foi obstado pela quarentena. Contudo, a situação exigiu reflexão sobre o contexto e a repercussão sobre o futuro da cidade de São Paulo. Neste sentido, é mister entendermos a conjuntura em que se encontrou as atividades de turismo no espaço público. Deste modo, procurou-se entender como coletivos e ativistas construíram suas ações antes e durante a pandemia de Covid-19.

Este trabalho se justifica por contemplar um tema de certo modo novo, ou seja, as experiências recentes de movimentos sociais na cidade de São Paulo e seu entrelaçamento com o turismo. É preciso assim, um esforço para pensar o turismo por outras bases que não apenas normativas. Concordando com Gravari-Barbas e Delaplace (2015), faz-se necessário pensar o turismo “fora da caixa”. Fora dos padrões, cânones centrais e hegemônicos. É possível ir mais além.

Dessas conjecturas, revela-se a preocupação de se observar o turismo urbano em uma perspectiva contra-hegemônica, partindo da análise de movimentos atinentes à defesa da memória, patrimônio cultural e referências culturais, tendo em vista a participação social e política de seus integrantes. Como lembra Gilles Pronovost (2011, p. 106), a participação política é um elemento importante para o entendimento

das práticas de lazer (e também de turismo no caso desta pesquisa), pois, partindo desse espectro, é possível entender quais conflitos se desdobram. Semelhante a esta objeção, Pacheco (2016, p. 96) aponta que, atividades como o lazer (reitero novamente, também o turismo), são elementos sociais que auxiliam a moldar a identidade dos sujeitos.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa exige aporte de distintas áreas do saber: principalmente turismo e antropologia. Contudo, apoia-se também em estudos da Sociologia e Política, Geografia, entre outras áreas. Portanto, demanda intenso estudo interdisciplinar. Cabe dizer que uma das principais prováveis contribuições desta pesquisa à ciência será a aproximação entre a antropologia urbana e o turismo, fato significativo para o Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Dito isso, cabe mencionar que, discutindo a interface de turismo entre direitos, sejam sociais, culturais e políticos, para além de pensá-lo apenas pela chave de desenvolvimento, este estudo contribui para percepções multidimensionais da área.

Registra-se, ainda, que a pesquisa tem sido de extrema importância para a formação pessoal do pesquisador, tanto como indivíduo quanto como cidadão. Pessoalmente, justifico também este trabalho por ser morador da cidade, circular constantemente por ela, ter morado em diversos bairros da Zona Leste e Oeste. Enfim, viver as dores e as delícias de ser um cidadão de uma cidade latino-americana.

A cidade passa por processos constantes de transformações. Diversos setores sociais contribuem nestas mudanças. Os serviços, o qual inclui o turismo, possui seu papel nessa relação dialética de sujeitos e objetos na cidade, e certamente, não escapa destas modificações. Neste sentido, o turismo e a cidade compõem uma relação dialética que possui como mediadores diversos atores sociais. Neste trabalho, refiro-me aos movimentos sociais que ao acionarem o turismo, com distintas finalidades na cidade, ativam processos que a transformam, e igualmente transformam a si mesmos, como adverte Harvey (2014). Destarte, a cidade é movimento permanente, conforme destaca Agier (2015).

É importante dizer que esta tese relacionada ao campo de saber do turismo é um trabalho com postura crítica. As escolhas teóricas partiram de estudos críticos no turismo, cujas filiações podem instrumentalizar o pesquisador a desconstruir narrativas dominantes, essencialmente àquelas costumeiramente realizadas pelo crivo ocidental

como salienta Arias Casteñeda et al (2013, p. 336). Uma vez que as desigualdades sociais ainda persistem globalmente é importante que se pense com criticidade no turismo (ARIAS CASTEÑEDA et al, 2013 p. 348). O pesquisador deve estar atento à necessidade de, quando preciso for, desnudar o véu de realidades suspeitas e otimismo insuflados que ignoram efeitos perversos, os quais foram e ainda são geralmente afirmados pelas matrizes positivistas.

### **Questões teóricas e de método: escolhas e trajetos de pesquisa**

Esta pesquisa iniciou-se no primeiro semestre de 2019, quando fui aprovado no processo seletivo de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo (PPGTUR-EACH-USP). Entretanto, é importante salientar que venho acompanhando os coletivos e iniciativas aqui estudados antes deste ano, conforme descreverei no andamento deste trabalho.

Além de cumprir disciplinas obrigatórias do Programa de Pós-Graduação, procurei participar assiduamente, como pesquisador ouvinte, do grupo de pesquisa do Núcleo de Antropologia Urbana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (NAU-FFLCH-USP), especificamente o Grupo de Estudos NAU-Cidades, coordenado pelo Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani. Destarte, tenho me dedicado a estudar profundamente a abordagem etnográfica das cidades. Na ocasião da participação no NAU tive a oportunidade de apresentar por mais de uma vez meus trabalhos em curso de pesquisa de doutorado, e até mesmo meu trabalho de ação cultural e educativa que desenvolvo no Museu Octaviano Armando Gaiarsa da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santo André (local onde trabalho).

Ao longo deste trabalho participei de muitos eventos e discussões com os grupos mencionados. Em uma parte inicial da pesquisa classifico como pré-campo, pois foi a forma de me aproximar das iniciativas dos coletivos. Estas incursões ao campo ocorreram desde maio de 2019, mas é importante detalhar que também participei de atividades antes deste ano, uma vez que já conhecia parte dos coletivos. Mas é a partir de 2019 que em todas estas participações, sejam elas presencialmente

ou em encontros remotos, passei a me apresentar como pesquisador de Turismo do PPGTUR.

É indispensável conhecer a natureza dos objetivos, das ações e das estratégias deles, além de entender como se movimentam pela cidade e dialogam com demais atores. É imperativo examinar e reunir diversos materiais, livros, artigos, reportagens e, no caso atual, apoiar-se nas redes sociais, em que esses grupos são muito ativos. Ademais, com base nos estudos teóricos e bibliográficos pesquisados e em todo material possível. Como pesquisador procurei ajustar o olhar ao intuito real e objetivo de construção desta tese de doutorado.

Estudando com o orientador tem sido possível cruzar informações com a bibliografia e redefinir estratégias para a continuidade da pesquisa. Nesse sentido, a qualificação também foi um momento crucial, pois possibilitou novas experiências e sugestões acadêmicas, acertos, críticas dos avaliadores, titulares e suplentes, as quais tentei na medida do possível contemplar durante o percurso de escrita final. Esta pesquisa também tem realizado um trabalho exaustivo de consultas em base de dados como no Portal da Capes, Science Direct, Scopus, Portal Publicações de Turismo (PPGTUR-EACH-USP), e principais periódicos em língua portuguesa, espanhola e língua inglesa, essencialmente da área do turismo, mas também da antropologia e sociologia urbana, geografia urbana e estudos interdisciplinares do tema patrimônio cultural. Isso demonstra o desafio de almejar uma amarração teórica que sustente o debate que se almeja construir. Igualmente, é bom dizer que parte da construção teórica advém de meus próprios interlocutores, os quais já têm produzido uma bibliografia sobre suas atividades na cidade.

Mas, devo destacar que esta tese não parte do princípio de neutralidade da ciência, uma vez que me sinto afetado pelas questões de patrimônio cultural, periferia, turismo contra-hegemônico. Evidente que tenho ciência das contradições desta premissa, pois tenho em mente as relações de poder que permeiam toda a sociedade. Também mantenho a consciência de que sou um homem branco, ainda com minha vida atravessada pelo contexto periférico, reconhecendo meus privilégios, por exemplo, para citar um deles, no qual posso razoavelmente circular pela cidade, tendo em vista, infelizmente, que o machismo e patriarcado marcam a nossa sociedade. Não se deve isolar ou esquecer que violências sexuais e assédios são presentes na vida de pesquisadoras mulheres e cabe a todos e todas, no campo acadêmico, e além

dele, compreenderem este problema, conforme adverte Freitas et al (2017). Ainda que visto como limites, os recortes e escolhas tanto teóricos quanto os metodológicos não deixam de ter objetividade e adotam protocolos com rigor ao que cabe as bases das ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

### **Protocolo de pesquisa**

Esta pesquisa se estrutura como um trabalho exploratório, descritivo e interpretativo, uma vez que irá deslindar a narrativa de coletivos, movimentos sociais e redes envolvidas em ações coletivas na cidade de São Paulo. Nesse sentido, o estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, pois trata de uma construção social não objetiva (VEAL, 2011, p. 275), baseada em uma análise etnográfica aos moldes de Magnani (2012), tendo em vista que o pesquisador se coloca “de perto e de dentro” do cenário a ser estudado, ainda que ao longo do texto procuro trazer uma visão ampliada (de longe e de fora) do contexto da produção de turismo e também da cidade de São Paulo. O estudo baseia-se na hermenêutica, envolvendo leituras, releituras, propondo novas interpretações do Turismo, ao que Panosso Netto e Nechar (2016, p. 35) nomeiam de paradigmas de Turismo.

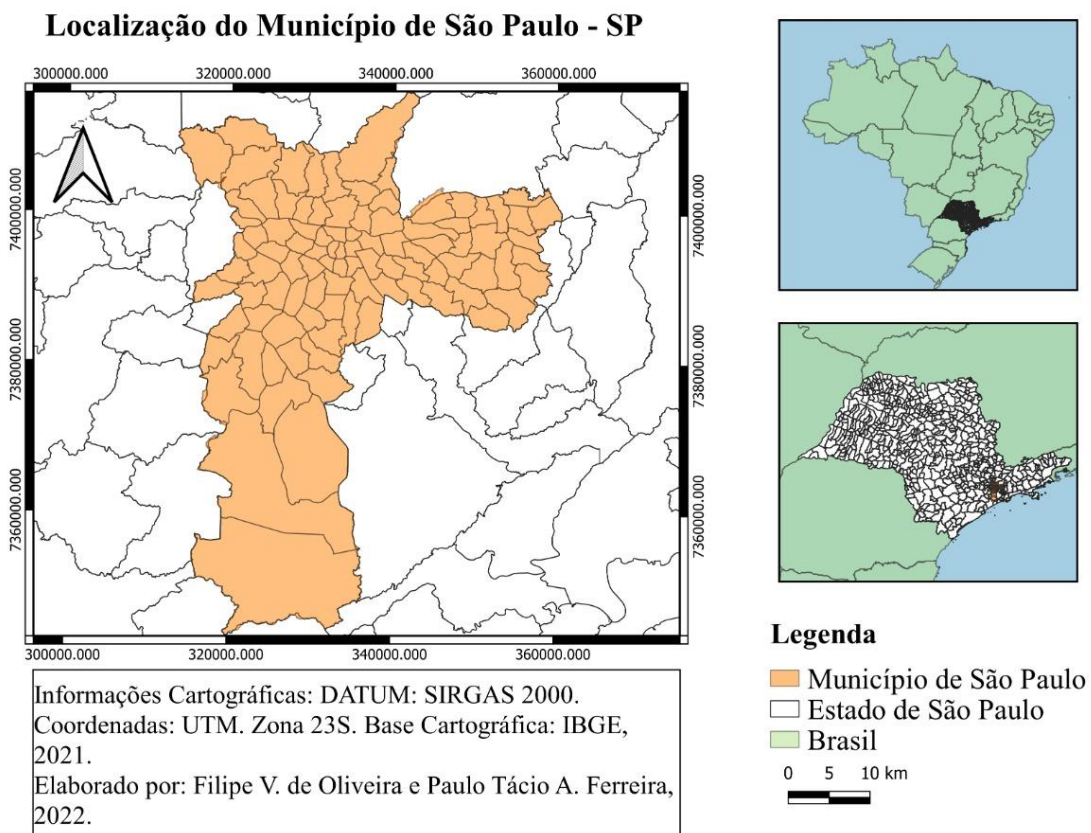
Diante disso, em resumo, seguimos pela clássica definição de Clifford Geertz (2012, p. 4), autor que destaca que etnografia: “é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”, contando evidentemente com um esforço intelectual de interpretação das interações sociais ao que Geertz (2012) chama de “descrição densa”. Acredito que Magnani (2009) contribui para uma boa reflexão do fazer etnográfico, pois a ela o autor sinteticamente postula como:

uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p.135).



O recorte abrange especificamente a capital de São Paulo (Figura 1), pois, dada a sua dimensão, observam-se experiências de sociabilidade supracitadas. Marcus (1995) sugere que para além das pesquisas etnográficas realizadas em locais únicos, há também a possibilidade de examinar como circulam “significados culturais, objetos e identidades em espaço-tempo difuso” (MARCUS, 1995, p. 96). Assim este autor propõe o exercício de uma pesquisa “multi-situada” (MARCUS, 1995). O interesse é saber como circulam as pessoas, ideias, objetivos, objetos, ações dos grupos, principalmente as relacionadas ao turismo e lazer tendo em vista que estes não estão presos ou fixos em um determinado local. Igualmente, interesse-me em saber como ocorrem associações, intersecções, tensões e dissensos. Por meio das narrativas podemos observar discursos, trajetórias e práticas construídas pelos próprios cidadãos em muitas e diversas situações possibilitando conhecer suas interpretações e formas de viver urbanas que constroem “sentidos de identidade em seus deslocamentos e pertencças” conforme explicam Rocha e Eckert (2010, p. 122).

**Figura 1 - Mapa do município de São Paulo.**



Fonte Filipe V. de Oliveira e Paulo Tácio A. Ferreira, 2022.

O que se quer ver, por quais conexões seguir, quais lugares e territórios a serem estudados, quais questões serão tratadas, observar antecipadamente a possibilidade de falar com as pessoas, notar a tipologia de grupo, são várias as questões que se apontam. Contatos com coletivos, comunidades, aldeias, organizações da sociedade civil, empresas, poder público, ou seja, círculos com as mais distintas dinâmicas sociais, mostram que o pesquisador deve ter capacidade de se adaptar a uma ampla variedade de situações. É o que Marcus (1995) indica como “ativismo circunstancial” que não significa necessariamente filiação partidária ou papel de vanguarda acadêmica, mas sim, estar atento às condições e nuances que se depara em uma pesquisa multi-situada (MARCUS, 1995, p.113). É sempre necessário preparar-se para possíveis desvios, contradições, imprevistos, organizar o tempo e a disponibilidade.

No campo, para além de jargões antropológicos, costuma-se dizer recorrentemente que é preciso estar atento e aberto às mudanças de destinos. E diante disso, é possível que a rota seja mudada, ao estabelecer inúmeros contatos. O pesquisador precisa ter em mente o quão pode influenciar sua pesquisa. Foi preciso pensar em como poderia fazer para desvencilhar disso, tendo a necessidade de reconhecer-se durante todo o processo de investigação. Existem possibilidades de mal-entendidos, equívocos e estigmas construídos pelos pesquisadores e mesmo seus interlocutores, é preciso atenção obviamente. Tal experiência vivenciei em minha pesquisa de mestrado, a qual cometi equívocos e também fui “confundido” (FERREIRA, 2015, p. 125). Infelizmente, são processos das relações sociais na vida e não diferente na vida de pesquisador. Acredito que o conhecimento prévio do campo que nos coloca a prover, abastecer, escrutinar, prescrutar, perquirir, e claro investigar todas as informações são verbos imprescindíveis ao pesquisador de campo.

Ao passo que se vai conhecendo o cenário, os atores e as regras (MAGNANI, 1994), também vão surgindo o reconhecimento das pistas relevantes, dos detalhes que se repetem. Também os reconheço como autores de suas narrativas na cidade. Como lembra Eckert e Rocha (2010) estes atores/autores “assumem o lugar de personagens da vida urbana”, tendo em vista que constroem tanto suas histórias como da cidade com “qualidade narrativa” (ECKERT, ROCHA, 2010, p. 127).

Importante saber o que registrar no caderno de campo: os quais irão ser detalhes rápidos e pessoais para facilitar a depuração, posteriormente, das

anotações. Na esteira do pensamento de Geertz (2012), para além de “saber o que é”, interessa-me “saber o que fazem”. Assim não me limitarei apenas a descrever tais grupos aqui discutidos, mas também relatar o que eles realizam, como constroem narrativas, estabelecem relacionamentos, redes, ações, enfim, como edificam uma ideia de cidade mais democrática e justa a partir das discussões sobre patrimônio cultural e turismo.

Os movimentos sociais, além de esbarrarem em temas relevantes às ciências sociais, como a participação política, a defesa dos direitos culturais e o desenvolvimento local, entre outros, têm acionado o turismo por diversas formas, sejam em interesses ou em preocupações. Interesse porque em alguns casos, grupos que possuem larga experiência na área cultural, têm construído projetos com temáticas de turismo específicas, como o turismo de base comunitária ou o turismo social. A preocupação é porque em outros casos ocorrem críticas de coletivos e ativistas à atividade que compõe elementos que confirmam a segregação social na cidade, por meio de reforço a estereótipos, ou mesmo presente nas políticas urbanas que promovem projetos urbanos segregadores.

Como base empírica, em um primeiro momento, este estudo procurou realizar um mapeamento de grupos, coletivos e comunidades que possuem o turismo, seja como mecanismo de desenvolvimento local e territorial na cidade de São Paulo, ou como ferramenta para ações culturais e educativas, entre outras possibilidades. A princípio esta ação foi acionada via plataforma digital SP Cultura<sup>8</sup>, nos filtros de pesquisa da página, tais como: buscar espaços culturais, selecionar as áreas “patrimônio material”, “patrimônio imaterial” e “turismo”. Os sites oficiais da Secretaria Municipal de Turismo<sup>9</sup> e São Paulo Turismo<sup>10</sup> (SPTuris) possibilitam, igualmente, encontrar ações relacionadas ao objetivo deste trabalho, utilizando as palavras-chave “turismo social” e “turismo de base comunitária”. No site do SESC<sup>11</sup> é possível encontrar atividades de turismo social que foram elaboradas por esta instituição junto à coletivos culturais da cidade. Entretanto este mapeamento virtual demonstrou claramente seus limites, uma vez que muitos coletivos atuam informalmente. E neste

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://spturis.com/v7/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

sentido, reitera-se que o “estar lá”, participando de inúmeras atividades foi muito mais possível ampliar o escopo de conhecimento de coletivos.

Os diversos mapeamentos, sejam virtuais e presenciais, permitiram, embora com seus limites, observar um panorama sobre a diversidade de atividades realizadas por grupos sociais que estão alinhados ao turismo, bem como sua distribuição territorial no município de São Paulo. Ainda que circunscritos e fixados em espaços virtuais e físicos, foi na etnografia e no caminhar por dentro de ações que foi possível coletar uma diversidade de experiências coletivas.

Os grupos a serem pesquisados operam em maior parte de suas ações no espaço público e em diversos bairros da cidade. Avançando para um foco mais específico, o recorte de trabalho tem como escopo principal as intervenções de grupos e ativistas orientados pela defesa do patrimônio cultural nos seguintes territórios: a REPEP que atua com grupos de trabalhos na cidade de São Paulo (caso do Minhocão e bairro de Perus); o Grupo Ururay que atua em territórios na Zona Leste, caso do bairro da Penha e São Miguel Paulista; e a Agência Queixadas, bairro de Perus, Zona Noroeste de São Paulo. Importante destacar que estes coletivos se conectam a outros movimentos sociais nos bairros mencionados. Saliento que entre estes coletivos obtive mais diálogos com determinadas pessoas do que outras, tornando-se interlocutores essenciais, e destaco, sujeitos desta pesquisa, tendo em vista a ciência dos limites de tal participação. Todavia, não procurarei pormenorizar sobre o perfil destes sujeitos (nome e outras características), tendo em vista que se trata de captar a construção coletiva dos temas discutidos.

Saliento que os ativistas que tenho conversado trazem a categoria território a partir de suas perspectivas e universo simbólico. Território para além de poder, como aponta Haesbarth (2005), mas também simbólico, e no “espaço tempo vivido” é “diverso e complexo” (HAESBARTH, 2005). E é por este caminho que pretendo prosseguir. Neste sentido, bom salientar o trabalho de Raimundo (2017, p. 20) a quem postula que o mesmo se possibilita pensar a “formação dos indivíduos, enquanto (ser) cidadão”. A autora refere-se à atuação política do Movimento Cultural das Periferias de São Paulo em seus respectivos territórios, tendo em vista que foi tema de sua tese (RAIMUNDO, 2017). Também, as narrativas sobre a experiência para além dos territórios, e como circulam na e pela cidade são fatores que nos interessa profundamente (MAGNANI, 2002; ECKERT, ROCHA, 2010).

Devido ao momento que exigiu quarentena, muitas destas atividades ocorreram (e estão ocorrendo) por meio da internet. Assim a pesquisa tem seguido com participações em redes sociais, *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, cujos integrantes têm produzido conteúdo online, tais como entrevistas, debates, cursos, eventos culturais, entre outros. Tem-se, igualmente, participado de reuniões com estes grupos via plataformas de videochamadas, como *Google Meet*, *Zoom*, *Microsoft Teams*, entre outras. Este trabalho de pesquisa já realizado foi de grande importância uma vez que a quantidade de informação produzida se configura como um robusto alicerce para a pesquisa aqui proposta. Em geral, são encontros e discussões públicas. As pesquisas de Segata (2014) sobre antropologia do cyberspaço têm auxiliado sobre o fazer etnográfico mediado por equipamentos eletrônicos.

Partindo da imensa produção de material na internet por coletivos, tendo em vista, que foram convidados a participar de muitas *lives*<sup>12</sup>, em dado momento da pesquisa decidi pela não necessidade de se realizar entrevistas com meus interlocutores. Esta produção de conteúdo realizados pelos e com os coletivos pesquisados, principalmente, em via remota, encontram-se nas plataformas digitais, sendo que a maior parte deles ficou gravados principalmente no *Youtube*. Ainda que houvesse feito tal programação, decidi suspender este procedimento. Assim, tornaram-se dados de análise. Soma-se a este fato que meu contato com interlocutores específicos se tornou bastante constante via *Whats app*, *e-mails*, entre outras plataformas e aplicativos. Inclui-se e reitera também todas as atividades empíricas de observação nestes canais.

Importante mencionar que a pesquisa tem sido feita por via da observação participante, na qual o pesquisador torna-se parte do processo social que está sendo estudado (VEAL, 2011, p. 75). Isso se relaciona à perspectiva de Corbetta (2003, p. 23), que comenta a necessidade de interação empática entre o pesquisador e o objeto de estudos interpretativistas. Ao longo da pesquisa participei de diversas atividades com os grupos mencionados: reuniões, grupos de pesquisa, cursos, debates, conferências, ações políticas, caminhadas, grupos de trabalho, festas e celebrações, entre outros eventos.

---

<sup>12</sup> Transmissões de debates, palestras e outros eventos ao vivo em plataformas de internet.

Em ordem cronológica, a pesquisa dividiu-se em 3 partes. As atividades de pré-campo, com participações informais em eventos culturais, caminhadas, reuniões dos coletivos, onde foram feitas anotações em cadernos de campo, diários de campo a depender da densidade e possibilidade de uso destas ferramentas. A segunda parte da pesquisa se deu por inserções mais densas na pesquisa, como participações em encontros em que coletivos receberam turistas, visitaram a Universidade de São Paulo, onde ocorreram diálogos mais aprofundados. Nesta parte, a maioria dos encontros também se deu em via remota, dada a circunstância da pandemia, assim, como a retomada do espaço público. Assim, participei, de eventos, como ouvinte e, em algumas ocasiões, como organizador e palestrante. Igualmente, mediei debates, e também estive presente em conferências organizadas por movimentos culturais, onde fui relator em algumas oportunidades. A última parte da pesquisa, envolveu a escrita profunda, mas não separada da etnografia, tendo em vista que mantive contato com meus interlocutores transformando a descrição etnográfica numa constante produção dialógica entre campo e escrita.

O caderno de campo é um elemento fundamental em uma pesquisa de campo etnográfica, usado no primeiro contato para uma futura sistematização (MAGNANI, 1997). Embora nem sempre seja possível contar com o caderno de campo — às vezes, por exemplo, é inconveniente levá-lo —, será preciso analisar melhor as impressões e as conexões preliminares. Desse modo, é necessário encontrar meios, formas de memorização, para conectar as ações vistas.

É de suma importância destacar que outros materiais foram constantemente utilizados na pesquisa, tais como máquina fotográfica cujos equipamentos registrei fotos e vídeos em muitos eventos e encontros presenciais. Os aparelhos de celular possuem hoje além de câmera fotográfica, também gravador de voz que serviram para registro rápido de conversas e trabalhos de campo em que havia algum contratempo ou circunstância que dificultasse escrever no caderno. Ainda no mesmo equipamento há blocos de nota para escrita e mesmo aplicativos que possuem múltiplas funções para auxiliar na dinâmica do campo. Destaco igualmente que em tempos de pandemia, por conta das diversas atividades virtuais, muitas das anotações foram feitas no meu notebook por meio de programas como Word e blocos de nota. Ao longo da experiência de trabalho de campo virtual, entendi que o contato social certamente continuava, ou seja, apenas fora deslocado de *lócus* (isso também me foi alertado no

processo de qualificação pelo professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani), assim observei que eram mais viáveis para tal situação. Todos os dados colhidos em escrita, analogicamente, ou em formato digital foram separados em diretórios (pastas) do Windows, sendo arquivadas em meu notebook, nuvens como Google Drive, e também HD externo, como forma de proteção de dados.

Ao passo que trabalhava de acordo com a minha organização de pesquisa bibliográfica e organização de trabalho de campo (que inclui observar, colher registros, anotar, refletir) passei a dedicar-me a dialogar a triangular estes dados analíticos para começar a estabelecer diálogos com as teorias. A análise, ou a escrita etnográfica, está sempre presente já durante as primeiras investidas ao campo (STRATHERN, 2014). O mover-se e porque não, também, “comover-se” constantemente tem nos ajudado a repensar o trabalho, entre teoria e métodos, em buscas de soluções coletivas, como observam Buscher e Veloso (2018, p. 149).

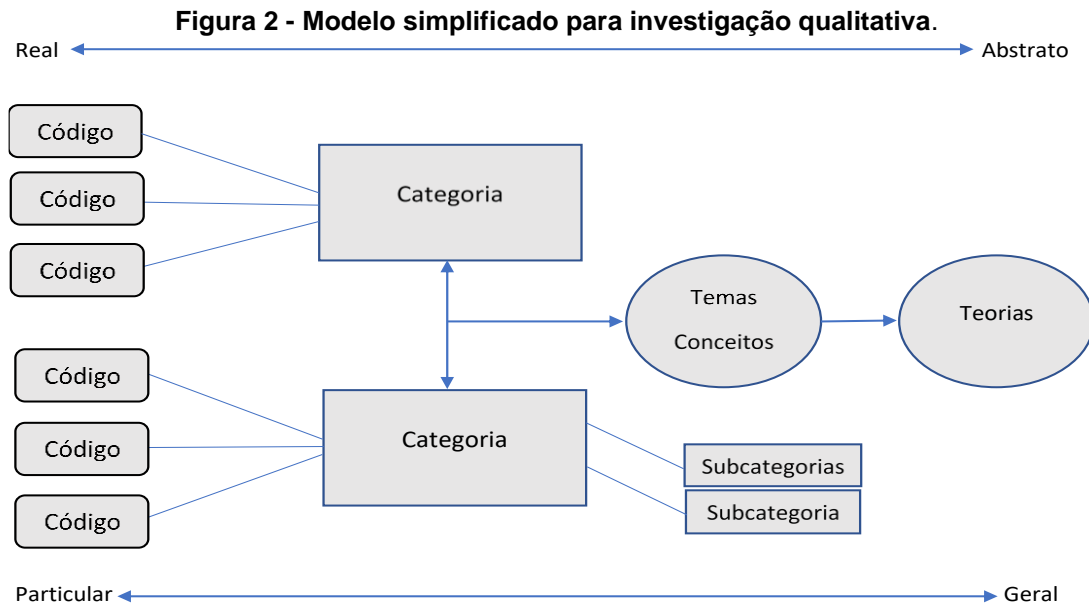
### **Códigos, categorias e teorias**

Nesta tese trabalho essencialmente com relatos de campo, tanto em atividades presenciais, bem como nas remotas. Para articular as orientações teóricas citadas acima com os dados coletados em campo, pretende-se adiante utilizar o método de ciclos de codificação apontados por Saldaña (2009). Para este autor, os códigos nas pesquisas qualitativas são basicamente uma “frase curta que atribui simbolicamente um atributo somativo, saliente, de captura de essência e/ou evocativo para uma parte dos dados baseados em linguagem ou dados visuais” (SALDAÑA, 2009, p. 3, tradução nossa). O autor entende que, assim como a importância do título para capturar a essência de um livro, os códigos também revelam o conteúdo principal de um determinado dado.

Para Saldaña (2012) codificar é um ato interpretativo, e depende também das opções ontológicas, epistemológicas, estruturas teóricas e conceituais adotadas pelo pesquisador (SALDAÑA, 2012, p. 4). E esta codificação deve ocorrer já no período da coleta de dados até às análises mais extensas. Pretende-se, no presente trabalho, a partir de todo material coletado em campo, para além dos relatos de caderno de campo, mas também, atividades presenciais, *online*, conversas, entrevistas, fotografias, imagens, construir uma profunda análise destes dados, codificá-los,

categorizá-los, também produzir subcategorias, advindas principalmente das ações dos coletivos culturais, para que posteriormente sejam postos em discussão com as teorias bibliográficas propostas, e, por fim, avançar a uma teorização e tese.

Abaixo, modelo proposto por Saldaña (2009) para investigação qualitativa:



Fonte: Adaptado de Saldaña (2009, p.12).

### Como o trabalho está dividido

Além da parte introdutória na qual delimito a pesquisa, abordo questões de método e escolhas teóricas, adiante, este trabalho se divide em duas partes. A primeira será composta por dois capítulos, sendo que o primeiro diz respeito a considerações gerais da atividade, panoramas, políticas, debate teórico conceitual e mediações pelas ciências sociais, especificamente, o caso da antropologia. No segundo capítulo abordo aproximações entre turismo e movimentos sociais. Numa segunda parte, destaco como venho construindo este trabalho pela constituição de seu cenário, atores/autores e regras. Sendo assim, no terceiro capítulo descrevo o cenário da cidade de São Paulo, como um município que tem sido constituído como uma cidade marcada por intensas desigualdades sociais e que igualmente se ajusta ao mercado financeiro, ao turismo urbano e segmento de negócios. No quarto capítulo dedico-me a descrição dos atores, cujas pessoas também as localizo como autores e



suas regras. Assim, os movimentos sociais e coletivos, compõem um *circuito* (geral), os quais venho seguindo, inclusive mesmo antes do ingresso no doutorado. No quinto capítulo procuro demonstrar como o turismo tem sido acionado ultimamente pelos movimentos, incluindo também a atuação destes durante a pandemia da Covid-19. No sexto capítulo tentarei descrever com mais profundidade como estas questões vem compondo um *circuito* e os movimentos sociais que demandam e reposicionam o patrimônio cultural no turismo, para posteriormente descrever como estes movimentos específicos têm *agenciado* o turismo. Assim, termino o trabalho com as considerações finais sobre a produção de pesquisa, avanços, limites e possíveis agendas de pesquisa.

Saliento que nas descrições de falas que farei no decorrer desta pesquisa, destaco o nome do coletivo apenas, não mencionarei o nome dos membros destes grupos sociais. Isto partiu de uma decisão do próprio pesquisador da qual compreendo ser uma maneira de respeitar e preservar a identidade de meus interlocutores. As fotos foram todas tiradas pelo autor, e também negociadas conforme os encontros, cujas situações sempre pedi autorização para tirá-las, e inclusive, na maioria das vezes as enviei para meus interlocutores. Por fim, faz-se necessário apontar alguns procedimentos que adoto na escrita desta tese: palavras em itálico se referem a conceitos, categorias e estrangeirismos. Palavras entre aspas dizem respeito às falas de meus interlocutores e também a neologismos.

**PARTE 1**

**REFERENCIAL TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 1 – TURISMO: PANORAMAS, POLÍTICAS E DISPUTAS TEÓRICAS**

O turismo é um assunto contemporâneo permeado por complexidades, debates intensos, e que sem dúvida pode nos trazer inúmeras e importantes reflexões sobre nossas sociedades. Parafraseando as muitas reflexões do antropólogo Claude Lévi-Strauss, o turismo é bom para pensar.

Instituições públicas e privadas, universidades nacionais e internacionais, um extenso universo midiático, a despeito de propósitos distintos, todos têm produzido um extenso conteúdo sobre o tema. Personagens que atuam na linha de frente da atividade, como trabalhadores e comunidades locais, por meio de suas experiências práticas, não têm ficado de fora da produção de importantes saberes a respeito da atividade. Por conseguinte, o que se vê é uma ampla produção de narrativas entre estes grupos sociais, que não raro, nos aponta contradições e conflitos. É certo que dado o caráter desigual de distribuição de conhecimento algumas se sobressaem às outras.

É de longa data vemos em textos e discursos sobre turismo a controversa exaltação de seu sucesso. Este enaltecimento advém principalmente de entusiastas ligados ao empresariado, mas também de setores da política, estando ou não posicionados em cargos públicos, os quais proferem inúmeros aforismos mercadológicos.

E assim não foi diferente no ano de 2019, no qual o turismo esteve em franca ascensão com números crescentes, superando aproximadamente 1,1 bilhão de turistas, cujos viajantes chegavam a algum destino no mundo, conforme apontava a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019, p.3). E aqui se faz necessário tecer uma primeira ressalva, pois tais números não correspondem a uma realidade tão precisa, tendo em vista a profunda desigualdade social e econômica do sistema capitalista. É evidente que o número não corresponde à totalidade de pessoas, ou seja, uma única pessoa pode ter realizado diversas viagens durante o mesmo ano.

No caso brasileiro, em 2019, a atividade e seus êxitos eram festejados por empresários, mídias, entidades de classe e profissionais do setor. O fato é que, para além de cifras e somas, o turismo, como muitos setores, é também conhecido pela sua retratibilidade (BENI, 2011), ou seja, é sempre muito vulnerável às instabilidades do sistema econômico, ou a tensões de diversas ordens, culturais, políticas, entre

outras. Crises já caminhavam no nosso vocabulário, principalmente as políticas e econômicas. Outras adentraram os discursos recentes, caso da crise climática. Mas, como não bastasse, o mundo no ano de 2020 se viu diante de uma crise sanitária devastadora que certamente marcou a história contemporânea. Uma grande parte dos setores econômicos foi afetada. Seguramente, o turismo foi um dos setores que mais foram prejudicados pela Pandemia da Covid-19. Epidemias já eram uma das principais preocupações para o turismo global, tendo em vista os dilemas vividos com a gripe aviária e a gripe suína ainda na primeira década do presente milênio.

Antes da Pandemia da Covid-19 o turismo seguia seus passos e sobrevivia às eventuais intempéries. Furacões atingiam o Caribe, a Europa vivia o dilema do *Brexit*<sup>13</sup>, como processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a América do Sul passava por inúmeras (certamente constantes) instabilidades políticas (UNWTO, 2019). Enfim, crises sistêmicas. Nada de novo sob o sol do capitalismo. Destarte, é preciso pontuar que os “avanços” recorrentemente atribuídos ao turismo sempre ocorreram de maneira não linear, onde recuos igualmente eram presentes, assim como os ganhos globais desta atividade sempre foram distribuídos de maneira profundamente desigual. Se já era visível este desequilíbrio, com o advento da pandemia da Covid-19 as diferenças sociais, geográficas e econômicas foram profundamente desnudadas.

Miremo-nos a princípio em alguns apontamentos globais do turismo e posteriormente em questões mais regionais e locais no contexto que chamo de pré-pandêmico da Covid-19. Obviamente, estes são dados mais generalistas. Mas, é importante mencionarmos algumas destas questões no sentido de analisar um cenário mais amplo, ou como menciona Magnani (2002) uma perspectiva “de longe e de fora” sobre a atividade, embora não de menor importância. Tal panorama nos ajuda, a *posteriori*, a abordar e conectar a aspectos “de perto e de dentro” de ações coletivas, cujo caminho é o principal objetivo teórico-metodológico desta pesquisa.

Em uma breve observação, segundo o *World Tourism Barometer*, relatório produzido pela OMT de 2019, a Europa, tendo países como França e Espanha, assim como os Estados Unidos ainda lideravam em grande parte a chegada de turistas em seus territórios. O continente Africano e Caribe tiveram, também aumento em seu

---

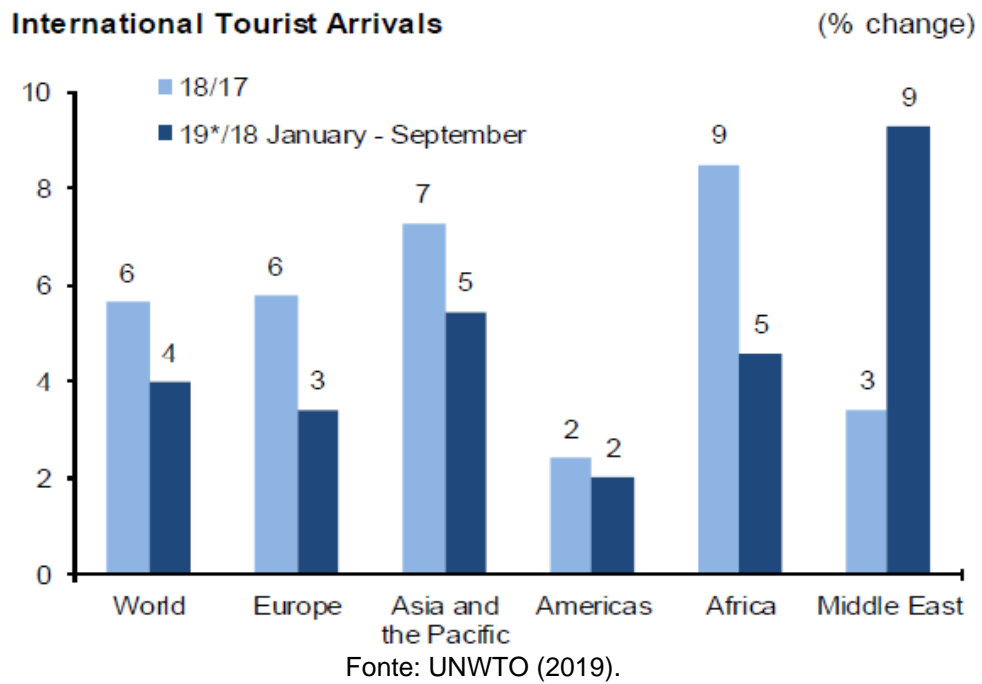
<sup>13</sup> Termo que abrevia a expressão “saída britânica”.

quinhão de anfitriões do turismo global. Sul e Sudeste asiáticos também já vinham recebendo um número expressivo de visitantes, e cabe apontar que continuaram também a emitir em larga escala turistas, caso da China. Todavia, foi o Oriente Médio que ganhou destaque e liderou o aumento de chegadas de turistas a este continente no ano de 2019. Em menor número, a América do Sul seguia com um fluxo de turistas moderado (UNWTO, 2019).

Este breve panorama Global reflete uma série de desigualdades. Desde a chegada da Pandemia mundial, o turismo passou por altos e baixos, e recentemente tem se recuperado lentamente. Isso não é diferente do que passou o turismo em seu passado recente sempre envolto em contradições. Mas, decerto é evidente e histórico a gravidade e afetação da Pandemia para toda a humanidade. Contudo, é importante entender que mesmo com a impossibilidade de fruição de turistas para muitos destinos, foi possível notar a ocorrência de contradições onde “mobilidades ocultas” de turismo sucediam, conforme foi destacado em estudo durante a própria pandemia pelos pesquisadores Carneiro e Allis (2021, p. 2). As próprias mobilidades de turismo desnudam inúmeras relações de poder (CARNEIRO, ALLIS, 2021).

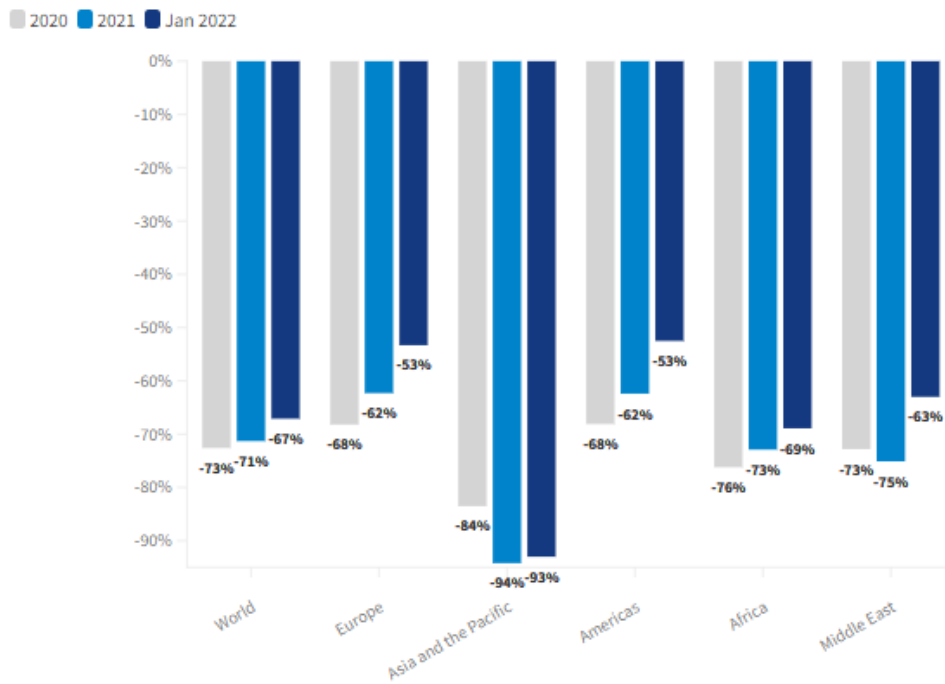
A precisão sobre o futuro da atividade ainda vem sendo exaustivamente debatida, embora haja entusiastas presos em futurologias, que pouco contribuem para entender o “destino” do setor. Corroborando com o que fora até então explanado, nos quadros abaixo podemos notar ainda mais todas essas mudanças repentinas a qual a atividade foi submetida.

**Figura 3 - Chegada de turistas internacionais entre 2017 a 2019**



**Figura 4 – Chegada de turistas internacionais entre 2020 a 2022**

International tourist arrivals (% change over 2019)



Fonte: UNWTO (2022).

Dentro de um cenário tão complexo é interessante observarmos a quantas anda o turismo no Brasil. Este país certamente é apontado, principalmente por muitos

especialistas da área, por patinar na sua consolidação como um destino turístico, a despeito de ter tido um pequeno êxito durante os conturbados eventos da Copa do Mundo (2014) e Olimpíada (2016) na cidade do Rio de Janeiro (2016) (LOHMANN et al, 2022). Ainda que o Brasil não figure nas almejadas primeiras posições do barômetro da OMT, esta conjectura, quando olhada de maneira superficial pode causar impacto aos menos desavisados sobre a complexidade do que seja realmente o turismo no país.

O Anuário Estatístico de Turismo do Ministério do Turismo (MTur) do ano de 2020 tendo como base o ano de 2019, especificamente o estudo da demanda turística internacional aponta que a maioria dos turistas estrangeiros que visitaram o Brasil foi da América do Sul, em especial, da Argentina, cujos visitantes foram motivados pela procura de sol e praia. Mas é destacado que posteriormente a este notório segmento a preferência dos estrangeiros que vêm ao Brasil é pelo turismo de aventura, o ecoturismo e a busca pela natureza. Outro segmento bastante importante e também apontado no relatório do MTur como um dos mais procurados por turistas (especialmente os europeus) é o turismo cultural (BRASIL, 2021).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, conveniada entre Instituto Brasileiro Geográfico e Ministério do Turismo, feita em 2019, teve o intento de quantificar os fluxos de turistas nacionais. Muitos viajantes também têm a cidade de São Paulo como destino de turismo de negócios e eventos. E até nesta linha, é bom apontar que turistas asiáticos como chineses e indianos têm vindo ao Brasil principalmente com estes propósitos. É certo que este panorama geral, com bases estatísticas, torna-se muito mais complexo se pensarmos em termos regionais, ou em dinâmicas locais e em aspectos territoriais. E no caso da cidade de São Paulo, lócus principal desta pesquisa, veremos adiante uma profunda complexidade. Todavia, nos fixando em tratar do turismo de forma ampla, seja em escala nacional ou global, é contraproducente atentarmos aos relatórios da OMT e mesmo do Ministério do Turismo brasileiro, ressaltando apenas seus números crescentes, mas sem fazer uma devida problematização. Certamente estes dados podem ser discutidos com mais profundidade ao observarmos o comportamento do turista brasileiro que visita o seu próprio país (IBGE, 2020).

A procura de turismo no Brasil tem ocorrido por meio de diversas motivações, sendo distribuídas ao longo de todo seu território. Segundo a mesma pesquisa a

principal motivação dos turistas brasileiros (dentro de seu país) é a visita a parentes e amigos. Em seguida aparece o lazer e o tratamento de saúde e bem-estar. Aliás fica evidente que lazer é motivação essencial mais presente nas camadas médias e com mais recursos financeiros. Outra questão é que as camadas mais pobres viajam principalmente para algum tratamento de saúde, além também em maioria de se alojarem em casa de amigos e parentes (IBGE, 2020). Ir em busca de sol e praia é uma das atividades mais praticadas por turistas brasileiros motivados por lazer. Ainda que seja em menor proporção o turismo com motivações culturais e também atividades na natureza, como ecoturismo e aventura também o são (IBGE, 2020). Por fim, vale também apontar que em termos de uso de transporte, a maioria dos viajantes brasileiros fazem o deslocamento por automóvel, com carro próprio ou de empresa (IBGE, 2020).

A despeito dos méritos e intuits das pesquisas do MTUR e IBGE, no presente estudo procuro entender o turismo e também o lazer como fenômenos culturais. E se buscará um entendimento mais amplo, a saber, antropológico, destes fenômenos, não incorrendo em tratá-los como produtos, geralmente visto como segmentos, então adjetivados, como por exemplo “turismo cultural” ou “lazer turístico”. Segmentar o turismo tem sido uma tarefa a demonstrar inúmeros subtipos da atividade, geralmente destacando características da viagem, geográficas, demográficas, psicográficas. Muitos segmentos tornaram-se notoriamente conhecidos, inclusive como marcos conceituais institucionalizados, como turismo cultural, ecoturismo, turismo de negócios e eventos. Outras formas de se adjetivar denotam compromisso em boas práticas para a atividade: caso do turismo sustentável e turismo responsável.

Entretanto, cabe apontar que a ideologia neoliberal, composta por uma variação de elementos, tais como a personalização e individualização cada vez maior no consumo, certamente aponta suas muitas ambivalências. Ao passo que ideologicamente destaca o indivíduo como um suposto protagonista na escolha de consumo, em detrimento da coletividade, imputa-se aos mesmos, a responsabilidade destes no ato de consumir. Intenta, deste modo, construir arquétipos, tal como um “tipo ideal de turista weberiano” exposto por Moesch (2002). Conquanto, essa busca incessante pela segmentação decerto serve mais aos propósitos de mercado do que propriamente atender a diversidade social. E isso se torna complicado e trabalhoso diante da dinâmica e fluidez social.



Pensar os turistas e turismo de maneira complexa, a partir dos olhares múltiplos por meio de distintos atores nos parece mais interessante. E também por ser muito mais importante para a produção de políticas públicas, tendo em vista que é desta maneira que se aproxima das muitas e diversas realidades brasileiras, abordando perspectivas locais e territoriais. Ademais é importante dizer que há um vasto campo de análise que tem demonstrado interessantes estudos sobre o comportamento do turista. Todavia, é preciso superar as dicotomias constantes e presentes em muitas das pesquisas de turismo, principalmente as que opõe turistas e lugares turísticos; ou características da atividade, como autêntico e não autêntico; ou desdobramentos da atividade como na perspectiva de impactos negativos ou positivos. Embora seja terreno arenoso, prefere-se seguir pelas muitas conexões complexas que os determinam, conforme destacam Allis, Moraes e Sheller (2020, p. 273).

### **1.1 Políticas, instabilidades e disputas no Turismo**

No sentido de condução das políticas públicas é histórico que estas têm sido orientadas pela lógica neoliberal durante os últimos 30 anos privilegiando setores privados que possuem certa capacidade de controle do capital no país (CARLOS, 2015). Não se pode deixar de dizer que o histórico das políticas públicas no país também sempre se pautou por um caráter centralizador, a despeito de terem surgido tentativas de descondensá-las nas últimas décadas, como a consecução de políticas regionais, municipais. Não obstante, ao surgimento do Ministério do Turismo em 2003, as especificidades territoriais têm se mostrado um desafio constante para a construção de políticas públicas de todos os tipos (CRUZ, 2006).

No meio das investidas de um estado guiado pela lógica neoliberal que segue os preceitos do capital financeiro, a atividade também se mostra presente na produção do espaço, a qual coloca em muitos projetos o turismo como álibi (CARLOS, 2015, SOARES, 2015). Muitos destes alcunhados pela tríade parcerias público-privadas, as conhecidas PPPs. E diante desta forma de ocupação espacial muitas populações são afetadas em processos desiguais de desenvolvimento. A autora Cruz (2006) analisou o caráter centralizador de início de suas primeiras investidas em políticas públicas. Esta autora, por viés crítico, salienta que os fazedores de políticas em turismo têm

ignorado a dialética entre sociedade e espaço, reduzindo principalmente o último em “atrativos naturais e culturais” (CRUZ, 2006, p. 349).

Ao mirarmos o histórico das políticas públicas produzidas pelo Estado brasileiro iremos fatalmente notar que estas foram sempre desfavoráveis à maioria da população. Vale destacar, no caso do turismo, a instituição de órgãos públicos, e também de políticas públicas diante de um cenário social por décadas bastante conturbado.

Ao lembrarmos da origem da EMBRATUR (atualmente Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), este foi o primeiro órgão público do país dedicado ao turismo, sendo fundado em 1966, em pleno regime militar, uma fase indigesta da história brasileira. Após o fim dos “anos de chumbo” seguiu posteriormente observando um cenário econômico ora favorável, ora controverso durante os governos democráticos. De lá para cá, no período conhecido por Nova República, a partir da redemocratização em 1985, o que tem ocorrido são oscilações entre neoliberalismo e parcas políticas de cunho social, cujas práticas miram reduzir a desigualdade econômica e social. E recentemente a eleição de um governo em 2018, que embora eleito democraticamente, tem assumido posturas autoritárias. É seguro que o contexto e a história do turismo no Brasil são mais complexos que um simples parágrafo, mas poucas linhas já mostram o quão instável é sua história recente, e certamente isso afeta muitas atividades, como o turismo.

Retornando às políticas públicas de turismo, a despeito da justificativa do “progresso”, exemplos de iniciativas (beneficiados pelas políticas neoliberais) que impactam negativamente e existem aos borbotões: caso dos *resorts*, em geral grandes empreendimentos imobiliários do ramo da hotelaria, os quais, além de em muitos casos usufruírem da infraestrutura estatal, ainda adotam em muitos casos práticas suspeitas, causam problemas ambientais, provocam a segregação social, o esgotamento sanitário, e até restringem acessos públicos aos moradores locais, privatizam praias (ainda que haja lei que as assegurem como bens públicos). Governos de todas as esferas administrativas, em alguns casos, ratificam o descaso adotando práticas escusas e terminam por privilegiar empresários com má conduta, os “presenteando” com impunidades.

Outra questão importante a ser ressaltada diz respeito ao fato de que ao longo das últimas duas décadas o país viveu uma singela fase de democratização do turismo

a sua população. Explicar tal processo possui suas imbricações, e é legítimo que um dos componentes dessa popularização advém das políticas sociais consolidadas nas últimas décadas. Este fato é até observável nas disputas simbólicas expressas em torno desta questão, da qual ressaltamos frases em tom jocoso e preconceituoso, como do atual Ministro da Economia, sugerindo que “até uma empregada doméstica pode viajar” nos últimos anos.

O Ministro supracitado refere-se principalmente ao acesso a viagens aéreas, uma realidade que sempre foi distante das classes populares, e que mostra o quão o turismo é uma atividade marcada pela disparidade social. Mormente o turismo é visto por análises mais críticas como um privilégio de poucos, e no caso acima percebemos que o próprio Estado, por meio de ações de agentes públicos, atua escancaradamente para manter as distinções de classe.

Diante de algumas mudanças que vem ocorrendo na contemporaneidade, podemos destacar que uma das tantas atividades que tem se beneficiado por conta das transformações socioeconômicas que envolvem a população brasileira são os cruzeiros marítimos. O país tem recebido em sua costa um número grande de embarcações marítimas com propósitos de turismo e lazer. Antes elitizados, os cruzeiros marítimos têm se tornado mais democráticos, é o que assinala Beni (2011, p. 79). Mas decerto é importante relatar que esta atividade ganhou realmente propulsão com a desregulamentação de leis trabalhistas, salientando as controvérsias da economia capitalista. E isto tem gerado toda sorte de movimentos, principalmente, trabalhistas e também, pesquisas e estudos acadêmicos denunciando a exploração deste setor (CAÑADA, 2018; DE PAULA, 2021).

Mas há contrapontos nestas inúmeras disparidades provocadas pelo turismo, que tem novamente como guarita as mãos dadas do Estado e do privado. Para além das notórias tipologias e segmentos de turismo estabelecidos pela OMT e MTur, outras possibilidades de se praticar turismo se fazem presentes, assim a dinâmica social existente entre comunidades locais e outras coletividades também possibilitam a recriação constante da atividade. É o caso do turismo de base comunitária (TBC) sendo um exemplo mais consolidado nesta perspectiva. O TBC surgiu na América Latina ainda que haja intensos debates sobre a sua real linhagem. Evidentemente, para além de ações espontâneas de comunidades locais, o TBC também é fruto da

dialética entre muitos grupos sociais, principalmente na tríade sociedade civil, gestão pública e instituições de ensino.

Outras possibilidades tratadas aqui como “turismo contra-hegemônicos” também vêm tomando destaque e revelando as resistências de inúmeros grupos sociais diante das expressões de turismo mais mercadológicas. O turismo, visto por autoridades e entidades de mercado como um instrumento de desenvolvimento econômico em larga escala, passa para níveis mais locais e territoriais na percepção de militantes, comunidades e entusiastas do TBC. Mas, também para muitos destes militantes, ao buscarem proposições mais humanistas de se ver a atividade tem proporcionado novos entendimentos. Assim, o turismo não é apenas um instrumento econômico para coletividades, e sim estratégia e tática (SAMPAIO, 2008; MENDONÇA et al, 2016). E tais estratégias não se resumem ao apanágio do desenvolvimento econômico, mas diz respeito também às práticas educativas e relações culturais construídas e presentes em muitos territórios.

Neste sentido, a dinâmica global do turismo e mesmo a percepção que se tem dele modifica-se constantemente e deixa transparecer tal transformação a despeito de olharmos de maneira distanciada conformada em números estatísticos ou em conceitos muito amplificados. Quando nos aproximamos, é certo que iremos nos deparar com uma diversidade ainda maior destes processos e interpretações notando suas imbricações.

O turismo tem sido investigado, analisado e conceituado por quase um século, por meio de muitas perspectivas e abordagens, às vezes confluindo, às vezes conflitando. A historiografia da atividade tem sido importante para notarmos toda a complexidade do tema, muito além do positivismo nas investidas teóricas, que não é província apenas do setor do turismo. Percepções mais transdisciplinares e sem ousar muito, até mesmo transgressoras têm cavado espaço e construído o presente do tema na atualidade.

## **1.2 Turismo: tem teoria (s)?**

Ainda que possamos apontar Robert Glucksmann<sup>14</sup> como um pioneiro pesquisador do Turismo, membro da conhecida “escola de Berlim”, cujo trabalho se

---

<sup>14</sup> Para compreender melhor a obra de Robert Glucksmann ver Panosso Netto; Jäger (2015).

localiza entre as primeiras décadas do século XX, possivelmente o turismo já vinha de um processo de interesse de pesquisa antes mesmo deste estudioso alemão se debruçar nos estudos desta atividade, conforme constatou os estudos de Panosso Netto e Jäger (2015, p. 8).

Desde meados do século XX o turismo também tem sido assunto recorrente em abordagens filosóficas, literárias, sendo debatido em distintas mídias e por articulistas de todos os cantos do planeta. Em que pese não existir precisamente uma teoria “pura” e consolidada na área, muito já se foi tratado por meio de correntes específicas do pensamento, sendo o campo do positivismo majoritário em estudos, análises e observações. Embora sejam bem distintas as correntes construídas ao longo de aproximadamente cem anos de estudos conceituais sobre o turismo, entre muitas controvérsias, algumas rugas e debates acalorados, conquanto possuam limites, colaboraram com o avanço epistemológico do tema e sua teorização<sup>15</sup>.

O que é turismo é uma velha pergunta que circunda as discussões teóricas da área, e a despeito da dificuldade de se responder, ainda é uma forma de ao menos se iniciar uma discussão sobre a construção de conhecimento do tema. Uma das possibilidades de se chegar a um consenso sobre o que é turismo é a normatização da atividade proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que segundo Tomillo Noguero (2010), serve ao turismo para que seus pesquisadores, a partir de uma linguagem comum, possam construir um diálogo mais produtor (NOGUERO, p. 1, 2010). Contudo, deve-se atentar para o fato de que as concepções de turismo da OMT, conforme Noguero (2010, p.1) são abordadas de modo parcial, sendo elaboradas por meio de diversos documentos, cujo os “mais estimados são os de natureza econômica”. Neste sentido, tais definições tem seus limites e são certamente passíveis de críticas.

---

<sup>15</sup> Certamente que entre os autores estrangeiros prevaleçam os de língua inglesa em hegemonia: John Tribe, Neil Leiper, Jafar Jafari, entre outros. No âmbito acadêmico brasileiro existem diversos pesquisadores se detendo ao tema já de longa data: Mário Beni, Marutschka Moesch, Margarita Barreto Luiz Trigo, Susana Gastal, Alexandre Panosso, apenas para citar alguns nomes. Por outro lado, devemos destacar autores de língua espanhola, que ganharam destaque pela qualidade de produção e importância, tendo como referência por exemplo Marcelino Castillo Neschar e Felix Tomillo Noguero. Do ponto de vista ocidental, diversos estudos foram produzidos sobre turismo, ainda que tenhamos o desafio (na opinião do autor desta pesquisa, o dever) de conhecer melhor outras produções, especificamente, em outros continentes, caso da Ásia, África e Oceania.

Como aponta Troccoli Pakman (2014) a construção de uma normativa é uma forma de indexação do assunto, possibilitando ser um guia para uma subsequente teorização e terminologia do tema; porém, não é uma definição conceitual (TROCCOLI PAKMAN, 2014, p. 13). Todavia, a construção de um conceito que oriente a atividade tem passado por distintos processos. Estes seguem os debates presentes na universidade e a importância da existência do questionamento como elemento fundante nas práticas de pesquisas e de se fazer ciência, independente do extenso debate que se tem do assunto.

Neste sentido, o turismo institucional tem seguido por décadas as definições da OMT, a qual no ano de 1991 o definiu como: “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (TROCCOLI PAKMAN, 2014, p. 10). Mas é interessante notar que no ano de 2008 a instituição adotou uma conceituação mais ampla, a qual distingue o turismo como um: “fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer”<sup>16</sup>.

Esta definição da OMT, mais atualizada, ainda segue com suas evidentes características normativas e padronizadoras, e ainda possui limites em perceber as distintas significações mais complexas de turismo e turistas construídas em muitos lugares do planeta. E pensando em pesquisas e produção de ciência crítica, entende-se que é no âmbito universitário o papel de problematizar a atividade, a partir da produção de conhecimento, cabendo aos profissionais da ciência questionar, duvidar e tensionar até mesmo as suas próprias produções. Assim, aos teóricos cabe estabelecer conceituações levando em conta as características fundamentais da atividade, sejam econômicas, mas também as sujeições sociais, tais como as relações de poder presentes na sociedade. Decerto, aos estudos acadêmicos têm-se a tarefa de dar conta de como organizar o conhecimento, bem como sua sistematização como salienta Troccoli Pakman (2014, p. 18). Todavia, estes estudos devem estar conectados às realidades sociais, que por sua vez estão sempre submetidas às constantes mudanças culturais. Neste sentido, Panosso Netto e Nechar (2014)

---

<sup>16</sup>Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms#:~:text=Tourism%20is%20a%20social%2C%20cultural,personal%20or%20business%2Fprofessional%20purposes>. Acesso em 19 mai 2022.

ressaltam o papel da universidade na construção de um conhecimento crítico, principalmente no que tange ao positivismo.

Panosso Netto (2007, p. 391) ao passo que procura complexificar o debate, aponta que o fenômeno turístico é estabelecido a partir de uma “relação complexa e imbricada de troca de bens e serviços entre desejos objetivos e desejos subjetivos construídos por esse ser-turista-humano para si mesmo e por si mesmo”. É neste mesmo fenômeno da experiência turística que se observa tal complexidade da questão. Deste modo, este autor intenta ao menos auxiliar nos limites de onde começa e onde termina o turismo nas ciências.

A empreitada de definição de turismo e turistas tem provocado discussões, tanto da própria tentativa de se encerrar o que é decididamente, bem como por segmentar, estereotipar, estigmatizar. Interessante pensar no trabalho de Pronovost (2018, p. 158), por exemplo que aponta o esforço das ciências sociais em tentar construir uma noção de “turista”, no mesmo sentido que também fizeram com temas como o lazer e o esporte.

Concordamos com estes autores, mas é preciso afirmar que ainda são poucos os estudos que aprofundem as críticas ao turismo, tendo em vista que muitas pesquisas, cujas tentativas possuam robustez teóricas e metodológicas, valendo-se inclusive de referenciais tecnológicos contemporâneos, muitas destas têm servido restritamente ao mercado. Há quem diga, no próprio âmbito acadêmico, que a “academia não conversa com o mercado”. O que resta saber é de qual mercado estamos falando. E se tal premissa seja verdadeira, pensando nas profundas desigualdades sociais e relações de poder presentes, se a universidade não dialoga com o mercado, esta tem feito muito pouco às comunidades populares, as quais têm sido reiteradamente atingidas pela influência em políticas públicas da lógica do mercado neoliberal.

Assim, mais do que superar o positivismo, é preciso abordar as pesquisas com vários enfoques, tendo postura transformadora (por que não transgressora?) lembrando o que dizia Freire (1996). Tendo em vista que o contraditório se faz necessário. Destaca-se abaixo pesquisas com enfoque crítico no turismo, apenas para citar algumas: Cruz (2006), Carlos (2015), Soares (2015), Ouriques (2005) estes no âmbito das relações espaciais, produção do urbano, em termos da geografia, e Hintze (2013) que realiza uma profunda análise de discursos na academia e em

instituições públicas e privadas sobre a espetacularização e invisibilidades que o turismo promove.

Há também estudos críticos que apontam como comunidades e coletividades buscam saídas para os dilemas que o turismo impõe. Bom dizer que muitos concernem ao TBC, ou mesmo ao que se conhece pela temática do Turismo Social, ainda que não se prendam apenas a estas modalidades de turismo. Até porque esta tese procura partir do pressuposto das pluralidades de perspectivas e constante produção social de conhecimento. Turismo pode ser muito mais que uma definição limitadora da sua potencialidade heurística de mobilizar pessoas e coisas.

### **1.3 Pensando algumas fronteiras da definição de turismo**

E se o turismo é um fenômeno cultural, por que não problematizar a definição da OMT? Alguns estudos sobre esta pergunta têm trazido provocações e rendido caminhos interessantes (TROCCOLI PAKMAN, 2014, ALLIS, 2015, 2016). Assim sendo, uma avenida larga que conduz a uma boa discussão é o diálogo com seu grande interlocutor, que são os estudos de lazer. Entretanto, como adverte Santos e Pacheco (2018) costumeiramente ocorrem interpretações equivocadas de lazer como sinônimo de turismo, e disso devemos uma primeira atenção. Turismo é uma das muitas atividades, e não a única, realizada em tempo livre advertem estes autores. E há a necessidade de dizer que um dos principais segmentos do turismo, o de negócios, se difere substancialmente de outras práticas de lazer turísticas (SANTOS e PACHECO, 2018, p.89).

No Brasil o sociólogo Camargo (2019, 2020) tem grande destaque com os seus trabalhos acerca dos estudos de lazer. Tal autor aponta similaridades e aproximações entre turismo e lazer no que tange aos conceitos. O lazer igualmente apresenta diversas dificuldades em operar seu conceito ressalta Camargo (2020). Contudo, para Camargo (2020), ao dialogar com Pronovost (2018), numa visão bastante otimista, o turismo possui até mesmo mais força epistemológica do que o próprio lazer, tendo em vista que no turismo, além da própria atividade, há também a presença do praticante, nomeado como turista (CAMARGO, 2020). Inclusive, Pronovost (2018), no que tange à conceituação, sugere ocorrer disputas de análises do turismo entre a sociologia do



lazer e a geografia, onde esta última, principalmente, buscou se separar da primeira afirmando uma especificidade de turista (PRONOVOST, 2018, p.160).

O lazer tem sido estudado por diversos vieses, mas coube a Jofre Dumazedier (2012) a conceituação que se tornou mais conhecida e citada<sup>17</sup>. Nos estudos de Dumazedier (2012) e também em alguns subsequentes o lazer é focado como um fato social, assim analisado por meio do método sociológico sob influência principalmente de Emile Durkheim, onde são destacadas as principais características e funções do lazer. Adiante, e posteriormente as pesquisas do estudioso francês ocorreram inúmeras propostas e avanços em relação ao que se pensa sobre esta atividade. Adviria tratamentos menos dicotômicos da atividade, como a notória e conflituosa separação entre lazer e trabalho. Assim, pesquisadores, essencialmente das ciências sociais, talvez mais ainda da antropologia, passaram a imputar uma percepção mais complexa, atentando para suas nuances e fronteiras.

Lazer e turismo são construções sociais e não escapam certamente das mudanças sociais. As duas atividades têm suas raízes com o advento da revolução industrial, percorreram todas as transformações do séc. XX e têm seguido as turbulências presentes do novo milênio. Neste sentido, muitos autores contemporâneos entendem que o lazer se caracteriza por uma manifestação cultural com distintas finalidades e motivações realizadas em “tempos residuais” conforme apontam estudos de Marcelino (2006) e Pacheco (2012).

Um conceito interessante para aprofundar tal debate é pensar nos enlaces que lazer e turismo têm disponibilizado por meio de reflexões a muitos pesquisadores, tendo em vista que pode direcionar suas reflexões às formações sociais dos sujeitos. Tensiona-se lazer e turismo vistos dicotomicamente separados de conceitos como cidadania, política e até mesmo cultura. Neste sentido, Mascarenhas (2006) ao criar o neologismo “lazerania” aponta que este deslinda da apropriação do lazer como prática da liberdade para o exercício da cidadania em contraponto ao monopólio do lazer pelos que concentram poder econômico. Em contraponto a um lazer despolitizado produzido pelo capitalismo, Lazerania, para o autor, assim é um projeto

---

<sup>17</sup> A clássica e notória definição de lazer de Dumazedier (2012, p. 34) o circunscreve como: “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.

de formação, tendo a educação como eixo central, buscando continuamente a liberdade (MASCARENHAS, 2006). Padilha e Pacheco (2020) defendem, igualmente a importância da educação para o turismo e lazer.

Igualmente, a respeito das práticas mercadológicas, o turismo, por meio de pesquisadores críticos do tema, também se encontra em tentativas de dissociá-lo da sua suposta gênese economicista. As autoras Gastal e Moesh (2007) também já trataram de abordar o turismo pelo campo da cidadania, ao proporem o conceito de turista-cidadão no qual sugere o cidadão que vive as práticas temporais ordinárias da cidade, mas não de forma rotineira como explica as autoras (GASTAL, MOESCH, 2008). Gastal e Moesch (2007) salienta a possibilidade de estranhamento que o cidadão (ou turista) descobre ao realizar práticas e atividades culturais as quais não está habituado em sua própria cidade tensionando a ideia do “entorno habitual” presente nas definições da OMT.

Não obstante, a presença de binômios turismo-cidadania, lazer-cidadania, sendo os conceitos de Mascarenhas (2006) e de Moesh e Gastal (2007) muito interessantes para pensarmos sobre como tais termos são deliberadamente separados. Igualmente estas conceituações levam-nos a pensar a respeito da necessidade de junção dos termos, para que possamos buscar percepções mais sociais ou talvez de justiça. Neste sentido vale citar o que nos traz Pacheco (2016, p. 96) quem nos mostra que o lazer tem sido sim utilizado como artefato de controle social e/ou mercantilização do espaço; mas por outro lado, mesmo tendo sido forjado no sistema capitalista, ele pode contribuir para a transformação social de sujeitos.

E ao nos determos nos temas de lazer e turismo, pensando nas contribuições que esta tese pode trazer, cabe aqui umas reflexões: é preciso observar como atividades de lazer e de turismo são ainda mais tensionadas em suas percepções consumistas se opondo às práticas de cidadania, políticas, ativismos, principalmente por coletivos culturais e comunidades locais. Deste modo, ao notarmos práticas e vivências, por exemplo, realizadas por estes mesmos grupos sociais como ativistas e movimentos sociais, percebemos que ações que envolvem turismo nem sempre são tratadas em oposição a conceitos como cidadania, política, democracia, participação. Machini (2018) por exemplo estudou, por meio de etnografia, ativistas de hortas urbanas em São Paulo e notou o quanto noções de lazer e política se embaralham nas atividades práticas (MACHINI, 2018, p. 139).

Allis (2016) vem também discutindo as fronteiras que abarcam o turismo, a saber, como se dão as relações espaciais entre turistas e moradores numa determinada cidade, o que e onde se assemelham, o que as distingue, quais são suas limitações, onde ocorre as fricções. Neste sentido, um dos pontos principais de se estudar tal tema é justamente evitar o caminho de segregação que o turismo impõe a uma cidade ao tratar o turista como principal foco (ALLIS, 2014, p. 33). Um caminho para tal entendimento é o estudo do deslocamento de pessoas (turistas e/ou moradores) por via do “paradigma das mobilidades”, composto certamente pelas viagens, mas também contando com a observação de movimentos de corpos, objetos, sejam eles imaginativos, sejam virtuais e mesmo comunicativos conforme destacam Urry e Sheller (2006).

Assim não caberia mais estudar os deslocamentos na cidade realizados por moradores e turistas de maneira arbitrariamente separados (ALLIS, 2016). Estas relações, além mesmo de possuírem profunda dificuldade de apartá-las, dada a diversidade de formas de deslocamentos existentes, assim como interesses e interações sociais, também se torna inviabilizado quando tratamos por proposições binárias. Estudos sobre as mobilidades do turismo têm ganhado importante fôlego. E somado a este campo, outras disciplinas, velhas conhecidas do turismo, como a antropologia cultural, igualmente. Assim, inserimos também as especificidades da antropologia urbana como potencial tributária ao debate do turismo em cidades.

Aprofundando nos temas fronteirços, certamente lazer, turismo e cidadania, no que tange ao exercício de experiência e reflexão, também são pertinentes assuntos aos estudos da antropologia urbana, e nos ajudam a refletir com relevância sobre suas similitudes, interfaces e distinções.

Por exemplo, remetemo-nos às pesquisas de Gilberto Velho (2008), cujo antropólogo se dedicou a estudar tal ato do etnógrafo em estranhar-se na sua própria cidade; ainda que se trate pelo autor de abordar aspectos importantes para a metodologia antropológica. Magnani (1993) também aborda a rua como suporte para experiência de seus cidadãos, cujos indivíduos arranjam inúmeras formas de sociabilidade que tensionam fronteiras de espaços públicos e privados.

O francês Agier (2015), analisando etnograficamente as cidades, contribui para um entendimento mais flexível das circunstâncias cidadinas em ambientes urbanos que propiciam o que o autor chama de “implicações situacionais”, cujos domínios

abordam quatro situações de cotidianos. Torna-se um importante aporte para entender as conexões e interações que se associam e determinam encontros, conflitos, pactuações presentes nas relações sociais nas cidades.

A primeira destas orientações cidadinas é o que se conhece por “situações ordinárias”, da qual é classificada certamente pela regularidade das interações entre os viventes, sem se pensar em relações claras entre espaço e sociedade. No que tange à definição de turismo pela OMT e mesmo presente nas definições em discussões conceituais acadêmicas, esse “ordinário” diz respeito ao que se chama de “entorno habitual”. É no cotidiano dos moradores locais de uma determinada cidade, espaços de trabalho (um escritório, um restaurante), mercados municipais, cujos locais apontam relações de pertença, rotina, redes e seus efeitos nas áreas envoltórias.

Embora, o autor não as trate radicalmente como oposto ao “ordinário”, as “situações extraordinárias”, a qual é outro exemplo, diz respeito aos imprevistos e eventualidades nas interações sociais, e são mobilizadas por códigos estabelecidos por cidadãos, observando que tais relações no espaço são em geral casuais. Uma briga inesperada, como cita o autor, ou podemos pensar numa eventualidade como uma enchente que interrompe as vias, comum numa cidade como São Paulo, podendo ser exemplos destas situações (AGIER, 2015).

O autor ainda aponta “situações de passagem” marcadas pelo trânsito espacial de cidadãos, ainda que possua certa relevância na interação social. O isolamento pode ser algo regular, caso de caminhadas solitárias pela cidade, ou o exemplo de um hóspede num quarto de hotéis no centro. Assim, o espaço se torna condicionante, caso da rede de transportes funcionando como “extensões do bairro”, ainda que as relações entre seus usuários variem entre solidão; ou o contrário, sendo composta por intensa interação (AGIER, 2015).

A última refere-se a situações de ritual, onde ações como festas, intervenção passageira de um coletivo no espaço público, por exemplo, são marcadas por deslocamentos, por ritmos e ocupações de seus espaços, certamente a mais oposta aos fatos corriqueiros, ou as “situações ordinárias” (AGIER, 2015). Neste sentido, tal categoria pode destacar similaridades com situações extraordinárias, ainda que marque algumas diferenças (AGIER, 2015).

Todas estas ações podem se confundir no cotidiano de uma determinada cidade. Mas, todavia, possuem elementos identificáveis e de distinção. E não é diferente se pensarmos a respeito de práticas cidadinas que envolvem o turismo, ou uma experiência turística, tendo em vista as “situações elementares da vida cotidiana” (AGIER, 2015). É possível observar que elas podem facilmente se enlear, podem surgir nas práticas de turistas, nas interações com comunidades, coletividades, com equipamentos, objetos e práticas.

É o que se nota ao citarmos práticas de coletivos em espaços urbanos que promovem experiências de cultura, lazer e turismo. Por exemplo, parte destes grupos, realizam, guardadas as diferenças, atividades com turistas/moradores as quais consistem em diversas práticas, por exemplo: circular pelo metrô e ônibus junto a uma grande quantidade de trabalhadores, e neste sentido sendo possível deparar-se com um jovem cantando hip hop em um trem; ver uma ocupação de um grupo teatral em um espaço público, localizada em bairro tido como “dormitório”; ou mesmo assistir um evento de samba em um bar na periferia; deparar-se com manifestações políticas e territoriais temporárias, enchentes, entre outras. Isto mostra a possibilidade de se fazer lazer, talvez turismo, para além de espaços de turismo mais cristalizados, mostrando uma dinâmica ao passo que nos debruçamos nas complexas teias tecidas nas “situações elementares do cotidiano” e nas dinâmicas sociais urbanas. Igualmente, estes grupos também não deixam de tensionar as regiões simbólicas do capital da cidade e que fazem oposição à periferia, tida como carente de espaços de produção cultural, e assim, não sendo turística. Ao relativizarmos as situações cidadinas enxergamos inúmeras possibilidades de encontros, o que auxilia fugir de pensar os sujeitos como despejados em supostos bairros dormitórios da cidade. Assim, torna-se mais complexo do que percepções generalistas da urbanidade. E certamente de compreender do ponto de vista científico a atividade de turismo.

É mister dizer que a antropologia (em especial a urbana), tendo suas derivações, seus limites, tem se mostrado essencial para entender o fenômeno do turismo em cidades. Igualmente, é necessário olhar o turismo, dentre tantas mobilidades, como um fenômeno complexo, fugindo de arranjos que se tornaram cânones, porém raciocínios binários: turista/comunidade; autêntico/não autêntico; ordinário/ extraordinário. Este é um desafio principalmente para construção de

conhecimento que integre a composição entre turismo, ciências sociais e porque não, saberes e conhecimentos populares.

#### **1.4 Turismo, ciências sociais, antropologia e novos paradigmas**

Como forma de superar o positivismo presente nas discussões sobre turismo, certamente, as ciências sociais ao ressaltar a importância de suas componentes culturais, sociais e políticas trouxeram contribuições substanciais. Alguns campos do saber das ciências sociais se mostraram de extrema importância para pensar o turismo. Como supracitado, reitera-se o caso da antropologia. Deste modo, esta disciplina vem se colocando como uma área importante para as pesquisas de turismo, e que já possui desde os anos de 1960, uma produção extensa, notória e de qualidade. Temas como aculturação, percepção de turistas e nativos, relativismo cultural, entre outros assuntos revelaram-se importantes para a produção de conhecimento no campo acadêmico de turismo e do próprio conhecimento como um todo. Tais assuntos tornaram-se proeminentes, e decerto trouxeram sutis avanços, a despeito das idas e vindas presentes em todos os debates epistemológicos. Certamente, a construção de conhecimento seguirá, com diferenças e nuances, como sempre.

Tomillo Noguero em entrevista para Panosso Netto e Nechar (2016, p. 224) nos diz que o turismo tem substancialmente em seu DNA o aporte antropossociológico. As dinâmicas culturais, foco de estudos antropológicos, compõe considerável participação nos estudos de turismo. Entende-se não ser pertinente adentrar em debates dos quais coloquem em disputa pesquisas qualitativas e quantitativas, uma vez que ambas são complementares para novas construções epistemológicas. Concordamos com Tomillo Noguero (2016) sobre a essência das práticas de turismo, porém, as narrativas são distintas pelo campo acadêmico e possuem suas fricções.

Em discursos veiculados pelos meios de comunicação a postura em apontar o turismo como mecanismo de desenvolvimento econômico, indutor de empregos, geração de renda, sempre teve notável visibilidade. Na perspectiva cultural a mídia destaca o turismo como uma importante atividade para “enriquecimento cultural”. Hintze (2013) é um pesquisador que se deteve na temática de produção de discursos, tanto da academia, quanto dos meios de comunicação, e criticamente os observou

suas composições de elementos que invisibilizam e criam estereótipos a pessoas, grupos sociais, comunidades, entre outros.

Retornando às ciências sociais, estas nem sempre escapam do escrutínio rigoroso de seus próprios investigadores. O turismo desde os estudos de Glucksmann, ainda possui um longo caminho a percorrer para consolidar uma teoria integradora, e diga-se enfaticamente: se é que se vai alcançar tal teoria ou teorias. Diante disso, dada a larga produção de artigos científicos, dissertações e teses elaboradas por muitos autores, não será difícil de se deparar em congruências e contradições em análises, que ora podem ser críticas, ora se enquadrem nas percepções hegemônicas. Mas é importante destacar que nos últimos tempos têm-se publicado considerável produção crítica que advém de pesquisadores da área com forte atuação em práticas contra-hegemônicas, com intensa pluralidade de opiniões.

Mas sobre críticas há quem destaque alguns exageros de estudos acadêmicos. Figueiredo e Ruschmann (2004), ao abordar a polissemia e histórico dos conceitos sobre viajantes, destacaram criticamente que muitas análises de turismo de massa estigmatizaram o turista e a própria atividade, sendo construídas pelas viseiras ocidentais de “estudiosos da classe média” (FIGUEIREDO, RUSCHMANN, 2004, p. 183).

Conforme lembra Burns (2002, p. 131) o turismo visto como um “fenômeno econômico e cultural” é facilmente acusado por tudo ou pela maioria dos danos causados a uma comunidade. E realmente, a atividade impacta profundamente relações sociais e meio ambiente, como já exposto acima. Mas é preciso entender os meandros destes desdobramentos. Segundo Burns (2019) turismo está ligado a toda dinâmica social não sendo certamente o único fator que promove problemas à cultura (BURNS, 2002). Assim, concordamos com Ramiro (2019, p.10) a quem aponta ser preciso se afastar de visões maniqueístas ao analisar o turismo, cujas observações “não servem a uma boa pesquisa”. É preciso ver muito além das entrelinhas, das fronteiras possíveis, assim como a capacidade heurística que atividade nos traz para explicar fenômenos sociais. Em vista disso estudar impactos no turismo os abordando em polos positivos e negativos tem se mostrado contraproducente, tendo em vista os tênues limiares destes componentes, pois tais extremidades nem sempre em muitos casos estão tão divididas e deixam seus limites tão claros assim. Em muitos casos

se confundem e tornam-se bastante difícil entender o que realmente é positivo ou negativo.

No que diz respeito a sociologia e seus notórios estudos de turismo não se pode deixar de destacar as contribuições do modelo existencial na sociedade industrial de Jost Krippendorf (2001) com seu trabalho de Sociologia do Turismo. O autor foi bastante otimista ao realizar um tratado dos caminhos mais humanistas para a atividade. Sua visão, em certo sentido, expunha a economia como uma orientadora basilar das mudanças culturais. Assim, para este autor, a partir dos anos de 1960 a euforia das viagens, nos termos de Krippendorf (2001, p. 95), tomou conta das mobilidades globais. Inclusive, talvez desta constatação e seu desenfreado desenvolvimento tenham também, igualmente, mobilizado pesquisadores a tentar entender o tema, mas sendo necessário, conforme destaca Krippendorf (2001) transformá-lo.

Erik Cohen (1972) apresentou diversas tipologias de turistas que logo se notabilizaram nos estudos de turismo. Krippendorf (2001) nota que trabalhos ligados a categorização de turistas tem início na década de 1960, e as destacavam interesse tanto da sociologia quanto da psicologia preferencialmente aos turistas, sendo que muitas pesquisas já eram financiadas pela indústria do turismo como afirma o autor (KRIPPENDORF, 2001, p. 68). Certamente tipologias de turistas atualmente são bastante criticáveis, dada a complexidade da atividade e o avanço dos próprios estudos da área. Em seguida Cohen (1984) realizou um estudo sobre abordagens da sociologia continuando estudos sobre motivações de turistas, as relações e percepções destes com habitantes locais, as estruturas do sistema turístico, o desenvolvimento socioeconômico e o impacto sociocultural do turismo.

O livro escrito na década de 1990 “O olhar do Turista” de John Urry (1996), cujo autor aponta como o turismo tem sido construído socialmente, tornou-se um clássico da área. Este mesmo autor que promove uma virada epistêmica nos novos paradigmas da mobilidade reposicionando o turismo como objeto da sociologia conforme salienta Freire-Medeiros, Telles e Allis (2018, p. 5). As mobilidades têm ganhado intenso fôlego com produções que propõem novos desafios teóricos e metodológicos do turismo, como nos trabalhos de Allis (2016) e Freire-Medeiros Telles e Allis (2018).



Outros autores têm discutido temas específicos, mas que dialogam com a presente tese, como Moduer (2007) que destacou aspectos do turismo, governança urbana e espaço público; Higgins-Desbiolles (2020), pesquisadora e professora da *University of South Australia*, que concentra seu trabalho em justiça social e turismo, entre outros temas semelhantes. Bonuk e Carnicelli (2019) em visão crítica do turismo analisam o impacto potencial que a pedagogia crítica de Paulo Freire pode ter na educação do turismo e Arias Castañeda, Panosso Netto, Mendoza Valdés, Castillo Nechar (2013) que problematizam a produção de conhecimento do turismo. Isso para citar alguns na imensa rede de produções acadêmicas que se enveredam por temas questionadores.

É certo que os debates sobre interface, dilemas, dissensos, fronteiras e mesmo a problematização de conceitos de turismo possui uma participação considerável da antropologia. As interconexões entre turismo e antropologia demonstram significativa sinergia por terem objetivos de compreender as dinâmicas culturais (BURNS, 2002, p.92). Todavia, o turismo no passado, já foi negligenciado pela antropologia durante muito tempo, e não raro, no início, em seus primeiros estudos, visto como um tema não muito “sério” (NASH, 2007, p.19). E isso não é diferente com temas similares, como o lazer, o qual Magnani (2003) destaca que estudos provenientes das ciências sociais privilegiavam temáticas como trabalho e política. E aqui concordamos com estas críticas, pois, o turismo evidentemente pode dizer muito sobre nossas sociedades.

Importante assinalar que há um descompasso de estudos de antropologia que abordem relações entre temas ainda pouco estudados, caso, por exemplo, entre turismo e movimentos sociais em áreas urbanas. Isso abre uma agenda para pesquisas e investigações com potencialidades diversas. Todavia, ainda que não seja objetivo deste trabalho fazer uma reconstituição dos primeiros estudos antropológicos, vale destacar algumas referências.

Pinto (2021) destaca que um dos primeiros artigos de turismo analisado pelas ciências sociais, data de 1899, pelo economista italiano Luigi Bodio, com o trabalho: “Sobre o movimento dos forasteiros na Itália e o dinheiro que gastam” (PINTO, 2021, p. 90, tradução do autor). Dennison Nash (2007, p.17) indica o pioneirismo de Theron A. Nuñez, com seu trabalho que une antropologia e turismo: “*Tourism, Tradition, and Acculturation: Weekendism in a Mexican Village*”, realizado no ano de 1963.

Grunewald (2001, p. 142) destaca Daniel Boorstin como um dos primeiros autores a unir antropologia e turismo abordando a temática do simulacro deste último. Desde estes estudos outros autores, antropólogos, vêm contribuindo profundamente para uma maior aproximação entre áreas/temas, como Smith (1989), Graburn (1989), Burns (2003), Nash (2007). E no Brasil, Banducci Jr. (2001), Rodrigo de Azeredo Grunewald (2001), Margarita Barreto (2003) os quais foram pioneiros na temática. Porém, certamente, há um enorme cabedal de estudos do tema.

A convivência entre turistas e antropólogos no mesmo território também é motivo de debates, como já foi apontada pelo conhecido trabalho *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* de Valene Smith (1989) um conflito constante até mesmo lembrado por Sampaio (2013, p. 168). Turistas inicialmente não eram o foco e nem interesse de pesquisadores, os quais apenas se detinham nas comunidades locais (SMITH, 1989; SAMPAIO, 2013, p. 168). E, além disso, turistas eram motivos de incômodo para os antropólogos pois supostamente “atrapalhavam suas pesquisas de campo” como aponta Pinto (2021). O turismo foi adentrando nos estudos de antropologia ao passo que os antropólogos passaram a perceber as mudanças sociais em territórios e atores.

Em linhas gerais, os pesquisadores do turismo e antropologia se detiveram em determinados assuntos centrais, que se tornaram canônicos, e que gravitaram majoritariamente muitos estudos, tais como: impactos na cultura, autenticidade, aculturação, entre outros (BARRETO, 2003, p. 20). Certamente, o tema de autenticidade estudado por Dean MacCannell, um conhecido debate que rendeu diversas contendas acadêmicas, levando em conta as capacidades e fragilidades de reação das comunidades frente o avanço do turismo.

No Brasil o desinteresse da antropologia também foi durante muito tempo, conforme as palavras de Pinto (2021), marcado por um “silêncio ensurdecido”. Entretanto, neste país, trabalhos notórios como “O imprescindível aporte das ciências sociais” da cientista Margarita Barreto (2003), realizam um dos primeiros arazoamentos da produção teórica da antropologia do turismo. Segundo esta autora a importância desta disciplina está na contribuição de um planejamento da atividade que contemple diversos aspectos da sustentabilidade (BARRETO, 2003, p.25). Valendo-se também de um paradigma do rizoma estabelecido por Deleuze e Guatari, a autora postula que o turismo é marcado pela imprevisibilidade dado que nunca

sabemos para onde vai “crescer”, tal como o rizoma. Ou seja, de certo modo dramático, observa-se que a própria autora aponta que mesmo com planejamento, nunca saberemos como reagirá a sociedade (BARRETO, 2003, p. 21).

Grunewald (2001) deteve-se a um dos temas que tem sido uma das maiores preocupações dos estudos antropológicos de turismo: a mudança cultural. Por meio de estudo das relações entre turismo e etnicidade e o que as legitima e autentica em suas especificidades, nos termos do autor (GRUNEWALD, 2003, p. 156). O autor se esforça em ampliar o debate desviando das recorrentes análises de experiências no turismo que o qualificam como “ilusório, virtuais, falso, inautênticos”, pois para ele “emperram esforços intelectuais” (GRUNEWALD, 2003, p. 156).

Recentemente publicado, o livro *Antropologia do Turismo*, a autora Ramiro (2019, p. 7) aponta que tanto no Brasil como na França ainda ocorre preconceito em relação a consolidação da temática, deixando-a à “margem dos grandes temas”. E isso incorre em muitos problemas. Como nos discursos e práticas que se disfarçam de “valorização da diversidade” e escamoteiam disputas históricas e desigualdades (RAMIRO, 2019, p.10). Neste sentido, o caminho deve ser “multidimensional e processual”, os quais a antropologia aponta para entender as mudanças constantes provocadas pelo turismo, conforme salienta Pinto (2021, p.100).

Recorremos ao que pensa Sampaio (2013), uma vez que é preciso nos estudos de turismo um “deslocamento disciplinar”, uma “transdisciplinaridade”, a qual intente romper fronteiras, sejam tradicionais ou de “compartimentos conceituais”, como lazer, hospitalidade e turismo. A grande questão que coloca a autora ao analisar antologias de estudos das ciências sociais no turismo (ainda que mormente anglófonas e europeias) e suas dissonâncias, é de como “estudar o turismo hoje”, a qual seria apontada pelo papel de “estudos locais” (SAMPAIO, 2013, p. 170).

E neste sentido, bom ressaltar outra questão importante levantada por Panosso Netto e Jager (2016), cujos autores têm apontado a necessidade premente da historicização da pesquisa de turismo. E ao apontar um certo comportamento a-histórico de pesquisadores, concordam com Sampaio (2018, p. 176) autora que ressalta a importância de se construir uma memória dos estudos de turismo, onde a atividade só tem a ganhar com isso.

Outra questão diz respeito as fronteiras de onde começa e onde termina o turismo. É neste ponto que se localiza algumas linhas fronteiriças, as quais são

possíveis de serem observadas à luz dos estudos antropológicos. Por exemplo, entre limites e separações notamos constantemente a tensão que separa turistas e as atividades que realizam etnólogos, etnógrafos e antropólogos, como podemos observar nos estudos de Pronovost (2018) e Ruschmann e Figueiredo (2004). Marc Augé (2010) no livro “Por uma Antropologia da Mobilidade” debruçou profundamente sobre esta suposta tensão no capítulo “O escândalo do turismo”. Segundo Augé (2010) turistas se diferenciam de antropólogos obviamente pois nas viagens dos últimos ocorre “observações mais sistemáticas, solitária e prolongada”, e adiante assinala: “o etnólogo... persegue um fantasma, o de um conhecimento impossível” (AUGÉ, 2010, p. 74/79).

Todavia, ainda que haja certa densidade em volumes e qualidade de pesquisa, salienta-se com esta pesquisa que ainda há poucos trabalhos de turismo sob aporte da antropologia urbana. Sendo assim, pretendo trazer alguns pesquisadores das ciências humanas que podem contribuir substancialmente ao pensamento crítico e relacional entre turismo e cidades, tanto da antropologia urbana, mas também alguns estudiosos de movimentos sociais da geografia urbana que lançaram mão de exercícios de olhares múltiplos e compartilhados em seus trabalhos. São eles pela antropologia urbana Magnani (2002, 2013, 2018); Agier (2011, 2015), Eckert e Rocha (2010, 2013), Frúgoli (2015, 2018), e pela geografia urbana, as discussões relacionadas ao campo do patrimônio cultural que vem sendo propostas pela professora Scifoni (2014, 2015, 2018), Nito e Scifoni (2017, 2018).

É também bom pensar que entre as diversas análises provenientes das ciências sociais, podemos destacar que a antropologia promoveu um passo importante para superar o “otimismo das prerrogativas econômicas” advindas da ideologia de mercado e presente nas análises positivistas. Tais estudos trouxeram muitos contributos importantes ao abordarem as comunidades locais, entre estas: povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, populações que vivem à margem em cidades, todas estas impactadas pela lógica de exclusão da economia de mercado. E ao passo que tais pesquisadores traziam um prisma mais próximo destes povos é possível que tenham auxiliado para que estes mesmos atores, antes apenas sujeitos de pesquisas, passassem a construir as suas próprias narrativas de suas experiências com a atividade de turismo.

É importante levantar os avanços e dissensos da já bem debatida necessidade indispensável de aporte interdisciplinar da atividade, e sua relação ora conflituosa ora amistosa com a antropologia. A interdisciplinaridade é um caminho a ser trilhado por educadores, mas devendo evitar excessos de utopias, tendo em vista que tal caminho pode auxiliar a horizontalizar as relações na educação de turismo. É uma forma de superação do positivismo e já está presente em obras clássicas da educação, como as do notório Paulo Freire. É seguro que supera a multidisciplinaridade. Neste sentido, é possível que com tais apontamentos e contribuições em diversos campos do saber, assim como a diversidade de produções possamos avançar não apenas na interdisciplinaridade, mas também aos estudos transdisciplinares.

Nos valem de um excerto sobre construção de conhecimento, extraído de Nechar e Panosso Netto (2014):

O que se evidencia é que aquilo que possibilita e impele o indivíduo a construir conhecimentos não é a transposição de teorias a realidades determinadas, senão a compreensão ou criação de sentidos que não são totalmente compreendidos e criados. Assim, o processo de construção de conhecimentos turísticos deve ser desmistificado, pois não são somente “cientistas” que produzem conhecimento, já que a teoria e a prática não são processos opostos e excludentes (NECHAR, PANOSSO NETTO 2014, p.135).

Com isso podemos abordar que a epistemologia no turismo poderá também ter uma contribuição extremamente importante a partir do momento em que nos determos também pela produção de comunidades, movimentos sociais, cujos grupos sociais também vem discutindo a atividade e produzindo saberes variados como nos aponta a ecologia de saberes de Santos e Meneses (2010).

## CAPÍTULO 2 – TURISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Para articular o turismo às ações de movimentos sociais, recorre-se às bibliografias localizadas em bases de dados e portais de periódicos, ainda que tenhamos ciência de que há poucos autores dedicando-se a estudar estas aproximações. Na área de turismo, um dos campos de estudos que denotam certo alinhamento são os que dizem respeito

ao turismo de base comunitária no Brasil e América Latina, compondo produções que já superam décadas. Outras pesquisas que abarcam turismo e movimentos sociais advêm de estudos orientados por teorias e metodologias das ciências sociais. São pesquisas que envolvem temáticas rurais, litorâneas, mas também relacionadas às questões urbanas.

Podemos evidentemente notar, ao nos dedicarmos em pesquisas mais aprofundadas, que as ocorrências estão distribuídas pelos diferentes continentes. Todavia, ainda que haja publicações interessantes de estudos que abordem turismo e movimentos sociais, esta conexão ainda é incipiente e tal constatação é corroborada pelos estudos de Milano (2018) e Cruz (2019).

Sobre as especificidades do assunto, pesquisadores têm mencionado diretamente a relação de turismo e movimentos sociais, caso do costarriquenho Nuñez (2016; 2017) que aborda ativismos frente à projetos turísticos na América Central; e do espanhol Milano (2018) que trata da relação de *turismofobia*, *overtourism* e movimentos sociais, cujos grupos realizam diversos atos e performances políticas no continente europeu. A autora australiana Higgins-Desbiolles (2020, p.11), chama a atenção para pensar o turismo na chave da justiça social, aludindo à importância de que comunidades se portem na dianteira das decisões sobre o turismo. Colomb e Novy (2017) levantaram o turismo como ponto de discórdia e disputas, o que dispara ações coletivas por movimentos sociais destacadas em um livro que aborda experiências em cidades da Europa, América do Sul, Norte e Ásia.

Uma das premissas que julgo ser relevante salientar é que ao se estudar comunidades diante das forças do avanço do turismo em muitos territórios, por vezes problemáticas, foi possibilitado observar experiências de ações coletivas. É importante destacar algumas abordagens que se sobressaem sobre estas intersecções. É o caso

dos estudos de Cruz (2019), autor que se deteve em identificar grupos de abordagem envolvendo turismo e movimentos sociais. O autor destacou as seguintes problemáticas proeminentes em um esboço esquemático:

As frentes de resistência surgiram como produto dos impactos negativos de turismo; o turismo como impulsionador do ativismo e participação em movimentos sociais; os efeitos negativos produzidos pelas mobilizações sociais em destinos turísticos; organizações sociais como promotoras de modelos de desenvolvimento do turismo alternativos (Cruz, 2019, p. 205).

Fenômenos essencialmente móveis, é importante pensar como turismo e movimentos sociais se aproximam, criam sinergias, tensionam e causam fricções em lugares, movimentam corpos, imagens, narrativas, ou até mesmo se dividem, fissuram e se dissolvem. Ainda que estas sejam indagações de difíceis compreensões dadas as características da sociedade atual marcada por efemeridades. Todavia, sendo crucial tal busca e propósito para compreender as distintas desigualdades dentro dos espectros das mobilidades e imobilidades.

Deste modo, julgo interessante pensar em três perspectivas no que diz respeito ao turismo e movimentos sociais, tendo em vista que isto nos aponta uma bibliografia relevante sobre o tema. Para isso é interessante pensar na tríade turistas, trabalhadores da área e comunidades locais, pois são temas que têm demandado tanto ações coletivas, disputas, embates, e também têm estimulado pesquisadores a se embrenharem em estudos e grupos de pesquisa. Certamente que estes temas se confundem e se confluem.

Uma primeira perspectiva diz certamente sobre o fazer turismo nas suas dimensões sociais concernente ao contraponto entre a elitização e democratização da atividade. A proposição “direito ao turismo” tem sido temas de debates e desconstrução de mitos, tendo em vista as discussões que giram em torno dessa questão. As possibilidades e impossibilidades de viajar são abordadas principalmente pelos estudos do objeto turismo social, cuja temática figura como os principais orientadores para vislumbrar e entender tal assunto.

Outro tema que vem ganhando espaço e ações de movimentos sociais parte especificamente dos trabalhadores da área que empreendem esforços contra as perdas trabalhistas, tendo como referência a utilização de grandes “repertórios de

ação política” (TILLY, 1998), como a formação de sindicatos, associações, realizações de atos e greves. Tal fato estimulou tanto associações de trabalhadores na área com mais intensidade nos últimos tempos, como a formação de grupos de estudos e pesquisa encabeçados por profissionais da área e intelectuais orgânicos com intuito de não apenas compreender a questão, mas denunciar as injustiças.

E por fim, pensando com maior destaque tendo em vista sua abrangência social, é importante destacar às comunidades e coletividades que são afetadas pelo desenvolvimento do turismo, onde se destacam os estudos sobre o turismo de base comunitária, especificamente na América Latina, assim como a questão da *turismofobia* presente em países onde o fluxo de turismo devido sua expressividade tem gerado contendas, principalmente ocupações de prédios e casas, conhecidas como *squatters*, caso do continente europeu, como em Barcelona e Veneza, apenas para citar uns poucos exemplos.

Tal divisão demonstra-se interessante apenas como forma de localizar as pesquisas da temática não sendo necessariamente uma proposição e agenda de estudos. É evidente que tais perspectivas se confluem e se relacionam em suas fronteiras. Igualmente também são atravessadas por condições estruturais e interseccionais de raça, classe e gênero, marcadores que apontam aspectos excludentes em nossa sociedade.

Vale por fim também destacar para além da nomenclatura “movimentos sociais”, que muitos grupos sociais que promovem ações políticas coletivas têm se autodenominado de diversas formas. Tais denominações serão explanadas e discutidas com mais acuidade no capítulo 5, onde me deterei nas práticas coletivas na cidade de São Paulo.

Em resumo, este tema já dispendeu de longa data inúmeras pesquisas, principalmente, perscrutadas pela área da ciência política, sociologia política, antropologia política, onde estas disciplinas contribuíram consideravelmente para entender tais denominações. Atualmente, tendo destaque as autodenominações ativismos e coletivos, as quais embora não sejam novidades, têm sido acionadas ultimamente com mais frequência no Brasil.



## 2.1. Turismo como direito

“Direito ao lazer” é um tema de discussão relativamente conhecido que permeia universos distintos, e de certo modo mais amplo, que “direito ao turismo”. Perpassa pelo senso comum aos estudos acadêmicos, e também presente nas agendas de movimentos sociais e culturais. Isto pode ser sintomático no que tange a pensar o lazer como um dos grandes gargalos sociais, configurando-se como uma preocupação emergente, para além das questões cruciais de gestão pública: como saúde, educação e transporte. É importante lembrar que o lazer é preconizado na Constituição Federal, no artigo 227, sendo que tal Carta Magna teve forte influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas.

O caso da interface entre lazer e turismo (discutido razoavelmente no capítulo acima), tomando evidentemente todo cuidado com suas distinções, é um ponto interessante para se discutir os direitos. Turismo é uma das tantas possibilidades de se praticar lazer, e é uma atividade vista como dispendiosa em muitos casos. Ou seja, dentro da lógica de mercado não se desvincula da busca do lucro por empresários. E isso certamente tem se agravado pela hegemonia de governos liberais, cujas administrações mal se preocupam com direitos fundamentais como educação ou saúde, e diante disso o lazer termina por ser rebaixado a não prioritário. Para liberais: ao cidadão que possui baixa renda, torna-se até artigo de luxo; como política pública, oneroso ao estado.

Todavia, pode-se pensar por outras possibilidades e como as classes populares por meio de muitas possibilidades cotidianas que tentam driblar as dificuldades para realizar seus lazeres cotidianos. E no caso da análise de lazer da classe trabalhadora, remetemo-nos a Magnani (2002, 2003, 2013) que possui um importante trabalho. O lazer das periferias se estende em práticas distintas, uma das tantas possibilidades são, por exemplo, excursões às praias, que ficaram popularmente conhecidas como “farofas”, viagens realizadas principalmente pela classe trabalhadora periférica. Grosso modo, muitas destas viagens foram sempre vistas com bastante preconceito por parte da classe média e as elites paulistanas. Quando se olha de maneira mais próxima percebemos que os elementos da viseira analítica, geralmente muito distanciada, fixam-se em observações pejorativas, e

assim tentam apagar sua complexidade simbólica. Assim, é bom notar, como nos diz Magnani (2003), que nestas viagens se aproveitam absolutamente todos os minutos para estabelecer distintas formas de sociabilidade. Das partidas ainda de madrugada, como na volta, as batucadas nos ônibus, o futebol na praia, a cerveja, o churrasco tomam sempre a cena (MAGNANI, 2003).

Nas cidades o lazer se manifesta de diversas formas, mas sem dúvida, a visita em parques urbanos e municipais é uma das mais realizadas pelas classes populares. Neste sentido, o uso público de parques tem aumentado significativamente nos últimos anos. E um fato considerável tem acontecido nos últimos períodos de férias escolares: enormes filas de carros para acesso a estes lugares têm sido uma constante<sup>18</sup>. Em São Paulo, por exemplo, tem-se ações capitaneadas por movimentos sociais que lutam pelas instituições de parques, como o caso do Parque Augusta, no bairro da Bela Vista, recentemente inaugurado, e outras mobilizações ainda em curso como a instituição do Parque dos Búfalos, no Jardim Apurá, Zona Sul de São Paulo. Estes e outros exemplos marcados por intensa mobilização popular que além da pauta do “verde”, o “direito à cidade”, também é incluído o direito ao lazer.

Pois vale destacar a necessidade de pensar o lazer não apenas como uma atividade desinteressada, o tempo livre se conecta e se mistura às questões políticas e de sociabilidade, conforme destaca os estudos de Pronovost (2011). Com efeito, movimentos culturais em São Paulo também têm salientado a discussão de lazer e turismo sob um amplo aspecto. Assim, as pautas de direito à cidade, que agregam muitas demandas, canalizam-se mutuamente.

Quando se pensa em direito ao turismo é importante observar os estudos sobre turismo social, ainda que seja um tema marginal nos estudos mais gerais de turismo. Conforme assinala Almeida (2016) embora o tema tenha se renovado principalmente em países europeus, este ainda é muito pouco explorado em pesquisas. Na América do Sul, além do Brasil, Schenkel (2020) vem pesquisando na Argentina o assunto no sentido de entender sua origem e demanda neste país. No que tange a realização da atividade, as diferenças entre os países é que no Brasil o turismo social tem sido veiculado principalmente por uma instituição do terceiro setor, o SESC; e na Argentina o estado é historicamente o principal promotor (ALMEIDA, 2016; SCHENKEL, 2020).

---

<sup>18</sup> Ver: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fila-para-estacionar-em-parques-chega-a-2h-em-dia-de-calor-em-sp--imp-,1778499>. Acesso em 13 de março de 2018.

Todavia, o discurso do turismo social como direito tem gerado muitos debates que pode nos ajudar a discutir as ações de movimentos sociais.

Gascon (2016) destrincha uma série de mitos que envolvem o discurso de “direito ao turismo”. Tal direito é influenciado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e certamente permeado por proselitismos acerca da importância de se democratizar as viagens, além de gerar diversas controvérsias. Uma delas segundo Gascon (2016) é ressaltar artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos para exaltar a mobilidade no turismo, mas não levar em contraponto os muitos problemas que a atividade leva às comunidades receptoras (GASCON, 2016). O próprio Código de Ética do Turismo não se aprofunda nos problemas originados pela atividade, por exemplo, como reforçar estereótipos e racismo (GASCON, 2016, p. 57).

Em São Paulo muitos coletivos culturais têm realizado parcerias com o SESC, caso do Grupo Ururay, Coletivo Pisa, Agência Queixadas (Comunidade Cultural Quilombaque), entre muitos outros para a realização de atividades. Estes mesmos coletivos também proporcionam discussões sobre a fruição da cidade e o lazer conjuntamente a outras discussões e temas, como cultura, memória, patrimônio cultural, gastronomia local, entre outros.

## **2.2. Trabalhadores se unem**

Em muitos casos os trabalhadores do turismo sofrem os efeitos do produto final do setor. É muito presente a ideia de que o turista deve ser tratado como um “rei”, inclusive não apenas pela mídia da área, mas também por parte de estudiosos acadêmicos. Nos discursos é presente o apanágio que se deve “fazer o possível para atingir a qualidade máxima nos serviços”. Hintze (2013) fala em “pseudocordialidade” utilizada em discursos em prol da atividade, ao turismo qualificado, o que nos leva a pensar sobre algo bastante contraditório em um país com muitos dilemas sociais.

Aos empregados do turismo têm sido frequente as mais distintas ações trabalhistas: precarização, subqualificação, absenteísmo, entre outros tantos. O discurso corrente de flexibilizar as leis trabalhistas tem tomado frente nas economias liberais e neoliberais de muitos países. Um dos seus exemplos marcantes advêm da Espanha, país que recebe hordas anuais de turistas. No Brasil, os trabalhadores também tem visto seus direitos ainda mais serem destituídos diante da reforma

trabalhista sancionada em 2017 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Fato ainda agravado pelo pouco consentimento à sindicalização presente nos ambientes trabalhistas.

E na questão dos trabalhadores do turismo voltando-se contra os desatinos da atividade, decerto entra em cena um dos “repertórios de ação política” (TILLY, 2008) mais antigos utilizados pelos movimentos sociais, a formação de sindicatos, greves, piquetes entre outras ações. De Paula e Herédia (2020) e De Paula (2021) têm investigado os trabalhadores de cruzeiros antes e durante a pandemia da Covid-19 e a potencialidade de transmissão de doenças contagiosas nestes transportes. A autora ainda destaca a celeridade de contratos de trabalho intermitentes destinados aos trabalhadores de turismo durante a pandemia, revelando notável gravidade (DE PAULA, 2021). Estudos sobre associações trabalhistas de camareiras têm sido investigadas por Ernest Cañada (2018) na Espanha, e Gabriela Camargo (2021) no Brasil. Estes autores têm, deste modo, navegado no ritmo contrário dos muitos estudos de turismo, cujas pesquisas ainda focam predominantemente no comportamento dos turistas.

Importante destacar que neste processo que envolve embates históricos de classes sociais, não se pode deixar de observar a interseccionalidade do tema abarcando questões de gênero e raça. Cañada (2018, p. 56) destaca a precarização do trabalho no turismo, ressaltando as camareiras da Espanha como maiores prejudicadas por tal processo. A terceirização trabalhista na Espanha tornou-se um dos grandes elementos de conflito entre trabalhadores e empregadores, o que gerou muitas iniciativas por parte de sindicatos e associações trabalhistas para recuperação de direitos perdidos (CAÑADA, 2018, p. 68).

Diante disso, muitos levantes contra as perdas sofridas pelos trabalhadores têm surgido como forma de reivindicação. Apesar de não caber aqui levantar a série de contendas, pois tais investigações estão em curso pelos autores supracitados. Neste sentido, vale reiterar estas ocorrências como forma de mostrar as conexões entre turismo e movimentos sociais. Importante apontar que diante destes conflitos e desigualdades produzidas, comunidades insurgem com o intuito de se apropriar do turismo.

### 2.3. Comunidades e coletividades reagem

Para tentar explicar com mais profundidade tal aproximação nos remetemos aos estudos incisivos elaborados pelo pesquisador costa-riquenho Esteban Nuñez (2017). Em tal abordagem Nuñez (2017) vale-se da publicidade turística para construir uma análise iconográfica que abaliza seus estudos críticos do turismo. O autor lança mão dos conceitos de hospitalidade e os serviços de *all inclusive* com intuito de estabelecer paralelos à construção da imagem do “bom selvagem” americano. Nuñez (2017, p. 761, grifo meu) também aborda o conceito de enclave, cuja chave auxilia a entender como a questão do “bom selvagem” ainda opera no sec. XXI. Deste modo, o bom selvagem pode ser entendido a partir da construção da figura do “canibal”, cuja classificação justificou a exploração pelos colonizadores europeus (NUÑEZ, 2017, p. 762, grifo meu).

O caso do *all inclusive*, presente no turismo, marcado pela inserção de vários tipos de serviços turísticos possuindo também intensa relação com o turismo de Sol e Praia e o turismo de massa. Nuñez (2017, p.765), neste ponto, correlacionando estes tipos de serviços, faz questão de advertir no que tange aos territórios operados e controlados pelo capital estrangeiro, pois estes tornam-se bolhas de lazer privatizadas que também se configuram como enclaves, conforme assinala o autor (NUNEZ, 2017, p. 765).

O autor faz uma revisão do conceito de hospitalidade tanto o que fora construído nos estudos antropológicos, quanto no contexto do turismo moderno. Neste caso, a questão de entendimento da hospitalidade é invertida na modernidade: no turismo moderno o hospedeiro se submete ao hóspede, onde desaparecem características anteriormente presentes em outros tempos, como a reciprocidade (NUNEZ, 2017, p. 766). Deste modo, a maneira como opera serviços turísticos como o *all inclusive* e a hospitalidade no turismo moderno pensados a partir dos “enclaves turísticos” construídos na América Latina, a lógica colonial é assim reproduzida, pois tanto o espaço, quanto os seus habitantes tornam-se recursos disponíveis (NUÑEZ 2017, p. 769, grifo meu). Importante notar que a influência do mito do bom selvagem e hospitaleiro na América operou pela via da desumanização, construída então pela colonialidade do poder conforme foi estudado por Anibal Quijano (2010). Igualmente, também apontamos ao sentido da ideia da construção de uma “linha abissal” do

pensamento moderno, dividindo arbitrariamente o Velho e Novo Mundo, conforme advertem Santos e Meneses (2010).

Ao mito do bom selvagem americano, poder-se-á agregar outros mitos presentes na cultura ocidental que foram até mesmo, incluídos, por ideias biologizantes, em muitos casos disseminadas não apenas pelos meios acadêmicos ou científicos, mas até mesmo por movimentos sociais, como uma das vertentes do movimento ambientalista, caso do mito da natureza intocada, que compõe parte da obra seminal de Antônio Carlos Diegues (2008). Tal mito operou na lógica de turismo, que inclusive, conforme nota Diegues (2008) relegou muitas comunidades tradicionais no Brasil à prática do turismo como única forma de subsistência, a partir do momento em que estas comunidades foram cerceadas de suas atividades tradicionais por legislações ambientais que pouco dialogavam com as populações (DIEGUES, 2008).

Para Nuñez (2017), a construção do imaginário do bom selvagem na iconografia turística se compõe de algumas características: servil; subalterno; mas também deixa escapar qualidades opostas, tais como postura questionadora e insubmissa (NUÑEZ, 2017, p.760). Neste sentido, temos visto respostas que vão ao encontro dos problemas causados pelo turismo, configurando-se como propostas contra-hegemônicas representadas por ativistas e movimentos sociais (NUÑEZ, 2017, p.775). Em outro artigo, Nuñez (2016) aborda sobre cidades que são marcadas pela presença de exclusão por conta das ocupações estratégicas do espaço. Nuñez (2016) nos demonstra que a modernidade e seus “derivados”, caso da colonialidade, vem solapando paisagens e excluindo populações de seus territórios. Harvey (2012) aborda tal fato quando ocorre a fixação de capital para o funcionamento do próprio sistema capitalista com o objetivo de dar lugar a novas acumulações de capital em novos espaços.

Nuñez (2016) persiste demonstrando como o discurso colonial vai se construindo e como opera segundo interesses hegemônicos. O espaço em Guanacaste, Costa Rica, tem sido produzido, mesmo na era do turismo, sob esquemas implantados nas profundezas da matriz colonial do poder. O espaço é visto como produto da realidade social onde compradores de lotes ou de apartamentos são uma espécie de colonizadores do lugar, pois vem de fora para habitar um “paraíso” (NUÑEZ, 2016, p. 78). Neste sentido, para este autor é preciso superar questões como: ordem e simetria; colonialidade e modernidade, assim como certamente os

enclaves produzidos pelo turismo. A atividade de turismo, para além de ser uma atividade econômica que consome territórios, também sobrevaloriza estereótipos por meio de simbolismos (NUÑEZ, 2016).

Todavia, Nuñez (2016) nos adverte a importância de se mapear e descrever estas representações colonizadoras que se tornaram presentes nas atividades turísticas para, deste modo, possibilitar a promoção de mudanças, cujas ações sejam menos assimétricas e se tornem mais representativas da diversidade existente na sociedade (NUÑEZ, 2016). Na contramão de exemplos negativos, a resposta tem vindo pela sociedade organizada que reage por meio de ações políticas, advindas de comunidades, associações, coletivos, movimentos sociais, cujos atos colocam o turismo no eixo de suas lutas

Milano (2018), autor que se deteve no tema da turismofobia e *overtourism*<sup>19</sup>, evidenciou a ação coletiva de movimentos sociais frente ao avanço expressivo e desigual do turismo, no caso da conhecida cidade de Barcelona. Por mais que imobilizar o turismo possa funcionar em algumas ocasiões como um ato de resistência (ALLIS et al, 2020; MILANO 2018), movimentos sociais urbanos que contestam os dilemas causados pelo turismo não são necessariamente novos como aponta Milano (2018, p. 553). De fato, o tema de *overtourism*, e conforme Allis, Moraes e Sheller (2020, p. 285) “a própria noção de saturação poderia ser considerada uma invenção recente e eurocêntrica”, pois na “Ásia e Caribe” a superlotação do turismo é de longa data. Não precisamos ir muito longe nem em espaço, nem em tempo, recentemente durante o período de pandemia, a despeito das medidas de distanciamento social, banhistas lotaram diversas praias do litoral brasileiro.

Para Milano (2018) a relação entre turismo e movimentos sociais ocorre de forma assimétrica. O autor cita uma questão controversa em que se deparam os movimentos sociais a qual se configura como uma espécie de encruzilhada: por um lado, a própria ação política pode se tornar uma atração turística, caso dos *squatters*<sup>20</sup>; mas, também se posiciona em seu eixo reivindicativo, pressionando, denunciando, estabelecendo associações como forma de lutar contra as desigualdades produzidas pelo turismo (MILANO, 2018, p.555). No caso de Barcelona, estudado pelo autor,

---

<sup>19</sup> Movimentos que pedem aos turistas que estes retornem às suas casas, ou local de origem, devido principalmente ao crescimento desordenado da atividade.

<sup>20</sup> Ocupações de prédios ou casas vazias por pessoas, cujas ações ocorrem nas cidades de Barcelona e Veneza, por exemplo.

grupos de ativistas formaram a ABTS (*Asamblea de Barris para un Turismo Sostenible*) com o objetivo de debater sobre a massificação turística na cidade. Tal associação também tem colaborado com a universidade, resultando seus trabalhos em publicações em revistas científicas (MILANO, 2018, p. 556).

É certo que também sobre movimentos sociais e turismo podemos nos atentar ao que se tem discutido na América Latina. É fato que há uma extensa produção sobre as relações de turismo de base comunitária e movimentos sociais neste continente, tendo em vista que muitas comunidades tradicionais se viram às voltas de embates territoriais, cerceamento de suas atividades tradicionais, dilemas ambientais e de patrimônio cultural. Mendonça, Moraes e Catarcione (2016, p. 234) aprofundam a questão e sinalizam que o turismo de base comunitária seja também um movimento político e social, dado a atuação dos primeiros frente a projetos neoliberais recorrentemente impostos por governos. Ainda segundo as autoras, tal movimento está em permanente construção (MENDONÇA, MORAES E CATARCIONE, 2016, p.246). Distintas terminologias têm se confluindo e se confundindo como turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo rural comunitário, apenas para citar alguns.

Vasconez e Cornejo (2017) citam a Declaração de Manila no ano de 1980 e a Carta de Turismo de 1985 da Organização Mundial do Turismo como origens de várias ações com bases locais e comunitárias que por sua vez deram origem a muitos artigos destacando benefícios econômicos da atividade (VASCONEZ e CORNEJO, 2017, p. 22). Mas é importante dizer que muitos autores do tema turismo de base comunitária apontam que este não se configura como um segmento, o que intenta tirá-lo da pecha estritamente mercadológica. Maldonado (2006) destaca que fatores presentes no contexto mundial da década de 1980 que facilitaram o surgimento do turismo rural comunitário em países da América Latina, como as pressões do próprio mercado turístico, necessidades econômicas das comunidades receptoras que precisam buscar soluções para superar crises financeiras, o papel de pequenas e microempresas em mobilizar redes, e também o papel de muitas comunidades indígenas em mobilizações políticas (MALDONADO, 2006, p. 26,27).

Estudos no Brasil têm corroborado decisivamente com aproximações de ações entre comunidades, coletivos, movimentos sociais e turismo. Existem os que abordam o “turismo comunitário” ou “turismo de base comunitária” como “estratégias” de



“comunicação social de populações tradicionais” para viabilizar seus modos de vida, caso do estudo de Sampaio (2008, p.247), e Moraes et al (2017, p.619) que entendem também como estratégias “para a garantia de manutenção e de preservação de territórios” (MORAES et al, 2017). Uma das primeiras articulações de TBC no Brasil é descrita por Moraes et al (2020):

Quanto ao papel desenvolvido pelo movimento social nesse debate, uma iniciativa reflexiva de referência tem sido o Fórum Social Mundial (FSM), realizado desde 2002, quando esse evento foi lançado em Porto Alegre. Desde então, tornou-se itinerante, percorrendo diferentes continentes até a sua última edição, em 2018, quando retornou ao Brasil e foi realizado em Salvador (Bahia). Nas edições do FSM foi possível trazer para a cena principal profundos questionamentos político-ideológicos sobre o processo de globalização, tendo também sido discutidas propostas contra-hegemônicas que pudessem orientar novos caminhos para o desenvolvimento. No caso do turismo, reconheceu-se, sobretudo, a sua importância como uma possível via para a transformação social” (MORAES et al 2020, p. 148).

No Brasil o TBC pode ser visto em inúmeros exemplos, em comunidades rurais, na área costeira, mas também surgindo inúmeras ações em ambientes urbanos. Muitos estudos realizados por universidades, de trabalhos de conclusão de cursos às teses, pesquisas coletivas em grupos de estudos vêm tratando do tema. Não diferente, as disputas conceituais iriam despontar, tal como explana Moraes et al (2020) que aponta controvérsias baseadas na polaridade entre o compromisso “social” e o reconhecimento da importância econômica dessa prática (MORAES et al 2020, p.151).

Todavia, autores como Lima (2011) apontam certa inocência no trato do tema por parte de pesquisadores induzindo a levar o TBC de maneira idealizada. Outras autoras como Fabrino, Nascimento e Costa (2016) destacam a necessidade de se debater temas como a comercialização, tendo em vista que as produções brasileiras têm trazido dados limitados para entender o desempenho da atividade no Brasil. Cañada (2015), todavia, entende a complexidade de tal debate, mas destaca essencialmente os riscos que comunidades estão sujeitas diante dos avanços do turismo, mesmo que carregue uma pecha mais comunitária.

Não diferente, nas regiões urbanas o turismo também tem sido acionado em diferentes discursos, entre eles, os que observam a possibilidade de desenvolvimento

local, uma vez que a desigualdade de oportunidades é potencializada pela voracidade do capital e da própria produção do espaço urbano. Assim, o TBC, notadamente marcado por ações práticas e territoriais, tem tido distinção do turismo sustentável, caracterizado mais pela ideologização, pensando em benefícios a longo prazo. Inclusive Dangi e Jamal (2016) apontam para unir tais temas e suas proposições, como turismo sustentável de base comunitária, ainda que certamente isso possa ser visto por muitos militantes do TBC como uma proposta redundante.

Remonta-se à Boaventura de Sousa Santos (2010), entre muitos outros autores que ressaltam os saberes de tal continente, invisibilizados pelo pensamento ocidental. Deste modo, o autor irá aprofundar sua teoria de como o pensamento ocidental por meio da ausência da dialética (para citar apenas uma das tantas formas de supressão) exclui (e continuam excluindo) outras formas de saberes, por exemplo os de comunidades tradicionais e periféricas (SANTOS, MENESES, 2010, p. 23).

#### **2.4. Caminhos que unem movimentos sociais ao turismo**

O turismo dificilmente aparece como uma pauta única para movimentos sociais, mesmo no caso de se pensar em acessos mais democráticos da atividade para as pessoas. Como vimos, isso ainda é bem tímido, controverso e contestável. Também para as comunidades que se tornam anfitriãs, especialmente as envolvidas, *a priori*, em algum conflito, seja ele ambiental, cultural, urbano, entre tantos, o turismo fica localizado mais como um recurso de desenvolvimento, ainda que ocorra outros acionamentos deste campo. Ou seja, o turismo se torna, na maioria das vezes, ainda que haja exceções, um assunto proeminente para movimentos sociais, *a posteriori*. Na tentativa de explicar como ocorrem essas mudanças podemos pensar na relação de turismo e movimentos sociais tendo como fio as questões que envolvem patrimônio cultural.

Turismo e patrimônio cultural possuem uma história de longa data, e não menos conflituosa. Os estudos sobre a interface destes dois campos são bastante variados, embora os mais centrados na área do turismo tendam a tratar majoritariamente o patrimônio cultural como um “potencial atrativo turístico” distanciando-se de posturas críticas. Deste modo, há pouquíssimas publicações na área do turismo que problematize o tema patrimônio cultural como um “atrativo turístico” para que

possamos avançar nos debates. E quando se tem edições de turismo que ousam publicar tal debate, decerto advém de disciplinas de outros campos, como nos estudos da geografia urbana ou antropologia social inserindo como elementos de constituição dos processos de reprodução do espaço nas cidades, ou a problematização de referências culturais, para citar alguns exemplos.

## **2.5. Patrimônio cultural como um fio entre turismo e movimentos sociais**

Para citar um exemplo específico pensemos nas instituições oficiais de Turismo do Brasil, caso do Ministério do Turismo que toma como definição o termo “atrativo turístico” como: “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, 2007, p. 27). Ou seja, qualquer coisa que mobilize pessoas a praticar turismo pode tornar-se um atrativo turístico. Definição a qual imputa a elementos do patrimônio cultural e, quem sabe, também as referências culturais, a capacidade essencial e primordial de gerar e impulsionar o turismo.

Diante disso, nota-se que a maioria das abordagens do tema atrativo turístico não tem acompanhado os desdobramentos recentes dos debates sobre patrimônio cultural, e ainda se fixam a uma ideia estanque, tornando o conceito praticamente como um axioma que não necessita passar por um processo de revisão. E este é um tema e desafio que deve ser discutido, enfrentado e renovado. Uma vez que o que prevalece é a visão mercantilista envolvendo turismo e patrimônio cultural.

A noção de “bem cultural” atribuída ao turismo tem esvaziado seus usos, serve mais ao mercado simbólico como adverte Meneses (2009, p. 27). A experiência dos turistas, ou “uso cultural da cultura”, torna-se superficial e também fica totalmente dependente de especialistas. Ainda que tal bem cultural, por exemplo, para comunidades locais tenha outras perspectivas, mais profunda e vivenciada (MENESES, 2009).

E novamente para exemplificar estes “usos culturais”, cita-se o Ministério do Turismo, que em seu Marco Conceitual sobre Turismo Cultural, valendo-se da definição de patrimônio cultural na Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>21</sup> destaca

---

<sup>21</sup> A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece que patrimônio cultural: “constitui-se dos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

que estes últimos: “representam oportunidade de estruturação para novos produtos turísticos” pois entende turismo cultural “como instrumento para a preservação” (BRASIL, 2007, p. 11). A própria instituição, quando se trata de patrimônio cultural, de certo modo até possui uma postura avançada do tema, até amplia, pois não o resume ao edificado e tradicional, porém, recai a pensá-lo como produto para geração de negócios, desde que respeite significados imateriais e materiais (BRASIL, 2007). Não se pretende aqui se prender a pensar turismo como salvador ou mesmo como único culpado por eventuais danos a um local. É preciso ampliar e problematizar o assunto.

Diante disso, exemplos são diversos de cidades que são “consumidas pelo turismo” tendo a ideia de “preservação do patrimônio cultural” como atributo eficaz. Caso de Paraty demonstrado por Padilha (2016), no qual o Centro Histórico da cidade, a partir da condição que o tornou Monumento Nacional, passou a ser um lugar muito mais de visitação de turistas em detrimento da cotidianidade dos moradores locais. Tornou-se assim um lugar de consumo onde o “patrimônio social”, como destaca a autora, não tem prioridade (PADILHA, 2016). Em acordo com Padilha (2016), Paes (2015) observa que estes processos como “refuncionalização turística”, expulsam a população com “baixo poder aquisitivo” de Paraty do Centro Histórico a substituindo por um local associado ao consumo. Isso para citar um exemplo contraproducente, entre tantos.

Tais ideias do patrimônio cultural como mercadoria, bem como os discursos que o elitizam, tem se tornado elementos essenciais para compor “atrativos turísticos”. O turismo, ou seja, quem trabalha com esta atividade, não deve se reservar de tal debate. O turismo, presente em inúmeras ações e práticas envolvendo patrimônio cultural, está diretamente ligado aos processos de construção de discursos e narrativas que têm prejudicado principalmente comunidades envolvidas em tais processos. E é nítido um desalinhamento da área do turismo às discussões de patrimônio cultural que fuja da pobre dicotomia positivo/negativo.

E o turismo não se ausenta das diversas disputas sociais. Como é sabido, muitas instituições oficiais têm tratado temas como turismo e patrimônio cultural de forma superficial, e ainda estão longe de avançar em ações que pensem o assunto de

---

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, sendo composto também por seus respectivos instrumentos, tais como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, remetendo à lei definir a punição por danos e ameaças a sua integridade”.

maneira mais complexa. O patrimônio cultural ainda é visto em primeiro lugar como um “potencial atrativo”, que pode ser um produto, capaz de gerar fluxos de turistas. E fica claro que quando se aborda uma velha dicotomia nos estudos de turismo sobre impactos positivos e negativos, na prática como exemplificada no caso de Paraty, um dos lugares mais visitados no Brasil, o “positivo” se sobressai, pois diz respeito aos ganhos econômicos, nem que se custe a segregação da população local.

Estas são questões que precisam ser revistas. E, novamente: mesmo a ideia de atrativo deve ser repensada, tendo em vista as complexidades que envolvem patrimônio cultural, coletividades e turismo. Um dos caminhos que se pode pensar é a interface que envolva o turismo, a educação e o patrimônio cultural.

Neste sentido, há inúmeros estudos sobre patrimônio cultural e turismo pela perspectiva da educação. Para Costa (2014) o principal elemento do turismo cultural é o patrimônio cultural (COSTA, 2014, p. 48). Esta autora, partindo de estudos de turismo cultural e atividades de educação patrimonial, defende o que chama de “comunicação interpretativa” como possibilitadora ativa nos processos de construção de conhecimento. Ainda que a autora traga diversas possibilidades de interface entre o patrimônio cultural e o turismo, além de exemplos de ações educativas em sítios culturais, envolvendo até mesmo temáticas de meio ambiente, é preciso avançar e debater mais a fundo no tema.

Podemos também citar ações que caminham em diálogo às ações coletivas e o cotidiano de cidadãos. Serpa (2010) traz reflexões no âmbito da educação, revelando como exemplos, olhar para as periferias de bairros de Salvador, Bahia. O autor entende que estes locais são importantes campos para trabalhos educativos no que tange o patrimônio cultural, pois são “vividos e experienciados” pela sua população local. Assim, são de grande relevância olhar para estas realidades. E esta possibilita ações integradoras entre moradores e espaços públicos, o que pactua com uma perspectiva mais cidadã, da qual chama a atenção Padilha (2016). Mas há que percorrer um caminho trabalhoso para isso.

E o próprio tema “educação patrimonial” se vê as voltas de questionamentos epistemológicos. Assim, é o caso de que trata Tolentino (2016), cujo autor aponta algumas falácias em torno da ideia do que seja educação patrimonial, muito presente na literatura acadêmica, e que, conseqüentemente, podemos também notar em projetos educativos. Uma das tantas falácias é entender a educação patrimonial como

uma espécie de “alfabetização cultural (TOLENTINO, 2016). Como saída, uma das principais ideias propostas por este autor, é observar que as atividades de educação patrimonial que se “pretendem ser dialógicas e democráticas” devem reconhecer o “jogo de forças existentes no seu processo seletivo” (TOLENTINO, 2016, p. 47).

A autora Smith (2011) chama de “discurso autorizado” no patrimônio cultural, quando este é tratado como coisa, um evento intangível, congelado na sua materialidade, que constrói uma mentalidade autorizada, regula significados políticos, sociais e culturais (SMITH, 2011, p. 46). E é uma forma elitizada de ver o patrimônio cultural, suprimindo experiências cotidianas, tendo em vista que ao se trabalhar com educação patrimonial não diz respeito a projetos apenas com patrimônio tutelados pelo o estado, e estes têm sido associados à espaços elitizados e opressores (TOLENTINO, 2016).

Um exemplo do turismo como difusor do patrimônio cultural e que tem ainda operado em sentido tradicionalista pode ser citado a seguir. Algo que corrobora com essa proposição pode ser exemplificada com uma propaganda realizada pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, cujo departamento, ainda que com intuito de divulgar o turismo no estado, elaborou uma peça publicitária representada por um videoclipe em que a música em um determinado momento apontava sobre a cultura paulista: “são tantos olhares em um só lugar, alta cultura e cultura popular”<sup>22</sup>.

Estudos sobre turismo de base comunitária tem trazido grandes contribuições para se pensar o patrimônio cultural por outras bases. Igualmente, muitos movimentos sociais, coletivos e ativistas têm produzido práticas e materiais problematizando o tema patrimônio cultural. E ao trabalharem com turismo e patrimônio cultural têm, aos poucos, deslocado a conjunção de muitas ideias cristalizadas, elitizadas e mercadológicas em relação ao patrimônio cultural. Ao discuti-lo em seus territórios têm produzido inúmeras ideias, práticas e materiais, como veremos adiante.

Deste modo, concordamos que o turismo deva ser observado nestes projetos urbanos dentro de um ponto de vista crítico aos mesmos moldes como Scifoni (2015) aborda a geografia urbana. E para compreender melhor é preciso que se observem tais questões de perto e de dentro como diz Magnani (2002, 2018), pensando o fazer-

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cJhIPCW2HsE>. Acesso em 11 mai 2022.

cidade dos cidadãos Agier (2015), e na perspectiva dos movimentos sociais que territorializam suas atuações políticas na cidade como nos diz Raimundo (2017).

É por meio das atividades culturais que se encontram coletivos mobilizados dispostos a criticar a aliança entre Estado e mercado, ou seja, parcerias que marginaliza grupos e pessoas dos espaços públicos. A presença dos movimentos culturais na cidade já possui larga história. Todavia um marco importante é o período final do Regime Militar, onde surgiram diversas ações de base que foram fundamentais para a diminuição de processos antidemocráticos.

## **2.6. Mobilizando paradigmas: do patrimônio cultural ao turismo**

O tema patrimônio cultural tem se situado nas últimas décadas no epicentro de discussões e disputas de narrativas. Durante muitos anos tal assunto ficou circunscrito aos especialistas ligados, principalmente, às áreas de arquitetura e história. E em período mais recente recebeu atenção dos estudos antropológicos. Os grandes marcos para os debates do patrimônio cultural avançar de maneira mais célere, no sentido de democratizá-lo, ocorreram a partir do final do regime militar (SCIFONI, 2014). Entretanto, após este período o processo democrático nas políticas de patrimônio tem sofrido idas e vindas (SCIFONI, 2008, 2014).

Assim é importante notar que a história das políticas patrimoniais no Brasil é marcada por avanços e recessos, o que coloca como pouco produtora uma análise cronológica de tais políticas (CHUVA, 2011). Diante disso é importante destacar alguns aspectos com base em estudos que nos apontem as permanentes contradições na história das políticas de patrimônio cultural. Diversos pesquisadores têm procurado problematizar os estudos sobre patrimônio cultural, tendo em vista não cair numa perspectiva positivista, como adverte Chuva (2011); Scifoni (2014), entre outros.

A construção da memória histórica em ordem cronológica pode levar ao ocultamento das disputas históricas. Assim, em contraponto, Chuva (2011) traz pistas para se pensar melhor tal questão. Uma primeira delas é que se deve colocar em destaque os sentidos e significados que grupos sociais atribuem aos chamados “bens culturais”. Um segundo ponto a se observar é que as políticas públicas de patrimônio devem sempre deixar evidente quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados

com tais ações (CHUVA, 2011, p. 163). Igualmente, questões que destaquem as noções de referências culturais, e também paisagem cultural, têm sido importantes para perceber muitas sutilezas nas discussões de patrimônio cultural.

Chuva (2011) realiza um levantamento da história oficial do patrimônio cultural no Brasil para posteriormente propor uma noção de patrimônio cultural que se firme como integradora. A autora critica uma visão de história realizada em ordem cronológica, característica fundante do positivismo (CHUVA, 2011, p.149). Ainda que a Mário de Andrade seja atribuído em muitos casos o precursor dos estudos e interesse pela questão do patrimônio, é importante não negar a diversidade de outros intelectuais contemporâneos deste escritor, e que ocuparam cargos administrativos na era Vargas ou em períodos e governos posteriores (CHUVA, 2011, p. 151). Outra questão é que essa historicidade contendo uma ideia de “mito fundador” (colocando o Mário como o criador) tem pouco contribuído para o entendimento das políticas de patrimônio cultural.

O avanço mais profundo na aproximação de movimentos populares ao patrimônio cultural ocorre quando do surgimento do conceito de memória social como aponta Nigro (2001, p.52). A partir dessa ideia passa a ser questionado o processo de seleção da memória, tendo em vista como este é construído ou mesmo forjado (NIGRO, 2001, p.52). Essa visão é materializada no Iphan no ano de 1975, quando é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o qual focalizou suas ações em bens culturais vivos, inseridos em práticas cotidianas com referências à memória social (NIGRO, 2001, p.58).

Esta mudança de entendimento de conceitos relacionados ao patrimônio cultural pode ser vista como fruto da mobilização social, somado a uma importante construção teórica produzida pela academia, e também a participação de instituições públicas que passaram a entender tais demandas (SCIFONI, 2014, p. 516). A partir das décadas de 1970 e 1980 as discussões colocaram também em seu eixo outros personagens: populações tradicionais, comunidades locais e movimentos populares, cujos atores passaram a abordar sobre as suas próprias produções de referências culturais (SCIFONI, 2014). No caso dos sujeitos envolvidos na preservação do patrimônio cultural desta época, estes eram: “associações de moradores de bairros, entidades ambientalistas, sociedades científicas e profissionais”, surgindo também



adiante movimentos que ficaram conhecidos como “movimentos de defesa” ou “associações de defesa” (SCIFONI, 2014, p. 519).

E a construção de nosso imaginário em relação ao patrimônio cultural seguia ganhando distintas modificações em seus conceitos a partir da década de 1980. A cristalização da participação social iria ser assentada em 1988 quando da promulgação da última Constituição Federal do Brasil, que vigora até os dias atuais. Nesta, os conceitos sobre patrimônio dariam destaque, para além da materialidade, da pedra e cal, aos aspectos intangíveis do patrimônio imaterial. A partir da Carta Magna, e toda movimentação que se vivia à época, abriu-se espaço para muitas discussões. Os anos entre 1980 e 1990 marcam mobilizações sociais que resultaram em tombamentos (SCIFONI, 2014, p. 518). E entre os anos de 1982 a 1992 ocorreram, por exemplo, um número expressivo de mobilizações na cidade de São Paulo (NIGRO, 2001, p.59). As justificativas para tais proteções giraram em torno da questão ambiental, e é tanto que os pedidos em maioria eram em defesa de áreas verdes da capital (NIGRO, 2001, p.60).

Observando a educação patrimonial como um principal mecanismo mediador nesta relação (DEMARCHI, 2018), podemos pensar em possibilidades de se criar novas interlocuções. Decerto, uma das questões cruciais que se avanta nos estudos trazidos nesta tese sobre as questões de patrimônio cultural giram, em primeiro lugar, em torno de dilemas de visões mercantilistas e temáticas envolvendo marcadores sociais da diferença, como classe, raça e gênero. Todavia debates profundos sobre patrimônio cultural ainda permeiam discussões, tais como materialidade versus imaterialidade, assim como natureza versus cultura, para citar apenas alguns, conforme lembra Meneses (2010).

As questões evocadas nesta seção constituem mudanças de paradigma do patrimônio cultural as quais deixaram aos poucos o espectro elitizado, passando a absorver as diferentes produções culturais existentes (CANCLINI, 1994). Para compreender melhor este processo Canclini (1994) explica alguns paradigmas político-culturais, caso do paradigma “participacionista”, de viés democrático, o qual estabelece um diálogo entre saberes técnicos, científicos e também populares (CANCLINI, 1994, p. 105).

Ao fim e ao cabo, a partir de uma longa história de lutas, os movimentos sociais que demandam às temáticas de patrimônio local desenvolveram diversas formas de

organização e estratégias. Scifoni (2014) assinala que tais práticas “trazem, igualmente, necessidade de aperfeiçoamento das estratégias”, assim, a autora elenca algumas destas táticas de lutas:

abaixo-assinados como forma de envolver um número cada vez maior de pessoas; manifestações públicas para chamar atenção dos meios de comunicação; fundamentação técnica por meio de elaboração de pareceres de especialistas; pressão política junto aos canais de representação, seja nas Câmaras de Vereadores ou na Assembleia Estadual (SCIFONI, 2014, p.519).

Smith (2011, p. 42) aponta que devemos compreender o patrimônio cultural como um processo e não como um evento intangível. Neste sentido, nos detemos em apontar a falsa premissa “conhecer para preservar”, usual em projetos educativos. A educação por si só não basta para a preservação (TOLENTINO, 2016; SCIFONI, 2019). Conhecimento não é acabado, é construído por meio da dialética conforme nos lembra Paulo Freire (1996). Destarte, quando se aborda atividades como turismo, pensar na diversidade dos grupos sociais, e em toda a complexidade histórica pode ajudar a entender a produção de referências culturais.

Pensando no turismo é possível perceber que ao nos determos nestes apontamentos podemos construir perspectivas mais interessantes desviando de visões preconceituosas e certamente colonialistas (MENESES, 2009, CHUVA, 2011, SMITH, 2011). A saída, para se trabalhar turismo e patrimônio cultural, assim, é olhar para a cultura observando o cotidiano físico e simbólico dos viventes. As questões simbólicas pensadas espontaneamente nas experiências do plano do cotidiano, e até mesmo as reivindicações de temáticas, como direito à cidade, à cultura, à memória, o lazer, entre outros.

Diante de avanços e recuos tanto nos estudos de patrimônio cultural, como turismo, encontramos-nos em frente ao desafio de propor novas formas de se pensar as integrações destas atividades. Talvez, pela trilha dos movimentos sociais presentes em várias temáticas do turismo: como no direito ao turismo e lazer, nas lutas de comunidades locais, e mesmo nas demandas dos trabalhadores do turismo. Tais ações estão presentes como forma de causar atrito nos fluxos contínuos da potência turística que em muitos casos acabam sendo formas de produção de desigualdades e injustiças.

Com isso salientamos que “alternativas” de turismo, caso do turismo de base comunitária, turismo social e muitas outras formas colaborativas têm servido como artifícios interessantes para diversos grupos sociais. Certamente, nem tudo são flores, e há de se estar atento para as contradições. Todavia, para além de apenas protestar contra a própria atividade; tais grupos optam por fazer uso destes formatos, como uma espécie de ação configurada como “estratégia” e, neste sentido, constantemente resultam em criar e recriar novas possibilidades de turismo.

Pode-se arriscar em dizer que diante destes avanços, que, alguns grupos sociais, antes relegados apenas à “atores” nas análises, recentemente, têm ganhado destaque como protagonistas na maneira de pensar a atividade, tais como populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, comunitários de periferias, favelas, cujos sujeitos potencializam discussões envolvendo movimentos sociais, coletivos, entre outros. Ainda que nem sempre sejam mencionados no âmbito acadêmico, tais grupos têm se destacado ao se manifestar contra as desigualdades geradas pela atividade bem como até mesmo participar na instituição de políticas públicas. De algum modo também têm se destacado na produção de conhecimento no tema.

Também nos propomos conduzir abordando algumas temáticas sobre conceituações, e posteriormente como os estudos têm avançado e pode seguir ainda mais. Estudos interdisciplinares, mormente antropológicos, deveras trouxeram contribuições significativas, e recentemente as perspectivas decoloniais, as quais ampliam as visões epistemológicas também têm causado forte impacto.

O acionamento do patrimônio cultural pelos movimentos sociais nos mostra como estes tensionam as bases conceituais do próprio patrimônio. E nos dá pistas para ver isso no turismo, cujo tema é posto em debate. Certamente o turismo não se desenvolveu sem ser questionado pelas ciências humanas, para além das análises estatísticas. Uma visão que aborde novas epistemologias, em especial, as do Sul, seriam de grande valia para tal construção, e assim, avançarmos pela via da diversidade epistemológica.

## **PARTE 2**

### **DESVENDANDO CENÁRIO, ATORES/AUTORES E REGRAS**

*“Eu persigo São Paulo”*  
Itamar Assumpção, 2010

### **CAPÍTULO 3 – SÃO PAULO: CENÁRIO DE LUTAS, CULTURA, LAZER E TURISMO**

A cidade de São Paulo é notoriamente marcada por um crescimento pujante ao passo que também foi desenvolvendo uma intensa desigualdade social em sua população. Carlos (2015, p. 61) destaca São Paulo como uma “cidade de negócios”, onde o urbano, neste caso, tem sido o principal insumo do mercado no século XXI (CARLOS, 2015). Certamente, essa percepção coaduna com os clássicos estudos de Lefebvre (2011) autor que se deteve na questão urbana e já na década de 1960 observava o urbanismo não apenas como técnica, mas também como uma “ideologia” justificando seu desenvolvimento nos espaços urbanos (LEFEVBRE, 2011).

No caso de sítios urbanos brasileiros certamente há uma vasta literatura cuja bibliografia confere uma atuação marcante de movimentos sociais, essencialmente no final do regime militar e início do período da democratização. Autores como Sader (1988); Cardoso (1992) Kowarick (1988) entre tantos outros demonstraram o papel destas coletividades na formação da cidade de São Paulo. D’Andrea (2013) destaca os coletivos culturais que insurgiram com muita potência na década de 1990. A importância de tais coletivos para a contemporaneidade, no que tange principalmente a territorialização de suas ações, também foi investigada na tese de Raimundo (2017).

No que tange ao estágio atual de São Paulo, observando a interface entre turismo e planejamento da cidade, Luís Severo Soares (2015, p. 242) entende que o turismo tem sido observado como “um novo negócio para as cidades que querem vender a ‘experiência’ que atrai ou valoriza os negócios que sua centralidade pode gerar”. Allis (2012, p. 236) também salienta a importância de superar a explicação de que esta cidade seja vista apenas pela ótica do turismo de negócios, o que afugenta outras experiências de viagens. Na verdade, esse componente também contribui para um planejamento urbano que pouco dialoga com o público em geral e pouco considera inúmeros grupos sociais na formulação de políticas públicas, criando diversos elementos de segregação e gentrificação.

Nesta tese, pretende-se trabalhar um elemento que tem se espalhado em demandas, falas e práticas de movimentos sociais da cidade de São Paulo: o turismo. Ou seja, na contemporaneidade diversas ações coletivas e movimentos sociais, para além de pautas históricas, como saúde, educação, creche, habitação, lazer, passaram igualmente a se interessar pelo tema turismo nesta cidade. Não sendo

necessariamente uma agenda, mas aparece de forma multidimensional no âmbito destes coletivos, trazendo percepções distintas, ainda que provoquem toda sorte de debates sobre o tema.

**Figura 5 - Mapa da cidade de São Paulo com a divisão de subprefeituras**



Fonte: PREFEITURA DE SÃO PAULO. SMDU/DEINFO.<sup>23</sup>

Destarte, diante da larga experiência que movimentos sociais desenvolveram ao longo de décadas algo que têm chamado a atenção é o desenvolvimento de atividades de turismo, de formas diretas, ou mesmo indiretas. Coletivos abriram agências de turismo em bairros periféricos, caso da Agência Queixadas, localizada no bairro de Perus, Zona Noroeste de São Paulo onde já receberam visitantes brasileiros

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>. Acesso em 02 mar 2022.

e estrangeiros de diversas nacionalidades. O Grupo Ururay, atuante na região leste, desenvolve atividades de turismo social e turismo de base comunitária, e promove atividades conjuntas a outros coletivos e comunidades como o Movimento Cultural Penha e Comunidade do Rosário do bairro da Penha, gerando considerável fluxo de visitantes na localidade, que são oriundos de outras cidades do estado de São Paulo e mesmo estados do Brasil. Ambos são coletivos que acionam temas como memória, patrimônio cultural e referências culturais, temas estes que não raro, geram uma série de disputas.

Ademais, o turismo também é tema de discussão, críticas e reflexões destes ativistas. Coletivos apontam a superficialidade de como a atividade trata temas caros às militâncias culturais da cidade, como periferias, territórios negros, questões de gênero, povos indígenas, memórias nordestinas, entre tantos. Neste sentido, é importante assinalar que é preciso observar a ação destes sujeitos não apenas pelo viés de desenvolvimento econômico, ou somente pela postura crítica que adotam diante dos impactos do turismo. É preciso buscar um olhar mais amplo que permeie e caminhe ao encontro da diversidade de opiniões e conjecturas, assim como suas muitas fronteiras estabelecidas de forma relacional.

Podemos também perceber a importância de outros grupos, distribuídos pelos rincões de São Paulo, atuando em diversas frentes na construção de políticas públicas, na promoção de desenvolvimento local, tendo a cultura na maioria das ações, interligando agendas diversas da cidade. Ou seja, coletivos têm lançado mão do turismo com diferenciados acionamentos, seja para usufruí-lo como ferramenta de desenvolvimento local, adaptá-lo às suas realidades ou mesmo questioná-lo.

Para entender estas conjunturas que se encaminham, neste capítulo pretende-se trazer um escopo de abordagens sobre a cidade de São Paulo, o cenário, focando principalmente nos processos de segregação e desigualdade, os quais influenciam a formação do espaço público. Num olhar mais amplificado abordo os padrões de crescimento da cidade e sua formação como centro financeiro. A cidade de São Paulo tem sido estudada por múltiplos olhares embora os respectivos autores dedicam-se a investigá-la baseando em muitas possibilidades metodológicas. Assim, autores almejam entender a cidade abordando contextos distintos, como D'Andrea pela sociologia (2013, 2020, 2021) pela antropologia, caso de Magnani (2002, 2013), Caldeira (2011), bem como as disputas territoriais descritas pela arquiteta Rolnik



(2017). Também são observadas as atividades de negócios, setor terciário e turismo na cidade de São Paulo, especificamente pela geografia em Santos (2001, 2006), Carlos (2015), Soares (2015), assim como o desdobramento destes percursos que influenciam no crescimento e segregação social.

E sobre turismo urbano, Hayllar et al (2011) e Ashworth e Page (2010) têm ajudado a compreender de maneira mais acurada a gênese e definição desta tipologia. Com outro foco, os estudos de Gravari Barbas e Delaplace (2015) sobre o turismo do qual as autoras chamam de “*tourisme hors du sentier battûs*”, algo como “turismo fora da trilha batida”, ou “fora da caixa”, cujo tipo de turismo destoa dos mais convencionais, nos demonstra uma maior diversidade de práticas em cidades. Decerto que estas pesquisas também nos ajudam, sem fazer simples oposição, a entender a dinâmica do turismo em cidades.

Sobre turismo na cidade de São Paulo, as reflexões de Aldrigui (2011, 2017) auxiliam substancialmente a entender a política pública de turismo na cidade de São Paulo. As reflexões sobre os estudos de mobilidades turísticas de Allis (2015, 2016) têm sido muito importantes para a construção desta tese, principalmente por avançar em reflexões mais sociológicas e antropológicas de se pensar o turismo, como uma das tantas formas de se mover.

Como se trata de abordar coletivos que se contrapõem a uma cidade que segrega e exclui, observa-se, posteriormente, suas lutas, principalmente a partir do final do regime militar quando emergem inúmeros movimentos sociais, notadamente nas periferias, mas também em outros locais da cidade conforme Kowarick (1987), Sader (1988) e Cardoso (1992). Detenho-me, *a posteriori*, quando estes movimentos sociais colocaram em seu eixo, principalmente as atividades culturais (FRÚGOLI, 2015, 2016; ADERALDO, 2016, 2018).

Ao que interessa a esta pesquisa são muitos os trabalhos que se atinam às dinâmicas sociais e culturais da cidade de São Paulo. Neste sentido, os trabalhos como as teses de Tiaraju Pablo D’Andrea (2013), com a ideia de “sujeito periférico”, Aderaldo (2013, 2016) que trabalhou com ativistas de audiovisual e Silvia Lopes Raimundo (2017), geógrafa que estudou o Movimento Cultural das Periferias, bem como o lazer na cidade se confrontando com distintos tipos de ativismos no livro organizado por Magnani e Spaggiari (2018). As autoras Nigro (2001), Scifoni (2014,

2017, 2018) salientam as ações específicas de movimentos sociais pela via do patrimônio cultural.

### **3.1. Padrões de crescimento, segregação e especulação**

Atualmente São Paulo possui uma população de aproximadamente 12.325.232 habitantes (2020) segundo o IBGE<sup>24</sup>. Em geral, os indicadores econômicos o apontam como um município marcado pelo fluxo financeiro que o coloca entre as principais cidades da América do Sul. Sem dúvidas a formação histórica dessa cidade, a mais populosa do país, não ocorreu sem muitas contradições que marcariam sua ocupação espacial, composta por intensas disputas políticas, territoriais, simbólicas, entre outras tantas.

Caldeira (2011), analisou os condomínios fechados em São Paulo os caracterizando por muros altos, decorrentes do medo da violência, cujos aparatos contribuem para a segregação social. Tal fato é tão influente que ela julga determinar até mesmo os trajetos comuns das pessoas pela cidade. Assim, a cidade cresceu vertiginosamente a partir do final do século XIX e inúmeras transformações recentes da cidade de São Paulo foram pautadas pelo corolário de centro financeiro do país. São Paulo também passou por diversos processos de formação como cidade, privilegiando padrões de crescimento que perduraram por décadas. Teresa Caldeira (2011) elenca três destes padrões que predominaram.

O primeiro ocorre entre o final do século XIX até a década de 1940, era predominado por uma população concentrada em uma área urbana menor do que vivemos nos dias atuais e era segregado por tipos de moradias e moradores que viviam na região central e mediações; uma segunda forma cresceu caracterizando o “centro-periferia” e perdura dos anos de 1940 até meados dos anos de 1980 (CALDEIRA, 2011, p. 211, grifo meu). A autora apresenta também o histórico da luta por cidadania, que surge no mesmo momento de crescimento do padrão centro-periferia. A década de 1980 também é marcada pela luta por moradia e conseqüentemente a melhora de infraestrutura e serviços públicos nos bairros (CALDEIRA, 2011).

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em 02 mar 2021.

O último padrão é o que a autora nomeia por “enclaves fortificados”. Surgido nos anos de 1980, este dita os moldes da cidade até os dias atuais. Crime, medo da violência, desrespeito pela cidadania e transformações urbanas compõem uma fórmula para a segregação espacial na “cidade de muros”. Promovem uma reorganização simbólica da vida e interferem no modo pelo qual nos relacionamos com o espaço público, conforme explica Caldeira (2011, p.9).

O neoliberalismo, racionalidade que tem desdobramentos em escala planetária, adentra abruptamente a realidade brasileira nos anos de 1990. Harvey (2014, p. 47) refere-se a nossa época dominada pela lógica neoliberal em que o individualismo se transforma em um modelo de “socialização da personalidade humana”. Assim se inscrevem “nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (HARVEY, 2014, p. 48).

D’Andrea (2013, p. 53) explicita na prática o que a ideologia neoliberal devolveu principalmente às classes populares. Ao passo que o neoliberalismo piorava a vida das classes populares, ele alavancava outras, sobretudo as que tinham acesso ao mercado financeiro. Assim, uma suposta “modernidade” sucedida pela volatilidade do capital na década de 1990 alegrou a “burguesia paulistana”. Não apenas passam a escolher os condomínios fechados como novo lar, mas também passam a se esbaldar em consumo de produtos importados (D’ANDREA, 2013, p. 53).

O desprezo por cidadania destacado por Caldeira (2011), foi também profundamente discutido por Santos a quem provoca uma importante reflexão advertindo que este segmento da sociedade nem mesmo quer ser visto como cidadão (SANTOS, 1996/1997, p.134). A classe média, na verdade, “não possui direitos”, e sim, “privilégios”, reitera Santos (1996/1997), o que a deixa numa situação de pouco se preocupar com as camadas periféricas apontadas por D’Andrea (2013).

Por décadas a especulação tem se aproveitado das instituições públicas e adentrado os órgãos legislativos, quando não, também o executivo. A urbanização é elemento essencial à acumulação do capital (HARVEY, 2014, p. 209). Rolnik (2017) aponta a década de 1980, cuja década o Brasil passava pelo seu processo de redemocratização, como um campo aberto para membros ligados ao mercado imobiliário:

[...] grandes empreiteiras converteram-se nos principais financiadores de campanhas políticas, sobretudo para cargos de executivo – presidente, governador, prefeito -, esfera com maior poder para definir e controlar os contratos de obras (ROLNIK, 2017, p. 64).

Processos de fragmentação da cidade, conforme as objeções de Caldeira (2011) também seguiram sua marca na década de 1990. Guardada as devidas proporções, casos semelhantes ao de São Paulo ocorreram em outras cidades ao redor do mundo, como Los Angeles, cidade também estudada por Caldeira (2011). E com essas transformações viria o medo de se viver na cidade, acompanhado da violência (CALDEIRA, 2011). O crime, ou mesmo o “crime violento”, como detalha Caldeira (2011), combinou-se com estes elementos, os enclaves fortificados e o medo. A violência imputou o medo generalizado, e os danos instituídos por toda a lógica encampada pelo neoliberalismo. E é bom que se diga, recaí seguramente com mais violência às classes populares, especificamente as que habitam as periferias.

Certamente uma harmonização explosiva que marcou a década de 1990 e teve seu pano de fundo advindo de diversos fatores do crescimento desigual da cidade nas décadas anteriores. Por exemplo, entre os anos de 1970 e 1980, o município adota a política habitacional praticada pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo segregando profundamente a população (ROLNIK, 2017, 45). Tal política de exclusão se mostrou desastrosa e fundiu-se a outros fatores como “baixa renda, educação precária, desemprego alto, serviços urbanos deficientes” (ROLNIK, 2017, 45). Assim, conforme Rolnik (2017) destaca, uma bomba relógio explodiu na década de 1990 (2017, p. 46).

Os anos de 1990 são pontuados por D’Andrea (2013) pela constante violência na cidade: desde a chacina ocorrida no Presídio do Carandiru em 1992, que ficou conhecida como o “Massacre do Carandiru”. A brutalidade era constante nos noticiários (ainda que hoje também o seja), onde era veiculado informações sobre atos violentos de torcidas organizadas, bailes, entre outras. As periferias, como os bairros da Zona Sul e Zona Leste, figuravam entre os mais violentos do mundo, contumaz presente nos noticiários policiaiscos (D’ANDREA, 2013, p. 57; ALVES, FERRARI, LUANDO, 2019). Tudo isso, principalmente disseminados pelo sensacionalismo de jornais diários, que alimentavam os estereótipos de violência nas periferias.

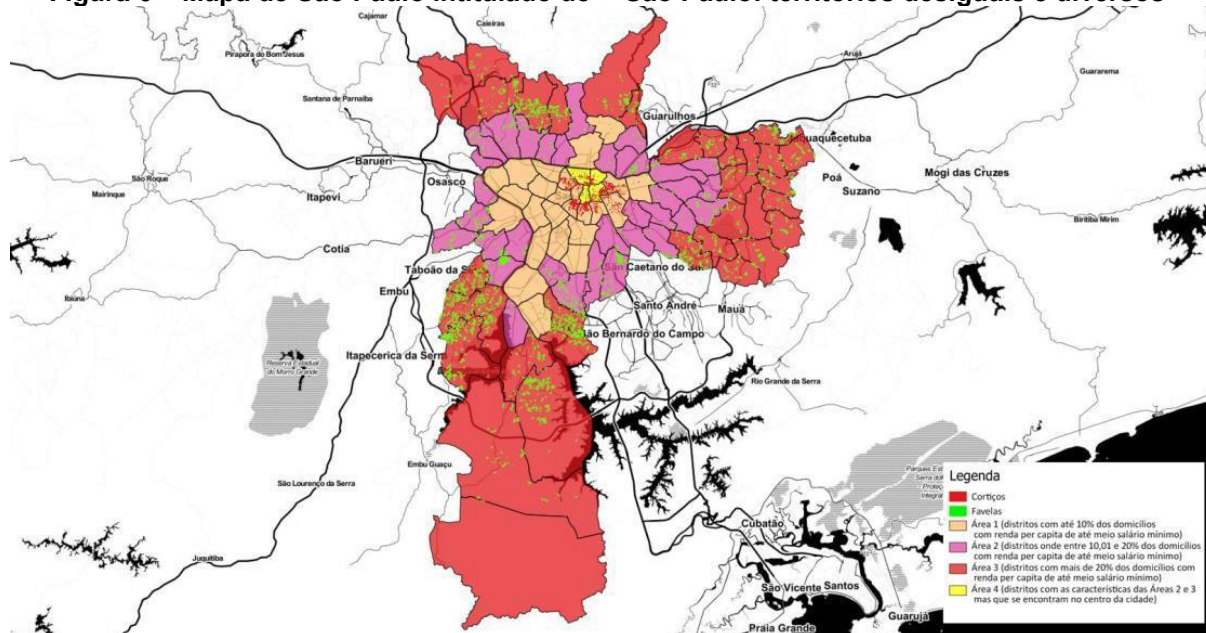
Entretanto, ainda que a segregação seja marca histórica no Brasil, é importante notar que este novo padrão de crescimento produz uma distribuição de desigualdade também de forma diferente (CALDEIRA, 2011, p. 231). Por este viés a dicotomia entre centro rico e periferia pobre, segundo alguns autores, não daria mais conta da complexidade de análise da cidade, afirma Caldeira (2011, p.231).

Em estudo recente realizado por Nery, Souza e Adorno (2019) é salientado de forma profunda essa questão no que diz respeito ao que a cidade realmente se tornou em termos de gestão urbana. Para estes autores há novos padrões presentes na cidade que demonstram uma intensa pluralidade distribuída pelo município. Assim, estudos que privilegiam cidades fragmentadas entre centro e periferia têm sido tratados com desconfiança segundo Nery, Souza e Adorno (2019, p. 8). Agora, favelas abeiram-se à “nobres” projetos imobiliários. Tal fato virou uma imagem alegórica da desigualdade paulistana pelas lentes do fotógrafo Tuca Vieira, na qual se vê um condomínio em formato de espiral, com piscinas em cada apartamento, e ao lado também se observa um fragmento de uma das maiores favelas do país, Paraisópolis. Este bairro se avizinha a outro, o Morumbi, historicamente conhecido por ser um bairro de classe média alta. Todavia, faz-se necessário dizer que esta visão de fragmentação da cidade também é contestada.

É importante demonstrar algumas discordâncias entre autores neste quesito. Deste modo, em outra posição, para D’Andrea (2021, p. 31) periferia existe de fato, pois se configura como a soma de “pobreza e distância”. Ocorre uma evidente diferença das periferias paulistas para o quadrante Sudoeste, onde se concentra capital, riqueza e poder, e também do próprio Centro, pois a despeito da pobreza existente, oferece inúmeros equipamentos culturais, serviços públicos, postos de trabalho o que difere de regiões distantes da cidade (D’ANDREA, 2021, p. 31).

Segundo D’Andrea (2021, p. 37) o Movimento Cultural das Periferias contribui na definição de periferia apontando indicadores relacionados a renda per capita por domicílios distribuído desigualmente na cidade. O mapa abaixo, nomeado como "São Paulo: territórios desiguais e diversos" ajuda a entender essa argumentação. Tal mapa foi elaborado por Marino (2017, p. 4), o qual chama a atenção para a cidade como uma “ferida exposta”, baseia-se na divisão por renda per capita, e de certo modo auxilia a pensar nas teses sobre a concretude da ideia de periferia elaboradas por D’Andrea (2020).

**Figura 6 – Mapa de São Paulo intitulado de “São Paulo: territórios desiguais e diversos”**



Fonte: Elaborado por Marino (2017).

No mapa, também como consequências de muitas discussões, nota-se a concentração de cortiços na região central. Vale destacar, igualmente, os distritos da cidade marcados em cor rosa, nomeados como subúrbios, cujos espaços D'Ándrea (2020) define como: uma área intermediária entre a *área central-sudoeste* e a *periferia*” (D'ÁNDREA, 2020, p. 28, grifo do autor). Nestes locais há mais regulação de projetos urbanísticos, embora sejam compostos por bairros mais antigos da cidade, caso por exemplo do bairro da Penha (D'ÁNDREA, 2020). Por fim, grande parte do mapa tonalizado pelo vermelho claro, marcam as periferias, caracterizadas principalmente pelos elementos de pobreza e distância (D'ÁNDREA, 2021, p. 31; MARINO, 2017). Tratarei das periferias e a relação com outras localidades da cidade nos próximos capítulos.

Outra questão importante é que ao longo deste período de transformações no seu espaço urbano a cidade também foi atingida por intensas mudanças em termos de estruturação econômica. Mas tais mudanças evidentemente não deixariam de ser acompanhadas por muitas contradições. Por exemplo, Carlos (2009, p. 305) aponta que o fato da hegemonia do capital industrial ceder espaço ao capital financeiro não significa que a metrópole, no caso São Paulo, esteja se desindustrializando. Há de fato uma desconcentração do setor industrial que cede lugar ao setor terciário, onde

o financeiro é fortemente contemplado. A partir daí o capital financeiro irá se fazer pela produção no espaço, cuja formação ocorrerá por meio de projetos públicos que viabilizam parcerias com setores privados (CARLOS, 2015, p.53). Para esta autora, mais do que a própria cidade, é o urbano que surge como um negócio nos processos de modernização de cidades (CARLOS, 2015, p.61). Assim para Carlos (2016) a produção do espaço urbano não deve ser entendida apenas como um resultado do desenvolvimento econômico, mas atualmente deve ser vista como mercadoria que se valoriza de acordo com as mudanças constantes (CARLOS, 2016).

Como menciona Santos (2001, p. 57) a necessidade de competitividade nas cidades deriva do imperativo da capitalização, assim muitas cidades são convidadas a entrar nos jogos competitivos da economia mundial. Igualmente, os processos aos que os países do Sul são submetidos giram em torno de uma racionalidade que comanda os grandes negócios e submetem os países ao seu julgo capitalista (SANTOS, 2001, 151). A divisão do trabalho proporcionado pelo processo de globalização tornou São Paulo como um espaço mundializado, ou como chama o próprio autor, em uma globalização perversa (SANTOS, 2001, 37).

Até 2008, ano de uma das maiores crises econômicas recentes, havia um consenso de que o mercado imobiliário era um “estabilizador da economia”, principalmente nos Estados Unidos, no qual absorvia parte excedente do capital (HARVEY, 2014, p. 40). Todavia, a partir do século XXI o mercado imobiliário ganha ainda força maior em diversos países do mundo, desde europeus, latino-americanos e principalmente a China que passou por processos de construções de obras de infraestrutura de grande vulto (HARVEY, 2014, p.41, 42). Em geral, em muitos desses países os mercados financeiros se valem da flexibilização para financiamento de dívidas em projetos urbanos.

Entretanto, Harvey (2014) aponta que este sistema possui suas falhas onde tais características aparecem ao notarmos as cidades permeadas por conflitos. Assim, é preciso avançar para além se fixar estritamente numa perspectiva de uma cidade completamente cerceada. A cidade se move, indivíduos, coletivos, movimentos sociais, buscam as brechas e oportunidades políticas para contestarem ou negociarem suas exigências por cidadania. E apontam para outras saídas demonstrando a superação da vigilância, insegurança e desigualdade que as cidades contemporâneas impõem.

### 3.2. Turismo urbano e patrimônio cultural na cidade de negócios

No entendimento oficial da UNWTO (2019), o órgão descreve turismo urbano/ de cidades como:

um tipo de atividade turística que se desenvolve num espaço urbano com os seus atributos inerentes caracterizados por uma economia de base não agrícola, como administração, indústria, comércio e serviços e por serem pontos nodais de transporte. Os destinos urbanos/cidades oferecem uma ampla e heterogênea gama de experiências culturais, arquitetônicas, tecnológicas, sociais e experiências naturais e produtos para lazer e negócios (UNWTO, 2019. p. 48, tradução nossa).

Como basicamente toda conceituação da OMT que tem como finalidade a auxiliar a produção de dados estatísticos para instituições públicas, é preciso avançar e discutir um pouco mais o turismo em cidades. O turismo urbano é tema de investigação desde meados dos anos de 1980, pois antes disso as pesquisas sobre tal tema eram bastante fragmentadas conforme Ashworth e Page (2010, p. 1). Em geral as pesquisas centram-se em países desenvolvidos e, assim, são orientadas pelas políticas de planejamento urbano (ALLIS, 2015, p. 501).

E sobre a abordagem entre turismo e cidade é preciso observar diversas componentes que podem influenciar em seu planejamento, não apenas focando nos negócios, eventos ou mesmo que seja no turismo cultural sem se aprofundar na incidência do turismo no planejamento urbano (ALLIS, 2016, p.4). Neste sentido as cidades têm passado a se projetar frequentemente como cidades para o consumo (ALLIS, 2016, p. 108). Assim, vale destacar também questões de turismo com outras demandas urbanas, apontando o que Allis (2012, p. 59) nos lembra: “a despeito de intenções e intervenções específicas para o desenvolvimento do turismo urbano, é o conjunto da vida urbana que serve de substrato para atração de fluxos na cidade.”

Cidades e regiões metropolitanas concentram muitas empresas que por sua vez mobilizam um intenso fluxo de viajantes à negócios” (ALDRIGUI, 2017, p. 133). Esta autora pontua que o turismo é uma das atividades centrais das chamadas cidades globais (ALDRIGUI, 2011, 156). Neste sentido, as cidades têm se tornado espaços de atração de investimentos financeiros, cujas verbas financiam projetos



urbanos voltados a muitas atividades, entre elas, o turismo (ALLIS, 2016, p. 2). No turismo urbano se encontra, por exemplo, além dos muitos pontos turísticos conhecidos, mas também o estilo de vida de residentes como potencial elemento atrativo (ALDRIGUI, 2011, 156). Aldrigui (2011) entende que “turistas e residentes dividem, ou mesmo competem pelos recursos existentes em uma cidade” (2011, p.69). Diante disso fica difícil delimitar o que é ofertado em serviços de turismo, e assim as gestões públicas adotam como justificativa, de maneira simplificada, a ocupação de hotéis e os desembarques de visitantes às cidades (ALDRIGUI, 2017, p. 133).

Dentre tantos discursos apologéticos que circundam o turismo, ele quase sempre aparece como algo benéfico, como um “álibi”, a serviço de melhorias a uma determinada cidade (SOARES, 2016). Conseqüentemente, não raro é comum escutarmos a sentença “uma cidade boa para turistas é também boa para seus moradores”, geralmente mencionada por gestores públicos e privados. Conforme dito acima, moradores e turistas geralmente utilizam os mesmos recursos da cidade, o que gera a necessidade de pesquisas constantes acerca desses comportamentos. Assim, as relações de turistas e moradores nas cidades muitas vezes se confundem, o que inviabiliza fixarmos em uma normativa tão estreita e fixa quanto a definição de turismo da OMT. Ademais, é preciso problematizar a relação desses atores.

É preciso observar de maneira reflexiva tanto para atores, como turistas e moradores, assim como toda a sua complexidade relacional que se constitui, devem ser próprios de uma postura essencial às administrações públicas. E tendo em vista que a cidade é decididamente desigual devido suas relações de produção dentro de sua própria formação espacial, o turismo como política pública precisa ser trabalhado conjuntamente a outras áreas essenciais para a vida social, como educação, saúde, cultura, entre outras.

É sabido que São Paulo possui referências icônicas que a determinam tanto como centro financeiro, mas também como um destino turístico. Estas perpassam pela histórica ocupação da Avenida Paulista até a instalação de centros comerciais nas Avenidas Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini, configurando-se como locais onde presentemente ocorrem intervenções urbanas. É bem aí que tais operações compõem narrativas que se coadunam ao ideário neoliberal, onde projetos urbanos privilegiam principalmente empresas localizadas nestes espaços simbólicos

do capital da cidade. Se antes a cidade tinha a natureza ou espaços rurais como matéria prima, agora é ela mesma a matéria-prima, análise precisamente feita por Carlos (2015, p. 51).

Uma vez acontecendo na cidade o turismo se aproxima dos processos de produção e reprodução do espaço urbano, constituindo-se pela a acumulação do capital. Para Soares (2016) é preciso situar o turismo nas atuais “formas e conteúdo da produção do espaço urbano”, pois assim é possível problematizá-lo (SOARES, 2016). O lugar apologético de geração de divisas nas análises do turismo é definitivamente pujante, sendo exposto em inúmeros estudos, e é arcabouço de discursos e práticas da atividade no sentido de ser algo a “salvar economias, promover empregos”, entre outros pontos. Assim, as ações de planejamento ancoradas nestes discursos dão passagem livre para projetos que consomem paisagens, como nos termos de Krippendorf (2001).

Observemos o caso do patrimônio cultural na cidade e sua relação com o turismo. Diante deste contexto a questão do patrimônio parece estar sempre nos álibis para políticas e projetos urbanos para atrair turistas (ALLIS, 2016, p. 5). Neste sentido tem-se uma intersecção entre o turismo e patrimônio cultural sendo que este último se encontra constantemente às voltas de disputas e dissensos. O patrimônio cultural na cidade de São Paulo tem passado por processos de reificação que o transforma em mercadoria, em muitos casos com o apelo do turismo como negócio, e assim elitiza o uso cultural de muitos destes espaços. Deste modo é urgente que se compreenda criticamente as operações urbanas, projetos de infraestrutura imobiliária, pois se configuram como ações estatistas de valorização espacial, que mais segregam do que valorizam (SCIFONI, 2016, p.224).

Para Scifoni (2015, p. 210, grifo meu) o Estado tem produzido políticas públicas voltadas para o “ajuste do patrimônio” que vão ao encontro com a produção da cidade como um negócio, cujas políticas se configuram em estratégias diferentes de preservação do patrimônio. Assim, esse movimento se compreende como:

um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele, com o objetivo de viabilizar empreendimentos privados e grandes projetos públicos, que pelas práticas institucionais aprovadas na *expertise* no campo do patrimônio ou do *corpus* legal, não seriam possíveis anteriormente (SCIFONI, 2015, p. 211, grifos da autora).

Muitos equipamentos das cidades são voltados para moradores como museus, centros culturais, salas de cinema, parques urbanos, praças, entre outros que são posteriormente apropriados ao turismo. Estes espaços que geram um fluxo de circulação tanto de moradores como de turistas, caso do Vale do Anhangabaú, ou o Elevado João Goulart (conhecido como Minhocão), por exemplo, vem passando por processos de reestruturação que em geral não colocam os cidadãos paulistanos no eixo de suas discussões. Ao contrário, o que se vê são processos arbitrários, como o desarranjo de conselhos participativos os quais são desfeitos, com o propósito de aprovação de projetos, entre outras ações de caráter autoritário.

Por outro lado, contrário à desmobilização e destituição de processos participativos, presentes a partir, principalmente da Constituição de 1988, muitas ações coletivas têm discutido o andamento das políticas e práticas relacionadas ao patrimônio cultural. Todas essas acompanham o histórico acumulado de lutas sociais presentes na cidade.

### **3.3. São Paulo: a cidade que resiste**

Trabalhos como de Sader (1988), Cardoso (1989), Kowarick e Bonduki (1994) possibilitam observar a transição do fim do regime militar ao período democrático por meio de estudo de diversos atores: estado, partidos políticos e movimentos populares que estavam ligados a muitas demandas. Os autores se detêm a entender os anseios das populações envolvidas nos movimentos populares que se dirigiam às autoridades com intuito de afetar suas decisões. Com efeito, demonstram novas formas de ação política que vão se constituindo conforme também ocorrem mudanças do estado, e descartam que tais transformações são advindas apenas de espontaneísmo dos movimentos. A prática das ações mudava conforme a interação contínua dos movimentos populares com os seus respectivos interlocutores.

A respeito desta época remonta-se à Cardoso (1989) que traz um conjunto de alusões às mudanças favoráveis aos movimentos populares no período que antecedeu as “Diretas Já”. Esta autora ressalta que o estado no regime militar passou a sofrer modificações em fins da década de 1970, promovendo várias mudanças conjunturais, tais como o Estado permitir razoavelmente que funcionários públicos entrassem em contato com os movimentos populares existentes e também lideranças

de bairros periféricos, onde “o aparato estatal se “tornava” mais receptivo a participação popular” (CARDOSO, 1989, p. 293, grifo meu).

O trabalho de Sader (1988) também pode colaborar para analisar os movimentos populares, uma vez que este autor se debruça no mesmo período, ainda que em perspectiva diferente de Cardoso (1989). A multiplicidade de experiências nas condições proletárias oportunizou projetos bem diversos de participação. O protagonismo em entender os processos de oportunidade são certamente percebidos pelos movimentos sociais. Deste modo, este autor descreve as práticas de lutas dos trabalhadores e o simbolismo presente nos lugares em que estão inseridos estes sujeitos. Para Sader (1988) estas referências culturais afetavam o entendimento dos trabalhadores daquele contexto. O elemento discursivo ganha destaque implicando em diversas formas de se atribuir significados às práticas do cotidiano (SADER, 1988).

Assim, essa modificação ocorre gradualmente em um jogo relacional envolvendo Estado, movimentos, entre outros atores, compondo ações e reações. Diante dessas contradições que incide avanços e recuos, como nos adverte Bertonecello (2009), o desfecho da ditadura militar no Brasil que, para além de provocar uma forte violência estatal, ao mesmo tempo oportunizou aos movimentos sociais avançar na luta por direitos sociais e, posteriormente, caminhando para a abertura democrática modificando as “estruturas de oportunidades políticas” (BERTONCELLO, 2009, p.175).

Sobre o movimento das Diretas já, a partir do momento que avançava essa campanha; por outro lado ocorria a reação do Estado. Diante disso, movimentos e Estado iriam se moldando por meio de uma relação dialética, permitindo o surgimento de espaços para a oposição; embora nem sempre as ações coletivas obtivessem sempre êxito em suas investidas. Mas, ainda assim, possibilitaram algumas conciliações entre os grupos em disputas na época.

Outro ponto a se destacar no aumento substancial de movimentos sociais no Brasil, ainda nas décadas de 1970/80 diz respeito aos padrões de crescimento da cidade. O padrão “centro-periferia” cedeu espaço para o surgimento de movimentos populares (KOWARICK, BONDUKI, 1994, p. 154; CALDEIRA, 2011). Detalhando em miúdos, este surgimento ocorre por vários motivos e além do padrão espacial adotado, o crescimento econômico viabilizado pela acumulação de capital, ainda que privilegiasse setores mais abastados, caminhava lado a lado com uma política

populista a qual se valia das necessidades das classes populares da época (KOWARICK , BONDUKI, 1994, p. 154). E esse mesmo discurso populista ao passo que apontava o Estado como provedor de políticas públicas fixava esta visão entre as classes populares, e quem sabe as encorajava a demandar mais do poder público (KOWARICK , BONDUKI, 1994, p 154).

### **3.4. Movimentos culturais: patrimônio cultural em São Paulo**

Os movimentos culturais surgidos em meados dos anos de 1970 não se limitaram a embates locais. Bertonceo (2009) aborda como o discurso das Diretas – a construção simbólica deste movimento - começou a se espalhar pela sociedade, ganha corpo e vai atingindo setores populares, neste sentido os grupos notadamente culturais. Um exemplo notório da época é o caso do carnaval e das escolas de samba que se valeram da eleição para presidente, para inseri-la como seus temas principais, assim adentrando no debate das Diretas (BERTONCELO, 2009, p.184).

Outro ponto é que, entre tantas temáticas que englobam as investidas de movimentos populares, há uma miríade de temas que envolvem a área da cultura, como música, teatro, arte urbana, literatura, entre muitas outras. Nesta seção daremos destaque, especificamente, ao caso da preservação da memória e patrimônio cultural acionados por muitos movimentos sociais. Alguns destes movimentos, inclusive, abordam e fazem uso do turismo, em suas práticas e ações coletivas, dada as imbricações entre os temas.

No ano de 1968, no auge do regime militar, a despeito da intensa movimentação repressiva, houve a instituição do CONDEPHAAT, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Evidentemente, que o contexto de intensa repressão, principalmente a movimentos populares, dificultou suas atuações. Porém, como lembra Rodrigues (2000, p. 152) “redes de sociabilidades afetivas e políticas” sempre estão a espera de momentos oportunos. Tal questão remete a conceitos debatidos exaustivamente pela sociologia política, como a ideia de “estruturas de oportunidades políticas” que se deflagram movimentos sociais, bem como a “*agência*” destes últimos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Para saber mais sobre tal debate ver Alonso (2009).

Sobre o CONDEPHAAT nos seus primeiros anos de exercício a instituição passou a ser pressionada por grupos sociais que entraram com pedidos dos primeiros tombamentos em nível estadual, caso da Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, a qual pediu o tombamento do Maciço da Juréia, e também da Escola Normal Caetano de Campos (capital paulista), esta última incluindo pela primeira vez o valor afetivo em um tombamento (SCIFONI, 2013, p.518).

Todavia, no caso de São Paulo, a partir dos anos de 1990 ocorre um regresso na proteção do patrimônio cultural. As políticas voltadas ao patrimônio cultural passaram a sofrer intensa pressão de setores econômicos, onde uma série de ações obstaram a participação popular (SCIFONI, 2008, p. 100). E vai se tornando claro que a linearidade ou perspectiva evolucionista de políticas relacionadas ao patrimônio cultural é bastante contestável.

Pensando em termos nacionais, a consolidação do Decreto 3.551 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no ano de 2000, possibilitou avançar ainda mais nos estudos sobre referências culturais (MORAIS, 2019, p. 83). Apesar de avanços e recessos, o registro de diversos bens imateriais saltou substantivamente. Recentemente, o advento do manual “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, lançado no ano de 2016, tornou-se um desses desdobramentos e marca uma fase do instituto com viés mais participativo. O objetivo do manual é contemplar principalmente os processos de educação patrimonial interdisciplinar (DEMARCHI, SCIFONI, 2019, p. 12).

Neste sentido, contemporaneamente, podemos apontar alguns coletivos ligados à temática do patrimônio cultural na cidade de São Paulo, cujos trabalhos têm proporcionado inúmeros debates colocando a temática do patrimônio cultural como destaque e promovendo uma diversidade epistemológica de olhares (SANTOS, MENESES, 2010).

Os inventários participativos, por exemplo, possibilitam combinar a cooperação entre técnicos e não especialistas, respeitando os conhecimentos produzidos pelas pessoas nos seus cotidianos. Tendo em vista, essencialmente, que na discussão sobre patrimônio cultural ocorre recorrentemente o dilema da “autoridade de saberes”. A produção do inventário de referências culturais no caso do Elevado João Goulart, Minhocão contra à gentrificação pela Repep (2019) é um exemplo deste exercício, ou como aponta Nito e Scifoni (2018), uma “tática” para se pensar o patrimônio cultural

numa perspectiva cidadã. O coletivo ressalta que é necessário “colocar em evidência outros patrimônios possíveis, mais próximos do cotidiano e do trabalho das classes populares” (NITO, SCIFONI, 2018, p.84).

Os movimentos sociais que surgiram no final da ditadura militar marcaram forte presença em atuação política na cidade, bem como no Brasil. Tal como a cidade se modifica, certamente, os próprios movimentos vão se remodelando dialeticamente. A última década (2011-2020) foi marcada por muitas atuações, que inclusive, permearam as grandes mobilizações nas ruas manifestações e passeatas. E a combinação destes ciclos de protestos com ações estratégicas e pontuais possuem uma intensa relação dialética. Veremos a seguir “de perto e dentro” como turismo e movimentos sociais por meio de acionamentos do patrimônio cultural têm construído importantes debates.

## CAPÍTULO 4 – ATORES/AUTORES E REGRAS: DE PERTO E DE DENTRO DAS AÇÕES COLETIVAS

A respeito da análise da cidade, ao contrário de observá-la por meio de inspeções abertas, muito ampliadas, Magnani (2002) sugere que é preciso analisá-la com “um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques [...] de fora e de longe”. Explicando melhor o significado dessa sentença, o pesquisador afirma que, “em vez de um olhar de passagem”, é necessário um olhar “a partir dos arranjos dos próprios atores sociais” (MAGNANI, 2002, p.18). Considerando o turismo e os atores que fazem parte da investigação nesse contexto, será interessante observar como eles “utilizam seus equipamentos, estabelecem encontros e trocas” e como se situam os *circuitos* (MAGNANI, 2002, p.18).

É por esse caminho que esta pesquisa pretende trabalhar, pois é mais efetivo partir das perspectivas dos grupos pesquisados para captar padrões e regularidades que medeiam o geral e o particular. Cabe lembrar também que a antropologia hermenêutica de Geertz (2012) deixa claro que a interpretação do pesquisador é sempre de segunda mão; a original encontra-se nos grupos pesquisados. Assim, a partir do encontro das distintas visões de mundo do pesquisador e dos sujeitos que ativam igualmente a pesquisa é possível construir um importante resultado dialético. Sujeitos que são atores e autores de narrativas da cidade.

Neste sentido, pretende-se, abaixo, trabalhar com a ideia de *circuito* desenvolvida pelo antropólogo Magnani (2002), pensando em um possível “*circuito* do turismo de quebradas e resistências”:

A noção de *circuito* também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos — possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos —, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado (MAGNANI, 2002, p. 24, grifo do autor).

O autor explica que tal categoria se justifica ao “nomear uma modalidade de relação com a cidade que não se encaixava em formas de co-presença entre ator e



espaço” (MAGNANI, 2018, p. 313). Assim, ela se torna mais interessante para entender a cidade, para além de uma ideia de grupos comunitários: são grupos que circulam, trocam e têm suas controvérsias internas. Não são, necessariamente, totalidades, ou mesmo grupos desprovidos de contradições, como em alguns casos se costuma postular e pensar (MAGNANI, 2018, p. 328). É importante dizer que esta categoria analítica tem sido importante elemento para auxiliar na construção da tese que diz respeito a importância de como o próprio turismo circula entre os coletivos culturais da cidade, assim como também observar a importância das teorias e ações que os coletivos culturais estabelecem para se pensar o turismo.

Face isso, deve-se salientar que não se pode confundir a ideia de *circuito* aqui com “circuitos turísticos”. Estes últimos são conceitos elaborados por especialistas do turismo, consistindo em instrumentos utilizados pelo poder público em geral para planejamento da atividade. Seus principais objetivos são aproveitar determinados atrativos regionais (mormente de municípios que se avizinham), existindo em formato de política pública em vários estados brasileiros conforme aponta Fuini Labigalini (2013). Nos “circuitos turísticos” em geral são reforçados suas características relacionadas às paisagens dos estados, aspectos sociais e culturais, embora, de maneira genérica (FUINI LABIGALINI, 2013).

Ainda que os “circuitos turísticos” sejam instituídos levando em conta aspectos culturais de uma determinada região, eles são rigorosamente demarcados espacialmente. E esse não é o caso do *circuito* proposto por Magnani (2002) pois o que o define são, em primeiro lugar, as relações de aproximações entre os grupos sociais citadinos: sejam elas por afinidade, instâncias específicas, comunidades de interesse (pelo patrimônio cultural e turismo), que envolvem diferenças (ou não) de classes sociais, estilos de vida; mas, também havendo relações de evitação entre grupos sociais, onde pode ocorrer desde embates ideológicos a até mesmo confrontos físicos. O universo simbólico dos grupos sociais em dialética com o cenário (ou paisagem) é fator relevante, e não estão nem justapostos, e nem se opõe (Magnani, 2002).

*Circuito* também se diferencia do conceito de redes, termo que remete a distintas interpretações e estudos. Pesquisadores como Kronemberger (2012, p. 50), postula que rede é uma palavra-chave para entender desenvolvimento local. Assim, redes podem ter características mais formalizadas, salientes, encontrada, por

exemplo, em muitas ações de turismo de base comunitária. Os *circuitos* que aqui se trata nos parece que subjaz a tentativas de formalização de alianças, eles podem existir sem tais propósitos.

Para entender o *circuito* é preciso delinear, em primeiro lugar, cenários e atores onde se observa o turismo na cidade de São Paulo pela chave da atuação dos movimentos sociais e coletivos, estes estudados por Alonso (2009), Aderaldo (2013), Gohn (2014), Diani (2014), Raimundo (2017), Frúgoli (2018). E, especificamente, os movimentos que demandam questões de patrimônio cultural, os quais têm sido investigados por meio dos estudos de Nigro (2001) Scifoni (2014) e Nito, Scifoni (2017, 2018). Assim busca-se, a partir destes estudos e investigações, compreender as regras que os cidadãos vão estabelecendo em campo.

#### **4.1. Movimentos sociais, ativismos ou coletivos?**

Existem diversas abordagens para entender os movimentos sociais, sendo elas: as teorias dos processos políticos, a teoria de mobilização de recursos e a dos novos movimentos sociais consideradas em diversos trabalhos da sociologia. Entretanto, não cabe aqui discutir tais teorias, tendo em vista que podem ser encontradas profundas análises em Alonso (2009), Gohn (2014), Diani (2014), entre outros.

Sobre movimentos sociais, Diani (2014, p.6) revisou o conceito de movimentos sociais e identificou três aspectos importantes em suas definições. Para este autor: “movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, envolvidos em um conflito político e cultural, e com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 2014, p.12). Adiante, com intuito de aprofundar o debate, o autor também inseriu a este conceito o que chama de “formas de coordenação” as quais ele entende como: “padrões relacionais através dos quais as respostas são fornecidas a dois dilemas básicos da ação coletiva, a tomada de decisão quanto à alocação de recursos e a definição de limites para um determinado coletivo” (DIANI, 2014, p.12).

Sob a análise da sociologia política dos movimentos sociais Alonso (2017) vem realizando diversos estudos sobre os ciclos de protesto de 2013 no Brasil (período conhecido como “jornadas de junho”) e também dos ciclos que permearam o

*impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, ou *golpe* como é apontado por muitos movimentos sociais, no ano de 2016. Inclusive, Alonso (2017) adverte criticamente que a abordagem sobre 2013 envolve disputa não apenas de atores, mas também de intérpretes (ALONSO, 2017, p.49).

Alonso (2017) aponta a ocorrência de três *estilos de ativismo*: autonomista, socialista e patriótico que atuaram com forte presença nestes ciclos. Esta autora dá destaque à teoria dos processos políticos analisando os movimentos sociais por média e longa duração. As manifestações de junho são um resultado de um longo processo e não se configuram apenas como um evento conforme ressalta Alonso (2017, p.50, grifo da autora). Neste sentido, Alonso (2017, p.50) igualmente chama de “ativismo cívico”, os movimentos ligados às muitas intervenções no espaço público, cujas ações corroboraram com “as bases dos estilos autonomistas, refratários do estado”, e estes “adubaram o campo para as manifestações de 2013” (ALONSO, 2017, p. 50/51).

Gohn (2014) observa que na contemporaneidade a discussão sobre movimentos sociais adquire um campo mais vasto. Novas demandas produzidas no final do século XX entram em cena no novo milênio (GOHN, 2014, p.42). Surgem novas categorias, e até mesmo questões como as redes sociais passam a ter mais relevo que os próprios movimentos sociais, ainda que os próprios atores passem a redefini-las como “redes de mobilização social”, como aponta Gohn (2014, p. 44).

No que diz respeito à antropologia, para Frúgoli (2018) o ativismo urbano em São Paulo tem sido tratado mais pela área do urbanismo, a despeito de que se deva apontar que estes estudos são ainda incipientes (FRÚGOLI JR., 2018, p. 76). Aderaldo (2019, p. 78), também pela antropologia, nomeia alguns ativismos de “constrangeográficos”, pois, por exemplo, fazem “uso tático”<sup>26</sup> de dispositivos tecnológicos, gráficos e visuais diversos para “transformar as engrenagens de poder que conformam os territórios e populações marginalizadas em estruturas visíveis”.

Atualmente, a palavra “coletivo” tem sido constantemente mobilizada por ativistas e integrantes de movimentos sociais. Aderaldo (2016) propõe uma definição de coletivos, os quais para ele são:

pequenas associações - sem estrutura hierárquica e geralmente informais - constituídas por certas junções de pessoas com certas afinidades, que se organizam na maior parte das vezes para realizar

<sup>26</sup> Aderaldo (2019) se utiliza da expressão “tático” proposta por Certeau (1994).

intervenções simultaneamente estéticas e políticas em diversos espaços urbanos, com o propósito de ressignificar o sentido social dos locais (ADERALDO, 2016, p. 55).

Para a pesquisadora Silvia Lopes Raimundo (2017, p. 22, grifo da autora), os coletivos “podem ser compreendidos como grupos organizados de pessoas que defendem processos democráticos e não hierarquizados de ação, partilhando de uma leitura crítica da sociedade contemporânea”.

Estas definições são certamente relevantes e coadunam com muitas das autodefinições dos grupos sociais estudados por esta pesquisa. A nomeação por “coletivos” tem sido apontada por especialistas, como visto acima, mas também por seus próprios integrantes, como instituições informais, não hierárquicas, o que as difere de partidos políticos, ou mesmos de alguns movimentos sociais mais tradicionais. Todavia, destaca-se, que nem todos os grupos descritos aqui atuam, por exemplo, informalmente, muitos tornaram-se organizações da sociedade civil, ou procuram outras possibilidades de atuação. Há uma série de estudos, em muitos casos, com tonalidades críticas a respeito da institucionalização de movimentos<sup>27</sup>. Em suma, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, essencialmente, no que tange às definições, adiante utilizarei de maneira intercalada as expressões movimentos sociais, coletivos, ativistas tendo em vista a heterogeneidade de atores e ações, assim como ter atenção de como estes sujeitos se autodenominam.

Não diferentes das décadas anteriores, os anos que marcam 2011 a 2020 também apresentaram diversos marcos nas lutas de movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo. Estes ocuparam ruas, realizaram protestos, ações estratégicas e pleitearam o direito à cidade (LEFEFBRE, 2011; ADERALDO, 2018; FRÚGOLI, 2018). Ao que cabe aqui discutir citarei grupos sociais que têm acionado o turismo com diversos propósitos. Em muitos casos o turismo é criticado visto como uma atividade que reforça estereótipos. Mas também muitos grupos reinventam não apenas seus territórios e acionam o turismo como um recurso de desenvolvimento local e também mobilizador e difusor de ideias, narrativas e memórias. Por meio de seus litígios os quais geram muitos conflitos, nos torna possível compreender como estes grupos estão transformando o turismo na cidade, a própria cidade e a si próprios.

---

<sup>27</sup> O debate sobre Organizações da Sociedade Civil e organizações não governamentais pode ser visto em Maria da Glória Gohn (2014).

Neste sentido, questiona-se como o turismo tem sido *agenciado* nestas ações por ativistas, coletivos e movimentos sociais. Aqui utilizo a expressão *agência*, no sentido de ação dos sujeitos pesquisados, conforme Magnani e Spaggiari (2018, p. 31), para demonstrar como estes atores criam, estabelecem regras, negociam a atividade de turismo em torno de pautas que ensejam o “direito à cidade” (LEFEVRE, 2011), seja para questioná-la ou para usufruí-la a partir de seus olhares e conhecimentos construídos por meio de suas práticas.

De Lefebvre (2011) adiante, outros autores iriam se deter ao que seja o direito à cidade”. Caso de Harvey (2014), cujo autor destaca que até a ideia de direito à cidade está em disputa, mas se tornou um “significante vazio”. Assim “tudo depende de quem vai lhe conferir significado” (HARVEY, 2014, p. 20). Os sem-teto irão reivindicar seus direitos, mas empreiteiros também pleiteiam o seu quinhão provoca Harvey (2014, p. 20).

Outro autor, Agier (2015), também explora a mesma ideia de “significante vazio”, uma vez que qualquer um pode reivindicá-la (AGIER, 2015, p.483). Assim Agier (2015), para resolver tal impasse conceitual que o “direito à cidade” se encontra no atual momento, este autor propõe entender que a cidade é essencialmente feita de movimento. A cidade é dinâmica, e vê-la sobre o espectro da normatividade nos incorre a congelá-la, e com isso faz passar despercebido suas dinâmicas e mudanças constantes (AGIER, 2015, p.484). Isso não é diferente das observações de Meneses (2006), que dimensiona a cidade em três enfoques: o primeiro a cidade como artefato, ou como construída, feita; um segundo diz respeito ao campo de forças, aos embates políticos, culturais e sociais; e um último a cidade como representação, a imagem que os habitantes têm e constroem da cidade (MENESES, 2006, p. 36). Assim se estabelece um desafio imenso trabalhar com toda a complexidade e dinâmica citadina.

Todavia, aqui também cabe uma ressalva em aspectos metodológicos. Deste modo, é preciso mencionar o que adverte Magnani (2003, p. 83), pois existem diversos estudos que observam os processos de urbanização nas cidades e que em muitos casos induz o pesquisador à “tentação da aldeia”, onde se acaba traduzindo contextos complexos com certo idealismo que rementem, por exemplo, à dimensão de uma aldeia, ou pequenas comunidades, entre outras. Para o autor existe sim a

possibilidade de por meio da etnografia dos grupos pesquisados, em menor escala, demonstrar a lógica de uma cidade em sua completude (MAGNANI, 2003, p.93).

Magnani (2002, 2013) orienta como compreender melhor a cidade, a qual é muitas vezes vista por olhares distanciados ou fragmentados, ainda que tenha sua importância. Salienta-se novamente a noção “de perto e de dentro”. Procura-se escapar de olhá-la apenas como centro da produção do capitalismo financeiro, e conseqüentemente pelo seu “gigantismo”, caracterizada por fragmentações, falta de unidade e caótica; por outro lado, é igualmente importante analisá-la com proximidade, de maneira sensível à sociabilidade e à produção do universo simbólico de seus viventes. E é possível criar conexão entre percepções distanciadas, amplas, com outras mais próximas e conectadas. Neste sentido, podemos ponderar sobre algumas questões pertinentes relacionadas às cidades.

#### **4.2. Cidades: de olhares amplos aos mais concentrados**

Concordando com Harvey (2014), notamos que na capital paulista insurgiram diversos coletivos e movimentos sociais que lutam pelo direito de usufruir o espaço público, de transformá-lo e de transformar os próprios sujeitos coletivos ou mesmo os indivíduos (HARVEY, 2014, p. 28). Contrapondo-se a uma cidade que impõe diversas formas de segregação, emerge uma “cidade rebelde”, nos termos do próprio Harvey (2014), em São Paulo. Esse fato é visível ao passo que acompanhamos posturas, ações, debates e encontros de certos grupos de São Paulo nos últimos anos. Ao que as observamos, aprende-se na teoria e na prática, captando referências — sejam elas de base teórica ou pragmáticas — para ancorar ideologias e projetos.

Tal questão já foi defendida por Lefebvre (2011), que ao abordar sistematicamente as cidades, nos lembra que a vida urbana “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos”. Não obstante, também conflitos vão emergir em meio as constantes disputas que se deflagram no cotidiano (LEFEVBRE, 2011, p. 22). Santos (1996/1997) e Caldeira (2011) abordam o desprezo das classes dominantes pela democracia. Assim tais classes adotam táticas como a expulsão do proletariado das regiões centrais, sendo tais formas de exclusão um dos processos mais conhecidos nas cidades (LEFEVBRE, 2011, p. 22).

Como forma de superar as desigualdades urbanas, Harvey (2014) nos demonstra exemplos de manifestações em cidades que antagonizam as desigualdades produzidas pelo capitalismo. O autor cita diversos exemplos de grupos sociais — de Nova York, Londres e La Paz, entre outros — que questionam o modelo urbano vigente e se posicionam como anticapitalistas. Além de protestar, tais movimentos efetivamente buscam alternativas para superar as desigualdades, a concentração de riqueza e os danos ambientais que o capitalismo impõe (HARVEY, 2014). Harvey (2014) enaltece a apropriação dos espaços pelos corpos “rebeldes”, transformando-os em “comuns políticos”, lugares para debates e discussões, instrumentos muito mais eficazes do que a “tagarelice sentimental do Twitter e Facebook” (HARVEY, 2014, p. 281). Muitas vezes essas ações acontecem em lugares ainda não consolidados das estruturas sociais. Assim, os indivíduos questionam e propõem novas formas de organização social e política, tais como os movimentos sociais (GOHN, 2014, p. 12).

Nos últimos anos, temos visto um aumento progressivo de ocupações do espaço público na cidade de São Paulo. Embora movimentos sociais não sejam novidade em São Paulo, é evidente o crescimento recente de grupos sociais engajados em muitas atividades. Na contramão da especulação imobiliária, da crescente onda de cerceamento, perda e privatização do espaço público, representados por projetos urbanos que privilegiam a lógica neoliberal, surgem movimentos sociais, coletivos e ativistas que pretendem ocupar espaços públicos superando a inércia ou imobilismo do cotidiano, se colocando na disputa da narrativa pelo “direito à cidade”<sup>28</sup>.

São Paulo é uma cidade que “resiste e existe” nas palavras da pesquisadora Denise Rodrigues (2021), cuja autora tem estudado os processos de apagamento das referências culturais do povo negro em atividades oficiais de turismo, o que marca disputas de narrativas. No entanto, mesmo não havendo tantos “lugares físicos para se fotografar” há inúmeros processos de resistência segundo Rodrigues (2021, p. 20). A autora acredita numa mudança de chave em políticas públicas, não apenas no segmento da cultura, mas também de turismo, que sejam pautadas pela diversidade e participação do povo negro (RODRIGUES, 2021, p. 130).

---

<sup>28</sup> Ainda que a expressão “direito à cidade” seja passível de problematização conforme os estudos de Carlos (2015) e Agier (2015). Adiante tratarei deste assunto.

Os movimentos sociais, aqui expostos, têm mormente o objetivo de ocupação do espaço público, mas igualmente tensionam espaços privados, os quais, muitos destes referem-se, por exemplo, à memória coletiva. Também estimulam discussões sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental, incentivam atos de solidariedade, ressaltam o desenvolvimento local por meio de ações que articulam pequenos comércios. Dentre tantas demandas, o turismo surge em algumas ocasiões ora como elemento de desenvolvimento local, ora como mediador e difusor de ações práticas, e não menos como um assunto a ser debatido. Veremos a seguir, nas próximas seções, experiências mais recentes que tenho acompanhado.

Abaixo começo apontar minhas incursões em encontros com coletivos que se fazem presente antes mesmo de meu ingresso no doutorado. Para efeito de delimitações temporais abordo alguns aspectos que perpassam desde o ano de 2014, tendo em vista que foi um ano fundamental para dois coletivos de destaque desta pesquisa, o Grupo Ururay e a REPEP, Rede Paulista de Educação Patrimonial. Os encontros com estes muitos coletivos no período de 2014 a 2018 os nomeei como atividades de “pré-campo”, conforme já citado. A partir de 2019, com o ingresso no PPGTUR, com considerável material em mãos, passo a realizar a pesquisa de campo de maneira mais aprofundada e sistemática. Entretanto, com a Pandemia, a pesquisa teve de ser adaptada para observações de eventos via redes sociais e internet. Assim, os descrevo abaixo e paulatinamente adentro aos encontros mais recentes, com mais densidade, e que compõe o campo da pesquisa, mais *scriptu sensu*.

Muitas dessas participações foram movidas pela curiosidade de conhecer suas ações, aprender com estas pessoas sobre as demandas da cidade, adquirir experiências diferentes. Tenho em vista que não apenas sou um pesquisador curioso do tema, mas também como trabalhador da cultura, tenho o “espaço público” como principal ferramenta de trabalho e estudo. Se estes movimentos foram insuflados ou não, não posso negar que o espírito da época também me influenciou a realizar esta pesquisa.

Mas vale reiterar que movimentos sociais e ações coletivas em espaço público não são novidades. Ainda que dado o contexto político nacional no período delimitado, foi marcado por acontecimentos que mobilizaram manifestações com números expressivos de pessoas nas ruas, incluindo também contramovimentos, disputas territoriais emblemáticas envolvendo agendas culturais, ambientais e urbanas, apenas



para citar algumas destas disputas dentro de um intrigante processo. O período tem sido estudado por diversos autores com trabalhos de bastante profundidade como Vainer (2013) Singer (2013), Alonso (2017) Frúgoli Jr. (2018).

Retomando ao campo, os primeiros encontros dizem respeito a observar e apontar o vasto repertório de ações e estratégias — de participação, contestação política, promoção de desenvolvimento local, entre muitos objetivos, os quais são produzidos e utilizados por coletivos. Os exemplos são diversos, mas podemos citar alguns: intervenções chamadas de “urbanismo tático” ou “urbanismo insurgente”; ambientalistas urbanos que constroem hortas comunitárias ou produzem táticas como florestas de bolso e distribuição de sementes em praças, parques e lugares descampados; artistas-ativistas que realizam mapeamentos afetivos; coletivos que discutem a cidade para as crianças, como o Cidadeiras (neologismo nascido da junção das palavras “cidade” e “brincadeiras”); os que fazem uso de caminhadas lúdicas e poéticas (aqui eu as nomeei desta forma) para desenvolver e debater um tema específico; a “caminhabilidade” como conscientização dos problemas causados pelo excesso de carros; a desconstrução de narrativas históricas oficiais que destacam apenas grupos privilegiados.

A depender das inúmeras análises das ciências sociais, estas ações podem assim serem chamadas de estratégias, ou mesmo “táticas” conforme as menções de De Certeau (1994), ou performances políticas, de acordo com os estudos de sociologia política de Tilly (2008), cujas ações são construídas e mediadas dialeticamente nos discursos e nas práticas destes grupos. Elas compõem um leque variado de ativismos: cívico como chama Alonso (2017); ou contrageográfico definido por Aderaldo (2016).

Note-se também que estas referências são as práticas mais incomuns — diferentes das institucionalizadas, que são mais conhecidas e em que costumeiramente há uma mediação entre o poder público e os cidadãos<sup>29</sup>. Conforme explanado são caracterizadas por informalidade e desprovidas de hierarquia em muitos casos, ainda que isso certamente não seja um imperativo. Assim, estas ações além de chamar a atenção de seus próprios pares, também acionam estudos

---

<sup>29</sup> Por exemplo, audiências públicas e conselhos participativos, entre outras.

acadêmicos. E é certo e evidente que não podemos descartar as práticas de participação social mais formais como objeto de investigação.

Outra questão é que passei a observar também como estas ações passaram a dialogar fortuitamente com o turismo, ou mesmo de forma intencional. Deste modo, para citar um exemplo, no que concerne ao turismo e lazer, é emblemático referir-se ao carnaval de rua paulistano, uma vez que nele há inúmeros blocos atuantes. Ainda que festivos, eles são ligados a movimentos sociais, fazem uso de expressões como “a cidade é nossa!”, “direito à folia”, entre outros bordões com marcas de politização. Cabe mencionar que o numeroso público dessa modalidade de carnaval tem atraído empreendedores de turismo<sup>30</sup>, e partindo disso governos municipais lançam mão da narrativa de defesa de tal festividade como forma de “geração de emprego e renda”. Ainda que governos encampem tal discurso, o marco de uma retomada mais expressiva dos blocos de rua também contou com uma forte adesão ao manifesto carnavalesco em 2013 (MACHINI; ROZA, 2018). Isso ocorreu por meio de articulação de grupos organizados que visavam diversas ações: entre elas a ocupação do espaço público (MACHINI; ROZA, 2018). E nessa relação de lazers populares é importante lembrar que não é novidade que atividades como carnaval passem por processos de “desapropriação cultural”, que “institucionaliza práticas culturais espontâneas”, mas também ocorram ações como resposta, em forma de “resistências”, conforme nos lembra Valle (1988, p. 49/50).

Frúgoli Jr. (2018) além de destacar também a ocupação de ruas para festividades, caso do carnaval de rua, menciona o cicloativismo, entre outras formas de ocupação de espaço público. Estas ações pontuadas principalmente na última década se misturaram aos vários ciclos de protestos, ao passo que pretendiam obter mudanças nos usos do espaço público (ALONSO, 2017; FRÚGOLI JR, 2018).

Certamente, o cicloativismo é uma marca dos tempos, cujo movimento colocou a bicicleta no centro da discussão sobre mobilidade, como transporte de energia limpa e como uma atividade física saudável. Ele tem pautado muitas discussões e influenciado diretamente políticas públicas. Recentemente pressionou a prefeitura de São Paulo a apoiar a causa em algumas ocasiões e a criar inúmeras ciclovias e ciclofaixas. Esse movimento foi crucial para a construção da ciclovia na Avenida

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/numero-de-turistas-triplica-no-carnaval-de-rua-este-ano-em-sao-paulo>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Paulista, o que foi pauta de uma grande manifestação no ano de 2015<sup>31</sup>. Surgiram, assim, vários empreendimentos, como cafés, bicicletarias e, até mesmo roteiros turísticos realizados com bicicletas em muitos locais da cidade<sup>32</sup>.

Ganharam notoriedade e amplitude, ademais, outros movimentos — atrelados, por exemplo, ao meio ambiente e ao ecologismo, que trabalham com plantio de árvores, feitura de hortas, proteção de nascentes e rios, ocupação de largos, praças e parques. Também há grupos ambientalistas que atuam de forma mais dispersa pela cidade, como o Rios e Ruas e o Existe Água em SP, que mapeiam e denunciam a degradação de rios e nascentes. O caso do Existe Água em SP ainda dialoga constantemente com a Aldeia *Tekoa Itakupe*, localizada no Jaraguá.

Na mesma linha de embates, uma das vitórias mais icônicas desses sujeitos provavelmente tenha sido a abertura da Avenida Paulista para pedestres aos domingos e feriados, cujo programa foi fruto da participação de coletivos — entre eles, Sampapé, Minha Sampa e Cidade Ativa, que fizeram uso de uma estratégia chamada de *advocacy*<sup>33</sup>. No início o programa gerou controvérsias e conflitos, mas aos poucos ganhou uma intensa adesão dos paulistanos e dos turistas que por lá circulam. Recentemente uma pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro apontou o êxito do programa.<sup>34</sup>

Diante da extensa trama de ações foi preciso tecer uma escolha entre tantas demandas dos coletivos, para dar condução ao encaminhamento da pesquisa. E esta escolha se deu em observar os coletivos que têm discutido temas como patrimônio cultural, memória, referências culturais como fios para se chegar ao turismo. Diante disso cabia investigar como tem circulado ideias, pessoas, objetos, ações, práticas, entre outros pontos por meio de uma infinidade de amarrações. As experiências dos coletivos são muito interessantes porque elas reúnem um número diversificado de pessoas envolvidas (mormente, como voluntários) de várias formas com práticas e formações distintas, caldeando conhecimento técnico e saberes locais, tradicionais, diversidade de formas e metodologias de se olhar para o mundo.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/presidente-do-tj-derruba-liminar-que-vetava-obras-de-ciclovias-em-sp.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.biketoursp.com.br/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>33</sup> Prática que pressiona o poder público para conseguir formular e instituir políticas públicas.

<sup>34</sup> Para saber mais sobre a relação dos coletivos com o Programa Paulista Aberta, leia-se o relatório. Disponível em: <https://corridaamiga.org/2019/05/23/pesquisa-de-avaliacao-de-impacto-da-paulista-aberta/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Neste sentido, procuro descrever minha participação de perto e de dentro das ações em um primeiro plano, especificamente de dois grupos de patrimônio cultural, casos principalmente da REPEP, Rede Paulista de Educação Patrimonial, coletivo presente em diversos territórios da cidade, e o Grupo Ururay, da Zona Leste da cidade. Como já observado anteriormente, ao passo que me aproximei destes coletivos mantive contato, conseqüentemente, também com outros movimentos.

Estas pessoas, integrantes destes movimentos, para além de interlocutores, são sujeitos desta pesquisa, tendo em vista que suas contribuições têm se dado de diversas formas: por meio de diálogos, práticas, ações e até mesmo auxiliando na escrita desta tese, uma vez que muitos destes sujeitos eu enviei em diversas ocasiões textos que escrevia para darem suas sugestões, apontamentos e críticas. E é claro que entendo certamente a minha posição de pesquisador dentro de uma universidade pública, sabendo das contradições, relações de poder acadêmicas na produção do documento final. Porém, tenho procurado dialogar constantemente e estabelecer ideias dentro de um processo dialógico e mais humanista de acordo com o tempo de pesquisa e dos meus interlocutores.

Para além de encontros com estes dois grupos, no período que envolve o ano de 2014 até os dias atuais fui conhecendo diversos ativistas e coletivos por meio de encontros públicos, ou a convite de amigos, ou em divulgações via redes sociais. Acredito serem importantes para compor o arcaçouço do *circuito* (MAGNANI, 2002) aqui proposto uma vez que muitos dos coletivos mantêm conexões, se conhecem e se reconhecem mutuamente em suas atividades.

#### **4.3. Olhares compartilhados: os coletivos Repep e Grupo Ururay**

A REPEP se constitui como uma rede aberta determinada a discutir assuntos relacionados às práticas e teorias do tema educação patrimonial. A Repep é fundada pela Professora Dra. Simone Scifoni no ano de 2011 no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Centro de Preservação Cultural (CPC-USP) que mantém sua sede na Casa de Dona Yayá, localizada no bairro da Bela Vista. A partir de então, esse projeto de extensão universitária passa a ganhar corpo de coletivo e movimento social. Atualmente é constituído como uma rede aberta determinada a discutir assuntos

relacionados às práticas e teorias do tema educação patrimonial. Seus integrantes são oriundos dos vários segmentos da área de cultura e educação, historiadores, geógrafos, arquitetos, cientistas sociais, turismólogos, trabalhadores da rede de ensino pública, em prefeituras, órgãos de preservação, museus, universidades públicas e privadas, estudantes e certamente integrantes de movimentos sociais.

Em seu início o grupo realizou diversos trabalhos relacionados ao patrimônio cultural e tratou de registrar tais fatos em atas e boletins, os quais se encontram disponíveis no site do coletivo<sup>35</sup>. Entretanto, foi no ano de 2014 que a rede compôs um estatuto definindo seus princípios norteadores: transversalidade, dimensão política, respeito à diversidade, interlocução, autonomia, centralidade dos sujeitos e transformações sociais, documento que sempre está sujeito às revisões dos integrantes. Também, neste período o coletivo dimensionou os seus grupos de trabalhos (GTs) em várias regiões da capital, como nos territórios adjacentes ao Elevado João Goulart (Minhocão), nos bairros da Brasilândia, Freguesia do Ó, na região de Perus, entre outros locais<sup>36</sup>.

A REPEP mantém conexão com outros coletivos culturais em diversos territórios de São Paulo, caso do Movimento Baixo Centro e Coletivo Arouchianos na região central, próxima ao Elevado João Goulart (Minhocão), e também em Perus, Zona Noroeste da cidade, com a Comunidade Quilombaque. Membros destes coletivos têm participado de discussões que questionam ações públicas: como no caso da instituição do Parque Minhocão no centro de São Paulo. Igualmente, participam da produção de políticas públicas, como por exemplo as TICPs, Território de Interesse Cultural e Paisagístico Jaraguá/Perus, dispositivo presente no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo (PDE) de 2014. Conforme Soró (2019, p. 42), o TICP tem auxiliado na experiência como território educativo produzindo espaços como o Museu TEKOA JOPO'I e o Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem (SORÓ, 2019, p. 42). Como mencionado, anteriormente, conheci o projeto da Comunidade Cultural Quilombaque em fins do ano de 2019.

Estabeleci meu primeiro contato com a REPEP no ano de 2015 no CPC-USP, Casa da Dona Yaiá, centro de São Paulo, quando fui convidado por uma artista visual para participar de uma reunião da rede. E tive uma maior aproximação quando fizemos

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/boletins>. Acesso em 01/03/2021.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/>. Acesso em 01/03/2021.

diversas parcerias tanto na Prefeitura de Santo André (local onde trabalho), como também em algumas atividades em São Paulo a partir deste ano. Elaboramos inclusive oficinas sobre inventários participativos em equipamentos da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santo André no ano de 2017. Estive presente em algumas reuniões, de grupos de trabalho desta rede, algumas delas realizadas no prédio do IPHAN, localizado na Avenida Angélica, Santa Cecília, São Paulo, e na sede do Centro de Preservação Cultural da USP, na Casa da Dona Iaiá, e também em outros territórios, como no bairro de Perus, Zona Noroeste de São Paulo.

Em 2015 ao ano de 2018 acompanhei o trabalho da Repep de diversas formas, ora nas formações de grupos de trabalho na Vila de Paranapiacaba, ou mesmo a formação de um Grupo de Trabalho na região do ABC, que compreende as sete cidades da Região Metropolitana<sup>37</sup>, neste caso as reuniões eram no Museu de Santo André. Mas foi a partir de 2019, quando ingresso no doutorado que passei a participar com bastante frequência das reuniões que tratavam dos GTs na cidade de São Paulo, e a ser reconhecido como um membro do grupo na mesma cidade. Cabe dizer que a escolha pela pesquisa em São Paulo se fez pelo interesse nos coletivos da cidade que estavam discutindo o turismo em suas atividades. O que não é tema central da REPEP, mas o assunto iria vir com mais intensidade pela conexão do GT Perus e a Comunidade Cultural Quilombaque, no bairro de Perus. Adiante, o tema turismo e a Repep iria novamente aparecer conforme participava e discutia com o coletivo, caso das discussões do GT Brasilândia/Freguesia do Ó.

---

<sup>37</sup> Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

**Imagem 1 - Ação Educativa da Repep no Bairro do Brás em maio de 2018.**



Foto: Paulo Tácio, 2018.

Entre muitas ações educativas, tendo a “educação patrimonial como tática” segundo as próprias integrantes (NITO, SCIFONI 2018, p. 84), a REPEP realiza oficinas que estimulam seus participantes a pensar o patrimônio a partir das vivências cotidianas. As oficinas, em geral, se dividem em discussões teóricas sobre patrimônio, incursões à campo, mapeamentos de grupos sociais, tal como um exercício de “antropologia compartilhada” mesclando-se com trabalhos de gabinetes. Também contam com atividades lúdicas bastante interessantes, como a construção de uma mandala relacionada às categorias utilizadas pelo inventário participativo de referências culturais (IPHAN, 2016), a saber: lugar, saberes, expressões, celebrações, objetos e edificações. Em uma oportunidade, no curso Inventariado Participativo de Referências Culturais realizado no CPF-SESC de 2018, a oficina teve como campo, o bairro do Brás, centro-expandido em São Paulo. Entre trabalhos de gabinete e atividades de campo, vale notar que a construção da mandala estimulou uma interessante e curiosa participação do público que circulava pelo local. Na ocasião o público se sentia atraído a ver a atividade e auxiliava a escolher as principais referências culturais do bairro.

**Imagem 2 - Trabalho em gabinete no curso Inventariado participativo de referências culturais ministrado pela Repep no CPF SESC em São Paulo em 2018.**



Foto: Paulo Tácio, 2018.

Outro coletivo que tenho dialogado é o Grupo Ururay. Conheci o Grupo Ururay<sup>38</sup> em 2014, quando fui assistir a um seminário promovido pelo próprio coletivo no Centro Cultural da Penha, na Zona Leste de São Paulo. Mantive contato com alguns membros deste coletivo e participei de cursos, palestras, seminários, reuniões, exposições, festas como no Largo do Rosário (bairro da Penha, Zona Leste), atividades educativas como a Jornada do Patrimônio<sup>39</sup>.

Segundo a descrição no seu próprio blog, o Grupo Ururay:

[...] é um coletivo de indivíduos interessados na preservação do Patrimônio Cultural da região Leste de São Paulo. Independente, sem fins lucrativos e sem vinculação com instituição privada, pública ou religiosa o Grupo tem como objetivos: o fortalecimento de ações que objetivem a preservação, a apropriação e, conseqüentemente, a valorização dos Patrimônios na região Leste de São Paulo, a articulação de todos os agentes sociais (sociedade civil, órgãos de proteção do patrimônio, escolas, pesquisadores, coletivos) envolvidos, direta e indiretamente, no processo de preservação e utilização dos Patrimônios Culturais<sup>40</sup>.

O Grupo Ururay também mantém contatos com outros atores sociais da região, caso do Movimento Cultural Penha. Integrantes destes dois grupos têm participado de discussões a respeito de políticas públicas, e auxiliaram no debate e instituição do

<sup>38</sup> O nome Ururay é uma referência ao aldeamento São Miguel de Ururai. Para saber mais ver o trabalho de Santos (2018).

<sup>39</sup> Coordenada pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/>. Acesso em 10 de julho de 2020.



Programa de Fomento à Cultura da Periferia, política da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, instituída pela Lei 16.496/16.

**Imagem 3 - 17ª Festa do Rosário dos Homens Pretos na Penha no Bairro da Penha em junho de 2018.**



Foto: Paulo Tácio, 2018.

O Grupo Ururay tem em suas diretrizes não apenas a defesa do patrimônio cultural e imaterial das comunidades, cujas ações são promover eventos culturais e discussões sobre estes temas, mas também abordar o desenvolvimento local, incluindo o turismo de base comunitária e turismo social como mecanismos interessantes para as comunidades locais (MARTINS, 2016, p. 144). Deste modo, o coletivo tem produzido uma série de seminários, debates, produção de livros que discutem o patrimônio na Zona Leste. Em depoimento postado no *facebook* os integrantes assinalam que desde 2014 com a fundação do coletivo: “realizamos atividades e roteiros voltados ao turismo comunitário, turismo social e atividades de educação patrimônio-cidade que envolvem os bairros e territórios na Zona Leste”<sup>41</sup>.

A partir destas atividades que ressaltam o patrimônio cultural pode se perceber um importante desdobramento. A própria São Paulo Turismo (SPTuris), entendendo a importância de políticas que dessem conta de territórios, para além de bairros

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/UrurayPatrimonio/photos/a.376668799160981/1429406503887200/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

centrais, confeccionou um guia especializado para a Zona Leste<sup>42</sup> (embora seja passível de discussão por ser muito abrangente), e o Serviço Social do Comércio (SESC), igualmente, tem proposto, por meio de parcerias com coletivos e grupos organizados, atividades de turismo social na região.

O coletivo também tem promovido ações articuladas junto ao poder público e também à comunidade local. É o caso do Festival do Tombamento. Por meio de patrocínio do edital de Fomento às Periferias, o Grupo Ururay realizou o projeto Heranças Periféricas que reuniu diversas ações na Zona Leste de São Paulo. Entre elas o Festival do Tombamento, realizado especificamente na Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra (conhecida popularmente na região como Praça do Forró), localizada no distrito de São Miguel Paulista na cidade de São Paulo. Na praça também está situada a “Capela de São Miguel Arcanjo, templo religioso mais antigo do estado de São Paulo em que a construção data de 1580 e a reconstrução 1622”<sup>43</sup>. Importante ressaltar que nesta praça ocorre diversas ações realizadas por outros grupos sociais que se apropriam do espaço no sentido de promover a sua ocupação. São eventos como Saraus, *Slams*, como o “Slam do Corre”, atividades esportivas e de lazer.

No caso do Festival do Tombamento, este teve o intuito de debater as diversas narrativas em torno da Capela com palestras e debates sobre a importância do local para a cidade de São Paulo. Além disso, também atividades com vistas a mobilizar grupos locais e outros parceiros à participação no evento, como venda de produtos das comunidades, pratos típicos, artesanato indígena e de agricultores. Atividades como gastronomia e atrações musicais, em maioria da região e bairros da Zona Leste, servem, segundo as palavras do coletivo para “ativar o patrimônio”.

O Grupo Ururay, é um coletivo que têm moradores da Zona Leste espalhados por distintos bairros, embora alguns integrantes não morem necessariamente na Zona Leste. O coletivo possui uma articulação com muitos grupos que variam de coletivos e lideranças de diversos bairros, como dito acima, caso do Movimento Cultural Penha e Comunidade do Rosário do bairro da Penha. Mas também dialogam e estabelecem parcerias também com professores, políticos locais, lideranças religiosas, proprietários de pequenos negócios. Importante ressaltar que o bairro da Penha é

---

<sup>42</sup> Disponível em: [http://imprensa.spturis.com.br/wp-content/uploads/downloads/2015/06/ZL\\_ENG\\_01.06\\_bxfinal.pdf](http://imprensa.spturis.com.br/wp-content/uploads/downloads/2015/06/ZL_ENG_01.06_bxfinal.pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>43</sup> Disponível em: <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/10/festival-tombamento-sao-miguel.html>. Acesso em 20 de jan de 2021.

caracterizado como um subúrbio conforme as definições apontadas acima por Marino (2017) e D'Andrea (2020).

Vale destacar algumas ações que acompanhei, inclusive até para propósitos de comparação no período entremeios de pré-pandemia, com os adventos de quarentenas e suas nuances derivadas das chamadas ondas de contaminação da Covid-19, assim como os momentos de abertura gradual e completa de atividades em espaço público.

Em 2019 participei da Jornada do Patrimônio em atividade programada pelo Grupo Ururay. Uma caminhada organizada pelo grupo para compor parte da programação deste evento que iniciou às 14h11 do dia 17 de agosto de 2019 na Basílica Nossa Senhora da Penha, no bairro da Penha de França. Foi uma caminhada-debate, se se pode assim chamar. O objetivo era trazer um referencial histórico de lutas sociais no bairro que permearam o período da ditadura militar. Da Basílica da Nossa Senhora da Penha, Rua Santo Afonso, seguiu até a Praça Nossa Senhora da Penha, Rua Dr. João Ribeiro, Largo do Rosário. O passeio terminou no Centro Cultural da Penha.

**Imagem 4 - Jornada do Patrimônio em agosto de 2019 com o Grupo Ururay.**



Foto: Paulo Tácio, 2019.

O grupo se valeu de diversos recursos, para além de uma simples caminhada: trouxeram livros que contassem a história do episódio, fotografias, trechos de jornais, instrumentos legais, resumos dos atos institucionais, como o AI-5, além de terem convidado dois militantes políticos que estiveram presentes no episódio, como forma de terem testemunhas vivas, sendo eles o Senhor Barbosinha e Júlio Cerqueira.

Além de perceber as várias camadas históricas, ou sociológicas e antropológicas deste passeio, na Penha os caminhantes (participantes) circularam por espaços religiosos, várias Igrejas próximas umas das outras, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Também se circula por um alto fluxo de comerciantes de ruas, lojas, e um *Shopping Center*, entremeando-se a muitos pedestres. Inclusive neste dia da Jornada fomos hostilizados em um momento. “*Isso é político?*” Inquiriu uma moça ao grupo durante a caminhada. Posteriormente ela se afastou, e finalizou deixando claro, segundo sua própria fala, que era “*bolsonarista*”.

De maneira resumida, pensar sobre esses atores e seus litígios em uma cidade que ostenta grandiosidade pode ser um ponto de partida para a reflexão que se constrói. Interessa saber como o turismo permeia as práticas e discursos destes movimentos. É possível que as estratégias de ação política utilizadas por tais grupos, em muitos casos, além de auxiliar nas possibilidades de se construir outra cidade, podem ser interessantes para pensar criticamente o turismo e o lazer. E pela diversidade de narrativas tem ficado claro essas possibilidades.

A seguir, além da REPEP e Grupo Ururay, os grupos que serão estudados abordam essencialmente a questão do patrimônio cultural, mas também incluem o turismo em práticas e narrativas. Importante reiterar que não raro o patrimônio cultural entrecruza-se às disputas sociais. Tentar compreender o processo de conexão e trajetos destes movimentos e pessoas e como circulam suas ideias e narrativas por meio de suas respectivas práticas, é um desafio deveras complexo, mas o presente trabalho demonstra ser possível a identificação e demonstração da lógica desta amarração.

Assim não se trata apenas de estudar um lugar, um grupo, ou mesmo turistas, e sim as imbricações da “complexa rede” que o turismo mobiliza conforme destaca Allis, Moraes e Sheller (2020). O patrimônio cultural gera fluxos, mobiliza (ou não) o turismo e certamente as duas atividades imbricam-se mutualmente em seus conflitos.

Assim é preciso seguir as narrativas que podem, ao adentrar no campo, apontar para inúmeras pistas.

#### **4.4. Trajetos e circuitos de ativismo em São Paulo**

Procurarei detalhar, tanto experiências recentes, mas também pregressas que remetem a antes do ingresso no doutorado tendo em vista que elas auxiliam a demonstrar como me aproximei profundamente de sujeitos que integram movimentos sociais, e como passei a associar suas ações/relações com o turismo. Estas experiências demonstram desempenhos e nuances dos movimentos observados, mas igualmente conversões na minha própria maneira de olhar o assunto. É perceptível a diversidade e dinâmica existente que notamos ao acompanharmos constantemente as suas ações. Não é, nem tem sido, uma tarefa fácil enquadrá-las em categorias. Mas cabe ao pesquisador intenso esforço interpretativo (GEERTZ, 2012).

Esta aproximação e participação em atividades tem sido uma forma de ao menos tentar visualizar os *trajetos* e *circuitos* do ativismo da cidade mais generalistas, para posteriormente possibilitar mais foco ao trabalho, que mira especificamente no turismo e patrimônio cultural. Segundo Magnani (2002, p. 24) *circuitos* podem se distinguir em um principal, que é mais generalizado, cujo mecanismo conglobera outros *circuitos*, mais específicos. Importante dizer que esta categoria não se enquadra como um “conjunto fechado” (MAGNANI, 2002, p. 24). Ambientalistas, ativistas culturais, ativistas pela mobilidade podem se configurar em um possível *circuito* principal, por exemplo, pelo “direito à cidade”. Mas também podem manter vínculos entre si e/ou serem delimitados por outros recortes. Assim, no *circuito* do ativismo cultural, é possível percebermos suas inúmeras variações como o ativismo cultural periférico, o *circuito* de saraus, o cinema marginal, os ativistas de patrimônio cultural, entre muitos. Tal como na questão da mobilidade urbana, isso pode ocorrer com os cicloativistas, os ativistas pela mobilidade a pé; ou no movimento ambiental, como movimentos de ocupação e revitalização de praças, entre tantos outros.

Ao seguir os *trajetos* destes ativistas será possível assim distinguir os *circuitos* (MAGNANI, 2013). Em primeiro plano, relato os *trajetos* mais gerais, os quais segui ativistas que praticam e se valem de muitas ações, táticas e estratégias.

Posteriormente, procurarei neste trabalho enquadrar o olhar para o que chamo nesta tese de “*circuito* de turismo de quebradas e resistências”. Conforme explicita Magnani (2002, p.23) a cidade “não é um aglomerado de pontos, *pedaços* ou *manchas* excludentes”. As escolhas por determinados “*trajetos*” dependem das distintas escolhas e/ou lógicas que as pessoas fazem (MAGNANI, 2002, p.23). Os *trajetos* são caminhos não aleatórios, por assim dizer. E no caso dessa pesquisa são as opções que indivíduos e coletividades fazem.

Nos *trajetos* são quando os ativistas tomam as decisões de quais fluxos vão seguir, quais locais vão escolher, sendo que ao mirarmos no *circuito* as relações irão se complexificar ainda mais (MAGNANI, 2013, p.61). Procuo seguir os ativistas por meio destes *trajetos* no sentido de compreender como ocorre negociações, pactuações, conflitos, como é articulada essa circulação e o que as narrativas desveladas podem trazer de turismo.

Muitos locais, como bares, livrarias, praças, largos, parques, ambientes culturais têm se tornado lócus cruciais, pontos de referências e de encontros entre ativistas e coletivos. Certamente, nestes lugares não circulam apenas pessoas, mas também são mobilizadas ideias, ideologias, projetos, ações e muitas outras produções. Estes espaços, podem ser entendidos tanto como *pedaços* (MAGNANI, 2002), categoria com certa delimitação espacial, marcada por relações de vizinhança, parentesco, compartilhamento e pertencimento (MAGNANI, 2002). Mas também podem funcionar como “*moors*”, conforme Urry e Sheller (2006), traduzido como “*ancoradouros*” por Freire-Medeiros, Name e Moraes (2020). E sobre esta conexão de *pedaços*, *ancoradouros* e *circuitos* com a cidade é bom nos referirmo-nos a Urry e Sheller (2006, p.209), pois, o “paradigma das mobilidades está amarrado a uma mesma rede de conexões”. E nesta rede podemos observar como é tecida o ativismo e como se enreda seus articuladores a ela, como nos lembra Geertz (2012) sobre a definição de cultura (GEERTZ 2012, p. 19).

Cabe deste modo, mencionar espaços, sejam próximos ao centro da cidade de São Paulo, ou em suas periferias, que mostram conexões entre *pedaços*, *trajetos* e *circuitos* (MAGNANI, 2013). Magnani (2002) nos alerta que os *pedaços* pressupõem uma referência espacial (assim como a categoria *mancha*), tendo presença regular de seus membros com códigos de reconhecimento, diferentemente do *circuito*, onde não ocorre tal ligação contínua (MAGNANI, 2002, p. 24). No caso do ativismo aqui

abordado, os membros dos grupos se reconhecem por diversos motivos que não apenas territoriais, mas também por ideias, valores e orientações políticas.

Todavia, é imprescindível dizer que muitos ativistas acionam o termo território constantemente em suas falas. Neste sentido, estes grupos territorializam a cidade conforme apontou a pesquisa de Raimundo (2017). Muitos são os exemplos de áreas onde são promovidas distintas atividades, ou mesmo se localizam grupos sociais. Um exemplo representativo tem sido o bairro do Bixiga<sup>44</sup> como um território que tem servido de laboratório para muitas discussões, a exemplo do que faz o Instituto Bixiga. No bairro este instituto, junto a outros tantos coletivos, tem debatido, entre tantos assuntos, o apagamento da história e da cultura negra no bairro. Em maio de 2019, participei do “Rolê SP Territórios Negros no Bixiga: o Quilombo Urbano Saracura”, promovido pelo Instituto Bixiga que compõe seus roteiros pela região no centro de São Paulo.

O Instituto Bixiga, por exemplo, é um caso interessante, como grupo pois é formalizado por meio do MEI (microempreendedor individual) e segundo a fala de uma integrante do grupo, isto pode facilitar parcerias com instituições como o SESC, CEBRAP, entre outros. O coletivo Sampapé igualmente é formalizado, sendo Organização da Sociedade Civil<sup>45</sup>. Todavia, estes grupos discutem e praticam atividades nos termos do ativismo aqui discutidos, e assim acionam constantemente reflexões e expressões que remetem a atos de resistências diante de forças hegemônicas.

---

<sup>44</sup> Recorrentemente nas falas dos membros do Instituto Bixiga menciona-se sobre o conflito do Bixiga pertencer a Bela Vista.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://leticialedasabino.wixsite.com/sampapeorg/sobre-nos>. Acesso em 02 mar 2021.

**Imagem 5 - Instituto Bixiga: “RolêSP Territórios Negros no Bixiga: o Quilombo Urbano Saracura”.**



Foto: Paulo Tacio, 2018.

Entre coletivos é possível perceber enlaçamentos com bairros periféricos, e também da região central com a periferia. Meu contato inicial com o Instituto Bixiga ocorreu quando fui ver a apresentação do documentário “Territórios de Ururay” do Grupo Ururay, em maio de 2018. Estes coletivos já dialogavam pela afinidade nas temáticas e intercâmbios em seus territórios de ação. Neste dia da exibição do documentário havia diversos membros de outros coletivos da cidade, como os membros do CPDOC Guaianás<sup>46</sup>, também ligado à memória de bairros da Zona Leste como Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus e também uma ativista do coletivo História da Disputa e Disputa da História, que atua na região central, dedicado a discutir a história dos vencidos, tendo debates e a ocupação do espaço público como principal método<sup>47</sup>.

O Instituto Bixiga vem extrapolando suas ações a outros lugares de São Paulo, como a realização de cursos na Cidade Tiradentes. Partindo da ideia do “RolêSP” que geralmente é realizado no centro, seus integrantes passaram a fazer o “partiuquebrada”, em bairros da Zona Leste. A partir desses eventos eles também perceberam uma demanda dos jovens da periferia em querer conhecer o centro de São Paulo<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> <https://cpdocguaianas.com.br/quem-somos>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

<sup>47</sup> Ver: <https://www.historiadadisputa.com/sobre/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

<sup>48</sup> Informação levantada no curso Espaços de Produções Culturais: Instituto Bixiga, realizado no dia 22 de junho de 2019, às 19hrs, no Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio.



Faz-se importante apontar algumas questões sobre a noção de “quebrada”, muito usual na nomeação de roteiros de coletivos. Certamente é um termo nativo das periferias. Tem sido estudada no campo da sociologia e antropologia. Para Pereira (2010, p. 55) a ideia de “quebrada” abrange muitos *pedaços*, este um conceito de Magnani (2002). Pereira (2010) estudou o *circuito* de sociabilidade de pichadores em São Paulo, os quais acionavam a ideia de quebrada como algo que carrega consigo elementos positivados, a periferia como lugar de encontros comunitários, coletividades, mas também negativos, como a presença de bairros pobres, hostis, violentos. O termo também é apontado por Biondi (2018) ao estudar o Primeiro Comando da Capital (PCC) que surgiu liderado por presidiários na capital de São Paulo. Em seu livro “Proibido roubar na quebrada, território, hierarquia e lei no PCC” a autora define quebrada como local de moradia, ou em que o preso morou, mas mantém laços afetivos, financeiros, possui parentes, família, ou estão “fechados com os caras de lá” (BIONDI, 2018, p. 35, 36, grifo da autora).

D’Andrea (2020) pelo viés da sociologia aponta que o conjunto de várias “quebradas” forma as periferias. Quebrada é periferia, e os termos, em geral, quando acionados carregam suas potências e contradições inerentes. É potência, mas também é lócus de desigualdade social. No turismo e lazer temos visto tais nomeações, como o “partiu quebrada” do Instituto Bixiga, no próprio nome do coletivo “Caminhada das Quebradas” do Ermelino Matarazzo, e até em cursos elaborados recentemente pela Agência de Turismo Queixadas em 2021, o qual nomeou de “Turismo de quebrada: memória, afetividade e resistência”. Todos ressaltando as potencialidades dos sujeitos moradores e também seus bairros periféricos.

Ainda sobre periferia e como o termo ao longo das últimas décadas vem ganhando novas conotações, D’Andrea (2013, 2020, 2021) vem se dedicando intensamente em seus estudos às periferias de São Paulo e como os sujeitos, moradores dos bairros destes locais tomaram para si a ideia de periferia. Na década de 1980 o termo era permeado por negatividade, onde jornais sensacionalistas afirmaram essa visão; porém, aos poucos foi alçando uma noção mais otimista ao passo que jovens, principalmente os ligados ao hip hop e coletivos culturais dos anos de 1990 passaram a acioná-lo com mais criticidade e com percepção mais positivada (D’ ANDREA, 2013).

Seguindo com os demais encontros, as redes sociais dispostas na internet são também uma fonte e mecanismo de potencialização das conexões dos coletivos. Foi assim que conheci a Organização não governamental Sampapé, liderada por mulheres, que inclusive possui trabalho com o bairro do Bixiga, da qual desenvolveu por meio de *crowdfunding*<sup>49</sup>, em 2018, o guia “Bixiga a pé”. Em maio de 2019 participei de um curso, intitulado de “Treinamento de facilitação do índice cidadão de caminhabilidade” com o Sampapé. A atuação da militância do Sampapé tem sua marca principalmente pelo uso da estratégia *advocacy* utilizada na luta pela abertura da Paulista aos domingos, cuja empreitada transformou-se em política pública, no Programa Paulista Aberta.

O Sampapé em 2019 promoveu a “semana do Caminhar” no SESC Paulista convidando diversos participantes. Tal observação também denota como se forma uma extensa rede que envolve pessoas das mais distintas ocupações, para além de militantes, como professores, pesquisadores, entre outros. Neste evento, por exemplo, entre tantos convidados, esteve presente o Antropólogo e Professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani e também o coletivo “Caminhada das Quebradas”, do bairro do Ermelino Matarazzo, da Zona Leste de São Paulo.

Por meio das redes sociais, mas também pela conexão com outros coletivos, conheci em junho de 2019 outro grupo, o “Rios e Ruas”, do qual participei de uma atividade também no bairro do Bixiga. Um geógrafo e um arquiteto lideram o grupo que tem não apenas como marca a aliteração do nome do coletivo, mas principalmente por promover discussões nas ruas e espaços públicos. O coletivo realiza caminhadas permeadas de ludicidade para sensibilizar o público. Antes da caminhada participamos de uma oficina de produção de máscaras em formato de peixes que são utilizadas pelos participantes durante a caminhada. Os integrantes ainda fazem intervenções em placas de ruas, colando adesivos com o nome original dos rios que foram soterrados pelo turbilhão urbano.

---

<sup>49</sup> Financiamento coletivo. Geralmente realizado em uma plataforma online.

Imagem 6 - Intervenção Urbana do Coletivo Rios e Ruas.



Foto: Paulo Tácio, 2019.

No centro, é importante notar que um dos lugares que circulam muitas pessoas ligadas a movimentos sociais é certamente a Ocupação Nove de Julho do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), localizada no bairro da Bela Vista. Tal ocupação já promoveu eventos em que estabeleceu parceria com o governo municipal, como a Secretaria de Cultura e a São Paulo Turismo (SPTuris), esta última auxiliando na divulgação do evento<sup>50</sup>. Já estive em algumas ocasiões, e em alguns eventos foi possível reconhecer notórios políticos da capital paulistana e encontrar pessoas que tem se notabilizado em ações<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ocupacao-9-de-julho-festa-junina/>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

<sup>51</sup> Muito se tem discutido sobre os desdobramentos de parcerias de movimentos sociais e o estado que podem levar a desmobilização, ver (Carlos, 2012; Dowbor, 2012; Carlos, Dowbor, Albuquerque, 2017).

Imagem 7 - Festa Junina organizada pelo MSTC.<sup>52</sup>



Foto: Paulo Tácio, 2019.

Outro ponto de referência no centro que tem possibilitado encontros é a livraria Tapera Taperá, localizada na Galeria MetrÓpole, se configurando como um local para debates sobre ativismo na cidade. Em dezembro de 2018, a Repep participou de um debate que tinha como temática “Ativismos e insurgências nas cidades brasileiras: processos participativos e experiências de apropriação do espaço urbano”, no qual debateu os processos de gentrificações e ações do coletivo para contestar tal fato.

Ambientes como bares, bibliotecas e livrarias têm sido importantes espaços desde o final dos anos de 1990 para ações culturais e políticas, em especial, os saraus poéticos. Um exemplo para a promoção de saraus é seguramente o bar do Zé Batidão (Zona Sul), onde surgiu o movimento cultural Cooperifa. Para D’Andrea (2013) os saraus fazem parte de um grande processo social, ainda pouco estudado, que auxiliou “na ressemantização do termo periferia e de ressignificação do fazer político nas periferias” (D’ANDREA, 2013, p. 26).

Podemos notar que territórios das periferias e centro(s) vão se conectando por uma extensa rede de ativismo, como explanado no caso dos encontros entre o Grupo Ururay e o Instituto Bixiga. Penso que muitas das conexões estão pautadas por agendas que permeiam “resistências” às opressões de gênero, raça, classe e renda

<sup>52</sup> A festa também foi um ato de repúdio às prisões de Janice Preta Ferreira, Sidney Ferreira da Silva, Edinalva Silva Pereira e Angélica dos Santos Lima. O evento contou com participações de políticos, como Eduardo Suplicy, e músicos que se apresentaram voluntariamente.

principalmente. Evidentemente que toda esta amarração é bastante complexa. O estabelecimento de diálogos dos grupos mobiliza representações, narrativas, dispositivos, imagens e são negociadas de inúmeras formas e em diferentes canais e formas de comunicações. Como forma de continuidade e fortalecimento o Instituto Bixiga tem estabelecido uma rede de parceiros, como instituições culturais do próprio bairro, caso do Museu do Bixiga, MUMBI; mas também outros como o SESC, Centro de Estudos Brasileiros (CEBRAP), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Memorial da Resistência.

Outra conexão que me deparei foi pelo motivo de em diversas ocasiões frequentar o bairro da Pompéia para assistir o “Festival Praça da Nascente” encabeçado por um coletivo local, o “Ocupe Abrace”. Neste festival conheci um ativista ambiental que mantém o projeto “Existe água em SP”, que atua em defesa das nascentes nas praças da cidade. O ativista possui estreito laço com a Aldeia *Tekoa Itakupe*, do povo Guarani *Mbya*, que se localiza no bairro do Jaraguá, Zona Oeste. Tanto membros do coletivo, quanto os próprios integrantes da Aldeia já intercambiaram visitas aos seus respectivos territórios.

Por conta do contato com este ativista visitei a Aldeia, participei de plantios coletivos, atividades culturais e mantive contato com pessoas, principalmente ligadas às causas socioambientais. Igualmente, estas pessoas também dialogam com os ativistas pelo “Parque Augusta” (localizado na Bela Vista). Inclusive tanto na Praça da Nascente quanto no Parque Augusta ocorreram embates contra construções de edifícios e torres em seu entorno, e em algumas ocasiões, os coletivos obtiveram êxito obstruindo a voracidade da especulação imobiliária, a qual possui imenso poder e tentáculos espalhados tanto nas redes privadas como instituições públicas. Vale novamente lembrar que a Agência Queixadas também possui parcerias com as lideranças Guaranis do Jaraguá.

A Repep possui diversos grupos de trabalho em distintos bairros de São Paulo e mantêm conexão entre si como forma de intercambiar ações. Também estabelecem diversas parcerias com movimentos sociais, como no caso da realização do “inventário participativo de referências culturais” do Minhocão, uma via elevada na cidade que se viu às voltas de um debate polarizado entre sua demolição ou construção de Parque Municipal (NITO, SCIFONI, 2018). No inventário é trazido as diversas narrativas e referências culturais de grupos que estão sujeitos à

*gentrificação*<sup>53</sup> do espaço, que pode ser entendida como: “a substituição de classes sociais no local, o enobrecimento das áreas centrais de perfil mais popular” conforme descreve a própria REPEP (2019, p. 14).

Foi por meio das minhas participações na Repep que conheci a Comunidade Cultural Quilombaque do bairro de Perus. Tal articulação com esta comunidade foi mencionada em uma reunião da Repep, em julho de 2019, por uma das integrantes da Repep que possui larga experiência como militante no bairro de Perus. Na ocasião ela mencionou que a Comunidade Cultural Quilombaque estava trabalhando com o que chamava de “turismo de resistência”. Tal expressão logo me chamou a atenção e assim liguei o radar de pesquisador. Curioso pelo tema fui indagar a ela mais a respeito. Importante salientar que o território de Perus possui um grande número de movimentos sociais, e mesmo a Comunidade Quilombaque já possui mais de 15 anos de existência atuando principalmente na área cultural.

Em setembro de 2019 a Repep marcou uma reunião no bairro de Perus. O intuito além de debater as pautas comuns da rede, era também de conhecermos e batermos um papo com integrantes da Comunidade Quilombaque. No dia da visita, ocorria uma aula de cursinho popular com alunos do bairro no espaço da Quilombaque. Neste dia, embora tenhamos tido uma participação muito breve, notei interesse dos participantes, os alunos, pelo tema do turismo, pois, à época, ainda que estivesse no início, a Comunidade Quilombaque já desenvolvia a atividade em seu território.

Coincidentemente, em outubro de 2019 recebi um e-mail do Professor Dr. Thiago Allis, do curso de Pós-Graduação em Turismo da EACH e tomei conhecimento de que a Comunidade Quilombaque iria recepcionar professores e alunos da Universidade Breda da Holanda. Fui convidado a participar dos encontros e a partir desse evento me aproximei mais dos trabalhos em território da comunidade. Neste encontro os estudantes holandeses ainda iriam de Perus ao extremo Sul de São Paulo, visitar o projeto Acolhendo em Parelheiros.

Estive no encontro de Perus durante a visita da Universidade de Breda que foi recepcionada pela a Agência Queixadas, empresa de turismo coordenada por jovens

---

<sup>53</sup> Frúgoli (2009) explora o conceito de “*gentrification*” no que diz respeito às mudanças que ocorreram no bairro da Luz, em São Paulo, cujo local vive processos de preservação patrimonial, intervenções urbanas e usos distintos por grupos sociais populares. O autor busca evitar “definições apriorísticas”; mas sim, por meio da etnografia tentar se aproximar de definições mais precisas (FRÚGOLI, 2009).

da Quilombaque. Nos encontros, tanto em Perus como em Parelheiros, jovens de ambos os bairros participaram como forma de intercambiar as experiências. Destaco que em outra oportunidade já havia conhecido o projeto de turismo em Parelheiros, que possui forte envergadura com a agroecologia e com bibliotecas comunitárias, diga-se de passagem, em um bairro periférico. Pude perceber o estreitamento de laços de jovens de regiões localmente muito distintas que se reconheciam de certa forma por conta de estarem atuando com o turismo, mas também pelas suas identificações com seus respectivos territórios periféricos.

Salienta-se que foi a segunda vez que a Universidade Holandesa foi intermediada pela Comunidade Quilombaque no Brasil. A comunidade tem se dedicado a estas experiências com grupos estrangeiros desde o ano de 2018, conforme explanado acima. Segundo uma fala de um representante do coletivo, foi apontado em uma *live* promovida pela Repep, em julho de 2020, que a Comunidade Quilombaque já recebeu mais de 30 países<sup>54</sup>. O que mostra que em curto prazo o coletivo tem tido sucesso e despertado interesse (mobilizado também) de outras pessoas por São Paulo, Brasil e mundo afora.

É perceptível que a rede do ativismo envolve não apenas coletivos e ativistas, mas um cabedal distinto de grupos e instituições, como bares, livrarias, espaços públicos, espaços comunitários, comunidades de bairro, grupos de pesquisa em universidades, instituições públicas, entre outros, que extrapolam lugares, territórios, formando conexões locais, nacionais e mesmo transnacionais. Arrisco-me a dizer que estas participações têm sido formas coletivas de produção de conhecimento ou experiências sobre a cidade, e o “fazer-cidade” conforme Agier (2015). Observações que se assemelham até mesmo a prática do fazer etnográfico, bem como da experiência que se tem dessa prática, o espaço público como experiência, lembrando o que diz Magnani (2009, p. 136).

#### **4.5. Das pautas de cultura ao *hackeamento* do turismo**

---

<sup>54</sup> Trecho extraído do debate promovido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial, “Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

O conhecimento construído sobre e na cidade é bastante diversificado sendo produzido por diversos grupos que a habitam. Agier (2015, p. 491) aponta que o “fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade”. Para este autor o fazer-cidade é uma declinação pragmática do “direito à cidade”. O fazer-cidade na perspectiva social, político e cultural evidencia formas de agir urbano que gera efeitos nos quais encontramos o direito à cidade, onde cidadãos podem ter “direitos de estar ali e levar uma vida urbana” (AGIER, 2015, p.493).

É possível perceber esse “agir urbano” por meio das expressões que os coletivos utilizam. Seguramente, muitas das expressões fazem referência à ausência do poder público ou à impetuosidade do sistema econômico. E é explícito que muitas vezes o Estado e o setor privado dão as mãos de diversas formas, por exemplo via especulação imobiliária, ou pela distribuição desigual de oportunidades de trabalho, de acesso a direitos constitucionais, como educação, saúde, cultura e lazer. Neste sentido, determinadas pessoas e coletivos criam muitas expressões que dizem respeito à prática, que remetem às “ações diretas” ou ao “faça você mesmo”.

Não foram poucas as vezes que escutei uma expressão usualmente proferida por ativistas em São Paulo: “a gente tá *hackeando* o sistema”. Sendo difícil saber quando surgiu ou mesmo sua proveniência, é uma frase emblemática que tem se tornado comum nas falas de ativistas da cidade. Tomada emprestada da área de tecnologia, o dicionário Michaelis classifica como:

“Indivíduo que se dedica a entender o funcionamento interno de dispositivos, programas e redes de informática com o fim, entre outras coisas, de encontrar falhas em sua segurança ou conseguir um atalho inteligente que possa vir a resultar em um novo recurso ou ferramenta.”

Um autor que vem se ocupando num estudo mais aprofundado, para além da perspectiva estritamente tecnológica, é Himanen (2001), pesquisador que se deteve, sob metodologia weberiana, estudar a ética dos *hackers* que se opõem à moral da sociedade contemporânea e espírito do capitalismo. Traz assim tonalidades mais sociológicas, filosóficas do termo (HIMANEN, 2001). Todavia, no caso aqui me parece diferente da tratada por este autor, ainda que ele traga perspectivas mais sociais de análise do termo *hackeamento*, para além de análises das tecnologias de informação. Sendo assim, parto aqui do termo *hackear*, especificamente do que se tem visto em



nossas realidades de militâncias e ativismos contemporâneos, trazendo a perspectiva destes atores.

O termo *hacker* ainda é de certo modo visto por boa parte da sociedade como algo pejorativo, negativo, associado a crimes, sobretudo, virtuais. Todavia, apropriações mais positivas têm sido utilizadas tanto por instituições da sociedade civil como instituições públicas, caso da organização de eventos como os *hackathons*, atividades com maratonas de programação realizados por interessados pelo tema da tecnologia. Como é uma discussão muito ampla no campo das linguagens de programação, fiquemos dentro do escopo proposto nesta tese a partir das falas de interlocutores e ativistas políticos.

Partindo das percepções “de perto e de dentro” dos coletivos tal frase pode ser compreendida no sentido de dominar o processo político, políticas públicas, metodologias, tecnologias, encontrar falhas e invertê-las em prol dos grupos sociais desassistidos. Dentre muitos ativistas que mencionam tal frase, além da citação no livro do Fórum de Cultura da Zona Leste (2019), foi em conversas informais com minha interlocutora da Agência Queixadas que escutei por vezes tal sentença, referindo-se a *hackear* o sistema, e numa oportunidade disse: “vamos *hackear* o turismo”. Inclusive adiante, em conversas por e-mail ela apontou e fez questão de fixar a autoria da frase.

Também, na Ocupação Matheus Santos no bairro do Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo, chamou-me a atenção o arsenal de expressões advinda de seus organizadores. No dia em que estive um dos organizadores da ocupação mencionou sobre os seus *hackeamentos*, e igualmente abordou inúmeras outras de igual impacto, como a “levantou, chuta”. A questão “não é só dar ideia” (como diz outra expressão periférica), a frase indica que se algum participante lançasse mão de alguma ideia deveria ter iniciativa de realizá-la.

Outra expressão comumente acionada por ativistas periféricos é o “*Nóis por nóis*”, que certamente é outro vocábulo popular e que denota a característica autonomista deste estilo de ativismo. A crítica subjacente à ausência do Estado na periferia é certamente uma manifestação desta ideia. No texto de Alves, Ferrari e Luando, do livro Fórum de Cultura da Zona Leste (2019), integrantes da Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim, explicam a respeito do “nóis por nóis”:

Percebemos que as mazelas das quebradas são praticamente as mesmas, entre elas a falta de investimento e centralização dos recursos públicos, e unir forças poderia nos garantir êxito na busca pela descentralização do orçamento público na área cultural da cidade [...] decidimos que não íamos esperar as políticas públicas chegarem prontas até nós (ALVES, FERRARI, LUANDO, 2019, p. 46).

O fato é que muitas dessas expressões são tomadas dos seus cotidianos, ou “re-contextualizadas” e redefinidas. O livro publicado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste (2019), com o título “Nenhum passo atrás”, conta uma história bem extensa a respeito da luta social de diversos militantes e é permeado por manifestos que apontam o conhecimento produzido, contendo larga história, pelos sujeitos que vivem nas periferias.

A Comunidade Quilombaque refere-se regularmente aos seus saberes como uma extensa produção de “tecnologias sociais”<sup>55</sup>. O grupo vem desenvolvendo e permanentemente renovando suas abordagens educativas que são construídas e reelaboradas no seu território. São muitas as frases que advém de movimentos de vanguarda do território, como a história dos “Queixadas”, trabalhadores da Fábrica de Cimento Portland que encabeçaram uma longa greve na década de 1960. De lá legaram a expressão “firmeza permanente” dos grevistas. A própria Quilombaque também se refere a sua prática pedagógica como a “sevirologia”, vista como uma metodologia que tem como princípio “se virar com muito ou pouco dinheiro” como diz uma integrante do grupo<sup>56</sup>.

Penso que não se trata de romantizar tal expressão, pois ao mesmo tempo que se aciona a atitude, também aponta as dificuldades, o que reforça a construção do termo periferia carregado de complexidade e contradições. É possível flagrar tal expressão proferida por ativistas de outros cantos da cidade, como por exemplo, por membros da Ocupação Ermelino da Zona Leste. E, em algumas a ideia de *hackear* o sistema foi mencionada por estes ativistas associando a estas metodologias e processos.

As redes e conexões da Comunidade Cultural Quilombaque são visivelmente extensas. Basta observar a composição de seus roteiros. Para a composição das sete trilhas realizadas no território, a Agência Queixadas conta com apoio de parceiros do

---

<sup>55</sup> Esta observação foi mencionada no curso “Tretas, tratos e tramas: gestão cultural e a construção de territórios educadores” promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo.

<sup>56</sup> Extraído do debate SESC IDEIAS - Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de jan de 2021.

território. As trilhas são nomeadas como: “Jaraguá é Guarani”, “Ferrovia Perus-Pirapora”, “Memória Queixadas”, “Ditadura Nunca Mais”, “Reapropriação e Ressignificação dos Espaços Públicos”, “Perusferia Graffiti”, “Trilha Comuna da Terra”. Além dos indígenas Guaranis, o coletivo conta com parcerias de lideranças da greve dos Queixadas, apoio de artistas locais, como do espaço Canhoba – Pandora ligado ao teatro, membros da 1ª Casa de Hip Hop de São Paulo, cujos espaços são ocupações culturais. A Trilha Comuna da Terra conta com apoio do primeiro assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na cidade de São Paulo, batizado de Assentamento Irmã Alberta em Perus.

**Imagem 8 - Grafite de liderança Queixada, João Breno, na Sede da Comunidade Quilombaque.**



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Nos grupos relacionados ao patrimônio além de conhecidas táticas como abaixo-assinados e manifestações públicas, atualmente, seus militantes fazem uso

também da produção de inventários participativos, que mesclam participações de técnicos e não especialistas (REPEP, 2019). Nito e Scifoni (2018) entendem que a educação patrimonial pode ser também “uma forma de ativismo que toma como tática essencial a educação voltada a colocar em evidência outros patrimônios possíveis, mais próximos do cotidiano e do trabalho das classes populares” (NITO, SCIFONI 2018, p. 84).

Também como táticas, outros grupos tem utilizado performances de ação política transpostas dos movimentos ambientalistas, caso das correntes humanas e abraços simbólicos, principalmente no entorno de equipamentos, edifícios, praças, casas, vilas, árvores que possuem forte referência cultural. Recentemente, no ano de 2019, notamos algumas reações, ou “abraços simbólicos”, contra a demolição de espaços icônicos, alguns deles públicos, como foi o caso do processo de reurbanização do Vale do Anhangabaú no qual um grupo de skatistas realizaram uma grande corrente humana, bem como em ação coordenada pelo Grupo Ururay no caso da Vila Operária João Migliari, no bairro do Tatuapé, Zona Leste de São Paulo, demolida para a construção de projetos imobiliários.

Diferentemente das áreas centrais que são mais valorizadas em acesso aos serviços públicos; pelo contrário, as periferias legaram a luta por uma série de direitos destes serviços, os quais lhes têm sido recorrentemente negados (RAIMUNDO, 2017 p. 57). E coletivos culturais vem encampando a luta neste campo com vistas a mudar o cenário que se configurou historicamente. Assim estes grupos vêm questionando de longa data a distribuição desigual de espaços públicos culturais na cidade, e até indo além de reivindicar tais dispositivos.

Deste modo, é importante apontar que a área da “cultura” para muitos grupos localizados nas periferias tem operado de distintas formas. Como aponta Raimundo (2017, p. 26) “festa e cultura” que antes eram destinadas a poucas frações da sociedade, agora, pela via de movimentos periféricos, são acionadas por outros formatos, por exemplo, pela ação política.

Outra questão relacionada aos coletivos que se localizam nos bairros periféricos, é que estes constantemente se deflagram com o dilema dos debates que colocam em choque suas demandas urgentes (necessidades básicas de determinado momento) com questões que foram consolidadas por meio do histórico de suas lutas circunscritas. Quando se instaura uma crise é perceptível que territórios os quais

possuem mais experiências em articulações com outros atores conseguem avançar e solucionar determinados problemas com mais celeridade. De todo modo, é evidente que uma das principais demandas dos grupos localizados em tais territórios é assinalar a cultura como um direito social, para além da falta de acesso, a ausência, a carência nestes territórios, como indicado nos trabalhos de D'Andrea (2013) e Raimundo (2017).

Segundo D'Andrea (2013) é a partir de meados dos anos de 1990 que ocorre um processo de crescimento exponencial de coletivos nas periferias da cidade os quais passaram a promover atividades artísticas (D'ANDREA, 2013, p. 181). Desde os anos de 1990, estes grupos vêm discutindo a cultura não apenas no sentido de lazer, entretenimento, fruição; mas também como elemento de desenvolvimento econômico em seus territórios. E a partir daí que a cultura passa a ser vista não apenas pela chave do lazer, mas com outras tantas possibilidades, por exemplo, como um elemento de promoção de renda, inclusive para evitar deslocamentos pendulares, marca das mobilidades (e imobilidades) de moradores da Periferia.

A partir de alguns êxitos diante das experiências e aprendizados com as muitas lutas os grupos passaram a se instrumentalizar gradativamente. Um dos membros da Quilombaque em curso realizado pela própria comunidade virtualmente com parceria com o CPF-SESC nos relatou sobre a importância de se falar que cultura também é trabalho. O mesmo palestrante ainda falou da questão utilizando como argumento para desmistificar a periferia como bairro dormitório. Esta premissa desconsidera a pujança cultural construída por meio da sociabilidade e vivência periférica, e conseqüentemente a produção cultural como potência de trabalho.

A cultura como ofício possibilita que muitos moradores não necessitem atravessar a cidade para chegar a um trabalho. Tal apontamento também foi feito na *live* "Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural" promovida pela Repep<sup>57</sup>. Todavia, a extensa fala a seguir explanada pelo integrante do Ururay na mesma *live* explica de maneira profunda esta questão:

---

<sup>57</sup> Extraído do debate promovido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial, "Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

O Ururay foi um dos grupos contemplados com a lei de fomento a periferia. Nós através dos cálculos que nós fizemos com o dinheiro que nós pegamos do fomento o quanto que a gente gerou de empregos e de recursos para os coletivos e grupos que participaram das nossas ações. Esse dinheiro acaba gerando mais dinheiro, porque ele circula entre os grupos. Um exemplo: nós fizemos com esse recurso o Festival do tombamento, foi um festival com a lei. A gente selecionou quatro lugares onde tinha espaço público, espaço tombado e fizemos um evento musical nesse território, um exemplo é Itaquera. Em Itaquera a gente tem a Casa Raul Seixas, que é uma antiga sede de uma fazenda tombada pelo DPH, um bem público, que é antiga Fazenda Morganti. Onde tudo é Cohab 2 era fazenda. Fizemos um roteiro, organizamos um roteiro onde a gente sai e nesse roteiro a gente passa em alguns pontos da Cohab 2 falando da antiga fazenda. Visita uma horta de uma moradora, uma horta orgânica que ela criou. Organizamos na casa de cultura um festival de música onde a gente trouxe artistas, pagamos cachê do dinheiro do fomento à periferia, a gente pagou, são artistas da região que a gente trouxe. Fizemos um almoço, servimos para as pessoas que participaram do roteiro. Esse almoço foi feito com a compra de comida da horta dessa mulher que tem a horta orgânica, gerando dinheiro pra essa mulher. Contratamos as pessoas que fizeram a comida, e oferecemos a comida para quem participou do festival do tombamento. Fizemos uma exposição com tecidos, esses tecidos que foram feitos a exposição de fotografias com imagens antigas da região. Esses tecidos depois a gente transformou estes tecidos em bolsas, que passou a ser dos próprios, tanto dos funcionários da casa de cultura, e os que frequenta a casa de cultura. Quer dizer os próprios recursos que a prefeitura cede pra um grupo, pra um coletivo de cultura, esse dinheiro acaba gerando outras ações, acaba fomentando outros eventos. Por isso que quando a gente vai brigar por mais verba pública, querendo mais projetos que acolhe e incentive grupos da periferia que esse dinheiro que vai pra esses grupos da periferia, eles acabam circulando e gerando mais recursos na comunidade. É isso que os governantes não veem. E quando eu vejo uma fala que é pegar dinheiro público. Não é dinheiro público! Esse dinheiro acaba gerando mais dinheiro pro próprio cofre público e depois volta. É essa lógica que a gente tem de começar a pensar<sup>58</sup>.

O Movimento Cultural Penha e o Grupo Ururay têm dado destaque ao desenvolvimento local de seus territórios e acionado a cultura via projetos e eventos na Zona Leste. Passaram, posteriormente, a utilizar o turismo social como prática de suas ações, estabelecendo parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Adiante, também passaram a acionar o turismo de base comunitária. Importante dizer que alguns membros de seu grupo possuem formação na área de guia de

---

<sup>58</sup> Extraído do debate promovido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial, “Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 17 de maio de 2022.

turismo, assim como também ocorreram diálogos com turismólogos ligados às discussões de turismo de base comunitária em muitas das suas promoções.

No que tange às dificuldades, não somente na periferia, mas trabalhadores da cultura do centro de São Paulo também passam por contratempos semelhantes. Tal como foi registrado no inventário do Minhocão os trabalhadores da cultura, como os das “artes cênicas e visuais, música, performance”, inseridos no contexto de artes não glamourizadas em seus territórios, apontados como grupos sociais vulneráveis à *gentrificação* do local (NITO; SCIFONI, 2018, p. 89). Entretanto como nos lembra as próprias autoras do texto, a presença dos grupos ligados à cultura no centro apresenta ambiguidades, tendo em vista que historicamente suas presenças como “meio cultural agitado” nestes locais transformam em “ativos atrativos à especulação imobiliária” (NITO; SCIFONI, 2018, p. 89). Podemos notar uma crítica subjacente ao turismo também, onde o substrato cultural passa a se tornar um “atrativo” para a localidade, cujo acontecimento provêm de discursos e práticas que envolvem instituições privadas e públicas.

Por fim é importante dizer que ainda que as atividades culturais não sejam a única forma de subsistência, elas passam em meados dos anos 2000 a serem vistas como um importante meio de sustento local e territorial. Outras atividades econômicas tem sido acionadas pelos coletivos, como agroecologia, gastronomia, projetos que envolvem o meio ambiente como a coleta seletiva, finanças sociais, tecnologias digitais. Entre tantas atividades, o turismo surgiu como mais uma alternativa compondo a diversidade de produções por estes grupos sociais. Diante o turismo iria aparecer nas falas, nas ideias e nas ações de muitos grupos sob arguição semelhante às que levaram a pensar o caso da área cultural.

Coletivos também apontam para desmitificar a ideia dos bairros dormitório, pois sendo a cultura também trabalho, a geração de renda pode advir de atividades como o turismo. Ou seja, a “periferia nunca dorme”, canta em um samba Tiarajú Pablo D’Andrea. Pela via de muitos projetos culturais na periferia, e agora o turismo em seus territórios, realizados nestas últimas décadas, essa ideia de bairro dormitório tem sido desmistificada. E reitera-se o que o Grupo Ururay apontou em como as atividades culturais auxiliam a capilarizar verba entre seus parceiros locais, promovendo atividades que proporcionam gerar renda para os moradores locais.

Contudo, conforme aponta Almeida e Jesus (2021, p. 63) é preciso garantir condições materiais mínimas às pessoas envolvidas com atividades de cultura, que vivem em regiões onde a renda per capita ainda é muito baixa, principalmente nas periferias. Almeida e Jesus (2021) salientam a necessidade ainda da criação de espaços de autogestão, pensamento crítico e a instituição de políticas públicas (ALMEIDA E JESUS, 2021, p. 63). A cultura tem sido um veículo para se pensar novas estratégias de desenvolvimento e difusão dos saberes produzidos em territórios periféricos ou espaços da região central onde localizam-se grupos invisibilizados. Entre estes veículos o turismo é um deles, e tem sido pensado, em muitas ocasiões, com postura contra-hegemônica. E entendendo como possibilidades, os ganhos com o trabalho advindos de atividades de lazer e turismo são igualmente coletivos.

O centro de São Paulo é um espaço de longa data inserido nas divulgações dos órgãos oficiais de turismo da cidade. Historicamente muitos territórios têm sido sufocados pela história oficial, como os territórios negros que foram suprimidos pelo “estigma eurocêntrico” (ROLNIK, 2017, p. 206). Diante do apagamento desta história diversos grupos vêm utilizando o espaço público para promover passeios que incluem a problematização destes espaços. Desse modo, a atuação de coletivos vem questionando de maneira contumaz esta forma de se olhar para a história da cidade, permeada principalmente por visões incompletas e recheada de estereótipos. Como nos diz Chimamanda Ngozi Adichie (2009) “o problema dos estereótipos” é que “eles fazem uma história tornar-se única”. São produzidos assim, deliberadamente, esquecimentos.

Outrossim, como lembra o historiador indígena Santos (2020), ao tratar da história de São Paulo, este ressalva a importância dos símbolos culturais legados pelos povos originários, população negra e nordestinos na formação da cidade. Assim este pesquisador afirma que é preciso “decolonizar os olhares e o espírito” (SANTOS, 2020, p.21). E os movimentos sociais na periferia tem promovido essa “virada cultural, afetiva, talvez cosmológica” já de algumas décadas, como referido acima por D’Andrea (2013).

O turismo como um “passeio passivo” é por vezes criticado, ao que é sugerido também a fruição mais participativa de seu público. Fica exemplificado em uma fala de uma integrante do coletivo História da Disputa e Disputa da História (HDDH) em *live* promovida pelo SESC em 20 de outubro de 2020. O turismo para esse coletivo



não era de intuito do grupo, mas, posteriormente, surgiu como um espaço de atuação que, segundo a idealizadora, o coletivo “encontrou bastante potência”. Ao se referir sobre passeios turísticos no centro, ela aponta que turismo histórico ainda é “aquela coisa fechadinha, menos crítica, tanto da pessoa que apresenta, quanto do público que participa”. Na mesma *live*, a integrante do grupo sugere a importância da corresponsabilidade das pessoas que participam de um evento, tal como é citado um passeio no centro, em que o grupo presente passou a entender que um tipo de passeio como esse “não é passivo, não era apenas uma apresentação”<sup>59</sup>.

No caso das periferias o estereótipo de “lugar violento” é debatido por muitos grupos, e até mesmo utilizado em roteiros, como no caso da Agência Queixadas, empresa de turismo coordenada por membros da Comunidade Quilombaque. Assim membros desta agência fundaram o que chamam de “turismo de resistência”. Se a história da periferia é marcada pela resistência, pela autonomia, pelo esquecimento, não é de se surpreender que o que se tornaria seu principal “atrativo de turismo” (em que pese as contradições desta afirmação e adiante irei debruçar mais) viessem de suas lutas históricas e vivências cotidianas. A coordenadora da agência, inclusive na mesma *live* promovida pelo SESC, citada acima, para além de apenas adjetivar o “turismo de resistência” explica que:

Quando a gente fala em turismo de resistência é uma coisa que não tem bibliografia ainda, embora eu faça... Parelheiros faça, a Aldeia Indígena faça, todo mundo faz turismo de resistência, mas ainda não tem essa bibliografia, então essa contribuição com essa galera que vem pra cá e estudar e tem que depois entregar um produto pra universidade pra gente é muito importante.<sup>60</sup>

Nesta *live*, a coordenadora da Agência Queixadas ainda aponta a necessidade de, a partir dos próprios sujeitos do território, escrever o que é o turismo de resistência, e como este se diferencia do turismo de favela, segundo ela, e finaliza arrazoando algumas críticas ao turismo, em linhas gerais, pois “vamos revolucionar inclusive a

---

<sup>59</sup> Extraído do debate SESC IDEIAS - Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

<sup>60</sup> Trecho extraído do debate SESC IDEIAS - Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

metodologia do turismo, porque o turismo, ele também engessa”<sup>61</sup>. Semelhante a opinião da integrante do coletivo HDDH, a fala da coordenadora da Agência Queixadas demonstra a possibilidade de experiências que atividades de turismo revela.

Igualmente, se nota que “resistir”, “ocupar”, “revolucionar”, também “*hackear*” completam um rol de verbos e auxiliam a explicar as práticas destes ativistas. Nas oportunidades que tive de conversar com membros da Comunidade Quilombaque, uma das diversas justificativas de adotar o turismo como mais uma atividade é seguramente a componente desenvolvimento local. Mas, a prática do turismo é completamente envolta às ações políticas, a começar pelo nome de sua agência, uma das maiores greves da história do país, as trilhas que remetem a apropriação do espaço público, movimentos que surgiram nas ruas, como o hip hop e o grafitti.

Lugares são performados, nem sempre encontrados como aponta Allis et al (2020, p. 280). Tal como apontada pela ativista do História da Disputa, Disputa da História, assim como a Agência Queixadas vai demonstrando como tem ressignificado lugares, pessoas e memórias. Na mesma *live* citada acima, a coordenadora da Agência Queixadas demonstrou possíveis conectividades entre o coletivo História da Disputa e Disputa da História, abordando que a trilha realizada em Perus chamada de “Ditadura Nunca Mais” possui profundas relações com o Memorial da Resistência que abriga as dependências do antigo DOPS (Departamento Estadual Ordem Política e Social de São Paulo).

Em muitos encontros a expressão turismo na periferia tem sido arrolada nos debates dos ativistas. No Podcast “Turismo e Mobilidades”, coordenado pelo Professor Dr. Thiago Allis, o idealizador do projeto “Caminhada das Quebradas” menciona a importância da afetividade com a paisagem periférica a partir das caminhadas, pois “ali também tem a sua história, tem a sua identidade, ali também pode ser turístico”<sup>62</sup>. Tal frase dita pelo mesmo coletivo, eu já havia escutado na Semana do Caminhar de 2019 promovida pelo Sampapé. E é uma citação que

---

<sup>61</sup> Trecho extraído do debate SESC IDEIAS - Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

<sup>62</sup> Trecho extraído do Podcast “Turismo e Mobilidades”, coordenado pelo Professor Thiago Allis, EACH-USP, episódio “Mobilidades na periferia: Caminhada das Quebradas. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4LWYORTpejQFtAlpVKjQix>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

expressa certamente a estética produzida pela e na periferia que ganhou contornos de grande relevância política.

Deste modo, nota-se que o turismo vai sendo incorporado em práticas e discursos de comunidades e territórios em São Paulo. Este acionamento acontece de diversas formas: ora ele é criticado, como algo que promove esquecimento, reforça estereótipos, imobiliza, promove desigualdades; mas também é visto como potencial mediador, difusor das culturas e práticas territoriais, uma estratégia para ação educativa, uma tática, e também como possibilidades para subsistência econômica. Isso parte de suas experiências locais, encorpando ideias e diálogos, as intercambiando entre coletivos e outros grupos sociais e distintas instituições as quais estabelecem importante conectividades para sobreviverem e meio a intensidade do poder econômico capitalista.

O conhecimento promovido por meio das redes dos movimentos também tem auxiliado na construção tanto de pequenos negócios territoriais, como também de políticas públicas. E deste conhecimento vem surgindo a parceria para a promoção de diversas atividades, como o turismo, cuja ação envolve distintos atores, como moradores, pequenos empreendedores, funcionários públicos municipais e universidades, para citar alguns. Transformando os seus territórios em espaços de educação pública, utilizando a cultura e também o turismo como mediadores, auxiliando na desconstrução de saberes colonizadores e promovendo cidadania.

**Imagem 9 – O Coletivo Caminhada das Quebradas na Semana do Caminhar promovida pela Ong Sampapé.**



Foto: Paulo Tácio, 2019.

Sobre estratégias e parcerias, uma questão relevante é discutida por Carlos et al (2017, p. 362), pois diversas pesquisas apontam que não se pode reduzir movimentos sociais à política de confronto, porque nem sempre estão em relação de conflito com os detentores do poder. Em uma sociedade complexa, em algumas ocasiões, eles cooperam com o Estado na implementação de políticas públicas. A ação dos movimentos sociais causa diversos efeitos políticos, caso das políticas públicas analisadas por Carlos, Dowbor, Albuquerque (2017).

A periferia produz conhecimento, ao acompanhar estes coletivos isso fica de certo modo evidente o mundo pensante e atuante que reluz diante de nossos olhos. Bom apontar que Freire-Medeiros e Name (2019, p. 166) ao tratar do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, também recomenda que podemos nos desprender da imposição da racionalidade técnico-científica para nos fixarmos em análises mais relacionais visando a importância dos saberes comunitários. Este conhecimento pode ser visto por meio das expressões, adjetivações, nomeações de projetos, mas principalmente e essencialmente captado pelos verbos que nos denotam a agência (Magnani (2018). Como no caso de *hackear*. E me provocou a pensar como distintas estratégias de *hackeamento* do turismo. Entretanto, debaterei com mais profundidade sobre tais verbalizações no capítulo 6.

#### **4.6. Resistências, negociações e conflitos**

Algumas questões, talvez, apontem como chaves para entender o processo de construção desse conhecimento. Talvez quando observamos sobre formas subjacentes de “resistir” e ter liberdade. Resistir é o coro entoado, mencionados diversas vezes que compõem uma série de locuções adjetivas: como “espaços de resistência”, “espaços de adaptação”. Resistir contra os poderes econômicos do sistema, contra a opressão (ou esquecimento) do Estado, contra a produção de estereótipos, inclusive reforçado por muitas atividades como o turismo, por exemplo.

Interessante notar quando é acionada a ideia de “liberdade”, pois esta, geralmente, vai de encontro (e antagoniza com) a tutela do poder público, ou mesmo a dependência dele, ou de outras instituições, tais como organizações da sociedade civil como organizações não governamentais (Ongs), empresas privadas, entre outras. Em um evento no CPF-SESC com o Instituto Bixiga foi falado sobre a

importância de ser independente de instituições. Seus integrantes precisam arcar e manter o espaço com recursos próprios, afirmando que o grupo tem relativa liberdade por não estar subjugado a uma empresa ou as diretrizes de um determinado governo.

Entre tantas pessoas e coletivos com formações, experiências e saberes bastantes diferentes é certo que o diálogo em muitos casos é permeado por conflitos. No caso dos ativistas que estão ligados às universidades, embora notamos que existem muitas parcerias entre grupos de territórios com algumas diferenças, ocorrem constantemente linhas de tensões. Em geral é mencionado em diálogos o isolamento acadêmico, a dificuldade da comunicação científica, o elitismo, a universidade como um espaço de “brancos”, entre outras questões, que infelizmente marcam esse ambiente. E isso é compreensível e precisa ser mudado, pois a universidade não pode continuar a reproduzir as desigualdades.

Inclusive, nesta pesquisa de doutorado confesso que tenho tido cada vez mais dificuldade de me apresentar com a chancela de “doutorando”. Embora conheça muitos dos lugares que aqui foram abordados, seja no centro ou nos bairros periféricos, evidentemente que outros são novos para mim. Em muitos casos escuto críticas diretas das quais mencionei, algumas apontadas com bastante energia e descontentamento. É o que Marcus (1995) indica ao afirmar que em certos momentos da mobilidade do trabalho de campo parece que estamos trabalhando com; e em outras ocasiões, parece que estamos contra (MARCUS, 1995, p.113-114). Afirmando, que comumente é bastante difícil discordar de meus interlocutores, principalmente, os que habitam nas regiões em que nem o poder público é presente, e nem mesmo a universidade se faz presente.

Nos coletivos há uma certa tensão nos usos do turismo, no sentido de ser uma atividade econômica (inclusive é sempre bom lembrar que ele surgiu com o advento do capitalismo) a qual aparece nos discursos de quem os vê como algo positivo ou os critica. E não é porque os coletivos se apropriam de uma atividade como o turismo que foi gestado nos preâmbulos do sistema econômico vigente, que não vão deixar de ter uma postura crítica. Como na fala de um integrante da Quilombaque ao se referir sobre seus projetos culturais e de turismo:

Faz frente direta contra à especulação imobiliária que é um formato de gestão que a cidade vem fazendo. Um novo formato de desenvolvimento é construir empreendimentos em lugares verdes, por

isso que a gente fez uma concepção desse museu pra tentar enfrentamento direto com a especulação imobiliária. Infelizmente a gente não tem dinheiro né, mas com essas questões a gente tenta breicar isso, por isso que quanto mais pessoas conhecerem nosso território, mais forte a gente fica, pra tentar amenizar esse impacto que vai causar muitos danos pra nossa região, e passa por cima de patrimônio, passa por cima de memória, de história, não quer saber, o capitalismo é cruel e eficaz, ele mata mesmo. A nossa luta é contra isso, por isso que a gente faz todo esse movimento de preservação, desse território, que é um território de luta.<sup>63</sup>

É certo que estas construções e opiniões em relação ao turismo são bem diversificadas entre os coletivos, dado certamente pela sua diversidade, pluralidade de opiniões e visões de mundo. Isso ocorre com o tema patrimônio cultural, onde há ativistas, coletivos e movimentos de defesa com opiniões distintas e até mesmo opostas sobre o que deve ou não ser preservado. Como assinala Agier (2015) a construção do fazer-cidade é relacional, e feita no dia a dia dos cidadãos. É uma relação composta de desafios, concordância e contradições. Há coletivos, mesmo periféricos, que terão visões diferentes sobre o turismo, sejam elas progressistas, liberais, entre outras. Não se trata por exemplo de novamente homogeneizar a periferia, ela possui sua diversidade, inclusive de opiniões (D'ANDREA, 2020).

Por fim, é importante mencionar que os coletivos, em algumas ocasiões, têm causado estranhamento a alguns profissionais de turismo. Em determinados momentos flagrei críticas ou pequenos apontamentos sobre de quem tem a habilitação profissional para realizar um passeio em um espaço público e conduzir grupos. Ainda que foram poucas as vezes que me deparei com esse conflito, acredito ser interessante investigar esta questão com mais afinco. Em um depoimento escrito nos comentários da Política de Turismo da Cidade de São Paulo no site da Prefeitura Municipal de São Paulo foi escrito o seguinte:

coletivos, arquitetos, historiadores... não são guias de turismo por isso não devem realizar roteiros turísticos pela cidade. A não ser que organizem o passeio, mas contratem guias de turismo para

---

<sup>63</sup> Trecho extraído do debate promovido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial, "Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

acompanhá-los. Deve haver fiscalização e campanhas de informação ao turista para eles não comprarem de piratas. Consumo consciente.<sup>64</sup>

A autora se identifica como Guia de turismo oficial, referindo-se à necessidade de possuir cadastro de prestador de serviços turísticos (CADASTUR) e carteirinha oficial de Guia de Turismo. E destaca que quem não possui tais documentos é classificado como “piratas”. Porém, muitos ativistas têm procurado solucionar isso estabelecendo parcerias com guias de turismo, ou mesmo procuraram a formação da área. Assim, são formadas algumas negociações, embora, acredito que desentendimentos dos mais variados sempre podem ocorrer.

Linhas fronteiriças, debates e outros atritos também podem ser identificados na relação entre estes movimentos sociais, ativistas, coletivos e outros atores. Observações que só podem ser flagradas quando se olha com mais foco. Quando há de turismo nos movimentos sociais, parafraseando uma pergunta de Allis (2016, p.112) e quanto se tem de atrito nestes encontros pode produzir uma reflexão mais urgente. Talvez estes grupos superem a ideia cristalizada de que turismo se realiza nos espaços centrais ou onde se localizam projetos urbanos produzidos exatamente para a realização do turismo dito oficial. Os movimentos têm construídos seus roteiros, mas não apenas, têm produzido ideias, sentidos, tensões em relação a atividade que vão além de vender um pacote. Contudo, há inúmeros conflitos e dissensos entre os mesmo coletivos e ativistas, divergências em relação a pensar o patrimônio cultural, e até mesmo o turismo.

Deste modo, notamos que é na realidade das construções físicas dos lugares, das narrativas partilhadas, das contradições e da pluralidade de comunidades, coletivos, grupos de ocupação do espaço público que podemos aprender e compreender um pouco das experiências cotidianas coletivas. São ações contínuas e descontínuas que envolveu explorar um lugar, anotar, ver, refletir, compreender e aprender as variadas metodologias, intercambiá-las, as quais auxiliam a construir o fazer-cidade destes cidadãos (AGIER, 2015).

---

<sup>64</sup> Informação extraída da Política de Turismo da Cidade de São Paulo da Secretaria de Turismo de São Paulo. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/politica-municipal-turismo>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

## CAPÍTULO 5 – EIS UMA PANDEMIA: DO ESPAÇO PÚBLICO AO CONFINAMENTO

Neste capítulo tentarei expor algumas impressões sobre as atividades que envolveram movimentos sociais, turismo e lazer quando do advento da Pandemia. O processo metodológico desta pesquisa no que diz respeito ao trabalho de campo corresponde, em uma primeira oportunidade, ao uso do conhecimento prévio de determinadas ações coletivas pelo pesquisador, consistindo de atividades de pré-campo antes do ano de 2019, conforme apontado na introdução. No ano de 2020 a ideia seria uma imersão mais profunda nas atividades em espaço público junto aos ativistas e coletividades. Todavia, parafraseando Chico Buarque eis que chegou a “roda viva pandêmica e carregou ou transferiu o campo para as ações online”.

Deste modo, tal fato ocorre logo após a Organização Mundial da Saúde apontar como uma Pandemia a disseminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2). As primeiras ações da OMS foram estipular as medidas protocolares que foram chamadas de “não farmacêuticas”, sendo elas: a proteção individual, a restrição de viagens e o distanciamento social. Estes atos afetaram diretamente o turismo e o espaço público, causando impactos sem precedentes às pessoas de todo o planeta.

O futuro do turismo foi uma das perguntas que muitos dos profissionais da área, bem como integrantes dos grupos dos quais participo, reiteraram insistentemente nos primeiros dias. O próprio turismo, em alguns casos, foi tratado como “vilão”, ou como “um dos culpados”, tendo em vista que por meio dessa atividade, pessoas (turistas) “disseminavam o vírus” por todos os cantos do planeta. Formularam-se teses conspiratórias, imputaram-se culpa às coisas, aos países, como por exemplo, à China.

Logo nas primeiras semanas, em que as restrições passaram a ser uma realidade, uma série de textos, artigos *fast-tracks*, mas, dado o contexto e mídia da vez, principalmente inúmeras *lives* foram sendo produzidas. No início trataram de especular sobre o turismo “pós-Covid”, sem mesmo ter a mínima ideia de quanto viriam esses “pós”. Aos poucos, passados os meses, tal temática foi diminuindo paulatinamente. Muitos apontaram a pressa para sentenciar sobre o destino do turismo como um exercício de “futurologia”. Outra frase (ou *slogan*) recorrentemente afirmada no início da pandemia, advinda de empresários do setor, com intuito de que as pessoas não desistissem definitivamente de suas viagens, sentenciava: “não cancele, remarque”!



A internet sentiu o peso do excesso de vídeos que foram gradativamente sendo subidos. Postagens, *hang outs*, salas de vídeo, ensino à distância e as *lives*, entre outras tantas possibilidades de comunicação online entraram intensamente no vocabulário comum das pessoas. Deste modo, o excesso de informação também trouxe consigo muita ansiedade, controvérsias, novidades e, certamente, um problema sintomático dos tempos que são as *fakenews*, quem em tradução para o português significa “notícias falsas”. Ainda sobre meios de comunicações notou-se uma excessiva, mas não diferente dos tempos atuais, polarização de discursos, inclusive alguns alimentados pelo próprio presidente em exercício: é crise ou histeria? Economia ou saúde? Trabalho ou fico em casa? Uso máscara ou não uso? A culpa é da China ou EUA?

### **5.1. Turismo imobilizado?**

Para além dos grandes capitalistas da área, os pequenos negócios, coletivos e comunidades ligadas principalmente ao turismo de base comunitária, turismo social, tiveram que se organizar para se desvencilhar da chegada do vírus, assim como adveio a preocupação de como iriam sobreviver após a crise que se instalava. Ativistas e militantes passaram a se preocupar com a crise econômica e as possibilidades de fortalecer redes de solidariedade para a salvaguarda destas pessoas.

Redes de apoio e solidariedade às comunidades mais pobres, que bem antes da Pandemia já eram consolidadas, cresceram, agora, principalmente via *Facebook*, *Whatsapp*, e demais redes sociais na internet. Um dos casos mais representativos na cidade de São Paulo foi o da comunidade de Paraisópolis que se destacou pela organização comunitária. É importante notar que tal bairro já dispunha de um repertório de práticas participativas. Até mesmo experiência com turismo, conforme foi estudado por Borges (2012). Como estratégias, a comunidade chegou a contratar ambulâncias, bem como médicos e socorristas; estabeleceram parcerias com instituições privadas para obtenção de testes para o coronavírus; designaram presidentes de rua que tinham diversas funções, entre elas, conscientizar a própria população; criaram iniciativas ligadas a geração de renda, obtenção de doações, entre muitas outras tarefas.

Muitos pesquisadores e ativistas ligados a temática do TBC mostraram-se preocupados com um curioso crescimento de “previsões astrológicas”, “futurologistas”, que foram disseminadas por meio de vídeos, *lives*, *webinars*, cujas análises tentavam apostar sobre o cenário pós-pandemia, crise, recessão. Alguns já vaticinavam que o turismo de base comunitária terá uma grande oportunidade de se erguer ou reerguer. Outros, mais cautelosos, preferiram não tecer comentários no momento.

Chamou-me atenção a fala de um militante que escreveu em uma postagem em um grupo de *whatsapp* em que participo que tem como tema o turismo de base comunitária: “O TBC sempre esteve na recessão”<sup>65</sup>. A resposta era uma crítica a uma palestrante do Sebrae que abordou o tema TBC em sua palestra, mas pecou, segundo a crítica do autor, por seguir uma análise muito simplista sobre o tema. Segundo o autor da postagem a fala da palestrante levaria a pensar que o TBC deveria se ajustar ao mercado, além de usar dados de segmentos do turismo que até são diametralmente opostos ao TBC.

Muito se tem falado sobre o impacto do vírus nas classes mais baixas, e rapidamente uma produção intelectual foi produzida para dar conta do problema. Nestas classes sociais advém também questionamentos da dificuldade de dialogar com mais proximidade sobre a gravidade da situação, uma vez que a linguagem científica está bem longe de trazer uma percepção real do perigo. As comunidades, movimentos sociais e coletivos diante de suas experiências anteriores, promoveram diversas estratégias para a superação da falta de recursos, mas principalmente da escassez de políticas públicas causadas pela austeridade presente nos governos neoliberais. Os danos causados a estas comunidades certamente recaíram aos grupos sociais mais vulnerabilizados.

Passado meses de quarentena uma aparente prudência, ou algum arrefecimento das previsões sobre o futuro do turismo cessaram, ou diminuíram. Era necessário pontuar o que fazer. Deste modo, surgiram propostas de instituições como no caso da Organização das Nações Unidas (ONU), e respectivamente pela governança de países. A criação de protocolos e selos foram aos poucos tomando

---

<sup>65</sup> Relato extraído de conversa em grupo do aplicativo *Whats App*.

espaço, para além de mudanças estruturais em espaços urbanos no sentido de mitigar os efeitos negativos da pandemia.

## 5.2. Movimentos sociais: mobilizando na imobilidade

Por conta de muitas décadas de ação dos movimentos populares foi possibilitado adquirir uma valiosa experiência em transmitir conhecimentos entre gerações, o que possibilitou ações mais efetivas contra a morosidade do Estado em momentos que se pedia celeridade. Outro ponto é que muitos destes grupos têm passado por longo período de escolhas que envolvem a urgência de direitos básicos e o desenvolvimento de projetos consolidados, entre o que havia sido ganho por meio de lutas históricas e a sua continuidade, bem como questões fundamentais de sobrevivência. Certamente, ocorreram “mobilidades ocultas” (CARNEIRO, ALLIS, 2021, p. 2) dependendo do contexto, atuação e território.

De início foi perceptível notar que nos coletivos ocorreu um choque geral, evidentemente pela situação ser praticamente nova a toda a humanidade. Entretanto, em seguida, muitas comunidades e coletivos, principalmente os localizados nos bairros periféricos, passaram a atuar como catalizadores de doações, inclusive transformaram seus espaços em pontos de arrecadação e distribuição de alimentos para comunidades de seus territórios, como no caso da Comunidade Quilombaque que cedeu seu espaço para recolher cestas básicas e distribuí-las<sup>66</sup>. Estes espaços, “*immobile plattaforms*”, “*moorings*” conforme Urry e Sheller (2006, p. 209), traduzido como “ancoradouros” por Freire-Medeiros, Name e Moraes et al (2020), foram locais onde se foi possível mobilizar ajudas humanitárias.

Em um segundo momento a presença se manifestou, sobretudo, nas redes sociais, principalmente no *Instagram*, *Facebook* e em maioria no *Youtube*, em programas próprios, onde alguns mimetizavam os eventos que aconteciam no espaço público. Neste caso, chamou-me a atenção os coletivos da cidade ligados à mobilidade. O coletivo Sampapé, um dos principais articuladores da Paulista Aberta, chegaram a realizar o Paulista Aberta online, com o propósito de trazer “a esfera da

---

<sup>66</sup> Extraído do debate “Ideias– coletivos culturais - Ações em territórios durante a pandemia” realizado pelo canal do SESC São Paulo. Em 16 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvhjURhz8ys>. Acesso em 15/02/2021.

Paulista Aberta ativa em nossas casas”. Artistas foram convidados para participar, e o horário seguiu o mesmo do Programa. Outro coletivo, como o Corrida Amiga, promoveu transposições das suas atividades que geralmente são feitas em espaços públicos (ruas, calçadas) para o espaço da casa.

Após muitas discussões e pressões do setor cultural (essencialmente dos trabalhadores da área) entrou em pauta também muitas discussões sobre os auxílios emergenciais aos trabalhadores da cultura, como a pioneira lei Aldyr Blanc<sup>67</sup>, cuja norma viria para atender contingencialmente a área. Deste modo, muitos ativistas passaram a se interessar pelas *lives* que tratavam do assunto, e a trocar informações sobre a constituição e pleito deste direito. Todavia, os embates e as lutas do setor seguiram nos próximos anos em que a pandemia da Covid-19 esteve presente em nossas vidas. Evidentemente por mais políticas públicas de assistência ao setor, como a instituição da Lei Paulo Gustavo<sup>68</sup> em 2021, artista que viria a falecer em decorrência da Covid-19.

Ao longo da quarentena da Covid-19 meu acompanhamento a respeito dos coletivos pesquisados seguiu marcado por circunstâncias e situações contingenciadas pelo período. De início, a partir de março de 2020, período em que me estabeleço em trabalho remoto, segui significativamente de perto o trabalho da REPEP, e mantive relativo contato com o Grupo Ururay. Neste primeiro momento ocorreu as primeiras adaptações dos trabalhos e ações para a via remota. Certamente, isso não ocorreu sem conflitos, questionamentos, e principalmente angústias, tendo em vista que pouco se sabia ainda sobre o vírus. Houve um breve silêncio, principalmente no primeiro mês. Aos poucos começou a ficar claro que os debates online, as *lives* tomariam a cena. Nome que entraria no vocabulário comum das redes sociais de coletivos, universidade, artistas, entre outros tantos.

Assim, os coletivos passaram a organizar as suas próprias *lives* com temáticas específicas, caso da Repep (via *Youtube*), Agências Queixadas (via *Instagram*) e o Grupo Ururay (Facebook). A partir deste período, notei que também começaram a estender suas redes, estabelecendo diálogos com outros ativistas da cidade e de outros estados também. Alguns coletivos, como o Ururay, passaram a se articular em

---

<sup>67</sup> Músico brasileiro que morreu em decorrência da Covid-19. Em sua homenagem foi instituída a lei homônima com vistas a ajudar emergencialmente os trabalhadores da cultura.

<sup>68</sup> Ator que também faleceu em decorrência da Covid-19 e que também deu nome a outra lei com mesmo intuito da Aldyr Blanc.

torno de conselhos municipais, de cultura e de patrimônio. Em seguida começaram a tentar retomar espaços nas discussões sobre políticas públicas culturais.

Com o advento da Pandemia da Covid-19, as reuniões da REPEP retornaram em formato de chamadas de vídeo em maio de 2020. O propósito era saber como estávamos diante daquela situação, abordar a criação do site da rede, discutir estatuto, pensar previsões futuras, entre outras pautas adicionais. Deste encontro, no qual estive presente, começamos uma discussão, principalmente, no sentido de construir uma nova nota pública ao momento político que estava promovendo um desmonte das políticas de patrimônio segundo o próprio coletivo. Na mesma reunião foi abordado os grupos de trabalhos da REPEP, Perus, Brasilândia, entre outros contextos, como o desmonte do Iphan, parceria com as prefeituras de Santo André e Rio Grande da Serra para trabalhos com inventários participativos.

Em nova reunião, agora em junho de 2020, o grupo se questionou sobre fazer possíveis ações durante a pandemia. Diante disso surgiu a ideia e possibilidade de construir uma programação de *lives*. E nessa reunião estabelecemos alguns encontros iniciais, com os seguintes temas e títulos: “Educação e patrimônio a contrapelo, tendo como ideia discutir os princípios da REPEP; “Estátuas, não podemos ficar parados” atentando-se às manifestações à época, o ciclo de protesto antirracista e a derrubada de estátuas; “Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural” que objetivou convidar membros de movimentos sociais os quais trabalham com turismo e patrimônio cultural; “Memória e patrimônio da periferia” convidando ativistas e professores ligados à defesa da memória na periferia; “Educação patrimonial no licenciamento ambiental” com profissionais e professores da temática; “Perspectivas sobre inventários participativos”, sendo que este último tema se desdobrou em diversas *lives*.

Auxiliei a REPEP mais de perto na produção de duas *lives*. Uma delas foi: “Estátuas, não podemos ficar parados”, onde tive como tarefa contactar uma liderança do coletivo “Passeando Pelas Ruas”<sup>69</sup> para participar de um debate que contou também com a presença do Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Nabil Bonduki. A questão das estátuas percorre a esteira da militância dos movimentos negros nacionais e internacionais. É à época eclodiu os ciclos de protesto

---

<sup>69</sup> Para saber mais sobre o coletivo, página de Facebook: <https://www.facebook.com/passeandopelasruas>. E página do Instagram: <https://www.instagram.com/passeandopelasruas/?hl=pt-br>. Acesso em 13 out 2022.

do movimento *Black lives matter* (vidas negras importam), atos que aconteciam, por conta do assassinato de George Floyd, cidadão negro estadunidense, morto por um policial. Tal fato apontou uma clara “conversa com as ruas”, a despeito de que a circulação por elas estivesse inviabilizada no momento. A despeito da quarentena, diversas manifestações ocorreram nos Estados Unidos, e muitos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros, no Brasil solidarizavam-se e também realizaram atos no Brasil, a despeito das condições desfavoráveis no que concerne ao acesso ao espaço público.

Particpei de outra *live* “Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural”. Nesta também fiquei a cabo de convidar um integrante do Grupo Ururay. No dia 27 de junho de 2020 entrei em contato com uma integrante do coletivo a convidando para o debate que me respondeu prontamente. A ela ficou a tarefa de conversar com o Grupo Ururay para tomarem a decisão juntos. Seguimos dialogando, e logo recebi uma resposta via e-mail, especificamente no dia 3 de junho de 2020, de outro integrante do coletivo que, embora já o conhecia, após este contato passou a estabelecer comigo um diálogo mais constante, tornando-se um parceiro na construção desta pesquisa, no que diz respeito às atuações do Grupo Ururay. Quanto ao contato do membro da Comunidade Cultural Quilombaue este ficou incumbido a uma colega que integrava o GT Perus/REPEP, tendo em vista sua histórica relação com os coletivos do território.

Deste modo, realizamos o debate no dia 21 de julho de 2020 às 19 horas, cujo evento, então, atuei como mediador junto a outra integrante da REPEP. Acredito que a participação no processo de construção desta *live* foi crucial para estabelecer uma aproximação maior minha com o Grupo Ururay, mas além disso, auxiliar no estímulo de uma possível conexão entre os coletivos Ururay e REPEP. Após isso participei de encontros virtuais com o Grupo Ururay. O coletivo também esteve presente em algumas reuniões organizadas pela REPEP.

Figura 7 - Imagem de divulgação da Live "Turismo Movimentos Sociais e Patrimônio Cultural.

A imagem   uma divulga o para uma live. No canto superior esquerdo, há o logotipo da REPEP, com o texto "repep" em um círculo vermelho e "ao vivo" abaixo dele, tudo dentro de um círculo com ondas concêntricas. No canto superior direito, o título da live: "turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural". Abaixo do título, há quatro perfis de participantes:
 

- Julio Cesar José Marcelino: (( grupo Ururay, patrimônio cultural))
- Cleiton Fof o: (( agência de turismo Quilombaque))
- Paulo Tácio: (( turismólogo e membro da repep))
- Mariana Kimie Nito: (( educadora e membro da repep))

 No canto inferior esquerdo, há o texto "21 julho. 19:30" e "(( em [youtu.be/0nJzyNHCEYI](https://youtu.be/0nJzyNHCEYI)"))". No centro da divulga o, há o texto "debatedores)" e "media o)".

Fonte: Repep.

A proposta das *lives* demonstrou uma primeira adapta o da REPEP em estabelecer novas táticas de a o durante o processo de quarentena. Entretanto, para além da programa o destas, foram realizadas outras reuniões do coletivo, e demais assuntos permearam o debate no ano de 2020, além das reflexões sobre conselhos municipais, articula o com outros coletivos, participa o em eventos da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, caso da Jornada do Patrimônio. Ou seja, a despeito das afli es que o início da Pandemia impôs, os coletivos continuavam a encampar suas lutas.

A partir do segundo semestre de 2020, passei a acompanhar mais de perto o Grupo Ururay e a dialogar regularmente via *whats app*. Uma das últimas atividades do Ururay, ainda em espaço público, que antecederam a pandemia, foi o lançamento do livro "40 Anos de Janela - Livro Comemorativo dos Quarenta Anos da Cohab I", na Universidade Federal da Zona Leste (UNIFESP). Acompanhei pelas redes sociais a discussão a respeito da produ o do livro sobre a Cohab 1, tendo em vista que   o bairro que morei a maior parte da minha vida e tenho profunda rela o afetiva como mencionado no prólogo desta tese.

As primeiras atividades do Grupo Ururay neste período inicial de quarentena ocorreram por meio de coopera o com seus conhecidos parceiros de território, como

a Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Um dos primeiros projetos foram “Valores Civilizatórios Afrobrasileiros”, que fora transmitido via *Facebook*. Os encontros (seis ao todo) possibilitaram discutir o contexto da pandemia a partir dos valores afrodescendentes, no intuito de debater propostas mais justas de futuro para os povos negros e periféricos.

Assim, segui conversando com meu interlocutor do Ururay o qual me deixava a par a respeito do andamento do grupo e me fornecia informações das quais estavam lidando. Algumas delas diziam respeito às articulações e reuniões com outros coletivos, parcerias com instituições públicas e privadas, como o Museu da Imagem e do Som (MIS) e a Biblioteca Mário de Andrade. Um dos interesses principais do coletivo também dizia a respeito de uma articulação acerca de constituir e consolidar uma cadeira na formação da Política Municipal de Cultura, a qual pleiteasse espaço para uma política setorial de patrimônio. A empreitada com foco nas discussões do Plano Municipal de Cultura (PMC), assim como uma articulação de coletivos tomou consistência a partir disso.

No dia 16 de setembro de 2020 recebi um convite de meu interlocutor do Grupo Ururay para participar de uma reunião com diversos coletivos de patrimônio cultural da cidade de São Paulo. A ideia era reunir e formar um observatório de coletivos, que tinham uma atuação prática com o patrimônio cultural. E que também não fosse formado apenas com pesquisadores de universidades (ressaltou meu interlocutor), mas, sim que abarcasse pessoas com atuações diretas nos seus respectivos territórios. O Ururay já seguia dialogando com estes coletivos há algum tempo, os quais eram: Associação da Vila Maria Zélia (Belém), Jaboticabeiras (Vila Mariana), Morro do Querosene (Butantã), Teixeira Freire e Obalá (Jabaquara) Memorial dos Aflitos (Liberdade), Comunidade Cultural Quilombaque (Perus), CPDOC Guainás (Guaianases), Memorial da Resistência (Centro). A ideia destas trocas feitas em chamadas de vídeo era entender como funcionava cada coletivo, as especificidades de cada território e quais as melhores formas de serem acionados. Mas, principalmente, aqui destaco um dos objetivos mencionados por julgar de extrema importância: “buscar narrativas em comum para começar um trabalho de mobilização”, este mencionado por meu interlocutor do Grupo Ururay. Importante ponderar que a mobilização foi desencadeada por coletivos com intuito de discutir a consolidação de uma cadeira na formação da Política Municipal de Cultura.



O convite direcionado a mim era para participar como membro da REPEP e fazer uma apresentação do trabalho da rede. Assim, respondi que iria falar com meus colegas da REPEP e em seguida responderia a ele. Comentei com a REPEP sobre a reunião via *Whats App* e de pronto me deram o sinal positivo observando a importância da articulação dos coletivos. A reunião ficou para o dia 17 de setembro de 2020 às 20 horas. Todavia, cometi uma confusão de leitura na mensagem, acreditando que a reunião estava para o dia 24 de setembro. Por conta de ter compromisso no dia 17 não participei deste encontro, mas indiquei ao meu interlocutor do Grupo Ururay que estaria disposto a participar das próximas. Seguimos em contato. Dias depois ele me contou um pouco da última reunião. Meu encontro com o observatório (cujo grupo estava em formação), só aconteceria no ano seguinte, ou seja, em 2021.

Neste período de quarentena, eu estava envolto em uma série de atividades remotas, e passei a perceber como eu mesmo, como indivíduo e pesquisador, e igualmente militante, associado também a um coletivo, estava me enredando ao *circuito* e a outras ações e coletivos. Como também ativava tal *circulação* e era ativado. Adiante estas conexões iriam ainda mais serem operadas e a participação em encontros e eventos gradativamente aumentaria.

### 5.3. Idas e vindas: ainda as ondas

As últimas discussões de 2020, descritas acima, ganharam forte propulsão no ano subsequente, em 2021. Entretanto, é importante apontar que em agosto de 2020, segundo o governo estadual de São Paulo, os números de internações de pessoas e óbitos provocados pela Covid-19 reduziram no estado<sup>70</sup>. Mas isso se mostrou uma pequena e breve redução, como iríamos notar ao longo dos meses seguintes de Pandemia. Neste sentido, o país havia passado por um longo processo de medidas de confinamento, que perdurou por aproximadamente quatro meses, e estava retomando ao espaço público com inúmeras regras para circulação. Soma-se a isso as frequentes crises políticas deflagradas pelo próprio governo federal que durante o mesmo período havia trocado duas vezes o Ministro da Saúde. O presidente ainda

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-de-sp-Atualiza-informacoes-sobre-o-combate-ao-coronavirus-2/>. Acesso em 28 de maio de 2022.

subestimou a gravidade da pandemia, questionou as medidas sanitárias da ONU, promoveu atos com aglomerações de pessoas, e até mesmo investiu discursivamente contra medidas de contenção da disseminação do vírus, como fechamento de comércio e uso de máscaras. Nem mesmo as vacinas, que à época ainda estavam em processo de pesquisa, foram poupadas de críticas pelo presidente. Não tardou e novas ondas epidêmicas da Covid-19 chegariam reforçando o pânico na maioria da população<sup>71</sup>.

O país passou por uma profunda inconstância, irregularidades e muitas incertezas. O setor da cultura e turismo seguiam como um dos mais prejudicados. Vale dizer que antes mesmo da Pandemia da Covid-19, o Ministério da Cultura que havia sido fundado em 1985 fora extinto pelo governo atual já em 2019, sendo transformado em Secretaria Especial da Cultura, passando a ser locado a princípio no Ministério da Cidadania, e posteriormente anexado ao Ministério do Turismo. Tal posicionamento da pasta atrela as atividades culturais ao mercado, assim como uma visão bem estreita da própria atividade de turismo pelo governo, que tem passado longe de tentar entender o assunto de maneira mais complexa e séria.

E na Pandemia as atividades seguiam sendo prejudicadas, com escassas políticas públicas, e pouco auxílio financeiro aos trabalhadores da área da cultura, entre outros pontos. Igualmente, também com os distintos trabalhos da área de turismo. O retorno às atividades se mantinha incerto, sem previsão, mas sendo profundamente afetado quando de uma grande onda epidêmica de Covid-19, a qual se deu início em meados de março de 2021. Assim, foi preciso continuar e se manter nas atividades remotas. Ainda mesmo, em fins de 2020, finalmente as primeiras pessoas começavam a serem vacinadas em diversos países. No Brasil a primeira pessoa a receber a vacina ocorreu somente em 17 de janeiro de 2021, sendo aplicada em uma enfermeira no estado de São Paulo, a qual recebeu a primeira dose da *Coronovac*, que fora produzida pelo Instituto Butantã.

Para os coletivos, a solução era seguir as atividades de maneira remota. A REPEP começou suas reuniões já em fevereiro de 2021 ponderando sobre suas atividades empreendidas em 2020. Realizando um retrospecto do ano anterior, o coletivo começou seus primeiros diálogos repensando as diversas *lives* produzidas.

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contra-covid-19-no-brasil>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

Logo, numa segunda reunião, realizada em 17 de fevereiro de 2021, surgiram discussões sobre temas como o Plano Diretor Estratégico (PDE), dispositivo público estava em vias de ser revisado. Adiante haveria uma guinada prática, nas ações do coletivo.

Este assunto iria ganhar corpo e participação de demais coletivos ligados à temática do patrimônio cultural. E ele entrecruza-se com a minha entrada em outro grupo de discussão: o Observatório de Patrimônio. Já na primeira reunião de fevereiro com a REPEP, no dia seguinte em acordo com meus colegas de coletivo decidi convidar meu interlocutor do Ururay para participar de uma reunião em março que iríamos discutir às questões de patrimônio presentes no Plano Diretor. Porém, nesta reunião de março ele não pôde. Ainda nesta conversa ele aproveitou o ensejo e me convidou novamente para participar das reuniões do Observatório de Patrimônio. Este observatório era o resultado das reuniões que o Ururay havia encabeçado no ano de 2020, evento o qual não havia conseguido participar.

Felizmente no dia 21 de abril de 2021 consegui estar presente como integrante da REPEP na reunião do observatório. Realizada via *google meet*, nesta reunião estiveram presentes os seguintes coletivos: Associação Cultural Vila Maria Zélia, Caminhando pela Paulista, CPDOC Guaianás, Da Mata, Fórum Verde/ Muda Penha, Grupo Ururay/ Movimento Cultural Penha/ Comunidade do Rosário, Rede Patrimônio Cultural Paulista<sup>72</sup>, REPEP, Memória e Resistência, Memorial dos Aflitos/ Instituto Tebas de Educação e Cultura, Memorial Penha de França, Passeando pelas Ruas. As pautas principais foram o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, e a realização de uma Pré-Conferência setorial de Patrimônio Cultural e Memória.

Assim foi levantado na discussão a urgência da realização de uma Conferência Livre Popular que seria realizada pelos “Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo” (MCCSP), um grande movimento que reúne fóruns, entidades e coletivos de todas as regiões da cidade, surgido em 2015, abrangendo praticamente a maior parte das linguagens da cultura – para além do patrimônio cultural.

Segundo o próprio MCCSP seus objetivos são lutar por:

soluções para o setor cultural, pela efetivação de políticas culturais mais acessíveis e democráticas e por um orçamento da cultura que

---

<sup>72</sup> Diferentemente da Repep, com foco na educação patrimonial, este coletivo com nome parecido, dedica-se especificamente ao patrimônio cultural paulista.

valorize a gigantesca produção cultural da maior cidade da América do Sul.<sup>73</sup>

As Conferências Municipais de Cultura antes eram realizadas pelo poder público. Mas dessa vez os movimentos iriam tomar a frente tendo em vista que a prefeitura não a faria. Neste sentido, antes da Conferência seria necessário realizar uma Pré-Conferência setorial de Patrimônio Cultural e Memória. Além das pautas estabelecidas, nesta reunião tive a oportunidade de abordar sobre o caso da revisão do Plano Diretor e convidei os coletivos para participar da reunião da REPEP que iria acontecer dia 29 de abril. Após a reunião fui adicionado ao grupo de *Whats App* do Observatório, e de lá acompanhei os preparativos para a Pré-Conferência de Patrimônio Cultural e Memória.

E em seguida realizamos a reunião sobre o PDE, sob coordenação da REPEP, na qual contou com a presença Ururay, CPDOC Guaianás, Comunidade Cultural Quilombaque, Rede Patrimônio Cultural Paulista. De fato, já estavam ocorrendo discussões sobre a revisão do PDE, encabeçadas por movimentos sociais que possuem outras agendas, como a Frente Povo Sem Medo, ou mesmo entidades de classe, como Instituto Brasileiro de Arquitetura; todavia, as discussões estavam desarticuladas. Desta reunião, foi mencionado a construção de uma organização de ação política, chamada de “Frente Pela Vida”, que congregava mais de 300 instituições que pedia o adiamento do Plano Diretor. Também foi encaminhado aos coletivos participantes ações para se estabelecer estratégias de articulação, mapear quem já estava se organizando, decidir quais caminhos colocados e também se articular entre movimentos para adiar o próprio Plano, com intuito de fazer uma resistência na revisão.

Esta reunião certamente foi crucial no sentido de construir conexões entre coletivos atuantes em distintos territórios da cidade em prol da pauta do PDE. Após esse encontro a REPEP manteve nas chamadas de reuniões (feitas via e-mail) os coletivos e pessoas que participaram do encontro. Entretanto, por questões de agenda pessoais e coletivas, acredito, eles não voltaram a participar, exceto um membro da Rede Patrimônio Cultural Paulista, em determinada ocasião. Ainda assim, as reuniões em via remota possibilitariam algumas vantagens para ativistas e coletividades. Sabe-se claramente, que devido as distâncias da cidade de São Paulo, o intenso trânsito de

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.mccsp.art/sobre-o-mccsp>. Acesso em 15 mar 2022.

veículos, acessos e preços de transportes, muitas vezes tornam-se entraves que dificultam e imobilizam os encontros.

Esvaziamento de reuniões é comum dentro dos próprios coletivos, as pessoas possuem suas demandas de militância, além da vida comum: trabalho, lazer, família, amigos, entre outros. E torna-se mais difícil ainda a conjugação de coletivos de distintas localidades. Mas é interessante notar que as reuniões, antes presenciais, e agora remotas, via plataformas digitais, de certo modo, tinha auxiliado encontros, mesmo que pontuais entre coletivos. E isso necessariamente não quer dizer sobre produtividade da reunião ou aumento expressivo de participação. Entre os ativistas de coletivos foi nitidamente manifesto o aumento de suas articulações, proferido em algumas ocasiões e falas. Isso se nota tanto nas participações sobre a revisão do PDE, supracitada, e também na consecução da própria Conferência Municipal de Cultura que foi tocada pelos movimentos sociais.

Sendo assim, a REPEP seguiu discutindo o Plano Diretor e na reunião de 06 de maio de 2021 tomou a decisão de defender o adiamento do PDE. Deste modo, o coletivo começou a pensar propostas e estratégias de ação. E nas reuniões a partir de maio do mesmo ano, o coletivo passou a estudar minuciosamente o PDE no que tange ao patrimônio cultural, produzindo material em atas e gravando as reuniões. Enquanto participava destas discussões do Plano Diretor concomitantemente acompanhava os preparativos da Pré-Conferência setorial de Patrimônio Cultural e Memória que estavam sendo coordenados principalmente por integrantes do Grupo Ururay.

E uma das primeiras discussões quando da minha participação no grupo Observatório do Patrimônio foi a respeito da construção de um material de divulgação da Conferência. Posteriormente, foi divulgado um formulário para inscrição nesta Pré-Conferência. As decisões pelo fechamento desses materiais foram aos poucos sendo estabelecidas, incluindo diversas sugestões e alterações propostas pelos membros do grupo do Observatório do Patrimônio.

No dia 28 de abril passamos a divulgar em nossas redes e contatos a realização da Pré-Conferência que seria, então, realizada no dia 08 de maio de 2021, das 15h às 18h. Dias antes deste evento um dos integrantes do Ururay manifestou no grupo do Observatório de Patrimônio que precisava formar um outro grupo de trabalho, pontual, (também no aplicativo *Whats App*) para auxiliar na execução da Pré-

Conferência. O Grupo Ururay se colocou como parte da organização, mas reiteraram a necessidade de mais voluntários “para somar”, conforme mencionaram na mensagem pelo *Whats App*. Diante do convite coloquei-me à disposição e em seguida uma integrante da Associação Cultural Vila Maria Zélia também respondeu que participaria.

Organizamo-nos em 5 pessoas em um novo grupo de *Whats App*, intitulado de GT Pré-Conferência. Estabelecemos um pequeno cronograma de reuniões e discussões para encaminhar e planejar a Pré-Conferência. Deste modo, realizamos uma reunião com os membros do GT, que precedeu a Pré-Conferência, e nela foi apresentado pelo Ururay os resultados das inscrições obtidos por meio do formulário de inscrição.

O GT da Pré-Conferência apresentou alguns resultados sistematizados a partir das inscrições: oitenta e quatro (84) pessoas se inscreveram para participar da Pré-Conferência, uma tabela demonstrando alguns dados sobre o perfil dos participantes, coletivos, suas localidades e principais pautas que demandavam. O perfil etário dos participantes girava em torno de 18 até mais de 60 anos, sendo que a maioria inscrita era entre 30 e 40 anos; autodeclaravam-se 60% brancos, 16% pardos, 15% pretos, 2% amarelos, e 7% outros; em nível de escolaridade 11 possuíam ensino médio, 35 graduação completa, 30 mestrado completo, 13 especialização e 4 doutorado completo; 6 pessoas declararam diversidade funcional; sobre questões de gênero: 1 declarou gênero fluído ou não definido, o restante eram 50 mulheres cis, 42 homens cis; a maioria nasceu na cidade de São Paulo, mas também foi apontado a região metropolitana e interior, bem como outros estados; o local onde moram predominou os da Zona Leste com 23 pessoas, região central com 20, Zona Sul com 14, Oeste com 6, Zona Norte com 5, e demais que não moravam na capital.

O quadro abaixo mostra a atuação por bairro que não envolve apenas ativistas e coletivos, mas também trabalhadores do patrimônio cultural na cidade. Assim na primeira linha está disposto o bairro, na segunda os distritos dos bairros, e numa terceira a quantidade de inscritos. Uma questão importante a ressaltar no quadro é que algumas pessoas apontaram atuação em mais de um lugar, ou seja, uma atuação difusa, que compreende vários territórios da cidade. Um dos bairros não foi localizado nos distritos, indicado como Vila Vasques. Diante disso, ocorrendo a dúvida entrei em

contato com os organizadores da pré-conferência e inscrição, que me confirmaram o desconhecimento do bairro.

**Tabela 1 - Área de atuação.**

Bairro Informado	Distrito	Quantidade de Inscritos por bairro
Aclimação	Sé	1
Água Rasa	Água Rasa	1
Americanópolis	Cidade Ademar	1
Araraquara	Não se aplica (interior)	1
Atuam em várias regiões da Cidade	Não se aplica	7
Barra Funda	Barra Funda	1
Bela Vista	Bela Vista	2
Bixiga	Bela Vista	5
Belenzinho	Belém	2
Brás	Brás	1
Brasilândia	Brasilândia	1
Butantã	Butantã	2
Cambuci	Cambuci	1
Campo Limpo	Campo Limpo	1
Cangaíba	Cangaíba	1
Capela do Socorro	Socorro	1
Centro	Sé	8
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	1
Cohab 2	Itaquera	1
Cohab Adventista	Campo Limpo	1
Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	2
Glicério	Sé	1
Grajaú	Grajaú	1
Guaianases	Guaianases	3
Imirim	Casa Verde	1
Jabaquara	Jabaquara	1
Jardim da Glória	Vila Mariana	1
Jardim Paulista	Pinheiros	1
Liberdade	Liberdade	4
Mooca	Mooca	1
Não Consta (Não informado)	Não se aplica	10
Parelheiros	Parelheiros	1
Penha	Penha	7
Perus	Perus	1
Pinheiros	Pinheiros	1

República	Republica	1
Santa Cecília	Santa Cecília	1
Santana	Tucuruvi	1
Santo Amaro	Santo Amaro	2
São Miguel	São Miguel	3
Tatuapé	Tatuapé	2
Vila Carlos de Campos	Aricanduva	1
Vila Guilherme	Vila Guilherme	1
Vila Mariana	Vila Mariana	2
Vila Monumento	Ipiranga	1
Vila Moraes	Ipiranga	1
Vila Vasques	Não encontrado	1
Vila Mariana	Vila Mariana	2
Vila Monumento	Ipiranga	1
Vila Moraes	Ipiranga	1
Vila Vasques	Não encontrado	1

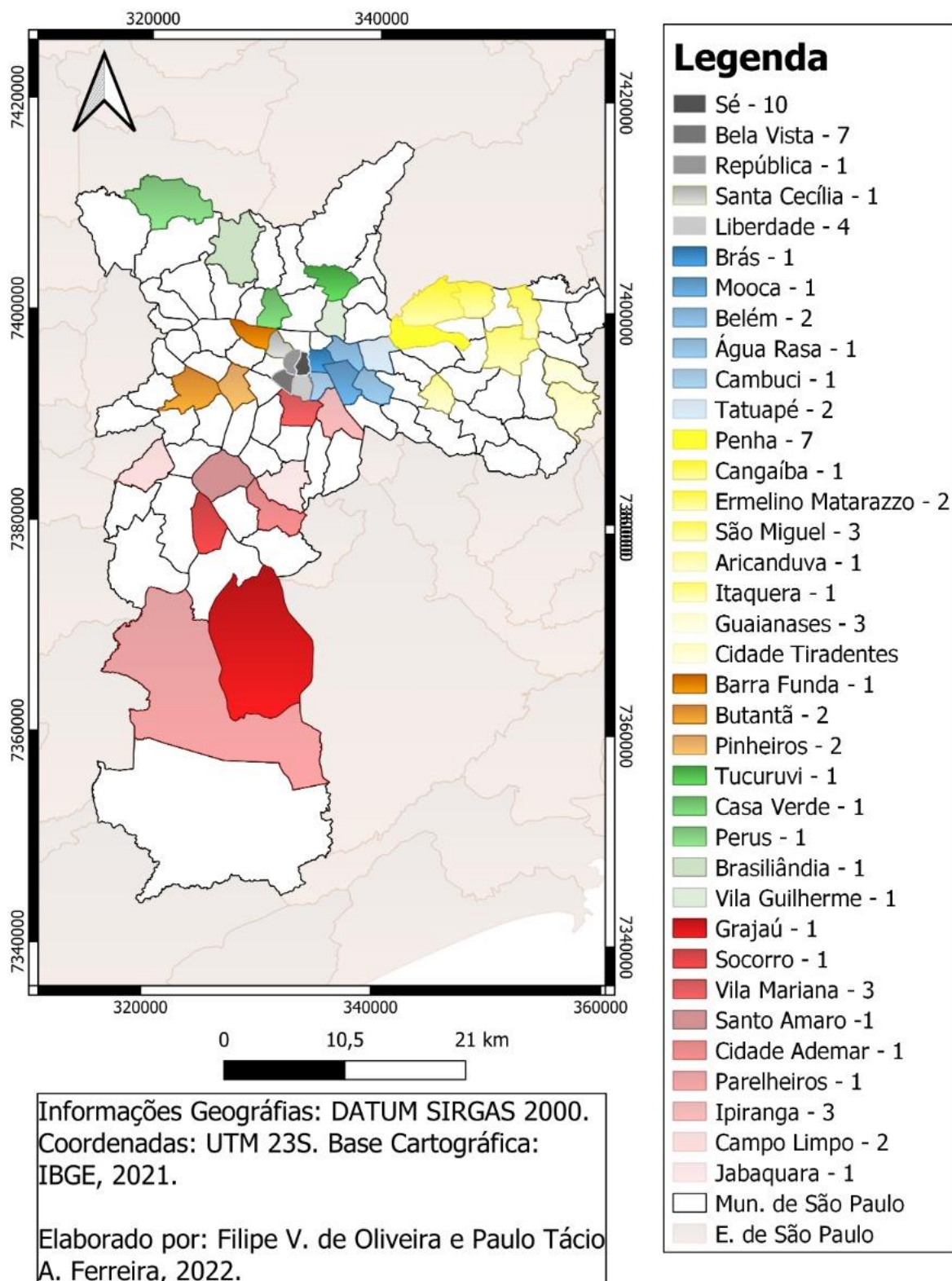
Fonte: Observatório do Patrimônio e 1ª Pré-Conferência de Patrimônio cultural.

Posteriormente a tabela, o mapa a seguir disponibiliza observar a distribuição de atuação pela a cidade. A ideia de inserção do mapa diz respeito restritamente aos inscritos para participação na Pré-Conferência, assim o objetivo de inseri-lo nesta tese centra-se nesta pontualidade. A composição de um mapa que aponte a totalidade dos coletivos e ativismo do patrimônio cultural na cidade possui seus limites e possibilidades dadas as muitas circunstâncias do ativismo. E isso têm sido um desafio para esta tese.

A dificuldade de se confeccionar um mapeamento que componha esta totalidade de ativismo e coletivos diz respeito, em primeiro lugar: nem todos os inscritos estiveram presentes na Pré-Conferência. Todavia, há outras circunstâncias desafiadoras, tais como a informalidade de atuação nos ativismos, assim como também as performances difusas destas pessoas pela cidade, que nem sempre se concentram apenas em um território específico. Por outro lado, diante dessa dificuldade, é importante salientar que a categoria *circuito* tem se demonstrado muito importante para dar conta deste entrave. Uma vez que se busca o universo simbólico da rede de ativismo, envolvendo encontros, identificações, pertencimento, entre outros pontos numa dada situação. Assim, tem sido possível de se observar, identificar e descrever o *circuito* por meio das incursões etnográficas.



**Figura 8 - Mapa atuação dos participantes da Pré-conferência em distritos.**



Fonte Filipe V, de Oliveira e Paulo Tácio Aires Ferreira.

Retomando sobre a reunião, nela precisávamos definir as nossas funções na execução do evento. Fiquei a cabo de ser um dos relatores junto com a integrante da Associação Cultural Vila Maria Zélia. Os membros do Ururay auxiliariam nas questões técnicas, operacionais e também na mediação da mesa. O momento da Pré-Conferência foi indubitavelmente marcante para os movimentos culturais do patrimônio cultural de São Paulo. Na ocasião, também ocorria outras Pré-Conferências, sendo elas territoriais e setoriais divididas em eixos, incluindo as diversas linguagens da cultura. Todas foram realizadas em dias e horários diferentes e fundamentaram um extenso documento para a grande Conferência, que seria também ainda em maio de 2021.

**Figura 9 - Cartaz de Divulgação Pré-Conferência de Patrimônio Cultural.**



Fonte: MCCSP.

A Pré-Conferência do dia 8 de maio começou no horário marcado, aproximadamente às 15h10min tendo presença de um público menor do que os inscritos. Contou com a participação de diversas pessoas, ativistas, e até mesmo de um co-vereador do Mandato do Quilombo Periférico da Câmara Municipal da Prefeitura de São Paulo. Os mediadores explicaram a dinâmica da organização e iniciaram o debate. Primeiro discutindo propostas gerais e posteriormente as metas

específicas do PMC. A participação gerou em média 23 pessoas, levando em conta o trânsito de entrada e saída na reunião feita pela Plataforma *Zoom*. A finalização se deu por volta das 16h40min com os encaminhamentos das propostas e um chamamento para a Conferência final.

De fato, a maioria dos participantes trouxeram muitas e densas contribuições. No evento foi enfatizado, em diversas ocasiões, pelo mediador um chamamento à Conferência a qual estava sendo efetivada por movimentos populares. Ressaltou também que a quem cabia a realização do evento era o poder público, o qual não deveria ter se omitido disso. Todavia, uma vez que o poder público não se fazia presente era necessário tomar a frente da conferência. E isso se deu por toda a construção do Observatório de Patrimônio, que estava pleiteando uma cadeira no conselho municipal, sua importância para indicar membros para o fundo municipal. O moderador também teceu várias críticas sobre a não realização de conferências com mais frequência, uma vez que entendem que a “cultura é dinâmica”, e esta muda constantemente, segundo suas próprias palavras. Tal crítica ao poder público também foi ressoada em diversas falas dos presentes quando puderam expor suas sugestões.

Entre tantas demandas vale destacar um assunto proeminente. Uma das grandes discussões encampadas tanto pelo MCCSP, bem como os participantes da Pré-Conferência diz respeito a um dos grandes embates entre coletividades (representada pelos movimentos culturais) e poder público, que é justamente a gestão e distribuição do orçamento público. Ou seja, como este está disposto, como é utilizado pelo governo, como é caracterizado por intensa desigualdade, sendo mal distribuído, prejudicando certamente boa parte dos trabalhadores do setor cultural.

Disputar o orçamento ou *hackear* o orçamento é ponto presente, como explicito no debate realizado e já mencionado nos capítulos anteriores pelos integrantes da Comunidade Cultural Quilombaque, mas também entre outros ativistas da cultura. Para compreender melhor a história do interesse dos coletivos culturais em tentar compreender a composição do orçamento na cidade, destacamos o depoimento de Maia e Hoehne (2019) no livro *Nenhum Passo Atrás do Fórum de Cultura da Zona Leste*:

Em 2013, o Fórum revirou a proposta orçamentária de 2014, elaborada pela prefeitura e entregue para aprovação da Câmara. Participou das audiências públicas, escutou com atenção os políticos e os gestores, estudou o documento em todos os seus volumes, suas planilhas infundáveis e seus códigos quase indecifráveis e, o que não

entendeu, foi buscar respostas junto aos gestores públicos. Era fundamental ter o domínio daquele instrumento. Ele fornecia a base que faltava para a luta política, tornaria públicas e tecnicamente representada as disparidades dos investimentos nos territórios da cidade, abriria margem para discutir e propor políticas mais assertivas e, principalmente, daria respaldo e propriedade para que o movimento lutasse pelas suas pautas com conhecimento de causa apresentado de forma pragmática e bem fundamentada suas propostas nas audiências públicas (MAIA, HOEHNE, 2019, p. 22).

Nota-se que a luta pelo orçamento é muito presente já de um bom período. Conhecido como um mecanismo governamental de participação direta, o orçamento participativo ganhou bastante destaque nos anos de 1980 no Brasil. E diversos municípios fizeram uso de tal ferramenta se notabilizando como uma importante política pública. Harvey (2014) reconhece a importância desta iniciativa, mesmo que a veja como reformista e não como revolucionária. O autor admite que a influência dessas medidas ao se espalharem por meio das lutas de direito à cidade “revelam camadas mais profundas de possibilidades para concepções e ações mais radicais em escala metropolitana” (HARVEY, 2014, 244).

Além da presença da disputa do orçamento, os participantes abordaram constantemente em suas falas a ideia de outra disputa, a de “narrativas”. Isso tem advindo pela discussão recorrente do “patrimônio imaterial, das memórias, dos “griôs da periferia”, os quais foram mencionados na Pré-Conferência. “O patrimônio imaterial está na periferia” foi enfático um participante’, ligado a um coletivo da Zona Leste de São Paulo. Ele se referia à produção das memórias periféricas, negras, de mulheres, e mesmo do cotidiano dos cidadãos que vivem na periferia. Bom lembrar que as contribuições destes coletivos têm auxiliado a renovar as bases conceituais do patrimônio conforme nota Scifoni (2014). O debate tem sido assim, tornado mais complexo, certamente por meio da relação dialética destes movimentos com outros atores institucionais, como especialistas da gestão pública, pesquisadores de universidades.

Os resultados desta Pré-Conferência foram, então, levados à 1ª Conferência Livre Popular do Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo, esta então realizada pelo MCCSP, a primeira encabeçada pelos movimentos culturais da cidade. Os processos de divulgação deste evento necessitaram de muitos “braços” tendo em vista a quantidade de linguagens. Diante disso, coletivos e os seus respectivos

representantes organizaram-se para disparar a divulgação do formulário de inscrição e do próprio evento.

Realizada em plataforma virtual (também via *Zoom*) a Conferência contou com um número expressivo de pessoas, aproximadamente 800 pessoas haviam sido cadastradas<sup>74</sup>. Ativistas de muitas linguagens marcaram presenças e falas: dança, teatro, música, samba, tambores, hip hop, rock, reggae, e também os trabalhadores da cultura que atuam nos bastidores, como técnicos igualmente se fizeram presente. A partir das demandas construídas elaboradas coletivamente nas diversas pré-conferências realizadas em abril, os movimentos almejavam construir um documento bastante abrangente para poder pautar o PMC.

**Figura 10 - Cartaz de Divulgação do MCCSP.**



Fonte: MCCSP.

No dia 21 ocorreu a abertura com leitura do PMC e dos regimentos elaborados pelo MCCSP, e posteriormente foram cedidos espaços para as falas de lideranças, apresentações culturais. Inúmeras manifestações contestando a gestão da cultura no

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MCCSP1/videos/569087390911362>. Acesso em 28 de maio de 2022.

país em todos os entes federativos davam o tom do encontro. Foi iniciado a construção de uma “carta manifesto” em relação ao tratamento da cultura dado pela prefeitura de São Paulo. Na parte da tarde foi iniciado os primeiros relatos extraídos das Pré-Conferências setoriais. Neste dia participei da conferência na parte da manhã, mas não pude, por motivos pessoais, acompanhar no período da tarde. No sábado, 22 de maio de 2022, continuaram os relatos das Pré-Conferências territoriais e finalização das setoriais. Pela manhã foi feita a leitura dos documentos, e a tarde os grupos se encontraram para debater e trazer construções para composição do documento. No domingo, 23 de maio, uma plenária decidiu pela sistematização dos dados obtidos nos dias anteriores. Entretanto, não foi possível sua finalização de todos os eixos em discussão e a Conferência teve seu desfecho adiado. Nesta ocasião a minha participação na conferência foi apenas como representante de meu coletivo, a REPEP.

Não acompanhei diretamente este desdobramento e sistematização da conferência, uma vez que me mantinha em contato com meu interlocutor do Ururay que compunha a organização do evento. Assim, passaram-se praticamente dois meses e em meados de agosto e este meu interlocutor convidou-me novamente para, agora, ser um dos relatores da finalização da Conferência do Plano Municipal de Cultura. Respondi prontamente que sim. E novamente trabalhamos na setorial de Patrimônio Cultural e Memória. Vale ressaltar que a função de relator, assim, como todo evento se deu de forma voluntária. Inclusive ele havia me perguntado se tinha recebido um e-mail sobre tal finalização, cujo assunto era o adiamento da Conferência.

A finalização ocorrida em 14 de agosto de 2021 foi bastante intensa, praticamente começando das 9 horas e terminando aproximadamente às 22 hrs, com apenas um intervalo por volta da 1h da tarde para almoço. Neste evento foi realizada plenárias dos eixos, leitura de moções, e também a finalização da carta manifesto. O resultado foi a elaboração de 99 propostas, a partir dos eixos, metas e ações do PMC, formalizando um documento de luta para os movimentos culturais da cidade. Por fim foi feita votação aberta e nominal, sendo possível identificar os participantes. O voto foi feito por um recurso digital disponibilizado pelos moderadores. Certamente, a obstinação dos organizadores na finalização pode ser destacada pelo extensivo

trabalho que perdurou praticamente 12 horas de trabalho. E decerto foi bastante desgastante, o que não daria conta de estender aqui em tantos detalhes.

O desdobramento desses eventos ainda está em percurso. A participação popular na condução de políticas públicas que já vinha prejudicada antes mesmo da pandemia, foi potencializada pelos processos de redução na circulação de espaços públicos. Contudo, os movimentos sociais da cidade souberam lançar mão das ferramentas tecnológicas digitais para organizar ações, que variavam em tamanho e participação. A 1ª Conferência Livre Popular do Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo é um dos grandes atos desse período atingindo coletivos e ativistas da cidade. Apesar das dificuldades técnicas, políticas, sociais, alguns desacordos entre participantes, o evento foi algo original e importante para os trabalhadores e militantes da cultura do município. Para a pesquisa aqui desenvolvida destaco algumas questões que julgo serem relevantes. Embora, o tema turismo não tenha figurado nos assuntos principais debatidos pelos coletivos durante todo o processo de consecução da Conferência (e também da Pré-Conferência de Patrimônio Cultural), os inúmeros temas transversais e debates arrazoados trouxeram reflexões importantes para se pensar a atividade.

O patrimônio cultural tem sido o elemento auxiliar no afinamento de investigação desta tese, sendo um fio a ligar movimentos sociais e turismo. Tendo em vista que um dos principais difusores da temática de patrimônio cultural é o turismo, em que pese problematizações, cabe observar como movimentos sociais têm discutido suas práticas que refletem nas tensões de suas bases conceituais.

Assim, por meio das atividades descritas é possível também entender como o tema patrimônio cultural tem circulado e sido deslocado frequentemente para as arenas populares. A presença das temáticas que permeiam as ecologias dos saberes (SANTOS, MENESES, 2010) e uma variedade de demandas que dão conta da diversidade cultural da cidade decerto substancial, principalmente no que tange as causas do povo negro, periféricos, de mulheres, comunidade LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, entre outras. O que se distancia das temáticas tradicionais e hegemônicas de patrimônio cultural, marcadas por visões elitistas e que invisibilizam sujeitos e coletividades.

Esta passagem pode demonstrar a conexão de forma situada nos contextos dos encontros e o detalhamento diante das percepções de patrimônio cultural da

cidade. Atribuídas por ativistas e coletivos, tais discernimentos são comumente debatidos nos territórios, mas também amplamente discutidas pelas redes estabelecidas na cidade.

#### **5.4. Plataformas, aplicativos, redes sociais**

Passados dois anos da declaração oficial de Pandemia Mundial da Covid-19 e tendo participado de muitas atividades remotas, palestras, seminários, reuniões, aulas nas distintas plataformas, sites, aplicativos e todo o amplo ambiente virtual, cujos mecanismos já se faziam presentes tanto em minhas práticas profissionais e acadêmicas, como também no cotidiano dos sujeitos da pesquisa. Mas, sem dúvida, ganharam maior intensidade de uso ao passar dos últimos anos em que estivemos em regime de quarentena. A partir destes muitos encontros possibilitados pela internet, pode-se, abaixo, sublinhar algumas considerações particularizadas e situadas no contexto de pandemia.

Pesquisas sobre o que se convencionou chamar de *cibercultura* possuem larga produção, mas pontuamos essencialmente aqui os trabalhos de Rifiots (2012) e Segata (2014). Para Segata (2014), não diferente de qualquer espaço que possibilite sociabilidades, por meio da *cibercultura* observa-se toda a sorte de interações que compõe “formas de comunicação, novas comunidades, novas identidades, até uma cultura nova” (SEGATA, 2014, p. 80). Em conforme aos objetivos desta investigação interessa observar as interações dos sujeitos nestes espaços, não se detendo especificamente em escrutínios das plataformas, ainda que importante levantar suas funcionalidades técnicas; mas sim, interessa, sobretudo, entender como os *circuitos* dentro de dispositivos sociotécnicos têm sido estabelecidos por diferentes coletividades.

Meu principal mecanismo de comunicação com meus interlocutores tem sido o aplicativo *Whats App*. Este software é notório por ser um dos mais populares do mundo, composto por bilhões de usuários distribuídos por todo planeta. O *Whats App* tem cumprido um papel de ser uma alternativa ao *Short Message Service* (Serviço de mensagens curtas), popularmente conhecido pela sigla SMS, praticamente o primeiro sistema de troca de mensagens de celulares, cujo mecanismo pouco tenho utilizado nos últimos anos. Além de interagir com meus interlocutores em minha pesquisa, o



*Whats App* também é o principal dispositivo para conversar com minha família, amigos, colegas de trabalho. Neste sentido, tenho também grupos dos mais distintos neste aplicativo, inclusive os ligados aos coletivos que venho estudando. A quantidade de informações que enviamos e recebemos, evidentemente, em alguns casos, não deixa de passar por algumas confusões, como no caso de enviar mensagens erradas a grupos ou pessoas, ou mesmo incidentes inesperados, tal como mencionei acima sobre o equívoco que cometi a respeito de uma data de determinado evento.

Diante de tamanha quantidade de mensagens que recebo de meus contatos, no ano de 2020 decidi sair de alguns grupos ligados a faculdade, ao trabalho, e outros ligados a amigos e parentes. É evidente que tal decisão passou por subjetividades. O *Whats App* nos últimos anos tem inserido modificações as quais promoveu novas configurações em *layout*, mudando seu formato. Vale destacar que em 2018, foi instituída a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e trata da privacidade dos cidadãos brasileiros. Assim, o aplicativo bem como outras plataformas digitais passaram a sofrer alterações no sentido de proteção de privacidade de seus usuários. Certamente, essa discussão envolve também o debate sobre a disseminação de notícias falsas por meio de muitas redes sociais, entre elas o *Whats App*, *Facebook*, *Twitter*, entre outros.

Não é possível afirmar se as reuniões de coletivos se tornaram mais frequentes. Relativamente, os encontros remotos têm possibilitado a participação de um número mais expressivo de participantes, ainda que isto seja passível de discussão. Inclusive possibilita intercambiar informações, com pessoas de locais distintos, de outros estados e até países devido as possibilidades mais frequentes de conferências e reuniões em campo remoto. O uso de equipamentos eletrônicos para reuniões de coletivos já era comum, mas dada a conjuntura, em determinado momento isso certamente ampliou substancialmente. A 1ª Conferência Livre Popular dos Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo teve uma participação sem precedentes, principalmente, de pessoas, trabalhadores, ativistas da área cultural da cidade. Isso foi expresso no encontro e destacado em seus relatórios produzidos durante a Conferência<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.mccsp.art/>. Acesso em 30 de mar de 2022.

Contudo, as interações, encontros, reuniões, debates, congressos via redes sociais não aconteceram sem conflitos, ou mesmo ataques, invasões entre outras ofensivas *cibernéticas*. No início da pandemia, ocorreram diversos relatos de invasões às salas de vídeo. Foram diferentes ataques cibernéticos não somente às atividades de coletivos culturais, mas também às aulas, seminários, palestras, entre outros. E na maioria dos casos, tais invasões visivelmente direcionavam-se às salas de vídeo que discutiam temas como marcadores sociais da diferença, como raça e gênero. Assim eram violações caracterizadas principalmente por terem cunho racistas, machistas, sexistas. Isso nitidamente era motivo de preocupação e ansiedade tanto para organizadores como participantes de eventos remotos. Em uma das reuniões organizadas pela REPEP, e que fora divulgada via *Facebook*, ocorreu uma pequena invasão. Contudo e felizmente, esse não foi um ataque caracterizado por agressividade verbal ou imagética, exceto pela perturbação dos invasores que deixavam propositalmente seus microfones ligados, compartilhando telas e interferiam constantemente no andamento da reunião. Todavia, a invasão foi resolvida pelos próprios participantes que decidiram excluir estas pessoas na ocasião.

Nas *lives* organizadas pela Repep, as mediações sempre começavam com avisos que abordavam a seguinte advertência feita pelas mediadoras:

a gente vai tentar fazer uma moderação desse chat, então qualquer conteúdo e comentário ofensivo que tenha o intuito de apagar ou diminuir as diferentes vivências, diferentes grupos que fazem parte da nossa história, e da nossa sociedade também, vão ser comentários que a gente vai excluir, enfim, faz parte, a gente está aqui. O diálogo ele é importante, mas tem discordâncias também, e opiniões. Mas é importante a gente partir do respeito também entre as pessoas.

Coletivos alertaram para a dificuldade do momento em que tiveram de enfrentar a não possibilidade de realização de atividades no espaço público. E também sabem perfeitamente da importância presencial em atos. O presente contexto também se tornou como mais um desafio a quem possui poucos acessos relacionados às tecnologias digitais. Assim, muitos coletivos de certo modo denunciavam sobre os entraves das novas tecnologias às pessoas que detêm poucos recursos materiais, como possuir um notebook, aparelho de celular, e principalmente ter banda larga disponível. É relevante salientar, neste sentido, que muitas das comunidades localizadas na periferia de São Paulo são marcadas por larga produção oral de suas

atividades culturais. E este é um recurso importante como forma de preservar suas memórias, referências e práticas.

Com o passar de meses (até mais de um ano), e quando a cobertura vacinal já atingia a maior parte da população, começaram a ocorrer processos graduais de abertura nos serviços da cidade demandados por parte das instituições públicas. E ora ocorreram de maneira prudente, e em outros momentos mais céleres. A partir daí as atividades que se intercalavam entre encontros remotos e presenciais ganharam mais frequência. Era flagrante que a necessidade de interações sociais em vias presenciais urgia. E assim, atividades híbridas também passaram a dar o tom nos encontros. A seguir descrevo três situações importantes desta lenta, complexa e gradual retomada. Vale ressaltá-las como casos interessantes, cujos movimentos demonstram como as atividades remotas e presenciais no contexto se fizeram relativamente justapostas em determinado momento, mas desconectadas em outros, revelando suas intrincadas fronteiras.

### **5.5. Retomada do espaço público: transitando entre o *online* e *offline***

Logo após o término da Conferência Popular dos Movimentos Culturais de São Paulo fui convidado pelos integrantes do Ururay para participar de um debate sobre uma exposição sobre a memória do lazer, cujo evento contemplava a programação dos festejos de aniversário do bairro da Penha. O evento seria encabeçado pelo Movimento Cultural Penha que organizou uma exposição batizada de “O tempo do lazer”. Para além da exposição, também foi organizada diversas *lives* debatendo a história do lazer na Penha, as quais foram transmitidas pelo canal de *Youtube* do Movimento Cultural Penha. Memorialistas e cidadãos penhenses participaram destas *lives*. E, no caso participei da *Live* “O tempo do Lazer”, como pesquisador e debatedor junto aos historiadores do MCP.

Neste momento comecei a acompanhar de perto a retomada em distintas atividades. O segundo semestre de 2021 começou com a vacinação da Covid-19 avançando e promovendo pequenas aberturas no comércio e espaço público. Assim avançava-se para ações que mesclavam atividades remotas e presenciais. Foi uma atividade realizada em 21 de agosto de 2021 pelo Centro do bairro da Penha que retomei minha atividade de campo presencial. A seguir julgo a necessidade de

detalhar como foi esta atividade pois ela nos mostra, talvez diversos anseios presentes nas pessoas e coletividades diante da retomada do espaço público. Sentimentos que marcaram a mim e mesclavam inquietações, curiosidades, medos, felicidades, entre outros.

Deste modo, no dia 21 de agosto de 2021 foi realizado um roteiro/caminhada com o coletivo Grupo Ururay<sup>76</sup>, no bairro da Penha, intitulado de “Roteiro pelo Centro Histórico da Penha”. Programei-me para ir. Assim, parti da Zona Oeste logo cedo, às 8h30min, local onde resido, chegamos por volta das 9:40min no Centro Cultural Penha, ponto de encontro estabelecido anteriormente. O passeio foi combinado com o grupo via *WhatsApp*, situando horários, regras, tendo em vista essencialmente os protocolos de segurança sanitária diante da Pandemia ainda em curso. Devido, evidentemente, a Pandemia da Covid-19, o coletivo havia parado suas atividades presenciais, ainda que prosseguisse com diversas ações via redes sociais. Neste sentido, essa foi a primeira atividade presencial de retorno ao espaço público. E o coletivo a via como uma oportunidade para refletir sobre essa retomada.

Assim, fomos (eu e minha companheira) praticamente os primeiros a chegar. Quem nos recepcionou foi um integrante do Grupo Ururay, que estava acompanhado de um senhor, que é membro da Comunidade do Rosário. Ficamos conversando um pouco com Carlos que nos contou da sua situação como músico e nos falou a respeito das dificuldades da sua profissão diante do contexto de pandemia. Também mencionou a respeito dos seus trabalhos tanto no largo do Rosário e também aos relacionados à música clássica, os quais realiza. Logo depois foram chegando outras pessoas e também os outros integrantes do grupo. Fomos convidados a adentrar ao Centro Cultural da Penha, e esperamos em um espaço onde havia cartazes, lambe-lambes, reproduzindo fotos de Itamar Assumpção<sup>77</sup> e trecho de suas letras. No momento escutávamos ao longe músicos tocando forró, tendo em vista que o CCP possui espaços para ensaio musical.

Os inscritos que iriam realizar o passeio se apresentaram e, em maioria, eram da Penha. Os demais de bairros da Zona Leste, como Arthur Alvim, e uma pessoa oriunda da Zona Norte. O passeio inicia às 10:05 min. A historiadora do Grupo Ururay

---

<sup>76</sup> Ver: <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/>. Acesso em 20 jan 2021.

<sup>77</sup> Itamar Assumpção foi um músico brasileiro que residia no bairro da Penha. Ver: <https://www.itamarassumpcao.com/>. Acesso em 13 out 2022.

teceu suas primeiras considerações a respeito dos protocolos de segurança, e uma delas já chama a atenção pois diz respeito a não manipulação de fotografias. O uso de mapas, fotografias, textos, folhetos, como exposto acima, em capítulos anteriores, têm sido utilizados constantemente pelos coletivos como um recurso e estratégia didática importante para destacar histórias, situações, contextos, geografias, entre outros aspectos.

A historiadora ressaltou que iria mostrar as fotos, mas não seria possível deixá-las circular de mãos em mãos para evitar possíveis contágios da Covid-19. Outra questão estabelecida pelo coletivo foi não fazer explanações no interior das igrejas, por exemplo, assim algumas falas sobre estes espaços seriam feitas antes ou depois da entrada. Manter o distanciamento foi o último ponto, e não de menor importância evidentemente, a ser destacado e a se ter cuidado e atenção durante a caminhada que levaria ao menos duas horas.

**Imagem 10 - Primeiras orientações do roteiro.**

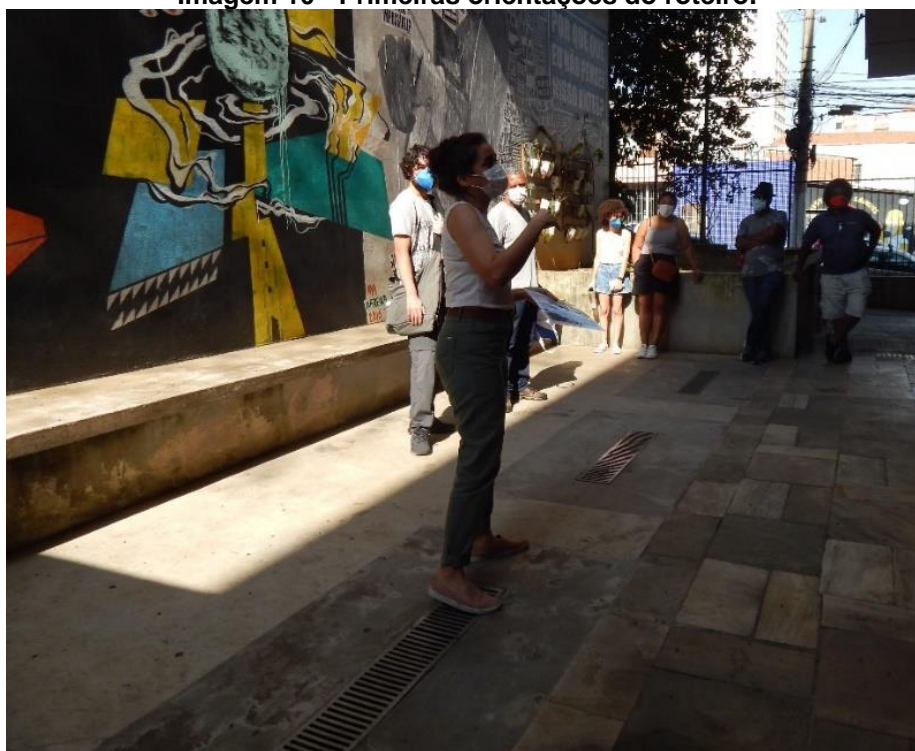


Foto: Paulo Tácio, 2021.

E o passeio se iniciou discutindo prédios históricos que aqui os classificamos pela categoria “*manchas*”, ou seja, são “áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática

predominante” conforme explica Magnani (2002, p. 22). Estas se conectam e se sobrepõe no bairro a outras *manchas*: como as religiosas, compostas por Igrejas, seminários, basílicas; *manchas* comerciais, as lojas, *shoppings*, comércio de rua; *manchas* de equipamentos de saúde: hospitais, postos, farmácias, entre outros. Entretanto, pelo fato do Centro Histórico da Penha ser tombado por instituições de patrimônio, nota-se certamente o que podemos talvez compreender como uma *mancha* de patrimônio cultural da cidade.

O primeiro ponto a se visitar foi a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França, marco de fundação do bairro. Posteriormente, conversamos sobre a história da Penha, e a estratégia de escolher a fundação da igreja, tendo em vista que o bairro se localiza em uma colina. De lá seguimos para o antigo cinema do bairro, que hoje tornou-se estacionamento. Construções novas confundem-se com antigas e sedimentam um bom debate para o campo do patrimônio cultural sobre usos, apropriações, especulação imobiliária, perda de espaços simbólicos relacionados à memória.

Entretanto, para o que cabe neste relato, dediquei-me a observar a condução do passeio diante do novo contexto em que estávamos inseridos. No período da visita mais da metade da população brasileira havia tomado a primeira dose da vacina contra a Covid-19. Durante o passeio comecei também a perceber algumas condutas que situavam o momento. Em algumas ocasiões as pessoas tiravam fotos e faziam suas selfies. Em uma das paradas uma moça me pediu que tirasse uma foto para ela. De pronto disse que tiraria, mas reiterei que higienizasse suas mãos e celular com álcool em gel nas mãos. Assim, também fiz o mesmo processo. Foi um momento que a princípio, não demonstrei tensão, mas depois me ocorreu a preocupação de contato tendo em vista a ideia de um primeiro passeio no espaço público.

O passeio seguiu por várias ruas debatendo espaços simbólicos da localidade. Um dos momentos interessantes da caminhada foi a visita à Basílica de Nossa Senhora da Penha de França, que ostenta pela grandiosidade do prédio e do espaço em seu entorno. O espaço externo possui um grande estacionamento. Lá os membros do coletivo fizeram uma fala inicial sobre a Basílica. Adentramos e logo notamos a suntuosidade da Igreja. Uma nave bem alta, vitrais, confessionários, rampas de acesso, salas de reuniões, entre muitos recintos. Circulamos pelo interior da Igreja, e naquele momento haviam poucas pessoas. Um dos integrantes do grupo conversou

com um funcionário da igreja que detinha chaves dos recintos, e perguntou se podíamos subir nas torres, o rapaz respondeu que sim, e deste modo foi pegar as chaves. O local em que subimos fica entre as duas torres da Igreja e pode se ter uma ampla visão da cidade. Por lá tem-se uma vista bem extensa e interessante da Zona Leste em direção ao centro da cidade. Posteriormente, terminamos à visita a Basílica pela sua cripta, localizada no subsolo.

**Imagem 11 - Abordagens sobre a história da Basílica Nossa Senhora de Penha de França.**



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Na saída puxamos conversa com uma das pessoas que fazia a caminhada. Seu nome era Rodrigo. Rodrigo mora em São Miguel e nos contou o porquê de fazer o passeio, uma vez que havia tomado conhecimento pela internet. Ele também nos disse que costumava fazer passeios semelhantes para conhecer a região, a Zona Leste. Tinha ido ao Parque do Carmo, e outros lugares da cidade. No caminho afirmou que as pessoas costumam ir para lugares distantes, “mas na própria cidade tem diversas coisas interessantes para se ver”.

Essa é uma expressão interessante e que me chama a atenção por tensionar os conceitos normativos que se tem das atividades de turismo e de lazer. E “fazer turismo na própria cidade” é uma frase que certamente causa ruídos nos debates acadêmicos de turismo, assunto discutido em capítulos anteriores e que retomo agora. E é certo que não se pretende abordar tal tema por vias binárias se é ou não é. Neste sentido, para Allis (2014) turistas e moradores podem usufruir de toda dinâmica social, conquanto a façam em perspectivas distintas. Conforme, vimos na parte teórica, este pesquisador vem problematizando o conceito de turismo para além de interpretações econômicas e operacionais (ALLIS, 2016) chamando a atenção, onde devemos nos perguntar sobre possibilidades do “extraordinário” se fazer presente no “entorno habitual” de um possível morador/turista. Igualmente, é bom retomar também Agier (2015), cujo autor observa na cidade diversas formas de sociabilidade, possíveis de identificá-las e que se sobrepõem as ideias que temos de fatos, encontros, dinâmicas vistas como ordinárias e extraordinárias nos contextos citadinos.

Para colaborar um pouco mais na aproximação entre turismo e lazer, observados à luz das práticas de coletivos culturais, pensemos como elementos importantes para a formação social dos sujeitos que as realizam. No caso da ação do Grupo Ururay, atividades como uma caminhada, vista ou não como uma prática de lazer contribui para transformações sociais e culturais, lembrando as referências de Pacheco (2016). Igualmente, o turismo também pode ter relevante efeito, na formação cidadã dos moradores, ou “turista-cidadão”, como nomeou Gastal e Moesch (2008), tendo em vista suas dimensões culturais e sociais, tal como Mascarenhas (2006), atentando para o fato que este pode estar inserido em um projeto de formação, colocando a educação em seu eixo e que tenha como horizonte à busca contínua pela liberdade, em termos freirianos.

O fato é que práticas como a que o Grupo Ururay tem realizado, tal como acionar o patrimônio cultural em atividades de lazer e turismo, proporciona reflexões e práticas que unem elementos de turismo e lazer. O coletivo, por meio de atividades que percorrem *trajetos*, *pedaços* e *manchas*, promovem uma interessante experiência de se abordar a história da cidade. Para debater o patrimônio cultural diversos elementos são acionados, a música, a comida local, festividades, debates, e também o turismo. Conforme dizem os membros do Ururay, são elementos que “ativam” o



interesse para aprender sobre o patrimônio local, ou seja, eles podem ser os principais objetos de discussão, ainda que também sejam ao mesmo tempo mediadores.

E a caminho do desfecho da atividade, marchamos em direção ao Largo do Rosário, onde se nota uma centralidade pujante. Onde é possível notar *pedaços* circunscritos entre uma intersecção de *manchas*. Lojas e bares circundam o largo. Barracas que vendem pasteis, acarajé, bolinhos, estão sempre presentes, e compõe um arranjo de produção local, principalmente quando ocorre festividades promovidas pela Comunidade do Rosário. Deste modo, *manchas* de compras, lazer e gastronomia se sobrepõe umas outras. Equipamentos próximos ao largo, como o Shopping Penha, o centro médico e as muitas linhas de ônibus contribuem para o grande fluxo de pessoas que circulam no local. O largo é local de muitos festejos realizado principalmente pela Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França.

**Imagem 12 - Finalização do roteiro.**



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Entramos na Igreja do Rosário que tem como destaque estar de costas para a Catedral da Sé, tendo em vista que quando de sua construção, a população negra

não tinha permissão de adentrá-la. Um dos monitores do Grupo Ururay explicou os detalhes na parte lateral da Igreja, e também contou com a contribuição de Carlos Casemiro, que contou histórias sobre a Comunidade do Rosário. Carlos viveu parte de sua vida na região, sua família fez parte da irmandade. Assim ele contou que seus avós foram zeladores da Igreja.

Voltamos ao espaço de recepção do Centro Cultural para finalização do passeio. O grupo pediu que sentássemos em cadeiras intercaladas, mantendo ainda distanciamento. Foram apresentados pequenos vídeos, *teasers* do carnaval na região da Penha, os quais são produções audiovisuais do próprio coletivo, com objetivo principal de divulgar suas ações. Por fim, o Passeio terminou por volta de 12h40min. Nos despedimos de todos e ainda ficamos mais um pouco para ver a exposição sobre lazer na Penha, com participação e organização do Movimento Cultural da Penha.

Após este evento acompanhei outras atividades do Grupo Ururay, como os ensaios do Cordão da Micaela, um bloco carnavalesco que compõe uma de outras ações de resgate da memória local, cuja ação, para além do lazer, conta a história de uma parteira, Dona Micaela Vieira, a qual nomeia uma praça do bairro da Penha. A construção do bloco vai de encontro a resgatar memórias relativas a parteira e suas atividades, e as letras das músicas geralmente dizem respeito ao universo da gestação, do nascimento de uma criança, as relações de mães e filhos. Na ocasião o bloco se preparava para o carnaval de 2022. Vale novamente lembrar que samba e lazer geralmente confundem-se com ações e atos com caráter politizado.

Igualmente, acompanhei a retomada da Missa Afro Inculturada em modo presencial, a qual acontece sempre nos primeiros domingos de todos os meses do ano na Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Esta celebração é uma das atividades mais regulares que contam a organização da Comunidade do Rosário e também de membros do Ururay. No dia em que pude assistir à celebração, ocorreram batizados com participações de moradores locais, e também a primeira apresentação de um coral. Outra grande atividade do coletivo foi a organização da 20ª Festa do Rosário, que foi acompanhada de uma exposição intitulada de: “O futuro é ancestral”, que aponta a refletir sobre os valores afro-civilizatórios. E agora voltando ao modo presencial no ano de 2022. Festa que regularmente, e novamente, contou com uma grande organização e extensa rede de apoiadores e participantes oriundos de outros municípios de São Paulo e até estados brasileiros.

Como consequência, agora abordo a retomada de outro coletivo ao espaço público. Esta diz respeito a minhas interlocuções com a coordenadora da Agência Queixadas. Nossas conversas iniciais, que fora intermediada por uma integrante da REPEP, haviam se estabelecido no ano de 2019, como já relatei acima. Diante do contexto da Pandemia, passamos a conversar sobre a situação, o que estávamos fazendo em nossos coletivos. Os primeiros decretos de quarentena e processos de confinamento afetaram diretamente os trabalhos da agência, e a comunidade se dedicou a captar e distribuir alimentos em suas “quebradas”. Todavia, não tardou e passaram a realizar atividades culturais nas plataformas de internet.

A Agência Queixadas, sob comando de minha interlocutora, a partir de agosto de 2020, passou a organizar uma série de *lives* com personalidades do território de Perus, entre elas lideranças indígenas da Comunidade Guarani do Jaraguá, integrantes da greve dos Queixadas, memorialistas do bairro. Assim recebi um convite via *Whats App* feito por minha interlocutora para assistir a uma *live* no *Instagram*. Conforme constava no convite da Agência Queixadas, o Thiago, liderança indígena representa “os povos originários do nosso terreiro”, tendo em vista que Jaraguá e Perus são bairros vizinhos.

Por meio de acompanhamento das redes sociais fiquei sabendo do curso “Tretas, tratos e tramas: gestão cultural e a construção de territórios educadores” promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo em parceria com a Comunidade Cultural Quilombaque. Não hesitei e me inscrevi o mais rápido possível. O curso foi organizado em 07 aulas, às quintas-feiras, das 15hrs às 17 hrs. Teve como palestrantes principalmente os membros da Quilombaque, os quais tem como formações: especialista em Gestão Cultural, geógrafos, educadores populares, artistas plásticos, produtores culturais, arte-educadores e palhaços.

Além dos palestrantes, moradores do território em questão, o curso também teve a presença do professor Euler Sandeville Jr. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O professor Euler tem sido parceiro dos coletivos de Perus, principalmente na consecução e elaboração dos TICPs. Mas, como dizem os próprios membros da Agência Queixadas estas parcerias nem sempre são bem sucedidas. Em diversas ocasiões estes ativistas mencionaram conflitos com pessoas ligadas às universidades, ao poder público, instituições privadas. Não necessariamente mencionado no curso, foi curioso escutar de um membro da Agência

Queixadas, em determinado encontro, na ocasião presencial, a seguinte frase: “a gente nunca teve problema com geógrafo”.

Ainda sobre o curso, este foi uma oportunidade para conhecer como ocorre a construção de gestão cultural do território da Comunidade Quilombaque, entender seus processos de articulação, e evidentemente, uma oportunidade para dialogar com seus ativistas. Os participantes inscritos eram do próprio território, mas também de distintas localidades, sendo que alguns eram de outros municípios e até estados diferentes. A Comunidade Quilombaque durante o curso abordou uma variedade de ações, práticas, e também conflitos em seus territórios, bem como suas relações com outras instituições, privadas e públicas, articulações com moradores locais. E certamente como se deu o processo de interesse e abertura de uma agência que pretende discutir o bairro como um território educador, tal como mencionaram os próprios palestrantes.

Contudo, em fins de 2020 o coletivo se viu às voltas de perder seu espaço físico de trabalho para a especulação imobiliária. Assim, a Comunidade Quilombaque precisou mobilizar sua rede, cuja conexão envolve personalidades principalmente ligadas à cultura para, nesta ocasião, arrecadar fundos e comprar o terreno. O angariamento de recursos foi feito via financiamento coletivo, popularizado pela expressão anglófona *crowdfunding*, mas também podia ser feito via transferência bancária. Felizmente lograram êxito nesta empreitada demonstrando uma força pujante do coletivo diante das intensas investidas do capital imobiliário especulativo na cidade, contando com 626 apoiadores no financiamento solicitado. E perante tamanha adversidade, diga-se de passagem, envolto em discussões permeadas pela especulação imobiliária, e frente a uma pandemia global, o coletivo seguiu promovendo eventos musicais, teatrais, e demais atividades os quais já faziam presencialmente. Também muitos de seus membros foram convidados a participar de distintos debates.

Da experiência com o curso de 2020 a Comunidade Cultural Quilombaque, passou a mobilizar em tempos de imobilidade. Assim, regressou já em janeiro com uma nova turma em 2021 e realizou novo curso, agora por conta própria. Porém, minha interlocução seguiu constante com a coordenadora da Agência. Como mantínhamos conversas via *Whats App*, em umas delas ela demonstrou interesse em entrar na universidade. Fiquei extremamente animado com essa aspiração. Pois ela

já possuía a potência, no sentido de conhecer e praticar as vivências, experiências, construção de ações em seu território, ou seja, experiências tanto de militância como operacionais na área da cultura e turismo. Entretanto, dias depois, dada a sua agenda, evidentemente muito corrida, ela me disse que tinha de adiar essa empreitada. Coloquei-me a disposição em ajudar dentro de meus limites e possibilidades quando ela precisasse.

A Agência teve um ano bastante produtivo com cursos de língua Guarani, língua inglesa e o início da produção de um site. Mas o que me chamou a atenção foi a produção de um curso de turismo feito pela Agência, sob o título: “Turismo de Quebrada: memória, afetividade e resistência”. Entre os meses de setembro a dezembro de 2021 participei deste curso que contou com a parceria de três professores do Senac São Paulo. No curso pude me envolver com mais afinco e dialogar ainda mais com os outros integrantes da Agência Queixadas. Certamente também pude conhecer e dialogar com os interessados no tema, que eram pessoas de várias origens do país, com expressivas experiências, notadamente muitas mulheres, mulheres negras, que trouxeram experiências distintas e muito pertinentes.

A Agência abriu o curso contando sobre suas experiências e construção de suas iniciativas. Nas aulas seguintes os professores do Senac fizeram a mediação e discutiram diversos temas propostos na grade, tais como: cartografia social, turismo de base comunitária, diversidade e multiculturalismo, narrativas de territórios e outros aspectos operacionais da atividade, como abertura de agência, precificação de atividades, entre outros. O curso foi orientado por uma “provocação” constante feita pelos professores ministrantes, cuja indagação remetia a pensar sobre qual “imaginário estamos falando” e também “que imaginário queremos para os nossos territórios”. Proporcionou pensar quais imaginários os movimentos sociais aqui discutidos estão arranjando, como estão tensionando as narrativas oficiais, como se distanciam do típico, do tradicional principalmente no tocante às temáticas de patrimônio cultural.

Entre muitas provocações e reflexões vale destacar algumas delas que dialogam com as principais questões desta tese. Em determinada ocasião, uma integrante da Agência Queixadas proferiu no curso: “que as narrativas sejam criadas por nós, e não de fora”. E isso diz respeito a uma imensa disputa. Foi ainda reforçado por meio de uma fala de minha principal interlocutora, quando esta apresentava os

trabalhos da agência. Assim, apontou sua postura de criticidade frente à universidade, pois é preciso “quebrar códigos acadêmicos”. Neste sentido apontava outras possibilidades de discutir dialogicamente seu território, e o “se virar”, a *sevirologia*, se faz presente nesta construção. Diante disso, o coletivo se mostra muito experiente em construir parcerias com instituições como no caso o Senac, que em outra oportunidade, já havia contribuído na construção do projeto “Perus Hospitaleiro” voltado ao turismo, durante o 15º Congresso de Lazer e *Fields School*. Em diversas falas dos integrantes, estes apontaram que há plena autonomia dos indivíduos na Comunidade Quilombaque na tomada de decisões, salientando que a maioria destas se baseiam em acordos coletivos. Neste sentido destacam a construção compartilhada do turismo de resistência e o trabalho da Agência Queixadas na construção de seus roteiros.

Uma das palestras que certamente destaque no curso foi realizada por uma turismóloga, moradora do Bixiga, convidada por um dos professores, e que abordou os temas relacionados aos valores afro-civilizatórios, que envolvem elementos essenciais e caros às questões da negritude. Lembrando que este foi tema de um evento produzido pelo Grupo Ururay. A palestrante pontuou os elementos principais afro-civilizatórios como circularidade, posse da terra, papel da mulher na sociedade, corporeidade, musicalidade, comunitarismo, memória, oralidade, axé, energia, lúdico, entre outros componentes.

No mais, as discussões nas aulas envolveram também temáticas de grupos invisibilizados pela sociedade capitalista e patriarcal, como a comunidade LGBTQIAP+, pensando possibilidade de roteiros que saíssem de estigmatizações muito comuns no turismo, mormente convencional, dialogando com a própria estruturação da Agência Queixadas e seus roteiros que primam pela problematização de seu território.

O diálogo com estes ativistas nos ativa a refletir sobre temáticas essencialmente ligadas aos repertórios e performances (ALONSO, 2017) de movimentos sociais, como greves, ocupações, reapropriação de espaços, ressignificação de outros, dilemas que envolvem a circulações de corpos (negros, mulheres, LGBTQIAP+) na cidade, entre outros. Elementos de cultura e lazer enquanto ressignificação, resistência, releitura que se desdobram em atividades de turismo.

Isso fica mais claro ao observar a nomeação de roteiros, por exemplo da Agência Queixadas, a quem organiza o passeio pela “Trilha da reapropriação e ressignificação dos espaços públicos”. Outros temas também revelam discussões que remetem ao recente passado brasileiro marcado pelo autoritarismo do regime militar, como a trilha que perpassa a “vala comum”, onde inúmeras pessoas foram assassinadas durante tal período e enterradas clandestinamente no Cemitério Dom Bosco em Perus. E a trilha problematiza não apenas as mortes dos desaparecidos políticos do período de Ditadura, mas também da própria população negra e periférica. No site da Agência, a trilha é destacada com a seguinte frase: “Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Diante disso este coletivo a problematiza profundamente suas ações territoriais e de turismo. O fazer turismo não se opõe às ações políticas, a busca por cidadania, a luta por direitos humanos. O coletivo aborda essencialmente discussões que salientam o esquecimento do estado enquanto um provedor de políticas públicas e também como um órgão repressor, com legitimidade de uso da violência como postula Max Weber, assim, tem sido promotor de políticas que causam alta mortalidade, principalmente, relacionado aos corpos negros e periféricos. Os roteiros de turismo possuem alta carga de politização e isso é reiteradamente afirmado.

E pensando nesta questão, o turismo pode ser reconhecido como uma ferramenta de difusão destes assuntos, vivências e histórias delicadas e evidentemente danosas a muitos grupos sociais. Ao passo que também pode ser um mediador para compreensão da potencialidade dos territórios, das tecnologias sociais produzidas (que decerto são menos importantes do que as tecnologias digitais), ou seja, a sabedoria cotidiana, o conhecimento produzido coletivamente, os fazeres são uma imensa estante de conhecimento estabelecida e construída nas práticas cotidianas.

Concomitantemente ao curso, no dia 28 de outubro de 2021 o professor Thiago Allis novamente estava programando uma visita ao território de Perus. A partir de pensar uma simples visita ao campo, a ideia ganharia corpo e vários participantes devido a entrada de um projeto do próprio professor Thiago Allis com outros professores, inclusive a professora Simone Scifoni, e também adentrando a pesquisa de um recém ingresso, pós-doutorando do PPGTUR. No dia 26 de novembro fomos até a Quilombaque com intuito de dialogar com a comunidade e apresentar o projeto

coordenado pelo professor Thiago. Fui como parceiro informal do projeto, e também como pesquisador. Inclusive meu orientador, professor Reinaldo Pacheco também fora convidado pelo Thiago para o projeto e também esteve presente. O projeto e a visita também contavam com mais três estagiários, sendo estudantes da Faculdade de Geografia da USP.

Partimos praticamente às 10 horas juntos da Estação Luz em direção à Perus. Um caminho relativamente tranquilo feito em um horário em que o horário de muito movimento e circulação de pessoas já havia baixado. O dia estava nublado, e assim saltamos em Perus. O bairro chama a atenção e os integrantes do grupo logo passaram a tirar fotos já na passarela. Todos estavam entusiasmados, ao passo que também chamávamos a atenção por conta da nossa curiosidade em ver, parar, espiar, fotografar. Assim que descemos da passarela do trem, o professor Thiago me perguntou onde ficava a sede da Quilombaque. Prontamente apontei o sentido. Uma praça circunda a região da estação, onde acima desta localiza-se um viaduto. Na saída da passarela vira-se à esquerda, uma rua com asfalto precário e ladeada entre muros do trem e muros de casas e galpões, cujas paredes estão repletas de grafites. Os grafites homenageiam personalidades negras e também de figuras notórias do bairro, como o José Soró, que fora militante e educador social da região, falecido no ano de 2019. Na pintura em tributo à José Soró está grafado a expressão disseminada pela greve dos Queixadas “firmeza permanente”.

Nesta primeira parada, o grupo passou a tirar diversas fotos. E eu não diferente também saquei minha máquina e as fiz. Estava parado olhando o grafite em homenagem ao Soró, e quando não de repente, um rapaz, magro, com altura de mais ou menos 1,80, calçando chinelo, carregava uma mochila nas costas, fitou-me e não demorou, passou a puxar um papo rápido. Chamava-se Ailton, disse que morava perto da Estação e fez questão de elogiar o trabalho da Quilombaque, assinalando que “eles fazem um trabalho muito bom pro bairro” e “ajudam muita gente”. Elogiou a figura do José Soró da qual também aproveitou e tirou uma foto com seu celular. Perguntou-me se eu era do bairro. Disse que não, e que estava acompanhado (apontei para meus colegas) afirmando que éramos de distintos bairros de São Paulo, da Zona Oeste, Leste, Centro. Prosa rápida, mas fortuita, despedi-me do rapaz e fui em direção aos meus colegas.



**Imagem 13 - Pesquisadores da EACH e moradores fotografam grafites locais.**



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Fomos recepcionados pela minha interlocutora que nos esperava logo na entrada da Quilombaque. Vale destacar que minha interlocutora sempre se mostrou uma pessoa muito acolhedora desde o início de nossas conversas. E não foi diferente esse acolhimento, um dos primeiros pós-confinamento. Assim ela nos pediu que aguardássemos pois os integrantes da Comunidade Quilombaque estavam dialogando na ocasião com a deputada federal Sâmia Bonfim nas dependências da sede. Meus colegas ficaram circulando pelos espaços, observando a cozinha, construída em pau a pique (a qual há em exposição além de apetrechos culinários, uma bandeira do Movimento dos Sem-Terra). Também circularam pela as proximidades de uma horta, miravam os grafites na sede com ares curiosos.

Imagem 14 - Diálogo de estudantes e professores com integrantes da Agência Queixadas.



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Passado a espera iniciamos uma roda de conversa. A minha interlocutora começou a apresentação, mas aguardava também o seu parceiro de agência, que não tardou e chegou para a conversa. Apresentaram o trabalho da Quilombaque e da Agência Queixadas, seus princípios, ideias, ações e práticas. E, posteriormente, o professor Thiago apresentou o projeto “A inteligência emana da cidade: o valor estratégico das tecnologias sociais para gestão urbana contemporânea”, que visava discutir “cidades inteligentes”, mas pela ótica das tecnologias sociais produzidas por coletivos e instituições como a Agência Queixadas.

Imagem 15 - Caminhada pelo bairro de Perus com destaque para grafite que homenageia a personalidade José Soró.



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Posteriormente a reunião, decidimos ir almoçar. Fomos a pé por Perus, e foi deveras interessante para conhecer alguns dos *trajetos* e escolhas dos nossos interlocutores, uma vez que fomos guiados por eles. No caminho passamos por praças, vielas, córregos, e novamente os grafites dando as cores e narrativas periféricas. Mas não apenas estas instalações vistas como corriqueiras nas paisagens periféricas são de destaque. Lá pelas tantas, chamei a atenção de colegas do grupo para um restaurante mexicano, e a minha interlocutora interveio e logo me advertiu ser uma rede com franquias em vários locais de São Paulo, inclusive em bairros de classe média. Assim, encontramos um restaurante para almoçar, o qual foi indicado por ela.

Na volta do almoço nos dividimos em dois grupos pois o integrante da Agência Queixadas havia passado em sua casa para pegar seu carro. Iríamos visitar as dependências da fábrica de Perus. Junto com ele, fomos eu e mais três colegas do

grupo, enquanto o restante decidiu “chamar um Uber”, a pedido de minha interlocutora.

**Imagem 16 - Coordenadora da Agência Queixadas mediando visita nas dependências da Fábrica de Cimento Portland.**



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Imagem 17 - Fábrica de Cimento Portland.



Foto: Paulo Tácio, 2021.

Assim, chegamos à porta da Fábrica de Cimento, onde há um estacionamento, cujo local estava ocupado por um grupo de pessoas as quais realizavam treinamento para habilitação em motocicletas. No local havia guarita com uns três rapazes que conversavam no momento. Um dos interlocutores da Agência Queixadas fez um sinal e falou algo com os rapazes. Logo adentramos ao espaço da fábrica. A chuva intercalava em intensidade, em diversos momentos ela nos obrigou a procurar um abrigo para nos proteger. Nossos interlocutores em momento algum sentiam que era um problema as constantes precipitações. Assim, revezaram-se nas explicações e curiosidades sobre o espaço durante toda a caminhada. Por fim o encontro chegou ao fim aproximadamente às 17 horas. A minha interlocutora nos conduziu até a estação Perus, nos despedimos e fomos embora.

Posteriormente a este evento ainda fui convidado a participar da festa de inauguração da Agência Queixadas que ocorreu no dia sete de maio de 2022, na Rua Margarida Rainha, número 13, no bairro Recanto do Humildes. Agora a Agência teria sede própria localizada no epicentro da “quebrada”. Dias antes uma integrante da

Agência Queixadas também havia me pedido que fizesse um depoimento sobre o curso “Turismo de Quebrada”, assim o fiz por áudio de *Whats App*, e o mesmo adiante foi inserido no site da Agência, em formato transcrito ao lado de uma fotografia com meu perfil.

Na festa de inauguração consegui dialogar com diferentes pessoas. Pude também assistir o documentário produzido pelos coordenadores da própria Agência: “Turismo de Resistência, o qual além de entrevistas com os próprios coordenadores, também traz entrevistas com os parceiros locais, militantes históricos queixadas, integrantes do *hip hop* e do teatro do bairro. Muitos parceiros do coletivo estiveram, professores de escolas do bairro, professores da Universidade de São Paulo, músicos, moradores do entorno. Após discursarem a respeito da importância da presença de uma agência de turismo na “quebrada”, o evento se encerrou com um show de samba.

**Imagem 18 - Samba na laje da Agências Queixadas.**



Foto: Paulo Tácio, 2022.

**Imagem 19 - Moradores assistindo ao documentário “Turismo de Resistência”.**



Foto: Paulo Tácio, 2022.

Um último relato de retomada do espaço público diz respeito a uma atividade organizada pela Repep no dia 20 de março de 2022 no Largo da Matriz da Nossa Senhora do Ó, bairro da Freguesia do Ó, em prol da regulamentação do tombamento do Núcleo Original homônimo, e ampliação de sua área envoltória. Tal ato compõe atividades que moradores realizam desde meados de 2012 em bairros da Zona Norte e Noroeste da cidade, quando do início da formação do GT Brasilândia e Freguesia do Ó (REPEP, 2019).

Segundo os boletins produzidos pelo coletivo, as ações educativas entre a Repep e ativistas locais, agora como parceiros, se iniciam a partir de 2015<sup>78</sup>. Diante disso, memorialistas locais procuraram a Repep especificamente neste ano para discutir a localidade e passaram conjuntamente a produzir materiais, como dossiês, relatos, além de promover muitas ações educativas, principalmente no local conhecido “Mirante da Freguesia” ou “Mirante do Ó”. Tanto a Repep como parte dos memorialistas atuam pressionando o poder público pela revisão do tombamento do espaço, tombado pela Resolução n.46/92 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).

Com o retorno e possibilidade de atividades presenciais, a Repep organizou uma ação educativa no Largo da Matriz da Freguesia do Ó. Tais atividades foram marcadas para o dia 20 de março de 2022, às 11 horas, divulgada via redes sociais como *Whats App* e página do coletivo no *Facebook*. Interessado em saber como andavam as discussões do coletivo programei-me com antecedência e os avisei que participaria. Como integrante da Repep, conhecia este caso de maneira distanciada, não havia ido ainda ao local com tal propósito.

Assim, seguido de minha companheira, cheguei no local, aproximadamente às 11h e encontrei os integrantes do GT no Mirante do Ó, ponto marcado, os quais já estavam se preparando para o ato. O mirante, localizado no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó, fica na lateral da Paróquia da Nossa Senhora da Expectação (também conhecida por Paróquia Nossa Senhora do Ó). O largo é rodeado por casas, sobrados, distintos serviços como bares e restaurantes, e também espaços culturais, como a Casa de Cultura da Freguesia do Ó Salvador Ligabue.

Os ativistas estavam naquele instante dialogando entre si, organizando cartazes, lambe-lambes com fotos da vista, da Igreja Matriz, discutindo sobre os locais em que iriam colá-los, entre outras ações. A proposta educativa incluía diálogos e algumas atividades permeadas por ludicidade, embora o foco principal era abordar e destacar a importância da preservação da vista, uma “paisagem educadora” segundo os ativistas, que possibilita ver inclusive pontos distintos e icônicos da cidade, como a Avenida Paulista. Igualmente, tal preservação é defendida como uma ação a fortalecer a cultura, o comércio e o turismo coadunando-se à memória da cidade.

---

<sup>78</sup> Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2015%20-%20Junho%202015.pdf>. Acesso em 30 de mai de 2022.



Posteriormente, algumas pessoas, moradores do bairro, funcionários do comércio, restaurantes começaram a circular por lá, os quais passeavam entre famílias, amigos, crianças, alguns sozinhos, outros acompanhados de animais domésticos. Parte deles com intuito talvez de espiar o mirante, mas que também demonstravam curiosidade pela atividade do coletivo. Durante o ato os organizadores puderam conversar com algumas pessoas e parte destas moravam na localidade. Percebi de passagem que tinham (evidentemente nem todos) conhecimento do que se tratava e possuíam respectivamente suas opiniões. As colagens destacavam a importância da paisagem e memória da cidade, também questionamentos sobre qual e que tipo de cidade queremos. A ação educativa ainda contava com materiais que estimulavam os participantes a olhar, fruir e refletir sobre a paisagem no Mirante, sua importância local e cidadina.

Em diversos momentos os integrantes do coletivo tiveram de lidar com questionamentos destes moradores. Estes em algumas ocasiões alegavam serem “contra o tombamento do Mirante”, e a negativa, segundo alguns, era de que o processo de preservação iria impedir o “progresso do bairro”, sendo um dos argumentos mais presentes e constantes em suas falas. Inclusive, na minha percepção, ocorreram momentos permeados de tensões. Um deles foram notabilizados pela presença de uma mulher acompanhada de dois homens, sendo que um dos rapazes segurava um cachorro de porte médio/grande pela guia. A mulher demonstrava-se bastante irritada e boa parte do tempo tomou a frente no diálogo com os ativistas da Repep. Os homens, não diferentes, sinalizavam acordo com os questionamentos da mulher e manifestavam-se visivelmente descontentes em seus semblantes. Por mais de uma vez estas três pessoas alteraram suas vozes em diversas circunstâncias para com seus interlocutores. Os ativistas da Repep tentaram firmemente se apoiar no diálogo sobre os desdobramentos da preservação da paisagem.

Vale destacar um fato importante. No horário do ato, também ocorria uma missa na Paróquia. Quando o ato ecumênico se encerrou, o Padre que o celebrava saiu da igreja levando alguns dos fiéis e direcionou-se ao mirante com intuito de tirar fotos. Imediatamente esta atitude foi visto pela mulher e os dois homens descontentes como um apoio direto ao ato da Repep. Foi o ápice do tensionamento promovido principalmente por estas três pessoas que demonstraram completo desagrado com o

padre, alteraram suas vozes o acusando de “usar as pessoas como cobaias”, pois ao tirar foto no mirante estas mesmas “davam sua aprovação às mudanças do local”. Ainda, assim a panfletagem e atividade seguia.

**Imagem 20 - Ação Educativa no Mirante da Freguesia do Ó.**



Foto: Paulo Tácio, 2022.

Mas, o clima de desacordo não parou por aí e em determinado momento um dos homens supracitados chegou a alterar sua voz para com um dos participantes, este último militante da causa do mirante. Até que um outro ativista, também organizador da atividade, morador da região, prezando pela integridade dos presentes, acionou uma viatura da Polícia Militar que estava fazendo uma ronda rotineira no largo. Não tardou e o carro da polícia circulou pela área do Mirante, mas sem fazer nenhuma abordagem, e o conflito adiante foi cessando paulatinamente. Por conta do mau tempo e o início de uma pequena precipitação o grupo decidiu finalizar a atividade por volta de 13h30.

Imagem 21 - Panfletos e colagens do ato.



Foto: Paulo Tácio, 2022.

Todavia, para além deste contexto situado, certamente os organizadores do ato conversaram com outras tantas pessoas que demonstravam opiniões diversas sobre o assunto. Alguns tinham posições contrárias; outros, se demonstravam a favor, e uns terceiros que não tinham uma opinião formada, ou mesmo nem sabiam do processo por qual passava o local. E o debate que não havia começado naquele momento, tendo em vista que descrevi as ações dos GTs da Repep acima, já se fazia por alguns anos em diversos âmbitos. Foi importante estar atento aos diversos pontos de vista,

e certamente vale apontar que “o direito à propriedade”, conforme ressalta Velho (2006, p. 245) é uma velha problemática do debate no patrimônio cultural.

Destarte, no outro dia ocorreu uma reunião do (CONPRESP), em ambiente remoto, pelo aplicativo *Microsoft Teams* (com transmissão ao vivo pelo *Youtube*), que teria como pauta justamente o tombamento do Mirante do Ó na Freguesia do Ó. Um dos objetivos da atividade do dia anterior era mobilizar a comunidade para acompanhar a reunião do CONPRESP. Passa-se da via presencial, para continuar no dia seguinte pelo *Youtube*. Mudava-se de arena, agora para a via remota, mas a tensão entre atores era certamente a mesma. Assim, assisti a reunião pelo canal do *Youtube*.

Participaram notadamente os conselheiros, dentre outros presentes<sup>79</sup>, que abordariam outros temas, mas certamente parte da reunião fora tomada pela discussão do processo no bairro da Freguesia do Ó. Todavia, para além da discussão entre os conselheiros, o que cabe aqui é reiterar as disputas dos atores do dia anterior que agora estavam em ambiente virtual. A discussão continuava e com ela as tensões seguiram, agora via *chat* do *youtube*. Os participantes subiam *hashtags*, termo que tem como propósito indexar uma expressão ou palavra-chave, com intuito de facilitar a pesquisa do assunto referenciado. Estas geralmente vem antecedidas por uma cerquilha, o símbolo “#” (conhecido popularmente como jogo da velha).

A discussão e tensão pelo chat continuava visível, com provocações por parte dos contrários a revisão do tombamento, entre outras, mencionando o ato, acusações ao padre, e que pessoas as quais não eram moradoras do bairro, não tinha direito de opinar sobre a região. Os que estavam a favor da revisão mencionavam que a cidade

---

<sup>79</sup> Segundo a ata da 751ª Reunião Ordinária do Conpresp participaram desta: João Cury Neto (Presidente) - representante titular da Secretaria Municipal de Cultura (SMC); Guilherme Henrique Fatorelli Del’Arco (Vice-Presidente) - representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL - L); Orlando Correa da Paixão - representante titular do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH); Eneida de Almeida - representante titular do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Flávia Brito do Nascimento - representante suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Ricardo Ferrari Nogueira - representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL-U); Rubens Carmo Elias Filho - representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Adilson Amadeu representante da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e Wilson Levy Braga da Silva Neto - representante titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA). Participaram da reunião: Lícia Mara Alves de Oliveira - Supervisora da Supervisão de Salvaguarda (DPH-SS); Jaqueline Ernandes - Secretária Executiva do CONPRESP; Silvana Gagliardi - Assessora do CONPRESP; Marisa A Bassi - Assessora do CONPRESP; Fábio Dutra Peres - Assessor Jurídico da SMC; Luca Otero Fuser - Coordenador do Núcleo de Identificação e Tombamento, (DPH/NIT); Ana Winther - Núcleo de Identificação e Tombamento (DPH/NIT); Matheus Franco da Rosa Lopes - Coordenador do Núcleo de Valorização do Patrimônio (DPH/NVP); Marcelo Chaves Ramos Da Silva.

dizia respeito a todos os cidadãos, com frases “a cidade é nossa”, “a cidade é de todos”. Os embates também foram qualificados por muitas táticas de ação política na internet, e eram seguidas principalmente pela hashtag:

“#aprovaCONPRESPregulamentaçãodaáreaenvoltóriadonúcleodaFreguesiadoÓ”.

As pessoas contrárias à aprovação, reiteraram com a premissa de que “a preservação impediria o progresso” e acionavam as hashtags:

“#NãoAprovaCONPRESP”, ou similares como “#NÃOAPROVEM, #NÃOAOTOMBAMENTOAPROVEM #TOMBAMENTONÃO”.

A reunião durou mais de 4 horas e envolveu discussões sobre vários processos e expedientes além da questão da resolução da ampliação e regulamentação da área envoltória da Freguesia do Ó. Esta pauta entrou como o terceiro processo do dia a ser discutido. Assim, estas pessoas acompanhavam o debate o qual ficou a cabo das conselheiras e conselheiros presentes. Por sua vez, estes expunham suas percepções. No caso principalmente das representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), estas salientaram o risco de perda “irreparável da paisagem” onde “forças de transformação” têm tido muito mais peso nas decisões no conselho. Os outros conselheiros fizeram suas considerações com algumas variações de posicionamento, mas o que transpareceu é que as opiniões destes últimos terminaram por levar o caso a uma instância específica de urbanismo da prefeitura e não no conselho de patrimônio. Diante disso, o presidente do conselho decidiu pôr em votação os posicionamentos das conselheiras do IAB favorável ao parecer do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH); e os que acreditavam ser melhor encaminhar ao DPH para ajustes e posteriormente ser levado a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Por fim, este último foi o escolhido pela maioria.

Tanto as conselheiras do IAB como parte dos participantes via chat, memorialistas e Repep consideraram uma decisão bastante preocupante devido os diversos motivos já mencionados, como colocar em risco a paisagem local devido os avanços constantes e céleres do mercado imobiliário. Posteriormente a esta decisão e também por conta das situações hostis que passou a Repep, o coletivo decidiu construir uma carta aberta descrevendo suas produções e ações, especificando o caso da Freguesia do Ó. Também abordaram sobre seu posicionamento político sobre patrimônio cultural, assim como ressaltar a abertura constante aos diálogos sobre estes assuntos.

Conflitos também passam de uma arena à outra, ou seja, do campo remoto ao presencial, com mais agilidade dependendo da tensão. *On line* e *off-line* são universos que vão se “confundindo, se constituindo como um ambiente” como aponta Segata (2014, p. 74). E um campo aberto de disputas começam a transitar entre as plataformas digitais e ativismo presencial, o que pode nos abrir uma reflexão sobre as muitas possibilidades do ativismo *in situ*. Na verdade, como pontua Rifiotis (2012) dualidades e justaposições existentes em debates sobre ciberespaço, além da citada acima, outras como sócio e técnico, sujeito e objeto, são debates necessários (RIFIOTIS, 2012 p. 573). A despeito desta tese não entrar profundamente no debate (ou produção de narrativas) que envolve a *agência* de humanos e não humanos, ressalta-se a relevância de se rastrear seus fluxos, nos termos de Strathern (2014, p. 295). Além da autora, Latour (2012) deteve-se nos conceitos de híbridos e redes, onde formas de conhecimentos modernos e não modernos se misturam (LATOURE, 2012; STRATHERN, 2014).

Uma outra questão a abordar diz respeito as, igualmente, fronteiras de inúmeras atividades realizadas em um momento circunstanciado e um pequeno espaço contíguo. O encontro motivado por um ato político em defesa da paisagem local, os atores, além dos ativistas, moradores memorialistas, misturaram-se a outros que ali passavam, intencionalmente ou não, com os diversos motivos, a lazer, ou por motivos religiosos, tendo em vista o horário da missa na Igreja. Política, religião, lazer e (por que não turismo?) assuntos quase sempre colocados em oposição confundiram-se profundamente num momento transitório.

Vale, finalmente, destacar que estes encontros foram marcados por cautela, observando que os participantes, mormente, tomando devidos cuidados com contatos, mantiveram relativa distância, utilizando máscaras, ainda que evidentemente nem todos que participavam destas atividades cumpriam à risca estes protocolos. Vistos como uma primeira experiência após longa quarentena, envolta em idas e vindas e constante presença das ondas epidêmicas.

## CAPÍTULO 6 – REFLEXÕES SOBRE *CIRCUITOS*, *TRAJETOS*, “*QUEBRADAS*” E RESISTÊNCIAS DOS COLETIVOS CULTURAIS

Nos capítulos anteriores procurei trazer relatos e referências ampliadas de movimentos sociais e coletivos dos quais tive contato, na maioria das vezes pessoalmente, mas, dada a ordem do dia, evidenciando a pandemia da Covid-19, muitos encontros ocorreram por via remota, em distintas plataformas online. “Reconhecer, observar, analisar, compreender” conforme demonstra Allis (2016, p. 99) interessa metodologicamente para entender os processos do que o autor chama de “mobilidades turísticas”<sup>80</sup>. Não obstante, a tautologia, esbocei os *circuitos*, ou ainda o movimento de movimentos pela cidade de São Paulo por estes últimos tempos.

Abaixo, debato sobre algumas questões que percorrem desafios para a consecução do método escolhido para a realização desta pesquisa, sendo primeiro as inquietações que tem envolvido o pesquisador em sua cidade, diante de estranhamentos e familiaridades, e também sobre recorrências, usos de categorias nativas, conflitos e negociações em que se deflagram os ativistas e coletivos diante das temáticas de patrimônio cultural e turismo. Para assim retomar e se aprofundar no debate sobre o *agenciamento* do turismo, captado por meio de falas verbalizadas, atos e práticas narradas pelos meus interlocutores.

Segundo Agier (2011, p. 60) o conhecimento produzido por uma pesquisa de campo etnográfica pode atingir uma totalidade urbana por meio de análises que incluem estabelecer figuras de linguagem, como metonímias (patrimônio imaterial é na periferia), ou metáforas (periferia é patrimônio), mas, para o autor, tal totalidade também ocorre quando se busca um diálogo interdisciplinar. E para entender como coletivos culturais têm produzido conhecimento a respeito do turismo na cidade é preciso descrever esta dinâmica justaposta à totalidade da produção de turismo na cidade. Ou seja, para fugir da “tentação da aldeia”, e atingir de fato uma ideia de *circuíto* aplicado aos coletivos.

Talvez, este seja um caminho para superarmos nossas pesquisas, produzidas, na maioria das vezes, fechadas em nossas disciplinas, cujas ações estreitam o entendimento da cidade. Essa visão estreita do conhecimento da cidade já foi

---

<sup>80</sup> O autor chama a atenção para o cuidado, uso inconsequente e também inócuo de tal adjetivação (ALLIS, 2016).

advertida por Lefebvre (2012) acerca do parcelamento das disciplinas, que pouco esclarece o entendimento das questões urbanas.

Por fim, reiterando o que havia escrito no prólogo desta tese, reconheço as contradições enquanto pesquisador na universidade, embora acredito que a dialética construída diante dos muitos diálogos, estudos, teorias reiteradamente estudadas e trocadas com meus pares têm auxiliado a construir esta pesquisa com vieses relacionais. Tem sido certamente uma construção interdisciplinar que envolve ativistas, moradores locais, pequenos comerciantes, instituições de ensino, funcionários públicos, coordenadores de organizações da sociedade civil, entre outros atores.

Todos estes sujeitos somam-se na construção de um turismo (ou turismos), que embora não figure nas ações de marketing oficiais públicas, tem passado a chamar a atenção para seus êxitos. Gravari Barbas e Delaplace (2015) vêm realizando diversos estudos sobre o turismo fora de rotas convencionais. Apesar de estes estudos serem essencialmente produzidos no continente Europeu, as pesquisas de tais autoras podem contribuir para algumas reflexões de como os roteiros e atividades de turismo são elaborados pelos coletivos. Muitas das iniciativas abordadas por autores que investigam o “turismo fora da caixa” observam que as iniciativas partem recorrentemente de associações, ONGs, ativistas, artistas, entre outros (GRAVARI BARBAS, DELAPLACE, 2015).

Entretanto, quando se pensa nas práticas dos turistas “fora da caixa”, é preciso apontar algumas diferenciações. As estudiosas supracitadas têm buscado subsídios como um de tantos elementos por meio da ideia de turismo alternativo nos casos europeus. Mas é necessário destacar os números exorbitantes que demonstram a profunda desigualdade social na cidade paulistana, o que decerto nem sempre entra em acordo com os exemplos europeus. Geralmente, os turistas que têm buscado o “turismo fora da caixa” na Europa certamente tem sido os de classe média conforme afirma Gravari Barbas e Delaplace (2015). Nos coletivos aqui estudados, os visitantes ou turistas, no sentido normativo ou não, têm variado bastante. Estes têm sido estudantes brasileiros, paulistas, de diversas idades, moradores do estado e da própria cidade de São Paulo, igualmente estrangeiros, alguns estudantes de universidades europeias, pessoas interessadas nas discussões de patrimônio cultural, memória e periferia, artistas, músicos, militantes, entre outros. Um exemplo



interessante e válido de observar em termos de diversidade: a Agência Queixadas recebeu recentemente membros da comunidade Maori, da Nova Zelândia. Coletivos também tem recebido muitos visitantes brasileiros, do interior de São Paulo, de Minas Gerais no caso das festividades no bairro da Penha. Enfim, além de “fora da caixa”, estas experiências podem certamente se enquadrar em um turismo contra-hegemônico dada sua articulação partindo de movimentos sociais e coletivos que tem pleiteado direitos à cidade. Mas não apenas pois este mesmo perfil “fora da caixa”, ou contra-hegemônico, encontra-se nos turistas e visitantes.

Assim, vale ressaltar que a bibliografia de temas contra-hegemônicos do turismo caso do TBC também se mostrou como potente arcabouço. Em estudos de TBC vemos recorrentemente a ideia do uso da atividade como estratégia e táticas de comunidades. A bibliografia de turismo de base comunitária tem sido bastante importante para a compreender como a articulação entre universidades, movimentos sociais, ONGs, agências de cooperação internacional, governos fazem frente às forças que detém poder, recursos, riquezas conforme observa Moraes et al (2020).

Outras possibilidades de se olhar tais atividades é pensar que tais ações estão a “escovar o turismo a contrapelo”, conforme destacaram Rodrigues et al (2020, p. 314), autoras que partiram da proposta de Walter Benjamin sobre entender a história de maneira oposta a narrativa dos vencedores. As autoras apontam a necessidade de se entender e olhar as cartografias, geralmente, impostas pelo turismo oficial que invisibilizam grupos, comunidades, sujeitos e coletividades.

Deste modo, não se procura abordar o turismo, sobretudo, o que figura na esteira hegemônica, exemplificado no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, pretende-se observá-lo como fenômeno sociocultural, distanciando-se da majoritária percepção positivista. De perto e de dentro possibilita ver a dimensão complexa de como o turismo se delinea nas narrativas coletivas, e ainda sim, também se faz visível na produção do turismo (mais geral) na cidade, pois não se configura como casos isolados em territórios específicos. Os *circuitos* estão sempre abertos a novas configurações.

### **6.1. Desafios para um turismólogo na sua própria cidade**

O primeiro aspecto que quero entabular diz respeito as ambiguidades comuns que enfrentamos em determinadas pesquisas. Em muitos momentos, se não maioria, o pesquisador se sente em um ambiente de proximidade, onde o ordinário e o familiar com a cidade compõem as suas relações sociais. Por outro lado, também, dependendo da escolha e do recorte do estudo, o mesmo se depara em situações de estranhamento. Sente-se, assim, estrangeiro e alheio às outras pessoas, lugares e regras alhures. Sobre tais ambiguidades, isto é assunto exposto em diversas pesquisas da antropologia. E é por este ponto que pretendo, primeiramente refletir, pois traz uma diferença substancial acerca da entrada e inserção no campo entre minhas pesquisas de mestrado e, agora, no processo de doutoramento.

Pretendo fazer um breve apontamento, referindo-me a seguir a minha pesquisa de mestrado, realizada na Vila de Barra do Una, Peruíbe, estado de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2015. A vila, à época, lócus de minha pesquisa, está localizada em uma área natural protegida, regida pela lei Nº 9985, que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O que gerava desde meados dos anos de 1980 uma série de conflitos entre moradores e instituições estatais de proteção ao meio ambiente. Na ocasião do início desta pesquisa, conhecia relativamente o cenário, e, tampouco, atores e regras. Visitava o local apenas como um turista (campista) principalmente em fins de semanas e feriados. Assim, minha relação com os moradores era bastante superficial, fugaz, notadamente sem o rigor, cujo uma pesquisa acadêmica, por bases antropológicas, é submetida. Embora, tenha-me munido previamente de informações sobre a localidade, a minha entrada em campo foi permeada por percalços, encontros, desencontros em (des) acordos com as categorias que tinha em mãos, a saber: comunidades, comunidades tradicionais, caiçaras, turistas, veranistas, ocupantes, entre outras. Por mais que estas categorias sejam definidas, conceituadas pela a academia e estudos de turismo, laudos antropológicos, instituições públicas e privadas ligadas ao meio ambiente, e até mesmo aplicadas por uma legislação e órgão ambiental do estado, na prática, no dia a dia, elas se mostravam bastante embaralhadas. E tal complexidade só fui captar a partir de “estar lá”, refletir, conversar com muitos dos atores sociais, sendo confundido e ora cometendo confusões com as categorias colocadas. Diante, de muitas

incursões, diálogos e reflexões teóricas, inclusive com pessoas que tive breves desentendimentos, pude finalmente começar a ensaiar minhas primeiras interpretações.

Todavia, no caso da pesquisa atual, ocorre algo diferente. Agora encontro-me na condição de ser um morador da cidade, somado ao fato de que de antemão já mantinha contato com a maioria dos ativistas, antes mesmo do ingresso no doutorado, conforme expliquei na introdução. Exceto em pequenos casos, cujos encontros fui conhecendo pessoas, potenciais enunciadore de narrativas de meu interesse, conforme ia sendo apresentado e adentrando em novos *circuitos* e *trajetos*. Esta circulação se deu ativada pelos meus principais interlocutores os quais me ajudavam a entrar em contato com outros ativistas, que na maioria das vezes, se não praticamente todas, fui recebido e prontamente reconhecido como uma pessoa ligada também a um coletivo.

Ao passo que se é importante munir-se de conhecimento prévio sobre o cenário e atores, vai se fazendo necessário a prática de estranhar, ou exercitar o estranhamento do ordinário, como é costumeiramente proposto por especialistas da etnografia. Neste sentido, remeto-me à DaMatta (1978) a quem assinala ser necessário estranhar o familiar, e evidentemente isso, como diz o próprio, não é tarefa simples.

Esta movimentação tem-se revezado em minhas incursões. Na medida que se vai conhecendo, deixando levar-se, passei a delimitar o recorte e grupos pesquisados, tendo em vista os limites relacionados ao tempo possível para fazer a pesquisa. Circular e andar pela cidade para a produção desta pesquisa têm auxiliado a captar as situações e regras dos grupos pesquisados, mas também a provocar constantes estranhamentos em lugares que me são ordinários. Implica um “engajamento nas rotinas urbanas” ao encontro de grupos e acontecimentos ora banais, ora extraordinários” (ECKERT, ROCHA, 2010, p.127)

Conforme Velho (2008, p. 127) a sociedade nomeia, categoriza, e por sua vez estereotipa pessoas e lugares. Assim, pensando também nas objeções de DaMatta (1978), o que se dispõe a princípio sobre a cidade ao antropólogo ou turismólogo (ou também um morador, um turista) é um mapa hierarquizado, composto por categorias estabelecidas pelos viventes da cidade, que em muitos casos são permeadas por estereótipos, preconceitos e lugares comuns. Assim, para muitos cidadãos “a periferia

não é lugar para turismo”; “ocupações” do espaço público são vistas por muitas pessoas como casos de “invasões”, determinados ativismos, como colar cartazes, são “atos de vandalismo”, entre outras formas de vulgarizar e estabelecer clichês sobre determinados grupos, pessoas e lugares. Ainda ocorre atravessamentos nestas percepções estereotipadas, as quais são carregadas por distinções de gênero, classe e raça. E mesmo tendo a disposição este “mapa de estereótipos” de “situações sociais do nosso cotidiano” o pesquisador não necessariamente conhece todas as regras por trás das “interações” como adverte Velho (2008, p.127).

E diga-se, talvez esteja aí uma diferenciação entre um trabalho etnográfico baseado em um rigoroso protocolo de pesquisa, que envolve incursões, reflexões, idas e vindas, encontros e desencontros, de um simples passeio de lazer, um *flaneur* de um morador. Ou mesmo turismo, uma simples visita à cidade, ou aos moldes *beatnik*, de um “turista alternativo”, ou até mesmo de um turismólogo, com todo arcabouço técnico e conhecimento operacional em uma determinada viagem. Por mais que um turista (e em alguns casos, profissionais do turismo, turismólogos) seja metódico, organizado, pesquise, estude, mapeie, viaje, reflita, revise, repense não o faz necessariamente deste um etnógrafo, pois, há a necessidade, conforme Geertz (2012), de um esforço intelectual permeado por relevante teoria da área para a composição de uma descrição densa e interpretativa do campo. E o que surge nesta diferenciação de posição em que o pesquisador se depara e refere-se novamente às similaridades e oposições entre etnografia e viagem, e etnografia urbana e lazer dos cidadãos. Ainda que seja importante reiterar que no caso da antropologia há a necessidade de método e rigor de pesquisa científica que envolve a dialética na construção da escrita, composta necessariamente por uma teoria que lhes dê robustez. E certamente este protocolo nos levará a perceber inúmeras sutilezas no campo, ao passo que se mergulha em todos os processos de investigação.

Ao pesquisador cabe sistematizar suas observações de como seus interlocutores veem o mundo. Um escrutínio de segunda mão (GEERTZ, 2012), mas que difere de ver o familiar como corriqueiro, e o extraordinário como incomum. Da Matta (1978) destaca que para se ter antropologia social, deve-se recorrer a um distanciamento social que recupere o lado extraordinário do pesquisador/nativo. Velho (2008) acrescenta também a distância psicológica, tendo em vista que é preciso captar os elementos do consciente e inconsciente os colocando em prova constante.

Quando viajamos para lugares distantes usualmente dispomo-nos de nossa régua ocidental para fazer alegorias com nossa sociedade. Ao pesquisador a atenção a isso é urgente e deve ser redobrada. É um exercício constante.

E é preciso entender que ao investigar fenômenos citadinos, a visão do pesquisador sempre irá competir com outras formas de se produzir conhecimento sobre a própria cidade (VELHO, 2018). Neste sentido, a pesquisa presente está e esteve sempre a prova, e a todo momento. Para Velho (2008):

o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO, 2008, p. 132).

E o mesmo não ocorre com o turismo? Ou especificamente o turismo na cidade? Sem incorrer em binarismos sobre a fruição do viajante, que supõe de diferenciações (URRY, SELLER, 2006) entre exótico e familiar, alguns autores vêm debatendo tal questão (GRAVARI-BARBAS e DELAPLACE, 2015, ALLIS, 2015, 2016). Importante é notar como aponta Velho (2008) e apostar na interpretação das mudanças culturais presentes nos cotidianos citadinos, e tais transformações também se fazem presentes nas atividades turísticas. Opta-se por um olhar não estacionário, que tem sido congelado por concepções esquematizadas, propagadas por entidades oficiais. O turismo fica sujeito a estas transformações dos lugares e das cidades, e, sobretudo, é preciso estar atento. Os coletivos culturais estão a fazer-cidade (AGIER, 2015), construindo e reconstruindo práticas no turbilhão urbano e, quem sabe, a fazer turismo, no sentido de trazer uma produção de saberes e conhecimento para a área.

Allis (2015), tem discutido um assunto que causa fricção nos debates de turismo, a respeito de não o pensar por bases estacionárias, tendo em vista que o turismo é um fenômeno cultural, e que também se remete aos cânones processuais das relações sociais. Decerto, não se cabe provar nessa tese adágios sobre o “fazer turismo na própria cidade”, assunto até trazido no segundo capítulo e que reaparece em outros momentos do texto. Longe de se debater do que é ou que não é, mas sim de entender fronteiras que se aproximam e se distanciam, principalmente entre turismo e lazer para o que cabe discutir em minhas práticas de pesquisa.

A ideia de estranhamento recorrente numa pesquisa sobre cidade, pensando na minha própria relação com a cidade de São Paulo (da qual eu vivo há mais de 40 anos), e também na minha condição de pesquisador da área de turismo tem me proporcionado algumas ponderações. Muito locais que me são diferentes, colocam-se como familiares, caso de visitar e conhecer a Agência Queixadas, o bairro de Perus, lugar onde há um número de migrantes nordestinos, a paisagem certamente circundada por equipamentos que se fizeram presente durante parte de minha vida, os córregos, as vias, vielas, a estação do trem, o intenso comércio ambulante, trabalhadores, a paisagem, grafites, pixações, entre outras. Assim como também o estranhamento de ir ao bairro da Penha, localizado a 9km do bairro em que morei por quase trinta anos, a Cohab 1. As incursões ao bairro da Penha têm me remetido a minha infância, local em que meus pais iam algumas vezes fazer compras, dada a centralidade existente no bairro, desde meados dos anos de 1980. Certamente observando as *manchas*, *pedaços*, *trajetos* e *circuitos* que o caracterizam e o organizam partindo de meus estudos, já não me é mais o bairro próximo das lembranças da minha infância e adolescência.

Deste modo, estes assuntos têm me provocado a pensar na circulação na cidade e possibilitam, também, a entender as construções coletivas sobre a fruição espacial e narrativas dos cidadãos. A partir dessas familiarizações e estranhamentos vale discutir como no turismo ocorre uma dedicação muito frequente, familiar, em segmentar a atividade, e assim, adjetivar seus nichos. Por outro lado, considerando que estamos percorrendo narrativas plurais, vale atentar-se aos verbos, cujos acionamentos nas falas dos interlocutores se mostram determinantes.

## **6.2. Dar substâncias e adjetivar palavras ao que mais interessa: os verbos**

O trabalho de campo tem apontado algumas recorrências que se mostraram mais presentes ao longo da pesquisa. Mesmo nas mudanças constantes entre o campo presencial e remoto, as alocações dos sujeitos captadas por meio de encontros e interlocuções direcionam para algumas descobertas e pistas. Neste sentido, a antropologia urbana decerto é uma disciplina essencial para os estudos do turismo, pois tem permitido captar e compreender como grupos sociais, não necessariamente apenas movimentos sociais, mas que envoltos na dinâmica do turismo na cidade,

teorizam e desenrolam a atividade. Por meio de categorias construídas dentro do *circuito*, dadas geralmente pelos interlocutores, tem sido possível, a princípio, construir um cenário hipotético. No mais, quando as são testadas nas idas e vindas entre escrita e campo, teoria e método, é possível atingir certa lógica fundante do que se pretende apontar.

Ao caminhar com os coletivos, participar de reuniões, cursos, conferências, voluntariar-se a registrar atas, relatorias, mediar encontros e debates, entre muitas atividades, têm me possibilitado mapear as narrativas, sequenciar fatos, histórias, ações, demandas, situar contextos, entre tantas questões protocolares relacionadas ao método que esta pesquisa se propõe. Igualmente estabelecer uma profunda e constante relação dialógica entre método e teoria. Este percurso de buscas, encontros, desencontros e reflexões, envolvendo decisões deliberadas ou fortuitas direcionam a construir a logicidade dos *circuitos*. E são pelos verbos comunicados dos interlocutores, cujas palavras sinalizam a *agência* dos atores (MAGNANI, 2018). Tais ações vão apontar para o desvio das definições estáticas e inertes que acima destaquei e que as reitero novamente para o que cabe discutir abaixo.

No caso do turismo, antes de se abordar acerca de verbos proferidos, é interessante considerar algumas rubricas sobre suas adjetivações, dada a busca mercadológica por segmentar a atividade. É visível a presença recorrente de adjetivações tanto no turismo oficial, advindo de setores público e privado, que estratificam tipologias. Alguns coletivos culturais também têm nomeado suas atividades de turismo, embora nem sempre sejam com propósitos mercadológicos. E talvez isso explique suas predileções pelo turismo de base comunitária. O TBC é apontado por muitos autores, pesquisadores, comunitários e ativistas, não como um segmento, mas sim como modelo de gestão, ou mesmo como estratégia política, e até como movimento social e político (SAMPAIO, 2006, MENDONÇA, MORAES E CATARCIONE (2016). E nesta pesquisa destacamos o turismo de resistência, turismo de quebrada, turismo de periferia, turismo de favela, entre outras nomeações que apareceram recorrentemente nas falas e projetos de coletivos e agências de turismo. É importante que se aponte que estas adjetivações têm procurado referir-se às suas memórias, lugares, territorialidades e também resistências que, em muitos casos “fazem frente” à economia hegemônica, como vimos em algumas falas e práticas.

Contudo, para aprofundar mais, são por meio dos verbos que encontramos uma possibilidade mais interessante de captar as práticas, para além do que dizem, mas também entender como fazem. Por este ângulo, mais do que observar tal adjetivação, ainda que seus autores tenham alguma pretensa intenção de mudar a substância original (neste caso do turismo), e que seguramente isso não deva ser descartado; interessa-nos observar como se constrói na prática o turismo que se propõe. Assim inúmeros verbos captados sejam eles comuns ao se tratar de disputas na cidade, tais como: ocupar, articular, organizar, pressionar, reivindicar, ativar, mobilizar, debater, difundir, divulgar, problematizar, disparar, revolucionar, mapear; ou outros compostos como locuções verbais, que apontam para a circulação na cidade, caso de “ocupar a cidade”, “caminhar na cidade”, “dar um rolê na cidade”, “plantar na cidade”; e por fim verbos que tem sido originados por meio de neologismos, sendo alguns conhecidos por movimentos, como “aquilombar”, “aldear”, assim como outros que vêm ganhando notoriedade nas periferias “como “se virar” (que suscita a *sevirologia*, termo cunhado pela Comunidade Quilombaque), e também *hackear*. Muitos destes verbos apontam para as ações de grupos ou movimentos sociais que performam em discursos e práticas demandas sociais, mormente às instituições públicas. Outros apontam ao o fazer-cidade dos ativistas, a construção cidadina continua destes grupos mirando-se que a cidade está em movimento constante.

Detenho-me abaixo no verbo *hackear*, dado seu caráter de se apropriar de equipamentos, recursos e até estruturas de poder com vistas a transformá-las. Mencionei nos capítulos acima, como tem chamado a atenção a expressão “*hackear o sistema*”, da qual a origem ainda é pouco precisa. Entretanto, para além das falas em conversas informais e também reproduzidas em alocações de ativistas em *lives*, o aforismo “*hackear o sistema*” pode ser observado em distintas falas fazendo uma rápida pesquisa na internet. Não é difícil encontrar tanto no google ou nas redes sociais as expressões *hackear a política*, *hackear a economia*, *hackear o orçamento*, *hackear a cultura*, *hackear o racismo*, entre outras tantas.

Ao *hackearem* o turismo, reiterando a fala de uma de minhas interlocutoras, caso da Agência Queixadas e somando a outras tantas no mesmo sentido, seu significado é algo como os coletivos utilizam-se de suas experiências territoriais e espaciais pela cidade para pensar e praticar a atividade de maneira mais assertiva tanto em suas localidades como também pela própria cidade. Não pretendo pontuar



isso como uma definição, dada sua complexidade. Porém, deste modo, estão construindo uma ideia de turismo para a cidade a partir do acúmulo e ancestralidade de memórias, reflexões e práticas que advêm de experiências históricas de lutas territoriais, somadas às contestações do presente e da contemporaneidade. Experiências estas que contribuem também para a própria gestão e operacionalização do turismo no território, tendo em vista as peculiaridades e singularidades que cada coletivo enfrenta. Muitos destes ativistas (certamente que não todos) são descendentes dos personagens militantes da década de 1970, ou seja, militantes de movimentos por saúde, creche, educação, cultura, contra a carestia, pelo direito ao lazer, cultura, entre outros. E tem feito sabiamente uso desse legado, compondo um aprendizado de décadas. A partir destas experiências, a construção coletiva de cidade e também de turismo é permeada por percepções distintas e complexas.

Estes coletivos, assim têm produzido conhecimento sobre seus territórios utilizando essencialmente suas referências culturais como mediadoras de muitas atividades, ativando elementos difusores como o turismo, lazer, gastronomia, música, entre outras, para realizar e praticar suas ações. Ao fazerem uso especificamente do turismo para discutirem um determinado assunto posto como central, estes coletivos também passam, em seguida, a problematizar, e possivelmente produzir conhecimento sobre esta atividade.

Por meio das verbalizações dos coletivos nota-se que o turismo não é visto apenas como uma componente de desenvolvimento e sim por uma ampla miríade de possibilidades. Esta construção ocorre devidamente as largas e diversas experiências destes ativistas. Assim, os coletivos têm *agenciado* narrativas polifônicas do turismo, ou seja, diversos entendimentos, crenças compartilhadas (por que não justificadas?) mas que não se prendem em normativas institucionais, construções teóricas e acadêmicas ou tipologias mercadológicas, certamente estas últimas, em muitos casos marcadas pelo distanciamento do real. E pelo contrário, coletivos têm assumido observar por novos contornos, quebrar paradigmas, questionar a atividade, conjecturar, no sentido de tentar entender o turismo de forma complexa.

Para focalizar mais este aspecto, refletimos sobre dois pontos convergentes desta pesquisa: o turismo e o patrimônio cultural. Ao observar os coletivos, sob esta dupla condição, podemos perceber como o turismo tem sido um mobilizador da memória e patrimônio cultural. Allis, Moraes e Sheller (2020) salientam a importância

de entender “como o patrimônio cultural é mobilizado dentro e através do turismo” (ALLIS, MORAES E SHELLER, 2020, p. 276). De fato, é possível que coletivos estejam a empregar o que Urry e Sheller (2006) chamam de “performances de memórias”, cujas ações tornam-se práticas culturais e de turismo, buscando novas, ou outras formas de difusão que não àquelas do conhecido turismo hegemônico que mercantiliza e invisibiliza.

Nigro (2001) aponta que o turismo cultural tem sido um dos meios de difusão do patrimônio cultural. Entretanto, a autora já advertia que isso operava descontextualizando o patrimônio cultural onde exaltava muito mais o “típico” e o folclórico (NIGRO, 2001, p. 55, grifo da autora). Assim, o patrimônio cultural vem sendo apropriado pelo mercado da cultura, ou mesmo o mercado simbólico do patrimônio cultural. A cidade de São Paulo desde os anos noventa vem promovendo ações que determinam o patrimônio cultural como mercadoria conforme sinalizou Nigro (2001). E certamente, ao notarmos o material de divulgação do turismo da cidade, esta visão ainda se faz presente. Ao fazer isso de forma alienada, o turismo assume e potencializa os conflitos que o patrimônio cultural se encontra envolto.

Na contramão, os coletivos culturais, ao menos os aqui abordados, têm atuado no sentido de destacar suas ações cotidianas, as assinalando como referências culturais importantes, que passam ao largo do “típico”, do “tradicional”. Em primeiro lugar estes coletivos têm trabalhado com noções mais diversificadas de patrimônio cultural para além de bens tombados por órgãos oficiais. Isso se mostra nas estratégias de atividades educativas, ou mesmo educação patrimonial. Como destacado pelos próprios coletivos, o exemplo da educação patrimonial abordada como tática pela REPEP; a construção de um território educador, com metodologias sociais elaboradas coletivamente em próprio território, caso da Comunidade Cultural Quilombaque e Agência Queixadas; e o uso de elementos disparadores de discussão do patrimônio cultural, como faz o Grupo Ururay. Tais práticas apontam como são entendidas e performadas as ações educativas as quais envolvem lazer e turismo também como vetores.

Importante dizer que os trabalhos de preservação de instituições públicas, associações de bairro, ambientalistas, profissionais e cientistas, e nesta pesquisa destacada, os coletivos culturais, são todos sujeitos atuantes da preservação da memória coletiva (SCIFONI, 2014). Por sua vez, estes coletivos também tem

constantemente problematizado o patrimônio cultural instituído, elitizado, hegemônico. A contrapelo, tal fato pode ser exemplificado como no debate sobre as “derrubadas de estátuas” nas *lives* produzidas pela REPEP. Este foi um caso interessante para se debater uma questão situada em um determinado contexto. À época de um intenso ciclo de protestos, manifestantes estadunidenses passaram a derrubar inúmeras estátuas, cujos monumentos representam os colonizadores, a história dos “vencedores”, gerando intensos debates na mídia e academia. Assim, os ciclos de protestos tomaram proporções transnacionais, e no Brasil os movimentos negros articularam protestos, debates e discussões.

Para além de ações, muitos vocábulos expressam descontentamento com o centralismo de que são tratadas as políticas de patrimônio: metáforas e metonímias ressaltam suas vivências em seus territórios e importância dos mesmos, como “o patrimônio imaterial está na periferia”, ou a periferia tem “memória e pode ser turística”. Por conseguinte, ao passo que turismo e patrimônio cultural estão presentes conjuntamente em muitas atividades, ocorre também críticas e questionamentos aos conceitos de lazer e turismo. Se o turismo é algo muito engessado... “vamos revolucionar, inclusive, a metodologia do turismo”, mencionou a coordenadora da Agência Queixadas, ou é preciso “co-responsabilidade em quem organiza e quem faz (participa) um passeio turístico”, como disse a idealizadora do coletivo “História da Disputa e Disputa da História”. Entretanto, é certo que há uma diversidade de opiniões e práticas entre os ativistas, e os que não veem problema de atuar no mercado da cultura, associar-se às empresas privadas, tecer tímidas críticas, ou nem mesmo discutir os dilemas envolvidos no patrimônio cultural e turismo. Adiante, é importante destacar como se constrói a narrativa que tensiona turismo e também lazer por meio da construção de um *circuito*.

### **6.3. A composição de um *circuito* de turismo de quebradas e resistências**

Antes de pontuar detalhadamente o que pretendo chamar de “*circuitos* de turismo de quebradas e resistências”, importante apontar o que não é, ou não pretende ser. Abaixo, descrevo sobre algumas questões relevantes a serem destacadas nesta proposta. Observando o sentido diverso, a proposição de tal ideia,

ainda que se mostre possível descrevê-la, é necessário ter em vista seus limites e possibilidades de entendimento.

O *circuito* de turismo de quebradas e resistências não é um “circuito turístico”, tal como exposto anteriormente, este último, trata de uma definição regularmente utilizada por instituições públicas para gestão e planejamento da atividade de turismo. Decerto, “circuitos turísticos” podem se tornar importantes políticas públicas, quando bem planejadas. O “bem planejado” vale ser destacado pelo fato de ter se tornado um clichê da área que não raro é carregado por proselitismo. Conquanto, se se respeita as características locais e territoriais de onde se planeja, se segue por vias democráticas, envolvendo grande parte da sociedade implicada, construindo um gerenciamento justo da atividade, pode, provavelmente, almejar objetivos exitosos. Todavia, não irei delongar na explanação desta ação política. Porém, é importante dizer que é um instrumento que se limita a observar a ação de grupos sociais, comunidades e coletividades circunscritas em um determinado espaço, o que leva muito pouco em conta a fluidez e dinâmica cultural constante de lugares, territórios e atores, entre outras características, certamente presente quando falamos de cidades, as quais, acreditamos que estão sempre em movimento.

O *circuito* é mais amplo que um simples mapeamento de atores e grupos sociais. Pela descrição do *circuito* de turismo de quebradas e resistências notamos uma dialética entre espaço e tempo como características basilares. Do ponto de vista temporal, os coletivos culturais carregam consigo experiências de ações coletivas pregressas, dos anos de 1970, 1980, 1990, ancestralidades até mesmo mais longínquas, e, para além de apenas fixá-las em textos, imagens e mesmo em roteiros, eles as reinventam e manifestam em suas atividades hodiernas. Assim “performam memórias” (URRY, SHEELER, 2006), construídas, narradas, praticadas e dialetizadas entre espaço e tempo. E estes são elementos que dão conta de um universo amplo, nesta pesquisa. Ativistas e coletivos estabelecem suas conexões, pactuações, mas também possuem suas escolhas mais particularizadas. Não se pode deixar de dizer que mapas também possuem suas representações políticas, intencionais (ou não), e é sabido que muitos destes mapas produzidos para exaltar o turismo têm sido marcados por generalizar territórios, apagar arbitrariamente comunidades, bairros, favelas, entre outras (RODRIGUES et al. 2020).

O *circuito* também não é linear, não se propõe início e fim, dado que as escolhas são negociadas, pactuadas entre as pessoas que vão compondo o *circuito*. E certamente é difícil definir suas fronteiras dada a fluidez das conexões construídas, a despeito de suas atuações locais. Coletivos culturais têm procurado mapear seus territórios a partir de suas experiências, afetividades e percepções, dentro de seus limites e recursos, certamente. O *circuito* de turismo de quebradas e resistências é uma noção que não se encerra em definições estáticas, ela foge das arbitrariedades de um mapa que seleciona o que pode ser visto.

Como demonstrado por Magnani (2002), o *circuito* não é um elemento fechado, embora, possibilite classificações. Por exemplo, *circuito* de turismo de quebradas e resistências não se encerra na pauta apenas do patrimônio cultural. Em determinado momento pode ser dar por nível territorial, ou demonstrar outras possibilidades de conexões. Pelo *circuito* notamos a presença, a princípio, de um em menor escala, mais territorializado. Nestes *circuitos* mais territorializados são estabelecidas coalizões entre *pedaços*, marcadas por relações de proximidade, vizinhança, amizades e ativismo de bairro. Nestes espaços que envolvem a temática de *quebradas* e *resistências* constroem-se articulações, que para além dos bares e livrarias (mencionados em muitas outras etnografias da cidade), na pesquisa aqui são especificamente ocupações de antigos galpões, praças, largos, prédios públicos, bibliotecas, centros culturais nas periferias.

Também podendo ser caracterizados como “âncoras” (SHELLER, URRY, 2006) funcionando como “uma infraestrutura socioespacial de interação que é atravessada por circuitos de mobilidade que para ali convergem e, já transmutados, são projetados em várias direções” segundo Freire-Medeiros e Lages (2020, p. 12). Ainda que muitos coletivos tendam a usar suas próprias sedes, como o Movimento Cultural Penha (sede também para o Grupo Ururay), a Comunidade Cultural Quilombaque (que em determinado momento até foi sede também para a Agência Queixadas), outros coletivos estabelecem parcerias para o uso de instituições públicas, como uma das sedes do Iphan, utilizada pela REPEP. O fato é que nestes espaços, os quais incluem *circuitos*, *trajetos*, *pedaços*, *quebradas* e *resistências* do ativismo em São Paulo, são por onde, principalmente, circulam ideias, conceitos e práticas que possibilitam pensar a criação de pequenos roteiros de atividade educativas lançando mão, por exemplo, do turismo e lazer.

Como destacam as autoras Moraes et al (2020), lugares são “inventados, reinventados, esquecidos, declinados”. No caso desta pesquisa, muitos são ressignificados, muitas vezes levantando embates, tensões, fricções. Alguns locais na periferia tornaram-se locais de encontros, visitas, diálogos nos roteiros de turismo. Espaços públicos (até mesmo prédios privados) são ressignificados, mas que desocupados, sem cumprir a função social da propriedade<sup>81</sup>, são ocupados com atividades culturais, monumentos questionados, e a própria ideia do patrimônio oficial tem sido contestada. Exemplo da Fábrica de Cimento Portland que compõem parte do território do Museu Tekoa Jopói da Agência Queixadas. Como exemplos notórios, remetemo-nos às ações do Movimento Cultural Penha e também do Ururay na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França hoje local onde gravita inúmeros projetos culturais e de turismo.

Também importante olhar para os muitos prédios públicos abandonados que logo foram ocupados por artistas locais, enormes extensões de muros sendo grafitados vão se tornando referências culturais, e logo em seguida em roteiros de trilha, como as trilhas de ressignificação do espaço público e Peruserferia, no caso estas em Perus, realizadas pela Agência Queixadas. Todas estas elaboradas por meio de conexões com atores locais, em meio a presença de muitos *pedaços*, que arranjam pequenos, médios a grandes *circuitos*.

Dito isso, é importante dizer que o *circuito* de turismo de quebradas e resistências é composto por indivíduos, corpos, coletividades, trabalhadores, memórias, oralidades, escritos, paisagens, ideias, afetos, conflitos, tramas, “tretas”, “trutas”, pactos, lutas, espaços, sons, objetos, cheiros, paladares que se encontram dentro da cidade e estabelecem sua visão sobre ela, seus territórios e o mundo. E é bom que se diga que aqui não se trata de uma definição, pois todos esses elementos estão sujeitos a transformações constantes.

Por outro lado, o *circuito* também se expande, ao notarmos como estas mesmas pessoas, ativistas, coletivos, ideias, narrativas, imagens e corpos circulam pela cidade, para além de seus territórios. Um exemplo diz respeito a uma fala de uma ativista na Pré-Conferência de Patrimônio Cultural, ela referiu-se as práticas de coletivos que possuem as mesmas pautas, como comunidades de interesse, em torno

---

<sup>81</sup> Conceito jurídico presente na Constituição Federal do Brasil de 1988.

de um tema, objeto, narrativa, grupo, entre outros. O termo “comunidades de interesse” não foi algo recorrente nesta pesquisa, no tocante às falas de meus interlocutores, ainda que a expressão seja de algum modo conhecida, mas que me chamou a atenção no momento, pois tratava-se de falar sobre grupos que mesmo não sendo de determinado território, poderiam opinar, questionar uma determinada obra na cidade. Na ocasião da fala, a autora dizia a respeito da estátua do Bandeirante Borba Gato, envolta em conflitos, vista principalmente como a figura de um opressor do período colonial brasileiro, e que era de interesse de coletividades, especialmente negras e indígenas.

Comunidade é um termo comumente visto como uma categoria clássica para os estudos da antropologia. E não diferente ele é usado por muitos ativistas e coletividades, comunidades de interesse, comunidade LGBTQIAP+, como alguns exemplos. É também presente em uma das tipologias de turismo chamadas de contra-hegemônicas, o turismo de base comunitária. Entretanto, não pretendi olhar pela ideia de comunidade, pois reitera-se o que Magnani (2002) adverte sobre a “tentação da aldeia”, ou seja, pode-se correr o risco de isolar um grupo que está conectado com a cidade. A dinâmica dos coletivos, a construção de suas narrativas, como se refere Magnani ao abordar a rua como experiência urbana, não se encerra nas suas ações e mesmo territórios (MAGNANI, 2002). Além do mais, a própria temática do turismo faz o *circuito* extrapolar os espaços locais e comunitários.

O *circuito* de turismo de quebradas e resistências é certamente presente nas periferias, mas não se limita a um espaço territorial. As narrativas de coletivos têm intercambiado nestes debates sobre turismo, os complexos e diversos entendimentos sobre periferia. Mas, é importante ressaltar que concordamos fundamentalmente com a proposta de D’Andrea (2021) a quem aponta a concretude da ideia de periferia. Assim, periferia é pensada por um viés prático tal como propõe D’Andréa (2021) onde os “sujeitos periféricos” residem em territórios marcados essencialmente pela junção de “pobreza e distância”.

Mas, também, a noção de quebrada, para além de estigmas, é também lugar de afeto, lugar de origem, onde sujeitos constroem relações sociais, onde seus moradores constroem suas histórias, memórias, estéticas. A ideia de quebrada assim, também é um elemento que circula pela cidade por meio das falas e práticas dos coletivos, e se faz presente nas nomeações de práticas, em *trajetos*, e certamente,

em roteiros de turismo, sendo debatidas tanto em quebradas como também nas regiões centrais da cidade.

As práticas dos coletivos têm apontado como circulam ideias, objetivos, interesses. Podemos citar um caso interessante que foi dito pela coordenadora da Agência Queixadas em debate com o coletivo História da Disputa e Disputa da História. Nesta ocasião, a primeira apontou sobre a conexão existente entre uma de suas trilhas, caso da trilha Ditadura Nuca Mais e seu diálogo com temas trabalhados pelo História da Disputa realizadas no centro, como o DOPS, localizado no bairro da Luz. Deste modo, interesses existem. Interesses por temas e causas semelhantes na temática de memória, patrimônio cultural e referências culturais do cotidiano. Ao que parece interesses também pela atividade de turismo auxiliam a potencializar as conexões. Assim, a ação do *circuito* é visível, factível de demonstrar, como tem sido tecida e como caminha.

A experiência de turismo delineada nos *circuitos* e *trajetos*, entre quebradas, subúrbios, e inúmeras periferias, ou das classes populares com suas histórias tornam-se produções diversas, tendo em vista a multiplicidade de experiências dos ativistas da cidade. Embora, seja importante dizer que tenham suas similitudes e possuam suas singularidades e diferenças. O *circuito* de turismo de quebradas e de resistências se mostra considerável e distribuído pela cidade envolvendo lutas que dizem respeito a temas como a cultura popular, as classes trabalhadoras, sujeitos periféricos, temáticas da comunidade LGBTQIAP+ e outros grupos por vezes invisibilizados na cidade.

A ideia de *circuito* pode, em certa medida, também ser aplicada ao campo virtual. Bom salientar, que os coletivos em momento algum se mostraram imóveis durante a pandemia da Covid-19, conquanto talvez tenham sido imobilizados em suas práticas no território. Aos poucos encontraram soluções para se adaptar. O deslocamento das ações presenciais às remotas durante o longo período de quarentena também possibilitou refletir sobre a possibilidade de se realizar *trajetos* e *circuitos* online. O que circulava durante esse período foram e-mails, debates e eventos divulgados em redes sociais, e depois realizados em salas de vídeo, plataformas, sites. Aos poucos com a retomada do espaço público, atividades com caráter mais híbrido foram tomando a cena.



O turismo assim tem tido caráter múltiplo, é um meio de difusão das práticas e narrativas, assim como também tem sido difundido pelos coletivos como instrumento de ação e prática, e sendo igualmente um elemento a ser debatido, discutido, questionado, problematizado. Analisá-lo por percepções diversas, por meio de redes e conexões, demonstra a não viabilidade de centrar-se em conceitos estreitos, os quais se encerram apenas nas produções mercadológicas da atividade.

A partir dos exemplos descritos, é possível examinar, ainda que preliminarmente, possíveis relações entre o turismo e os grupos sociais envolvidos em ações coletivas. É necessário perceber a importância dessas questões, que vão ao encontro da busca pela cidadania e devem ser entendidas pelo ângulo social e cultural. A partir disso, poderemos passar a ver o turismo também como um elemento de desenvolvimento econômico, tendo em vista que esta atividade também tem sido utilizada em discursos e práticas dos coletivos. Não obstante, deve-se ressaltar que muitos dos integrantes de movimentos observam a atividade de turismo com críticas, receio e precaução, e não apenas como uma solução imediata para os seus problemas recorrentes.

#### **6.4. Repensando a relação entre turismo e patrimônio cultural**

É preciso reposicionar o patrimônio cultural no turismo, tanto na produção de estudos teóricos quanto nas práticas, e os coletivos culturais da cidade de São Paulo já estão fazendo isso. Ou seja, a agenda desta mudança está nos processos de *hackeamento* do turismo na cidade. O *hackear*, a cultura, o orçamento, a política, foi uma pista dada por muitos ativistas da cidade. Mas certamente o *hackear* o turismo, mencionado pela interlocutora da Agência Queixadas, chama a atenção e auxilia precisamente na condução de resposta a problemática da tese desenvolvida. Deste modo, procuro, a partir das muitas descrições trazidas na tese, sistematizar como os coletivos culturais têm realizado tal tarefa. É perceptível as transformações de ordem prática e teórica na área do patrimônio cultural na cidade de São Paulo, sendo oriundas das *práxis* destes coletivos, e também compõem um resultado dialético envolvendo instituições da área do patrimônio cultural as quais têm sido demandadas por tais mudanças.

Nos estudos sobre patrimônio cultural têm sido perceptível o avanço na reformulação teórica do patrimônio cultural, mas também no que tange às práticas pedagógicas, como nas metodologias da educação patrimonial. Diversos autores têm trazido referenciais importantes para refletir sobre patrimônio cultural e educação patrimonial (SCIFONI, 2014; TOLENTINO, 2016; DEMARCHI, 2018; FLORÊNCIO, 2018). E não diferente isso reflete em ações educativas em instituições públicas, formais, informais, também de coletivos e comunidades. E esta conjuntura pede atenção a quem pesquisa e trabalha com turismo, que em muitos casos trata de maneira fetichista o patrimônio cultural, ou se limita a simplificá-lo em narrativas oficiais, que apenas servem a segregação material e simbólica.

Por meio de uma metodologia etnográfica, interdisciplinar, situacional e relacional tem sido possível identificar uma polifonia de discursos do que seja turismo na cidade de São Paulo, cujas percepções destoam dos entendimentos estanques oficiais, institucionais e acadêmicas. E esta miríade de discursos sobre o turismo tem profunda conexão com as questões territoriais e culturais presentes nas atuações dos movimentos sociais. E são ainda ampliadas com o *circuito* de quebradas e resistências. Certamente muitas delas dizem respeito às memórias pregressas e de patrimônio cultural local, mas também às referências culturais de seus cotidianos. Deve-se ressaltar que me refiro as referências culturais pensando o patrimônio de maneira *latu sensu*, conforme apontado oralmente em aula pela professora Simone Scifoni (2021). A autora se refere a entender o patrimônio cultural de maneira mais ampla, complexa e problematizadora. Estes grupos vêm problematizando dicotomias ontológicas tais como os debates entre materialidade e imaterialidade, natural e cultural. Ou seja, o patrimônio cultural é construído por um olhar amplo, diverso e democrático.

E nas práticas dos coletivos culturais, o turismo, para além de ser um dispositivo difusor do típico e tradicional, ou encerrado como mercadoria simbólica, tem sido acionado com outras e diversas possibilidades. Como estratégia e tática não apenas de desenvolvimento, mas também funcionando como mediador das práticas pedagógicas. Também como um difusor das memórias periféricas, negras, de trabalhadores, nordestinas, indígenas, das estéticas das quebradas, das lutas locais, resistências territoriais, de corpos e gêneros. Neste sentido as práticas culturais pouco se enquadram como um mero “atrativo”, mas sim compõem um complexo processo e

contínuo até mesmo com o turismo. Aliás pouco se ouviu nesta pesquisa, ou se presenciou em falas, práticas, imagens estas referências culturais como um “atrativo turístico”.

Questionar o patrimônio cultural instituído, mormente de perspectiva colonizadora e até a própria concepção hegemônica de patrimônio cultural; manifestar-se sobre o patrimônio cultural oficializado presente nas periferias, mas que sofre gritante descaso; debater o patrimônio cultural como mercadoria, estão entre as tantas discussões que permeiam os debates entabulados por coletivos culturais. E ao inserir ações que envolvem patrimônio cultural em atividades de turismo, sendo que muitas das primeiras estão envoltas em disputas de narrativas e geram numerosos debates, o próprio turismo tornou-se também tema de discussão no ambiente ativista.

Entretanto este “tornar-se tema de debate” não nos parece que o converte em uma pauta (ou ao menos uma pauta central) para os coletivos, mas certamente o coloca em destaque, tornando passível de diversas formas de acionamentos. Assim, o turismo ora é um mediador, ora um meio difusor, ora é até mesmo um tema de debate. Ou seja, orbita entre um recurso e objeto constantemente. Esses múltiplos manejos da atividade têm sido construídos por meio de uma complexa relação dialógica, que atravessam sujeitos, coletividades e instituições.

Partindo da percepção destes coletivos, as discussões têm gerado muitos temas e questionamentos direcionadas ao turismo. O turismo é bom? Nós queremos o turismo? Podemos mudar o turismo? São indagações correndo nas falas de ativistas. Para seguir, destacamos algumas reflexões da interface turismo/patrimônio cultural. Assim, abaixo descrevo algumas problematizações a respeito de discursos correntes sobre os usos do patrimônio cultural que dizem respeito a sua interface com o turismo. Posteriormente, abordo as práticas, para, por fim apontar como os coletivos culturais tem reposicionado o patrimônio cultural no turismo.

O turismo hegemônico como difusor tem posicionado o patrimônio cultural estritamente como um “atrativo cultural”, o que o destitui de suas singularidades e dinâmicas. Esta ideia é praticamente um axioma que não é contestada ou é muito pouco problematizada nos estudos de turismo. Observemos, a princípio, uma boa parte da bibliografia produzida na área do turismo sobre patrimônio cultural e a normalização do tema “atrativo turístico”, considerando que há poucas produções críticas a respeito de repensar o tema patrimônio cultural na atividade. No mais, no

limite das análises críticas de turismo, cujas perspectivas giram em torno da binaridade de aspectos positivos e negativos, o turismo é visto como uma possibilidade de preservação do patrimônio cultural, de difusão de conhecimento sobre o patrimônio cultural, novamente deixando de lado alternâncias dialéticas do tema, escrutínios sobre suas fronteiras, complexidades, entre outras perspectivas de estudos mais profundos.

E isso não é diferente nas práticas de órgãos oficiais nacionais e internacionais que também têm tratado cultura tanto como atrativo e igualmente a encerrando em proposições elitistas. Pouco se produz ou se pensa a cultura, um tema e termo tão complexo, por outras bases no turismo acadêmico e oficial, que não seja a lógica comum de encaixotá-la em um produto para o mercado, ou por proposições binárias que a classificam, estereotipam e elitizam. Para Hintze (2013) até mesmo governos, na figura de instituições públicas, têm atuado no sentido de “pavimentar” caminhos que “comodificam” o turismo (HINTZE, 2013, p. 375). E isso é outro ponto de encontro que gera impasses entre patrimônio cultural e turismo e diz respeito às questões simbólicas. Para entender melhor ressaltamos um ponto de discórdia que diz respeito à proposição que fora explicitada acima sobre a peça publicitária da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, tendo em vista que o conhecimento sobre determinado assunto (neste caso, o patrimônio cultural) e a construção de seus saberes não é algo específico de um grupo ou camada social, conforme destacou profundamente Santos e Meneses (2010). Ao que foi apontado, percebe-se que o turismo tem sido um vetor de diálogo com o patrimônio cultural, cujos encontros, em muitos casos, promovem relações pouco amistosas e que apontam para muitos conflitos.

Um outro ponto é que os movimentos sociais e coletivos culturais em São Paulo têm participado diretamente da construção de políticas públicas, inclusive, os periféricos. Construções que demandaram enorme esforço. E assim, em acordo com as devidas oportunidades, a Secretaria de Cultura do município de São Paulo passou a entender tal demanda. Evidentemente, essas pactuações tiveram seus conflitos. No que tange aos institutos de turismo, tendo em vista que esta atividade entrou na agenda dos movimentos e coletivos recentemente, é importante que tais organismos atentem-se às mudanças em curso. Se o turismo é um fenômeno sociocultural não se cabe pautar ainda por velhas práticas. E isso é um ponto de comparação crucial desta

tese, ainda que não foi objetivo investigar como o setor público ou instituições de ensino têm observado as mudanças demandas por grupos da sociedade civil. O foco ficou certamente em um ator específico, os coletivos.

Porém, é válido ressaltar o que pesquisadores advertem sobre discursos produzidos por instituições oficiais. Neste sentido, a autora australiana Smith (2011) nos aponta a necessidade de fugirmos do “discurso autorizado” muito presente, essencialmente, em guias impressos de turismo (oficiais e não-oficiais), assim também como em guiamentos de profissionais de turismo que terminam por destacar principalmente apenas os patrimônios tutelados pelo estado, abalizados pela história oficial. Como saída Smith (2011, p. 42) aponta que devemos compreender o patrimônio cultural como um processo e não como um evento intangível. Um exemplo interessante, apontado por Tolentino (2016) diz respeito às falácias comuns na área do patrimônio, como a falsa premissa “conhecer para preservar”, usual em projetos educativos. A educação por si só não basta para a preservação, ainda mais em um sentido que nos induz a pensar na “transmissão de conhecimentos”, uma conduta decididamente bancária que pretende apenas “depositar informações”. Conhecimento não é acabado, é construído por meio da dialética conforme nos lembra Paulo Freire (1996). E na relação entre turismo e patrimônio cultural, o turismo impreterivelmente não pode ser tratado como mero evento e distante de um processo educativo. O turismo assim, pode ser um importante elemento de mediação para a discussão dos saberes construídos cotidianamente. Ele deve estar inserido e pensado de maneira processual e contínua.

Seguramente, o patrimônio cultural ao ser pensado e praticado no turismo, seja administrado pelo poder público ou por instituições privadas, pode evidentemente atuar em outra direção. Ao exemplo do que esta tese tem tentado demonstrar é preciso imprescindivelmente atentar-se a composição do que se entende por turismo em uma percepção integradora, que não inclua apenas acadêmicos, pesquisadores e profissionais da área, mas também pelos distintos grupos sociais, cujos indivíduos e coletividades produzem muitas noções e conhecimentos sobre o tema, e, assim, nos ajudam a pensar a atividade.

Nas práticas dos coletivos culturais aqui estudados, ao menos uma boa parte, o que vemos é um entendimento orgânico dado ao patrimônio cultural, entendido em sentido amplo, abarcando seus cotidianos, ou seja, suas referências culturais. De fato,

que é importante que se faça ressalvas, pois, não obstante, não se quer dizer que não haja coletivos culturais na cidade que lancem mão de práticas ligadas ao mercado simbólico da cultura, ou até mesmo conservadoras. Mas ainda assim, o que tem sobressaído são ideias mais complexas, e isso é revelador no sentido de mostrar diferenças e diversidades no tratamento que é dado a temas adjacentes ao patrimônio cultural, caso do próprio turismo.

Evidentemente que problematizar isso é um dos grandes desafios dentro de um sistema que imputa valor de troca ao que se conhece por patrimônio cultural, tratando-o como um produto, o destituindo de sua essência. E é sabido que o turismo ao se apropriar de referências culturais, memória e patrimônio cultural como “bem cultural” tem provocado profundo esvaziamento de seus usos, servindo mais ao mercado simbólico como adverte Meneses (2009, p. 27). O “uso cultural da cultura” como chama Meneses (2009), pode ser exemplificado nas experiências de turistas marcadas pela superficialidade, cujos encontros são destituídos de conexões mais legítimas com pessoas e lugares. Certamente, que se pode avançar e não se resumir a discutir binômios como autêntico/não autêntico ou impactos positivos e negativos. Mas é urgente refletir na ideia dogmática de “produto” no sentido de mercantilizar tudo que o turismo toca. Importa observar temas caros a muitas coletividades envolvidas com turismo, que correm risco de serem vistos apenas como meros “atrativos”. De fato, pouco se vê pelos coletivos culturais o tratamento como “produto” ou “atrativo” às suas referências culturais ou a seus territórios, mesmo os que já estão trabalhando diretamente com a atividade, caso da Agência Queixadas.

Diante disso, há uma questão que nos traz alertas. O turismo deve acompanhar constantemente debates sobre patrimônio cultural para além dos construídos na própria disciplina. O tema de patrimônio cultural tem avançado, nos estudos que envolvem campos de saber como geografia, sociologia, pedagogia, entre outros, ao menos no sentido de entendê-lo em uma perspectiva integradora. Obviamente, na prática há muito o que se fazer para buscar ações mais democráticas. Todavia, na área de turismo, fica de certo modo nítido que há um acompanhamento muito tímido de tais debates. Em termos de conexão turismo/periferia isso é mais problemático ainda. É urgente atentar-se para o que diz D’Andrea (2021) a respeito de que a própria ideia de periferia tem sido absorvida pelo mercado. Muitos projetos culturais têm lançado mão da marca “periferia” a reificando como um espaço empreendedor

(D'ANDREA, 2021, p. 31). Assim, nos parece bastante duvidoso tratar espaços culturais, permeados de lutas históricas, a maioria delas marcadas por violências físicas, mas também simbólicas, como meros “atrativos turísticos”, apenas para citar um entre tantos exemplos problemáticos. E este é um dilema a se enfrentar, e deve ser encarado em uma agenda de estudos e práticas reflexivas.

E para pensar em boas práticas relacionadas entre turismo e patrimônio cultural é importante que superemos o paradigma mercantilista ou tratar referências culturais como carga viável ao mercado simbólico, tendo em vista que estes modelos influenciam diretamente projetos de turismo. Assim, inúmeros projetos urbanos promovidos pelo Estado o qual se aporta ao capital financeiro têm trilhado tal caminho, configurando-se como ações que aprofundam desigualdades, promovem gentrificação e injustiças sociais, e em muitos casos sob o mantra das “boas intenções” neoliberais. Olhar o patrimônio cultural pelas lentes do turismo apenas como atrativo é algo que, no mínimo, precisa ser discutido. Principalmente, quando diz respeito às ações governamentais, é preciso se orientar por práticas que privilegiem os “territórios da cidade e seus atributos diferenciais” além da necessidade de se criar “condições favoráveis para qualificar as práticas de seus cidadãos” (MENESES, 2006. p.41). A categoria *circuito* nos auxilia a entender a complexa construção dialógica de roteiros, pois compõe um processo de encontros, conflitos e negociações os quais atravessam territórios, cidade, regiões, lugares, corpos, ideias e narrativas.

Neste ponto, remontamos aos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, os TICPs e toda a sua complexa construção. Em conversa com os integrantes da Agência Queixadas foi me dito, e esta referência também se encontra no site do coletivo, a qual aponta que este instrumento possibilita tanto observar as potencialidades do território, quanto qualificar os moradores locais para trabalhar no próprio bairro, sem “precisar pegar um trem lotado para atravessar a cidade”, como disse um integrante na inauguração da sede da própria agência. No site da Agência Queixadas este apontamento é complementado: “acreditamos no turismo, no lazer e na memória como forma de emancipação cultural e financeira”<sup>82</sup>. O Grupo Ururay também ressalta esta questão com a produção de eventos e captação de recursos

---

<sup>82</sup> Disponível em: <https://museutekoajopoi.com.br/territorio/>. Acesso em 09 de maio de 2022.

que são distribuídos em seus territórios como foi destacado na fala de um de seus integrantes. À vista disso, o debate sobre patrimônio cultural e turismo nos coletivos culturais tem também evidenciado uma proposição mencionada acima, a periferia existe, e se faz ouvir, e é preciso vê-la e entendê-la.

Deve-se, igualmente, a quem se dedica a esta atividade considerar todas as tramas emaranhadas e tecidas pelas relações que atravessam o cotidiano dos cidadãos, os vínculos com seus territórios, suas vivências em espaços de sociabilidade, seus *trajetos*, lugares de encontro, referências simbólicas, sejam pessoas, ideias, afetos, objetos entre outros aspectos significativos. É preciso pensar na diversidade dos grupos sociais, no contexto brasileiro, sul-americano, e todas as implicações históricas forjadas neste continente. Isso é necessário e urgente para entender a posição do turismo frente às coletividades entrelaçadas a estas situações. Um dos caminhos que se aponta é por meio de uma resistência epistemológica considerando a justiça social atrelada à justiça cognitiva (SANTOS, MENESES, 2010). O patrimônio cultural como mediador de vivências e sociabilidades pode lançar mão do turismo como difusor de práticas, memórias e vivências. Destarte, pensar na diversidade dos grupos sociais, e em toda a complexidade histórica pode ajudar a entender a produção de referências culturais da cidade. É possível perceber que ao nos determos nestes apontamentos podemos construir perspectivas mais interessantes desviando de visões cristalizadas, preconceituosas e certamente colonialistas (BOSI, 1992, MENESES, 2009, CHUVA, 2011, SMITH, 2011).

O patrimônio cultural tendo o turismo como um difusor pode ser melhor visto no âmbito do que Santos e Meneses (2010) chama de ecologia dos saberes, tendo em vista a desconfiança epistemológica a qual passa a ciência hegemônica. É importante ressaltar que por meio da ecologia dos saberes não perpassa somente conhecimentos, mas também ignorâncias como destaca Santos e Meneses (2010). Assim, vale ressaltar que ao construir projetos que sejam pautados por diversidade epistemológica não queremos dizer que se deve aceitar tudo, mas é necessário estar atento aos processos da utopia do interconhecimento que requer fazer o exercício de atenção ao que é “esquecido e desaprendido” (SANTOS, MENESES, 2010, p. 87).

Coletivos vêm problematizando e questionando projetos que promovam segregação socioespacial emanados por discursos, ora escancaradamente abertos, ou mesmo acaçapados por supostas “boas intenções”. A consciência coletiva das



disputas e relações de poder presentes na sociedade é talvez um caminho para construção de atividades educativas democráticas. O turismo pode, igualmente, ser sim, além de difusor, um elemento mediador de atividades culturais relacionadas ao tema patrimônio cultural e levar em conta tais disputas. Pode assim constituir-se como um dos elementos comuns a auxiliar, a identificar e a somar as lutas de todos os cantos da cidade, tornando-se um mecanismo potente pelas percepções destes grupos. O desafio encerra-se em não realizar o que tem sido logrado desde sempre, a saber, um elemento que reifica constante o próprio patrimônio cultural.

Ou seja, o turismo também deve ser observado para além de efemeridades, tendo em vista o caráter de difusão do patrimônio cultural e práticas culturais, quer seja por estratégias e táticas, temas destacados nos estudos sobre turismo de base comunitária. Quando se fala de ação educativa é preciso entender que todas as ações para sua realização são importantes. A educação patrimonial, “que envolve processos formais e não formais” (FLORÊNCIO, 2019, 61) deve ser vista muito mais do que um simples evento, ou ação pontual, e sim deve ser praticada como um processo complexo, crítico como afirma Demarchi (2018, p. 160).

Difusão é também processo e isso no turismo deve ser posto em prática por lógicas mais orgânicas. Chamo atenção aqui também o processo de *hackeamento* do turismo por parte dos coletivos culturais, o qual passa por diversos questionamentos, uma vez que abarca dialeticamente lutas históricas e também o contemporâneo e o cotidiano. Nos muitos roteiros descritos, nos deparamos com questionamentos estruturais da sociedade, que vão do racismo, machismo, privação dos direitos dos povos originários, lutas sociais pelo acesso à educação, saúde, cultura, lazer, e muitas lutas populares. Para dar conta de tantas demandas, muitos ativistas vão estabelecendo alianças de várias ordens, territoriais, setoriais, entre comunidades, e desse modo promovendo ressignificações de espaços e de toda a pluralidade de ações dos coletivos.

O patrimônio cultural e as referências culturais do cotidiano de cidadãos certamente funcionam melhor do que as enquadrar como mero produto. Destarte, o turismo, construído coletivamente, pode auxiliar a difundir conhecimentos, saberes, imagens, performances (presenciais e remotas) e interesses de coletivos e ativistas da cidade. E é por meio destes fluxos permeados por encontros dialógicos, entre

indivíduos e coletividades que circulam na cidade, que se vai estabelecendo ideias sobre o que seja turismo.

Atividades de turismo vistas por sua dinâmica, como um fenômeno sociocultural, por suas características que exigem deslocamento, e também, pela busca de atividades que complexifiquem o ordinário/extraordinário no espaço urbano, indubitavelmente, pode ser um importante instrumento educativo. Deve-se concentrar no seu caráter de estimular intercâmbios de saberes e conhecimentos, reflexões sobre lugares, alteridades, subjetividades, entre outros pontos. A cidade, como cenário, permeada por personagens, estejam mobilizados ou imobilizados, frente aos muitos processos desiguais de forças presentes na questão do patrimônio cultural, torna-se um importante elemento para discussões que sejam pautadas por bases problematizadoras. O discurso recorrente de que a cidade é caótica, nem sempre condiz com a verdade, pois ao olharmos mais de perto veremos claramente que há muita riqueza simbólica, há vida que se deve escutar, respeitar e compreender.

Estas ações são potentes instrumentos para se construir uma pedagogia crítica para o lazer e o turismo. O diálogo coletivo tem desafiado a própria atividade devido ao seu potencial para estimular a reflexão. O turismo pode auxiliar a denunciar formas de opressão do presente e do passado (BOLUK, CARNICELLI, 2019). Foi citado nesta pesquisa diversas ações educativas e práticas de turismo que fogem da arbitrariedade conceitual que orientam este tema. E diante das práxis destes coletivos tornam-se importantes insumos para uma agenda de estudos críticos do turismo. O papel da universidade nestas ações é imprescindível e pode auxiliar estas práticas de turismo de diversas maneiras. Registrar e sistematizar todas estas atividades pode se constituir como um elemento importante para que estes indivíduos continuem a tecer novos *trajetos* e *circuitos* entre muitos coletivos e, assim, sigam continuamente ressignificando suas “quebradas”. É preciso problematizar a atividade constantemente, suas dinâmicas e suas contradições.

E certo que o turismo ou a experiência que profissionais da área possuem dele, pensando em suas características operacionais, podem, igualmente, trazer suas importantes contribuições. A dialética do contato entre guias de turismo e coletivos tem sido relevantes para boas práticas da atividade, advindas do conhecimento de ambos os grupos. Auxiliar na construção de roteiros, tornar espaços visitáveis, levantar cadeias produtivas locais, capacidade de hospedagem, assim como também

na produção de eventos. Mas tanto questões operacionais como assuntos mais dinâmicos, como refletir sobre as vivências não tratadas como atrativos, cujas relações envolvem atores e cenário só construirão um turismo mais orgânico se forem pensadas e construídas dialogicamente.

Nestes encontros aqui expostos o turismo tem sido situado, sobre quais são suas potencialidades, fragilidades, quais anseios, desejos e até as repulsas os coletivos possuem sobre a atividade. Dois dos coletivos culturais essenciais para esta pesquisa destacaram profundamente o caráter do turismo não apenas como um recurso para desenvolvimento. Mas um caleidoscópio de significados, tais como, difusor, mediador e objeto. E estes também apontaram sua construção de conhecimento sobre a atividade conjuntamente ao lado de muitos outros atores, para além dos próprios ativistas. Esta se localiza na relação dialógica com outros atores, moradores locais, profissionais do turismo, instituições públicas, universidades. É neste sentido que se vai produzindo e tecendo uma narrativa dinâmica da atividade. Para o Grupo Ururay o turismo foi apontado como um recurso ativador para a compreensão do patrimônio cultural. Assim, é um disparador para reflexões, tal como utilizar uma música, eventos musicais, a culinária periférica, entre outras. Assim, como a Agência Queixadas que ao pretender “revolucionar o turismo”, propõe flexibilizar a atividade que impõe certa rigidez, tornar ações educativas, tendo guiamentos de turismo como mediadores. O turismo assim tem se combinado com as práticas dos lazeres insurrecionais que vão surgindo na cidade.

A construção de um turismo que medeie e difunda as culturas periféricas só ocorrerá pelas bases coletivas. Ficou muito evidente em muitas ações e falas que os coletivos e ativistas têm buscado compreender as especificidades de cada território, como criar conexões eficazes, mas principalmente buscar narrativas em comum para encampar mobilizações, ações e práticas efetivas, que as transformem políticas públicas ou autogestões mais justas de territórios. Justiça, democracia e humanidade plena só se conseguirá pela coletividade.

E a construção de um turismo mais humano, não se dará por vias individualistas, bases da ideologia neoliberal, se se quer pensar em cidades mais justas, ainda que possamos reconhecer as contradições e complexidades nesta maneira de pensar. São mais de quarenta anos de neoliberalismo oficializado e disseminado mundo afora: e, infelizmente só vemos resultados desanimadores, como

crescimento do desemprego, da desigualdade social em nível planetário, e uma eterna disputa deflagrada no espaço público. Só há um caminho para construir e pensar o turismo mais justo: ou será pela coletividade, ou, possivelmente, não haverá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi refletir sobre o papel dos coletivos culturais urbanos na formação do turismo na cidade. Por meio das categorias de análise de cidades, *pedaços*, *trajetos*, e principalmente os *circuitos* (MAGNANI, 2002, 2013), seguindo pessoas, redes, objetos, ideias e narrativas têm sido possível compreender a complexa articulação de coletivos e movimentos e como estes têm agido em relação a muitas atividades e manifestações sociais, caso, por exemplo, do turismo. A metodologia utilizada se mostrou relevante por apontar como a ideia de *circuito* se faz presente em pequenas escalas, sejam territoriais e locais, diferentes agendas setoriais, amplas como o direito à cidade ou mais fechada na temática de patrimônio cultural. Assim, foi possível demonstrar, por meio de descrição, a composição de um *circuito*, que neste presente trabalho nomeei de “*circuito* de turismo de quebradas e resistências”. Igualmente, também factível de compreender como este *circuito* dialoga com o turismo (em sua totalidade) da cidade.

Do ponto de vista de contribuição metodológica, além das categorias da antropologia urbana desenvolvidas dialogarem com o paradigma das mobilidades, é possível que estas sejam aplicadas a outros ambientes e contextos, ou seja, para distintos setores do turismo. Entre estes, podemos citar como possibilidades, estudos com: guias de turismo, agências, redes de gastronomia, restaurantes, comércios, entre outros. Neste sentido, a metodologia nos aponta e nos traz quem sabe um novo fôlego para abordar o turismo urbano. Tendo em vista suas potências heurísticas em revelar os vários aspectos sociais e contínua dinâmica cultural de cidadãos e sujeitos que acionam o turismo nestes espaços. Por isso vale destacar a abertura de uma agenda de pesquisa, tanto uma que envolva ações coletivas em cidades, caso desta pesquisa que focou centralmente nos atores “coletivos culturais”; mas, também cabe propor investigações que envolvam os processos e ações entre agentes diretos do turismo com outros atores sociais, como o Estado, instituições privadas, entre outros.

Diante do contexto de quarentena, compulsoriamente demandado pela pandemia da Covid-19, a pesquisa, a despeito da situação dramática, conseguiu relativamente seguir por plataformas digitais. Bom lembrar que referências de estudos por estas bases não são novidades, caso dos estudos de antropologia no ciberespaço.

Foi visível observar que espaços intercalados entre online e offline também se mostraram relevantes para as reflexões nesta pesquisa.

Sobre resultados, é perceptível que a formação do imaginário a respeito de turismo, lazer e patrimônio cultural neste sentido tem se dado para além da construção acadêmica, ainda que muitos dos integrantes de movimentos sociais advenham de tal meio. Outro ponto é que embora tais debates ocorram por meio da via territorial, é possível constatar que as redes que se configuram têm extrapolado escalas locais, possibilitando a formação de *circuitos* com outros atores em níveis regionais, nacionais, igualmente, globais. Também, é importante destacar sua dimensão temporal presente nos imaginários construídos e incorporados pelos ativistas e coletivos.

Assim, o *circuito* de turismo de quebradas e resistências se mostrou importante para observar estas questões, principalmente os processos de entendimento do que seja turismo, pois estes os apontam como um mecanismo de mediação, difusão, mas também funcionando como um objeto de discussão entre os grupos sociais aventados na pesquisa. E este conhecimento é uma construção coletiva que acontece por meio de relações dialógicas entre sujeitos e instituições. Tornando-se contraproducente pensar o trabalho destes grupos se se fica preso a definições estanques.

Deste modo, ainda que a construção da ideia de *hackeamento* da cultura, política e principalmente do turismo tenha sido trazida à baila com a finalidade de demonstrar os processos de mudança na maneira de olhar o patrimônio cultural no turismo por ativistas, coletivos e movimentos sociais, é evidente que ainda cabe debruçar adiante para testar este verbo, em suas potencialidades de análise para a atividade. Porém, foi possível observar que estes coletivos têm demonstrado uma reposição da temática do patrimônio cultural no turismo, que não se prende a proposições tradicionais e estanques da disciplina e atividade. Uma diversidade de experiências e percepções que têm tensionado patrimônio cultural e referências culturais e provocam-nos a repensar as percepções normativas, institucionais e acadêmicas da área de turismo. Assim, a partir destas experiências, reflexões, provocações e principalmente práticas estes coletivos contribuem para a construção de conhecimento em aspectos teóricos e práticos bem como para o desenvolvimento do turismo e o lazer na cidade.

Embora instituições públicas como a Secretaria de Cultura do município de São Paulo, por meio de muita luta social, tenham passado a entender as demandas de coletivos culturais periféricos, caso da instituição de políticas públicas; isso ainda é distante com os organismos oficiais de turismo da cidade. Apesar de que haja algumas ações pontuais, uma vez que o turismo dentro das práticas (ou agenda) de movimentos sociais seja um tema recente. Entretanto, cabe atenção futura das instituições públicas de turismo diante das mudanças sociais em curso, notando que a atividade é reconhecida atualmente como um fenômeno sociocultural.

Não diferente, os estudos acadêmicos de turismo, ainda notabilizados por discursos hegemônicos a respeito do tema patrimônio cultural, precisam ser problematizados. De fato, ainda notamos questões críticas postuladas pelos próprios ativistas, onde o turismo pode reforçar o mercado simbólico da periferia se não tiver os cuidados necessários, outrora apontados. E não diz respeito apenas ao patrimônio cultural “típico”, tombado; mas sim às vivências, referências culturais do cotidiano tratadas como meros “atrativos culturais”. É preciso superar o tratamento dado a memória, patrimônio cultural ou mesmo às referências culturais para além de postulá-las pelo mercado simbólico.

E este ponto nos traz o gancho para se referir aos limites que esta pesquisa enfrentou. É preciso ter em mente que tal mudança de percepção, do ponto de vista acadêmico, acredita-se, ainda está em tímido curso. Não sabemos precisamente como se dará o movimento nos estudos de turismo os quais passem a problematizar a temática do patrimônio cultural e até mesmo conceitos que se tornaram cânones no setor. É necessário propor também um considerável temário de estudos que dê conta de como esta mudança tem sido absorvida nos campos acadêmicos e institucionais.

Outra questão é salientar que uma investigação pautada por estudos interdisciplinares demandou a necessidade de se debruçar em diversos temas desafiantes. Para além dos estudos de turismo, foi preciso estar atento a uma amarração teórica de conceitos e debates da antropologia urbana, geografia urbana, ou mesmo assuntos específicos, cujo alinhamento debatesse com acuidade o objetivo da tese. Assim, tem sido um desafio pensar as principais inquirições deste estudo, que inclusive, também se propôs caminhar por bases transdisciplinares, no qual procurou apoiar-se nos conhecimentos dos próprios sujeitos da pesquisa.

A tese limitou-se a seguir as narrativas dos coletivos culturais, a saber suas *agências*, embora abordando processos decorrentes dos últimos anos, não se aprofundando em investigações sobre outros atores, como o estado, o setor público, instituições privadas, entre outros. Uma pesquisa que dê conta dos processos envolvendo os diversos atores torna-se um desafio e proposição, por exemplo, principalmente a estudos de abordagem conjuntamente qualitativa e quantitativa, com envergadura sociológica ou geográfica. Evidentemente, é muito necessário dizer que olhares distintos e diversos de pesquisadoras e pesquisadores podem ampliar e avançar este complexo debate.

O período da construção desta tese foi permeado por inúmeras contradições. Por exemplo, sobre turismo e o contexto recente, especialistas da área apontaram o ano de 2019 como um período marcante para o turismo. No Brasil há quem vá dizer que também se obteve pontos promissores no que diz respeito a vinda de turistas. Todavia, se descermos a outras escalas da pirâmide social fatalmente iremos observar que o “entusiasmo” não é tão bem distribuído assim. Historicamente, o turismo, do ponto de vista institucional no país, nem sempre conseguiu avançar em um plano mais democrático, ainda que houvesse em diminutos casos alguns exemplos interessantes. E assim chegou uma pandemia no ano de 2020 e desnudou ainda mais as desigualdades. Assim, tivemos um cenário desafiador diante dos últimos anos em que passamos por novos processos, cujos tempos impulsionaram novamente as injustiças sociais nas cidades.

Neste sentido, a mudança social, importante e inevitável na sociedade é um elemento para a construção crítica do turismo. O fato é que para muitas destas comunidades a tensão e o conflito sempre foram presentes. Lutar por direitos básicos é algo comum em suas trajetórias. Como será possível conciliar o que foi ganho por meio de lutas de muitas décadas ao passo que precisam recorrentemente se lançar às urgências vitais porque passam as coletividades? Os grupos devem estar atentos às disputas de narrativas das quais muitas compreendem-se no contexto neoliberal, cujas ações privilegiam privatizações de espaços e especulação imobiliária.

O turismo é marcado também pela predominância de produção de desigualdades. É preciso construir outra ideia, ou seja, outros turismos possíveis, já demarcado pelo Fórum Mundial Social de 2001. Mas é preciso partir para a prática. Como complementa um saudoso militante do bairro de Perus, José Soró: “*um outro*



*mundo é possível, e nós estamos fazendo.*” Em resumo, as políticas de turismo não podem se esquivar das políticas de cidadania. Assim esta ideia deve estar conectada à promoção da participação social cidadã, uma das possibilidades cruciais para se construir cidades justas, saudáveis para todas e todos.

Mesmo em um cenário controverso, ainda assim, é possível notar algumas experiências contra-hegemônicas de turismo espalhadas pelo país, do turismo de base comunitária (de resistência igualmente) com sua diversidade de redes, à democratização proposta pelos defensores do turismo social, e até recentemente os avanços das denúncias realizadas por pesquisadores a respeito da precarização do trabalho no turismo. Muitas dessas ações que correm no contrafluxo são acompanhadas por movimentos sociais. Pondera-se que os integrantes dos grupos analisados carregam importantes experiências e estão envoltos em discussões que passam de reivindicações locais às demandas globais. Tais ações que ocorrem estão muito longe de serem atos forjados, simulacros da realidade; distante disso, apontam para uma riqueza material e imaterial que nem sempre estão presentes nos manuais e guias de turismo.

É preciso que coloquemos todos os cidadãos no eixo da discussão do turismo, para que possamos suplantar a ideia hegemônica da rentabilidade do turismo de negócios, os territórios segregados pelos projetos imobiliários, a gentrificação “gourmetizada”, os espaços que dão conta apenas da história oficial, as artes elitizadas e a precarização do trabalho no setor do turismo. Talvez, deste modo possamos pensar sobre outras possibilidades de se fazer e produzir turismo em São Paulo. Faz-se presente extrair a infeliz capacidade que o turismo tem de ser mais um elemento de contribuição para a desigualdade social. Considera-se estes pontos como algo indispensável conjuntamente à participação de todos os cidadãos no sentido de construção de possibilidades mais integradoras do turismo, ideias e práticas mais justas, tendo em vista observar as injustiças a todos os grupos e pessoas que são prejudicadas pela força do sistema econômico vigente. Atenção a isso, acredita-se que seja o caminho mais acertado.

## REFERÊNCIAS

ADERALDO, G. **Reinventando a “cidade”**: disputas simbólicas e torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo. (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ADERALDO, G. Entre imagens e imaginários: estética e política nas intervenções visuais/audiovisuais de coletivos culturais paulistanos. In: **Pluralidades urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34, FAPESP. 2016.

ADERALDO, G. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 45, p. 66-93, 2019.

ADICHIE, C. N. O Perigo da História Únicall. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design. **TED Global**. 2009. Disponível em: [http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt). Acesso em 3 mar 2021.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015.

ALDRIGUI, M. **Cidade global, destino mundial**: turismo urbano em São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ALDRIGUI, M. Turismo Urbano: um olhar para o quase invisível. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 04, p. 1, 2017.

ALLIS, T. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades**: o caso de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALLIS, T. **Viajantes, visitantes, turistas**. Em busca de conceitos em um mundo urbano. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.23-s.38, nov. 2014.

ALLIS, T.; VARGAS, H. C. **Turismo urbano em São Paulo**: reflexões teóricas e apontamentos empíricos. *Revista Turismo em Análise*, v. 26, p. 496-517, 2015.

ALLIS, T. Em busca das mobilidades turísticas. **Plural** (São Paulo. Online), v. 23, p. 94, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/125112/122184>. Acesso em 11 out 2022.

ALLIS, T; MORAES, C. M. DOS S; SHELLER, M. Revisitando as mobilidades turísticas. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, p. 271-295, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p271-295>.

ALMEIDA, M. V. de. Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, São Paulo, n. 26, p. 141-154, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i26.10785>.

ALMEIDA, P. F. de (org.). **Territórios de Ururay**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.

ALMEIDA, R. S de; JESUS, M. N. de. Desafios para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, T. P (Org). **Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo, Dandara Editora, 2021.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** [online], São Paulo, 2009, n. 76, p.49-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11 out 2022.

ALONSO, A. A política nas ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, ed. Especial, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201700040006>.

ALVES, K.; FERRARI, F.; LUANDO, L. Nós por Nós – Rede Popular de Cultura de M'Boi Mirim Campo Limpo. In: **FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. Nenhum passo atrás**. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital, 2019.

ARIAS CASTAÑEDA, A. E; PANOSSO NETTO, A.; MENDOZA VALDÉS, R.; CASTILLO NECHAR, M. (2013). Teoría crítica y turismo. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 332-349. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/519>. Acesso em 12 out 2022.

ASHWORTH, G.; Page, S. J. Urban tourism research: recent progress and current paradoxes. **Tourism Management**. 32 (1), 1-15. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>

ASSUMPÇÃO, Anelis et al. **MU.ITA** - Museu Itamar Assumpção. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.itamarassumpcao.com/>. Acesso em 13 out 2022.

ASSUMPÇÃO, Itamar. **Persigo São Paulo**. In: Pretobrás III - Devia ser Proibido (álbum póstumo). São Paulo: Selo SESC, 2010. 1 CD (Faixa nº6, 3'54").

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP. 2010.

BALADRE. **Crónica 17: Sao Paulo, resistir en la megaciudad**. Por Diego. Publicado em 05 nov 2017. Santiago de Compostela, 2017. Disponível em:

<https://coordinacionbaladre.org/noticia/cronica-17-sao-paulo-resistir-en-la-megaciudad>. Acesso em 09 out 2022.

BALADRE. **Crónica 18: Trabajo comunitario y lucha guaraní en Sao Paulo**. Por Diego. Publicado em 05 nov 2017. Santiago de Compostela, 2017. Disponível em: <https://coordinacionbaladre.org/noticia/cronica-18-trabajo-comunitario-y-lucha-guarani-en-sao-paulo>. Acesso em 09 out 2022.

BANDUCCI Jr., Álvaro; BARRETTO, Margarita. Introdução. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**. Out 2003, vol.9, no.20, p.15-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a01.pdf>. Acesso 10 de jan 2021.

BELMONTE, M. M.; SILVESTRE, B. M. Quilombaque, distrito de Perus, São Paulo: a emergência do Turismo de Resistência. **World Leisure Centers of Excellence Douglas Ribeiro da Silva International Field School**. Perus, Brazil 2018. Case Study Volume. 1ed.Bilbao: World Leisure Organization, 2018, v. , p. 08-22. Disponível em: [https://www.worldleisure.org/wlo2019/wp-content/uploads/2019/05/BI\\_Case-Studies\\_.pdf](https://www.worldleisure.org/wlo2019/wp-content/uploads/2019/05/BI_Case-Studies_.pdf). Acesso em 15 jan 2021.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo: Megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2011.

BERTONCELO, E. R. E. Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova SP**, 76:169-196.. [S.l.]: [s.n.], 2007. V. 36, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>.

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome / Editora Gramma, 2018.

BOLUK, K., & CARNICELLI, S. Tourism for the emancipation of the oppressed: towards a critical tourism education drawing on Freirean philosophy. **Annals of Tourism Research**, v. 76, 168–179, may. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.04.002>.

BORGES, A. M. A. (2012). **A dois passos do paraíso?** Análise sobre a construção da favela Paraisópolis (São Paulo-SP) como destino turístico. Dissertação de Mestrado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/10843>. Acesso em 15 jan 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10 out 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial da União de 7/8/2000. Brasília, 2000. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em 09 out 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil: Módulo operacional 7 – Roteirização Turística.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/roteirizacao\\_turistica.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf). Acesso em 12 out 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: Orientações Básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 3ª Edição, 2010. Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em 12 out 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo - 2019.** 46, ano base 2018. Brasília: Ministério do Turismo. 2021. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em 01 set 2020.

BURNS, P. M. **Turismo e antropologia: uma introdução.** São Paulo: Chronos. 2002.

BÜSCHER, M., VELOSO, L. (2018). Métodos Móveis. **Tempo Social**, 30(2), 133-151. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142258>.

BUTANTA. **Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contracovid-19-no-brasil>. 2021. Acesso 24 de Fevereiro de 2023.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2011.

CAMARGO, L. O. DE L. Hospitalidade, turismo e lazer. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v.13, n.3, p.115, Dec. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/Sh6h7pQB3PRYZ8F5SwVWfsR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 out 2022.

CAMARGO, L. O. DE L. **Desafios da sociologia do lazer.** In: Fazzi, Rita e Lima, Jair. Campos das ciências sociais: figuras do mosaico de pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis: Vozes. 2020.

CAMARGO, G. F. “**Tem vez que a gente não consegue nem andar**”: uma análise sobre a Qualidade de Vida no Trabalho das camareiras de hotel. 308f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.100.2021.tde-03062021-191214>. Acesso em 10 abr 2022.

CAÑADA, Ernest. Reforma trabalhista e a terceirização na Espanha: a precarização do trabalho das camareiras. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, edição especial Ética no Turismo, jun. 2018, p. 55-70. 2018. Disponível em: [https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/12162\\_ERNEST+CANADA](https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/12162_ERNEST+CANADA). Acesso em 15 jan 2021.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf). Acesso em 13 jan 2021.

CARDOSO, R. Popular Movements in the Context of the Consolidation of Democracy in Brazil. In: Escobar, A. & Alvarez, S. (Eds.) (1992). **The making of social movements in Latin America**. Boulder: Westview Press. 1992.

CARLOS, A. F. A . A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados**, v. 23, p. 313-316, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200021>.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (org.). **A cidade como negócio**. 1. ed. São Paulo: Contexto, p. 43-64. 2015.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. DO C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. In: **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>. Acesso em 11 out 2022.

CARNEIRO, J.; ALLIS. T. Como se move o turismo durante a pandemia da COVID 19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 1 5 (1), 2 2 12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v1 5 i 1 2212>. 2021.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**: vol. 1: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: estação Liberdade/Ed. Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, no 34, p. 147-165, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>. Acesso em 15 jan 2021.

COHEN, E. Toward a sociology of international tourism. **Social Research**, 39 (1): 64-82. 1972.

COHEN, Eric. **The sociology of tourism: approaches, issues, and findings**. Annual Review of Sociology, Volume 10, 1984.

CORBETTA, P. **Social research: theory, methods and techniques**. London: SAGE, 2003.

CORRIDA AMIGA. **Olá, seja bem-vinda/o! Nós somos a corrida amiga**. São Paulo, (?). Disponível em: <http://corridaamiga.org/>. Acesso em 13 out 2022.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: SENAC. 2014.

CPDOC Guaianás. **Quem somos**. São Paulo (?). Disponível em: <https://cpdocguaianas.com.br/quem-somos>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

CRUZ, R. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amália Inês Geraiges de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, G. M. Perspectivas teóricas para el abordaje de los movimientos sociales y su incorporación en el campo de la investigación en turismo. **Turismo y Sociedad**, Vol. 25, Julio-Diciembre de 2019. Disponível em: 10.18601/01207555.n25.10. Acesso em 16 jan 2021.

DA MATTA, R. Ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. (org). **A aventura sociológica**. RJ: Z.ahar, 1978.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: 10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso 19 jan 2021.

D'ANDREA, T. P. **40 ideias de periferia**. São Paulo, Dandara Editora, 2020.

D'ANDREA, T. P (Org). **Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo, Dandara Editora, 2021.

DANGI T. B. JAMAL, T., An Integrated Approach to “Sustainable Community-Based Tourism”. **Sustainability**, Department of Recreation, Park & Tourism Sciences, Texas A&M University, College Station. 8, (5), 1-32. 2016.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. vol 1. 2ª Reimpressão. Rio de Janeiro: 34. 2000.

DEMARCHI, J. L.. O que é, afinal, a educação patrimonial? **REVISTA CPC (USP)**, v. 13, p. 140-162, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162>. Acesso em 25 mar 2022.

DEMARCHI, João L; SCIFONI, S . Patrimônio cultural e educação patrimonial: a operação historiográfica e a tática marginal. **RIDPHE\_R REVISTA IBEROAMERICANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO**, v. 5, p. e019029, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.20888/ridphe\\_r.v5i0.9673](https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v5i0.9673). Acesso em 22 mar 2022.

DE PAULA, A. T.; HEREDIA, V. B. M. Qualificação profissional de camareiras de hotéis e a crítica que Paulo Freire não escreveu. **REVISTA DE TURISMO CONTEMPORÂNEO**, v. 7, p. 141-162, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2019v7n1ID16783>. Acesso em 10 abr 2022.

DE PAULA, A. T. Contrato Intermitente no Turismo: Tendência em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia? **ROSA DOS VENTOS**, v. 13, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i4p14>. Acesso em 10 abr 2022.

DIANI, M. Revisando el concepto de movimiento social. **Encrucijadas**, Revista Critica de Ciencias Sociales, nº 9, 2015. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/79024>. ACESSI em 10 abr 2022.

DIEGUES. A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec. 2008.

DIÓGENES, Juliana. **Fila para estacionar em parques chega a 2h em dia de calor em SP**. In: O Estado de S. Paulo, publicado em 13 out 2015, 7h15. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fila-para-estacionar-em-parques-chega-a-2h-em-dia-de-calor-em-sp--imp-,1778499>. Acesso em 13 de março de 2018.

DOWBOR, L. **O desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. Rede de Tecnologia Social RTS. 2006. Disponível em: <http://www.fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/275/o-desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica.2006>. Acesso em 29 de fevereiro de 2019.

DUARTE, Maurício Dias. **Coleção Movimento Cultural Penha**. Publicado em 30 abril de 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/movimento-cultural-penha-151568>. Acesso em 09 out 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C . Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. **Rua (UNICAMP)**, v. 1, p. 01-24, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638850>. Acesso em 09 out 2022.



ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Antropologia da e na cidade**, interpretações sobre as formas da vida urbana. 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual, 2013. v. 1. 296p. 2013.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>. Acesso em 25 mar 2021

FERREIRA, P.T.A. **Do Passado que insiste em persistir**: Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila Barra do Una Em Peruíbe (SP). 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2015. Disponível em: [10.11606/D.100.2015.tde-29072015-141146](http://dx.doi.org/10.11606/D.100.2015.tde-29072015-141146). Acesso em 03 mar 2020.

FERREIRA, P. T. A.; PACHECO, R. T. B. Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural na cidade São Paulo/SP. **REVISTA DE TURISMO - VISÃO E AÇÃO**, v. 24, p. 340-359, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v24n2.p340-359>. Acesso em 05 nov 2022.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. de M. (1996). Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.40>. Acesso em 03 mar 2021.

FLICTS. **Meu bairro, minha rua**. In: Singelos Confrontos (álbum). São Paulo: Red Star Recordings, 2013. 1 CD (faixa nº 3, 3 min 17 s).

FLORENCIO, S. R.; BIONDO, F. Inventários Participativos Como Instrumentos De Educação Patrimonial e Participação Social. In: **Patrimônios Possíveis**: arte, rede e narrativas da memória em contexto iberoamericano, Goiania/GO. p. 50-64. 2017. Disponível em: [https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05\\_sonia\\_rampim.html#:~:text=Os%20invent%C3%A1rios%20participativos%20s%C3%A3o%20nesta,de%20cidadania%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05_sonia_rampim.html#:~:text=Os%20invent%C3%A1rios%20participativos%20s%C3%A3o%20nesta,de%20cidadania%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social). Acesso em 20 abr 2022.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. **Nenhum passo atrás**. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital, 2019.

FOUREZ, G. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Edunesp. 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra. 1996.

FREIRE-MEDEIROS, B.; TELLES, V. S.; ALLIS, T. Por uma teoria social on the move. **TEMPO SOCIAL (ONLINE)**, v. 30, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0003-3121-7897>. Acesso em em 03 mar 2021.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, L. **Epistemologia da Laje**. *Tempo Social*, v. 31, p. 153-172, 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-3121-7897>. Acesso em 20 abr 2022.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções\*The Mobilities Turn: Flows, Fixities and FrictionsLe tournant des mobilités : fluxes, fixités et frictions. **REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 3, p. 121-142, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.11193>. Acesso em 05 nov 2022.

FREITAS, C. C. M. ; PANNAIN, R. N; GIMENEZ, H. M; IAMAMOTO, S. A.S; AMARAL, A.I. Campo, gênero e academia: notas sobre a experiência de cinco mulheres brasileiras na Bolívia. **Cadernos de Campo São Paulo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 348-369, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v26i1p348-369>. Acesso em 03 mar 2021.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social** (Impresa), v. 30, p. 119-136, 2009.

FRÚGOLI JR., H. Ativismos Urbanos Em São Paulo. **Caderno CRH**, 2018. v. 31, n. 82, p. 75–86. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i82.24449>. Acesso em 03 out 2022.

FUINI LABIGALINI, L. Circuitos turísticos no Brasil: governança e políticas públicas. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 55, p. 45-67, 2014. <http://hdl.handle.net/11449/167663>. Acesso em 03 out 2022.

GASCÓN, Jordi. Deconstruyendo el derecho al turismo. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, Nº. 113, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.24241/rcai.2016.113.2.51>. Acesso em 01 set 2021.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2007.

GASTAL, S. Turismo e cultura: por uma relação sem diletantismos. In: Gastal, Susana (org). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre. 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**, 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GRABURN, N. H. H. The anthropology of tourism. **Annals of tourism research**, v. 10, n. 1, p. 9-33, 1983.

GRAVARI-BARBAS, M & DELAPLACE, M. (2015). Le tourisme urbain “hors des sentiers battus”: Couloirs, interstices et nouveaux territoires touristiques urbains. **Theoros** [Online], 34 (1-2). 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/teoros/2790>. Acesso em 05 out 2022.

GRUNEWALD, R. de A. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**. Ano 9, n. 19. Porto Alegre: UFRGS/PPGAS. p.141-159. 2003.

GRUPO DE PESQUISA MOBTUR. **Mobilidades na periferia: Caminhada das Quebradas**. In: Turismo e Mobilidades. Podcast coordenado pelo Professor Thiago Allis, EACH-USP. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4LWYORTpejQFtAlpVKjQix>. Acesso em 18 de fev 2021.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. Londres: Verso, 2014.

HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T.; EDWARDS, D.; ALDRIGUI, M. **Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Resisting the hegemony of the market: Reclaiming the social capacities of tourism, en: McCabe, Scott; Minnaert, Lynn y Diekmann, Anya (eds.). **Social tourism in Europe: Theory and practice**. Bristol: Channel View Publications, 2011, p. 53-68.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. **Tourism Geographies**, 22:3, 610-623, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1757748>. Acesso em 03 mar 2022.

HIMANEN, P. **The hacker ethic and the spirit of the information age**. Nova York: Random House, 2001.

HINTZE, Helio César. **Espectáculos e invisibilidades do discurso legitimador do turismo**. 2013. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. Disponível em: [doi:10.11606/T.91.2013.tde-04102013-164505](https://doi.org/10.11606/T.91.2013.tde-04102013-164505). Acesso em: 11 out 2022.

IBGE. **Cidades e Estados. São Paulo código: 3550308**. Rio de Janeiro (?). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em 02 mar 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD continua, 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BIXIGA DE PESQUISA, FORMAÇÃO E CULTURA POPULAR. **Home**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://institutobixiga.com.br/>. Acesso em 13 out 2022.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação**. Brasília: Coordenação de Educação Patrimonial/Iphan, 2016.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, p. 108-121. 2009.

JIRÓN, P., & MANSILLA, P. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago. *EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 40(121), 5-28. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612014000300001>. Acesso em 25 fev 2021.

KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 38–50. 1987.

KOWARICK, L. e BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. e ANT, C. (orgs.) **As Lutas Sociais e a Cidade – São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva. 1998.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro. 2012

LEIPER, N. An emerging discipline. *Annals of Tourism Research*. Volume 27, Issue 3, July 2000, Pages 805-809. DOI: 10.1016/S0160-7383(99)00118-8. Acesso em 20 mai 2020.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2011. Disponível em: [http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_d/RobsonPereiraDeLima.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RobsonPereiraDeLima.pdf). Acesso em 20 mar 2020.

LOHMANN et al. **O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019**. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, v. 16, p. 2456, 2022.

MACHINI, M. L. F.; ROZA, E. A. “É tradição e o samba continua”: percursos, disputas e arranjos do carnaval de rua na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, n. 23, p. 0–22. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.5753>. Acesso em 12 set 2021.

MACHINI, M. L. F. Fluxos e sentidos da cidade-em-cultivo. In: MAGNANI, J.G.C.; SPAGGIARI, E. (Org.). **Lazer de perto e de dentro**. Uma abordagem antropológica. 1ed.São Paulo: Edições Sesc, 2018, v. 1, p. 122-140.

MAGNANI, J. G. C. O (bom e velho) Caderno de Campo. **Revista Sexta Feira** (São Paulo), São Paulo, v. 1, p. 8-11, 1997.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29. 2002

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 15, n.1, p. 81-95, 2003.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. **Anuário Antropológico**, v. 2012/II, p. 53-72, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.526>. Acesso em 16 mai 2020.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. O circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe** (USP), v. 15, p. 7-14, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2047>. Acesso em 25 fev 2023.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 37, p. 307-329, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.606>. Acesso em 12 jan 2023.

MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, I. (Org.). **Lazer, de perto e de dentro**: uma abordagem antropológica. 1. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo. 2018.

MAIA, H; HOEHNE, L. Orçamento Público em Disputa. In: Fórum de Cultura da Zona Leste. **Nenhum passo atrás!** São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital. 2019.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, F. S; MARIANO, Stéphanie Helena. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de Lazer. **Impulso** (Piracicaba), v. 17, p. 55-66, 2006.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of MultiSited Ethnography Author(s): George E. Marcus. **Annual Review of Anthropology**, 24, 95-117. 1995.

MARINO, A. 'Ocupas' e insurgências na São Paulo do século XXI. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Anais do XVII ENANPUR**, 2017.

MARTINS, A. B. M. Turismo, conservação do patrimônio e geração de oportunidades da Zona Leste da cidade de São Paulo. In: ALMEIDA, P. F. de (org.). **Territórios de Ururay**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.

MASCARENHAS, F. Lazerania também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 10, n.2, p. 73-90, 2004.

MASSUELA, A. **Após prisão de lideranças, Ocupação 9 de Julho organiza festa junina**. In: Cult. Publicado em 2 jun 2019. São Paulo: Editora Bregantini, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ocupacao-9-de-julho-festa-junina/>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

MCCSP (Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo). **O MCCSP**. São Paulo (?). Disponível em: <https://www.mccsp.art/sobre-o-mccsp>. Acesso em 15 mar 2022.

MCCSP. **Organização e Construção Participativa da 1 Conferência Livre Cultural Popular dos Movimentos Culturais de Sp**. Transmissão ao vivo via Facebook. 25 ago 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/MCCSP1/videos/569087390911362>. Acesso em 13 out 2022.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. ; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na região da Costa Verde: refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 232, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1185>. Acesso em 11 out 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília, DF: Iphan, 2009.

MILANO, C. (2018). Overtourism, malestar social y turismofobia. Un debate controvertido. **Pasos on line**. Vol. 16 N3. Págs. 551-564. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2018.16.041>. Acesso em 25 fev 2023.

MISCHE, Ann. **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008

MOESCH, M. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. A.; SANTOS, J. S. C.; SANTOS, H. Q. S.; PINTO, M. C. Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, p. 612-623, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2016.v9.6569>. Acesso em 03 jun 2021.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. A.; PEDRO, R. M. L. R.; OLIVEIRA, E. Turismo de Base Comunitária à luz da Teoria Ator-Rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 122, p. 145-168, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>. Acesso em 11 nov 2022.

MORAIS, S. Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática. IN: **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

MORDUE, T. (2007). Tourism, urban governance and public space. **Leisure Studies**, 26(4), 447–462. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02614360601121413>

MUSEU TEKOA JAPOI. **Território Perus**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://museutekoajapoi.com.br/territorio/>. Acesso em 09 out 2022.

NASH, D. **The Study of Tourism: Anthropological and Sociological Beginnings**. Oxford, UK: Elsevier, 2007.

NECHAR, M. C.; CORTÉS, M. L. (2006). **Apuntes para la investigación turística**. Chetumal (Quintana Roo, México). D.R. Universidad de Quintana Roo. 2011.

NERY, M. B. ; SOUZA, A. L.; ADORNO, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 5-97, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.002>. Acesso em 09 set 2021.

NEUMAN, W. L. Social research methods: qualitative and quantitative approaches. **Harlow**: Pearson, 2014.

NIGRO, C. (2001). Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 78, 2001, p. 45-76.

NITO, M. K. S.; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 5, p. 38-49, 2017.

NITO, M. K. Da S.; SCIFONI, S. Ativismo urbano e patrimônio cultural. **Arq.Urb**, n. 23, p. 82–94. 2018. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/40>. Acesso em 05 jun 2021.

NOVY, J. & COLOMB, C. **Protest and resistance in the tourist city**. Routledge, London. 2017

NÚÑEZ, E. B. El enclave turístico y la imagen del “buen salvaje” americano Un abordaje iconográfico. **Estud. perspect. tur.** [online]. vol.26, n.4, pp.760-780. ISSN 1851-1732. Buenos Aires, set, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-1732201700040001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-1732201700040001&lng=es&nrm=iso). Acesso em 11 out 2022.

NÚÑEZ, E. B. Ciudades Amuralladas del Siglo XXI: producción del espacio y colonialidad en el turismo de playa intramuros en Guanacaste, Costa Rica. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, 2(1), 71-83. 2016.

OLIVEIRA, Caróu et al. **Quem Somos**. In: História da Disputa: Disputa da História. São Paulo (?). Disponível em: <https://www.historiadadisputa.com/sobre/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Alínea.2005.

PASSEANDO PELAS RUAS. **Passeando Pelas Ruas**. Página do Facebook. São Paulo, (?). Disponível em: <https://www.facebook.com/passeandopelasruas/>. Acesso em 13 out 2022.

PASSEANDO PELAS RUAS. **Passeando Pelas Ruas**. Página do Instagram. São Paulo, (?). Disponível em: <https://www.instagram.com/passeandopelasruas/?hl=pt-br>. Acesso em 13 out 2022.

PACHECO, R. T. B. Lazer e cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, v. 2, p. 92, 2016.

PADILHA, M. do N. Turismo, Patrimônio Histórico e Transformações Socioespaciais em Cidades Tombadas. O caso de Paraty. **ROSA DOS VENTOS**, v. 8, p. 435-450, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18226/21789061.v8i4p435>. Acesso em 11 jan 2023.

PADILHA, M.; PACHECO, R. Espaço público ou espaço de consumo? O caso da praça Higino da Silveira, um lugar turístico da cidade de Teresópolis/RJ. **TURYDES - Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local**, v. 13, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/турыdes/28/espaco-publico-consumo.html>. Acesso em 11 nov 2022.

PAES, M. T. D. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 105–118, 2015.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do Turismo**. Teoria e Epistemologia. 2.ed. Rev. Ampl. São Paulo: Aleph. 2011.

PANOSSO NETTO, A.; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo,



8 (1), pp. 120-144, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>. Acesso em 10 nov 2020.

PANOSSO NETTO, A.; JÄGER, M. **Robert Glücksmann (1877–1942)**: founder of Berlin School of Tourism Research, *Anatolia*, 27:4, 567-576 Tribe, J. (coord.). 2015.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. (Eds.). **Turismo**: perspectiva crítica. Textos reunidos. Assis-SP, Triunfal Gráfica e Editora. 2016.

PEARCE, D. G. (2014). **Toward an integrative conceptual framework of destinations**. *Journal of Travel Research*. 53 (2), 141-153. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047287513491334>. Acesso em 05 ou 2022.

PEREIRA, A. B. "**A maior zoeira**": experiências juvenis na periferia de São Paulo. (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: 10.11606/T.8.2010.tde-17112010-141417. Acesso em 13 out 2020.

PINTO, R. Um silêncio ensurdecedor: o turismo como um objeto ausente na Antropologia brasileira. **Adra** – Revista dos socios e socias do Museo do Pobo Galego, [s.l.], v. 5, p. 153-172, 2010.

PINTO, R. O turismo na tradição antropológica brasileira. **Pasos** – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 295-303, 2015.

PINTO, R. Luzes e sombras: notas para um balanço crítico da antropologia do turismo. **Ilha** - Revista de Antropologia, Florianópolis, Santa Catarina, ano 2021, v. 23, n. 3, p. 85-107, 4 out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e74175>. Acesso em 13 set 2022.

PRONOVOST, G. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac: São Paulo. 2011.

PRONOVOST, G. A construção da noção de «turista» nas ciências sociais. **Revista Hospitalidade**, v. 15, n. 2, p. 158-168, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2018v15n2.009>. Acesso em 25 fev 2023.

QUEIROZ, I. A. A Implantação dos Planos de Cultura no Estado e na Cidade de São Paulo: Histórico, construção e desafios. **PRAGMATIZES** – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, v. 9, p. 78-90, 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Santos, B. de S.; Meneses, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Almedina. 2010.

QUILOMBAQUE. **Comunidade Cultural Quilombaque**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://comunidadequilombaque.blogspot.com/>. Acesso em 13 out 2022.

RAMIRO, P. A. **Antropologia e turismo**: coletânea franco-brasileira. João Pessoa : Editora UFPB, 2019.

RAIMUNDO, S. L. **Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada.** (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001](https://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001). Acesso em 25 de fev 2023.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação.** 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019.

REPEP. Rede de Paulista de Educação Patrimonial. (2020). **Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural.** Youtube, 21/07/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

REPEP. **Quem Somos.** Profa Simone Scifoni (coordenadora). São Paulo, (?). Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/>. Acesso em 13 out 2022.

REPEP. **Visita à Brasilândia!** Por Mariana Kimie Nito. Boletim da Repep nº15, junho de 2015. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Boletim%2015%20-%20Junho%202015.pdf>. Acesso em 30 de mai de 2022.

RIFIOTIS, T. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)**, v. 12, p. 566-578, 2012.

RIOS E RUAS. **Rios e Ruas.** Página do Facebook. São Paulo, (?). Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/rioseruas/>. Acesso em 13 out 2022.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987.** São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 179p. 2000.

RODRIGUES, M. M.; MACIEL, T. M. F. B. ; SANTOS, A. M. M. Meu nome é favela, meu nome é quilombo: cartografias (in)visíveis do turismo carioca e buziano. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. de F.; NOGUEIRA, C. R. D. (Org.). **Desafios e dinâmicas espaciais do turismo receptivo.** 1ed.Ituiutuba: Barlavento, 2020.

RODRIGUES, D. dos S. **Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra.** 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ROLNIK, R. **Territórios em conflito.** São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas. 2017.

SABINO, Letícia et al. **O Sampapé!** São Paulo, (?). Disponível em: <https://leticialedasabino.wixsite.com/sampapeorg/sobre-nos>. Acesso em 02 mar 2021.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALDANA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. London: SAGE Publications Ltd, 2009.

SAMPAIO, Adriano. **Existe água em SP**. Página do Facebook. São Paulo (?). Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/existeaguaemsp/>. Acesso em 13 out 2022.

SAMPAIO, C. A. C. **Pensando o conceito de turismo comunitário**. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.

SAMPAIO, S. **Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo** », Etnográfica [Online], vol. 17 (1) | 2013, Online desde 13 março 2013, consultado em 12 outubro. 2018.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: CARDOSO, R. et al. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, C. J. F. dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890–1915)**. 4. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2018.

SANTOS, C. J. F. dos. “Indígenas Identidades Paulistas”. In: Organizadores: COSTA, Paulo de Freitas, COSTA, Ana Cristina Moutela. **Cadernos da Casa Museu Ema Klabin**; v. 2: identidades paulistanas”. São Paulo: Fundação Cultural Ema Klabin.2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina, 2010.

SANTOS, R. F. dos; PACHECO, R. **Lazerres: Para fazer melhor é preciso compreender**. São Paulo: Senac, 2018.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto Nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002**. Diário Oficial do Município, São Paulo, 2022. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em 09 out 2020.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei Aldir Blanc na cidade de São Paulo. SP Cultura**. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 16.496 de 20 de julho de 2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura de Periferia de São Paulo**. São Paulo: Legislação Municipal,

2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16496-de-20-de-julho-de-2016>. Acesso em: 09 out. 2022.

SÃO PAULO (Cidade). **Mapa da Cidade. Veja o mapa da cidade de São Paulo por Subprefeituras**. Publicado em 01 jan 2022, as 10h. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>. Acesso em 02 mar 2022

SÃO PAULO (Cidade). **Turismo**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/>. Acesso em 15 de julho de 2020. Acesso em 15 de jul 2020.

SÃO PAULO TUDO DE BOM. **São Paulo Pra Todos - Visite São Paulo - V1**. In: Canal do São Paulo Convention & Visitors Bureau. Produzido por Academia de Filmes. You Tube, São Paulo, 2021, 35'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cJhIPCW2HsE>. Acesso em 11 mai 2022.

SÃO PAULO TURISMO S.A. **Conheça**. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://spturis.com/v7/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

SCHENKEL, E. TURISMO SOCIAL NA ARGENTINA: POLÍTICAS PÚBLICAS, PRÁTICAS PRIVADAS. **Rev. Latino-Am. Turismologia / RELAT**, Juiz de Fora (Brasil), e-ISSN 2448-198X, v.6, n. 1 e 2, pp.1 – 16, Jan./ Dez., 2020.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 199p. 2008.

SCIFONI, S. Patrimônio cultural e lutas sociais. **Espaço e Geografia** (UnB), v. 16, p. 517-530, 2013.

SCIFONI, S. **O patrimônio como negócio**. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **REVISTA CPC** (USP), v. 14, p. 14-31, 2019.

SECRETARIA DE TURISMO DE SÃO PAULO. (2020). **Política de Turismo da Cidade de São Paulo da Secretaria de Turismo de São Paulo**. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/politica-municipal-turismo>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SEGATA, JEAN. A Etnografia como Promessa e o “Efeito Latour” no Campo da Cibercultura. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 16, p. 069-95, 2014.

SERPA, A. S. P. Patrimônios e Periferias frente ao Turismo. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 1, p. 16-26, 2010.

SESC São Paulo. (2020a). **Ideias** – coletivos culturais - Ações em territórios durante a pandemia”. Em 16 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvhjURhz8ys>. Acesso em 15 fev 2021.

SESC São Paulo. (2020b). **Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa**. Youtube, 20/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SESC. **Sesc São Paulo**. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

SHELLER, M. & URRY, J. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, 38 (2): 207-26. Lancaster, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/122109/mod\\_resource/content/1/The%20new%20mobilities%20paradigm%20Sheller%20-%20Urry.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/122109/mod_resource/content/1/The%20new%20mobilities%20paradigm%20Sheller%20-%20Urry.pdf). Acesso em 11 out 2022.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap** no.97, São Paulo Nov. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em 13 abr 2021.

SMITH, V. Hosts and Guests. **The Anthropology of Tourism**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press. 1989.

SMITH, L. El “espejo patrimonial”? Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antipoda**, Revista de Antropología y Arqueología no. 12, Bogotá, Enero-Junio 2011, 262 pp. 39-63. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/antpo/n12/n12a04.pdf>. Acesso em 13 abr 2020.

SOARES, L. S. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SORÓ, J. Nossa teoria é a prática. *In*: FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. **Nenhum passo atrás**. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital, 2019.

SOUZA, Ludmilla. **Número de turistas triplica no carnaval de rua este ano em São Paulo**. Agência Brasil. Publicado em 01 mar 2017, as 11h43. Brasília, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/numero-de-turistas-triplica-no-carnaval-de-rua-este-ano-em-sao-paulo>. Acesso em: 13 mar. 2019.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify. 2014.

TARROW, S. (1998). **Power in Movement**. New York: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge Univ. Press, 2008.

TOLENTINO, A. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira(orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial** nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, pp 38-48.

TOMILLO NOGUERO, F. El concepto de turismo según la OMT. In: Nechar, M. C.; Panosso Netto, A. (2010). **Epistemología del turismo**. Estudios Críticos. México: Trillas, p. 174-2010. 2010.

TRIBE, J. Indisciplined and unsubstantiated, **Annals of Tourism Research**, Volume 27, Issue 3. Pages 809-813. DOI:10.1016/S0160-7383(99)00122-X. 2000.

TROCCOLI P. E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: **XI Seminário 2014 ANPTUR**, Fortaleza. Anais. 2014.

UNWTO. **Glossary of tourism terms**. World Tourism Organization. Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms#:~:text=Tourism%20is%20a%20social%2C%20cultural,personal%20or%20business%2Fprofessional%20purposes>. Acesso em 19 mai 2022.

UNWTO. **Tourism Definitions**. World Tourism Organization, Madrid, 2019.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. World Tourism Organization, Madrid, 2019.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. World Tourism Organization, Madrid, 2022.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

URURAY. **Festival Tombamento - São Miguel**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/10/festival-tombamento-sao-miguel.html>. Acesso em 20 de jan de 2021.

URURAY. **Página Inicial**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/>. Acesso em 20 jan 2021.

VAINER, C. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

VALLE, L. A. B. O lazer como resistência. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 44-50, out./dez. 1988.

VÁSCONEZ, E. C., CORNEJO, C. G. **El Turismo Comunitario: Evolucion, Problemática y Desafios**. UIDE. Quito, Ecuador. 2017.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. O patrimônio cultural dos templos afro-brasileiros. Salvador: IPHAN, 2006.

VELHO, G. Observando o familiar. In: **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. NUNES, E. de O. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VIEIRA JÚNIOR, J. A. H., Facini, K. R., Lusby, C., & Uvinha, R. R. Leisure as a social transformation in the community: the experience of the World Leisure Organization Field School in São Paulo, Brazil. **World Leisure Journal**, 62( 3), 182–199. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/16078055.2020.1798049>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.